

# A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



DIREITOS HUMANOS:  
AS ORIGENS DA DISSENÇÃO

NOV-DEZ/78



# A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros  
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

## SUMÁRIO

Págs.

DIREITOS HUMANOS: AS ORIGENS DA DISSENSÃO — <i>Ten Cel Inf QEMA João de Araújo Ribeiro Dantas</i> .....	5
A QUESTÃO DO CANAL DE BEAGLE — <i>Ten Cel Eng QEMA Almir Taranto de Mendonça</i> .....	17
O ESTADO-MAIOR E SEUS OFICIAIS — <i>Gen Ex Fernando Belfort Bethlehem</i> .....	33
SEGURANÇA DA FRANÇA E UNIÃO EUROPÉIA — <i>Ten Cel Guy Doly (Exército Francês)</i> .....	57
MARCHAS ESTRATÉGICAS DOS EXÉRCITOS PARA A BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO (20 FEV. 1872) — <i>Ten Cel Eng QEMA Claudio Moreira Bento</i> .....	71
O BRASIL E A ÁFRICA SUBSAÁRICA — <i>CMG Roberto Gomes Pereira</i> .....	89
A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA — <i>Heitor A. Herrera</i> .....	105
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — <i>A. De Lannes</i> .....	109
ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO E TRANSPLANTAÇÃO CULTURAL NO BRASIL DE HOJE — <i>Marcos Almir Madeira</i> .....	119
A DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (II) — <i>Antonio Arruda</i> .....	127
"REUNIÕES" — INSTRUMENTOS A SERVIÇO OU A DESSERVIÇO DA ADMINISTRAÇÃO? — <i>Ten Cel Int QEMA Carlos Alberto Gigante de Castro</i> .....	151
O NOVO CARRO TAM DE 30 TONELADAS — <i>Rudi Meller</i> .....	161
A IMAGEM DO EXÉRCITO — <i>Cel Art QEMA Jonas Correia Neto</i> .....	171
O SETOR DE COMÉRCIO EXTERNO DO BRASIL — <i>José Papa Junior</i> .....	179
QUESTÕES DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECEME .....	190
INFORMAÇÕES .....	195
LIVROS .....	203



# DIREITOS HUMANOS: AS ORIGENS DA DISSENSÃO

**João de Araujo Ribeiro Dantes**

*Tenente-Coronel de Infantaria da Turma de 20 Dez 56, promovido por merecimento ao posto atual em 25 Dez 77.*

*Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Direito da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, e de pós-graduação em Relações Internacionais pela PUC do Rio de Janeiro.*

*Exerce atualmente a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

**H**á alguns meses, na placidez da enseada de Botafogo, um grupo de executivos de grandes empresas americanas encenou um espetáculo bizarro. Fanniados de peles-vermelhas lançaram, de um iate ao largo, caixas de chá ao mar, procurando reviver com esse protesto o gesto de rebeldia de seus ancestrais, no célebre incidente do porto de Boston. Ouvidos pela imprensa, os "rebeldes" afirmaram que a encenação tinha em vista protestar contra o furor do fisco americano incidente em seus rendimentos, o que, do modo de ver deles, constituía uma lesão aos seus direitos humanos.

Recentemente, em Man, ilha do Mar da Irlanda, um perturbador da ordem pública foi condenado, segundo o direito costumeiro da Ilha, à pena de três bastonadas. Sentindo-se lesado em seus direitos humanos, teve seu caso apresentado ao Conselho da Europa e a ação foi ajuizada na Corte Europeia dos Direitos do Homem em Estrasburgo. O embaraço está criado para a Inglaterra, que detém a soberania sobre a Ilha e é membro do Conselho da Europa. Caso a Corte dê ganho de causa ao queixoso, o costume secular terá de ser proscrito, com o que não concorda a alta

administração da Ilha, ciosa de seu autogoverno: — "no máximo, aceitamos que os condenados à pena não mais sejam obrigados a despir as calças para sofrer o castigo.

É evidente o lado pitoresco dos dois fatos acima narrados, a despeito de que a intenção ao abordá-los vise a dar, apenas, a idéia da amplitude dos interesses que se abrigam sob a rubrica dos direitos humanos. Contudo, toda e qualquer conotação pitoresca será de pronto afastada se lembrarmos a extrema importância de que se revestem os Direitos Humanos como pedra-de-toque da atual política externa americana.

De fato, as negociações SALT, em Genebra, correm o risco de ruptura neste momento, ante as reações americanas à farsa dos julgamentos políticos dos dissidentes russos Ginsburg e Scharansky, membros ativos do grupo moscovita que fiscaliza o cumprimento pela URSS das cláusulas da Ata de Helsínquia. Por outro lado, a política dos Direitos Humanos está no cerne das dificuldades existentes no relacionamento entre o governo norte-americano e a maioria dos governos latino-americanos.

Decorrido mais de um ano da crise que atingiu as relações Brasil-Estados Unidos, seria oportuno analisar o contencioso que paira entre os dois países e, para tanto, não se deve perder de vista o fato de que a diplomacia de um povo, a forma de como ele enfrenta a realidade internacional, é profundamente marcada pela sedimentação da História.

Em consequência, para entendermos os motivos profundos que, de certo modo, condicionam a tomada de decisões americanas no cenário internacional, temos de lançar um breve olhar ao passado, em busca de clima espiritual reinante à época da revolução americana e voltar o mesmo olhar, embora superficial, para a galeria de tipos mitológicos criados ao norte do Rio Grande.

## O Direito à Rebeldia

Quando os colonos do porto de Boston arremessaram ao mar as caixas de chá, com elas foi-se de roldão a figura do Estado tal como existia na Europa. O homem da América, o imigrante tangido do Velho Mundo por convicções religiosas ou políticas, batia a poeira velha dos sapatos ao pisar o solo da nova terra e, com a poeira, atirava fora o hábito servil de acatar a Autoridade fora dos limites em que ele próprio a enclausurasse. Talvez esse "direito à rebeldia" venha a ser a mais importante contribuição americana à teoria política contemporânea: a força dos governos reside "no consentimento dos governados" . . . e "sempre que qualquer forma de governo se tornar destruidora desses fins (assegurar os direitos naturais do Homem) o povo terá o direito de alterá-lo ou aboli-lo e constituir um novo governo" . . . A Declaração da Virgínia, em que pela primeira vez os Direitos do Homem foram afirmados, data de 1776 e influenciou a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa de 1789. Influenciou apenas, pois na essência são profundamente diferentes.

Para os revolucionários franceses, embebidos do pensamento de Rousseau, o Homem, ao forjar o contrato social, delega os seus direitos naturais ao Estado e deste os terá de volta recriados, não mais direitos naturais, pois "todo direito deve emanar da autoridade" — mas tão-somente o direito positivo, os direitos do Homem como Cidadão.

O liberalismo francês está no cerne do chamado Estado moderno, de administração centralizada e executivo forte, cuja deturpação conduz ao gigantismo estatal, ao Leviathan do filósofo, com a sua tecnoburocracia onipresente e asfixiante, vicejante em nossos dias à esquerda e à direita do espectro político. O Pensamento de Rousseau permeou todo o ocidente europeu e projetou-se no Novo Mundo de matriz ibérica.

Já os "Pais Fundadores" da nação americana foram buscar em John Locke, pensador inglês, os princípios políticos que haveriam de servir de base à comunidade americana. Para eles, todo indivíduo tem direito natural à propriedade, à segurança e à liberdade, e o único papel do Estado é garantir ao Homem o exercício pleno de tais direitos.

É evidente a manifesta intenção de limitar ao máximo a ingerência do Estado na sociedade civil e a profunda diferença de perspectivas que separam o pensamento anglo-saxão do modo de ver da Europa continental e de seus herdeiros culturais.

## **Os Tipos da Mitologia**

É interessante observar como determinados tipos humanos marcam profundamente as nacionalidades em que se originam. Não é possível dissociar o apego à ordem e o culto da autoridade, tipicamente germânicos, da figura clássica do "junker" prussiano. Da mesma forma, o londrino da City com o seu guarda-chuva, chapéu-coco e gravata de ex-aluno de alguma "public-school" parece encarnar as características da raça: fleuma, obstinação e conservadorismo. Por outro lado, esses tipos vincam tão profundamente o inconsciente coletivo dos povos que as comunidades passam a crer nos padrões morais e no modo de agir desses arquétipos.

A coletividade americana parece ter sido permeada por três tipos humanos que a influenciaram profundamente: o homem da fronteira, o homem realista e o moralista religioso.

A partir das treze colônias primitivas, o homem da fronteira, o pionheiro, dilatou a base física da nação. Ao apossar-se da terra e esmagar os nativos, o homem da fronteira ordinariamente atuava onde o braço do Estado não alcançava e habituou-se a confiar exclusivamente em si próprio e nos argumentos da Lei que portava consigo, bem junto ao corpo — no coldre.

Dai a psicologia do homem da fronteira: auto-suficiência, culto à violência, uso e abuso das próprias razões.

Segundo a ética calvinista, a riqueza, isto é, o sucesso terreno representa a exteriorização da graça divina. O homem, a quem Deus reconhece o valor do trabalho, vê-se neste mundo coberto pelas benesses da vida. A riqueza é o sinal de aquiescência da divindade para com o realismo da vida laboriosa do homem de negócios.\* Não há por que inquirir da lisura dos procedimentos. Moral? Amoral? Irrelevante. Deus, que tudo sabe e vê, a tudo sanciona com a miséria ou a abastança.

Tornou-se um clássico da Sociologia o ensaio de Max Weber, em que esse pensador aponta a ética calvinista como fator psicossocial do apogeu do capitalismo na América. O valor do homem mede-se por sua capacidade de gerar e amealhar riquezas. Na América, ao contrário da Europa, o que sem dúvida é uma evolução, as origens sociais do indivíduo não são postas em causa ao avaliá-lo. Valoriza-se o homem diligente e empreendedor, o realista, aquele que abre os próprios caminhos, "provando-se" perante a Divindade pela engenhosidade e trabalho. A deturpação deste tipo leva ao materialismo mais cru, ao paroxismo da cobiça e à entronização do dinheiro como o supremo valor da vida.

A essência da coletividade americana primitiva e de seus direitos humanos residia na liberdade espiritual do culto a Deus, segundo a consciência de cada indivíduo — liberdade que aos primitivos imigrantes fora negada pela igreja anglicana (estatal) no Velho Mundo.

Se, na Nova Inglaterra, em teoria, vigorava a separação entre a Igreja e o Estado, na prática logo passou a imperar uma teocracia, e a vida tornou-se implacavelmente dominada pela religião. Com isto a sociedade tornou-se dogmática, intolerante e fechada. Exacerbou-se o zelo messiânico: em um mundo corrompido, o moralista, o homem "grávido" da verdade, consumido pelo fogo divino, deverá conduzir a todos a mensagem americana de salvação.

Maniqueísta, a fé exagerada nos próprios valores induzirá o moralista a uma eterna cruzada, visando a impingir aos outros a própria cultura, mesmo ao preço da destruição da cultura alheia. O moralista está sempre a um passo do farisalismo.

Esses traços apenas esboçados, visões superficiais de uma realidade complexa, são úteis para o entendimento da política externa americana. Em parte, de acordo com a personalidade do Estadista momentaneamente no poder, a política pode revelar-se friamente argentina, brutal na imposição dos pontos de vista ou oscilar para irreprimível cruzada evangelizadora.

## A Construção do Império

Ao amanhecer para a independência, os Estados Unidos descobrem-se sem inimigos naturais no continente americano, mercê da fraqueza dos vizinhos de origem espanhola e das dificuldades que, à época, affligiam os ingleses na Europa. Encarnando o pensamento libertário, os Estados Unidos, pela Declaração de Monroe, insurgem-se contra os desígnios colonialistas da Santa Aliança e proclamam o

continente americano território a salvo da restauração absolutista. Expressão da consciência política americana, contudo, se a doutrina Monroe bastou para afastar do continente o colonialismo europeu, não encontrou forças para preservar o território do expansionismo da própria União.

Quase sempre associando as mentalidades do homem da fronteira e do realista homem de negócios, os Estados Unidos lançaram-se para o oeste em seu "destino manifesto" e, em breve, o pavilhão americano tremulou em um terço do primitivo México. Após a anexação de territórios pela violência, procuraram legitimá-los pela compra. Normalmente, esses arroubos de realismo e espírito negocista despertavam intensos dramas de consciência na opinião pública americana. Se os Estados Unidos haviam sido o fruto dos sonhos dos imigrantes desejosos de fugir da cínica política internacional européia, como poderiam repetir no Novo Mundo surrados procedimentos, que tanto haviam contribuído para fazer da Europa um eterno campo de batalha?

O acesso às praias do Pacífico não importou no fim da expansão americana. Ao entrar em guerra com a Espanha, em 1898, os Estados Unidos podiam alegar genuínas razões humanitárias, pois tratava-se de liberar Cuba da repressão espanhola. Tornou-se difícil explicar, no entanto, as ações das forças armadas nas Filipinas, ao macular o uniforme com as ações praticadas sobre a população civil, por ocasião da luta contra as guerrilhas do líder nacionalista Emilio Aguinaldo.

Durante todo o período da expansão — as 13 colônias originais evoluíram para os 50 estados de hoje — apesar da crueza de vários incidentes e da diplomacia das canhoneiras posta em prática no Caribe, governo e povo americanos afagaram a ilusão de que, na selva das relações internacionais, conduziam-se exclusivamente de acordo com os ditames da virtude e da decência.

## As Cruzadas

Por duas vezes, na primeira metade do século XX, os Estados Unidos tiveram a oportunidade de exercitar o zelo missionário na tentativa de reformar o Velho Mundo. Em 1919, para o presidente Wilson: "... somos o único povo que comparece à Conferência de Paz de forma desinteressada..." A América veio ao Mundo para prestar serviços à Humanidade..." Apesar de decorridos tantos anos, podemos sentir ainda o tom messiânico dessas proclamações. Tratava-se de restabelecer a pureza das fontes do humanismo ocidental, deturpada por séculos de cínica política de poder européia. Comprometido com os ideais de autodeterminação dos povos, o presidente Wilson deles haveria de abrir mão para obter o apoio dos estadistas europeus ao pacto da Liga das Nações. Pouco tempo depois, verificava-se que sacrificara em vão os seus ideais: o próprio Congresso americano, ao não referendar a participação dos Estados Unidos naquele organismo, se encarregaria de lançar uma pá de cal nos sonhos presidenciais.

Menos de vinte e cinco anos depois, um outro desafio erguia-se na Europa e, pela segunda vez, as "forças do bem" atravessariam o Atlântico para aplacar a

ferro e fogo os "poderes das trevas". Desta vez, contudo, a volta imediata ao isolacionismo tornar-se-ia impossível. A Rússia de Stalin, "estrana aliada" da última cruzada, ainda bem não cessadas as hostilidades do último conflito, revelava-se já como o novo desafio a ser enfrentado. Pela segunda vez em meio século, os Estados Unidos participariam de uma guerra vitoriosa, tendo ao leme do Estado um idealista inepto para ganhar a paz.

Ante o expansionismo soviético em marcha, Roosevelt responderia com medidas de apaziguamento, da mesma forma que Wilson, pretendendo com essa política conseguir as boas graças dos soviéticos para a efetiva implantação da ONU, organismo herdeiro da Liga das Nações.

Em vista da evidente impropriedade da política do apaziguamento — saciar o apetite do adversário — os Estados Unidos trilharam a guerra fria armados com as idéias cristalizadas na política de contenção, convictos de que era necessário enfrentar o mal onde quer que ele demonstrasse intenções de atacar. O próprio significado do vocábulo "contenção" torna explícito o caráter defensivo e estático da política preconizada e que, *a priori*, concedia a iniciativa das ações ao adversário.

Restava, porém, a esperança de que, da noite para o dia, a Rússia soviética pudesse ver todo o monolitismo do seu sistema esboçoar-se em extrema debilidade, pois "nenhum sistema baseado no mal e na depravação humana poderá contar com autêntica estabilidade". De fato, já em 1956, o monolitismo do bloco soviético apresentou suas fissuras na Hungria e Polônia, mas a ausência de qualquer componente dinâmica na contenção induziu a que o Ocidente perdesse a chance de explorar a fraqueza do adversário. Ao contrário, foi o mundo socialista que se aproveitou da inação ocidental e, contornando o cerco da Aliança Atlântica na Europa, penetrou no campo adversário, provocando defecções no Ocidente e em áreas de sua influência.

## O Toque de Midas

Ao findar a 2ª Guerra Mundial, com um general em Berlim e outro em Tóquio, o poderio militar americano era incontestável. Mais incontestável ainda revelava-se a extrema pujança da economia americana. Para o moralista preocupado em afastar qualquer suspeição, capaz de macular o altruísmo dos cruzados, era como se os Estados Unidos houvessem sido contagiados pela maldição de Midas, lendário rei da mitologia, condenado pelos deuses a transformar em ouro tudo aquilo em que tocasse. Com a Europa economicamente em frangalhos, restava uma só economia pujante, a norte-americana, credora de todas as demais, que nela haviam encontrado o arsenal e o celeiro do esforço de guerra.

Cabia a esta economia, ainda como parte da política de contenção, enfrentar o desafio russo na Europa, que se aproveitava da miséria semeada pela guerra. Sem dúvida, o plano Marshall, pelo volume de recursos alocados e pela abrangência geográfica em que incidiu, constituiu-se no maior exemplo de generosidade da

história. Ainda af a maldição de Midas revela-se em toda a sua ironia: se a Europa fosse deixada à própria sorte e mergulhasse no marxismo, a falta de parceiros comerciais saudáveis seria fatal à economia americana. Isto importa em reconhecer que o plano Marshall atendia aos mais legítimos reclamos do realismo político, pois obedecia, acima de tudo, aos interesses nacionais dos Estados Unidos.

### A Nostalgia da Pureza

O povo americano deseja que sua política externa projete um claro propósito moral. O envolvimento americano no Vietnam, com a crueza dos combates diariamente televisionados, despertou no americano médio o horror ao papel de gendarmes internacionais, desempenhado por suas forças armadas. A *débâcle* no "front" interno tornou-se irreversível com o escândalo de Watergate, que alienou a confiança popular nos homens à testa do Executivo americano.

Durante os últimos anos que antecederam à posse do presidente Carter, os Estados Unidos conduziram uma política externa friamente objetiva e essencialmente descompromissada com preocupações morais no trato com adversários e aliados. Apesar dos evidentes sucessos alcançados por Henry Kissinger, ao quebrar o isolamento chinês e restaurar o prestígio americano no Oriente Médio, o pragmatismo europeu emprestado pelo Secretário de Estado à política externa americana revelava-se vazio e oportunista. De fato, no afã de assegurar a "détente" com os soviéticos, o Ocidente enfraqueceu-se unilateralmente; cristalizaram-se, pela Ata de Helsinki, as fronteiras políticas e ideológicas no Leste europeu e, por fim, ocorreu a perda de credibilidade do Ocidente em seu "Testa de Bloco" — fruto do desinteresse americano pela sorte de aliados no Extremo Oriente.

Ao fazer dos direitos humanos a essência de sua política externa, o presidente Carter busca restaurar a imagem americana conspurcada pela guerra e pelo escândalo político, ao mesmo tempo em que projeta um papel mais idealista e mais confiante para a América, capaz de despertar o apoio popular para sua administração, dentro e fora dos Estados Unidos.

Reconhecendo o valor das idéias como aglutinador de corações e mentes, o presidente Carter empunhou a bandeira dos Direitos Humanos, consciente de que há em todo o planeta a tendência irreversível de valorizar em política a "dimensão humana", justamente no momento histórico em que a "revolução das expectativas crescentes" desafia a argúcia dos estadistas na busca de soluções para os problemas que se avolumam.

### A Restauração da Guerra Fria

O Ocidente levou cerca de trinta anos em posição defensiva, tentando deter o marxismo mediante alianças militares e auxílios econômicos. Os esforços revelaram-se vãos: faltava às democracias uma idéia — síntese capaz de transmitir a

mensagem política do Ocidente, magnetizante ao ponto de se contrapor à arenga marxista no campo das idéias.

Em 1975, na Conferência de Helsinque, reunida para tratar da segurança europeia, os soviéticos montaram o que lhes parecia uma proveitosa barganha. Em troca de promessas de maior adesão soviética ao processo de "détente", conseguiram do Ocidente a ratificação das fronteiras do bloco no Leste Europeu, consolidando-se, pela aceitação internacional, o domínio russo sobre metade da Europa. Como concessão marginal, os soviéticos concordaram com a inclusão, na Ata Final, de itens que obrigavam as partes contratantes a respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais. Na época, os itens foram considerados suficientemente ingênuos para que os senhores do Kremlin não vacilassem em assinar a Ata. Certamente não contavam com a coragem moral de Sakharov, Soljenitsin e outros que, dentro e fora do império estalavo, iriam utilizar-se dos itens do acordo para pressionar o regime e exigir o respeito ao pactuado. Com isto o Ocidente deu-se conta de que possui em mão a arma que lhe faltara no auge da Guerra Fria, capaz de exprimir a verdadeira força das democracias.

Pela primeira vez em décadas, a bandeira dos Direitos Humanos faz com que o mundo democrático passe a ter a iniciativa das ações no campo da propaganda política, uma vez que os regimes marxistas se revelam intrinsecamente violadores daqueles direitos e forçados a uma incômoda posição perante a opinião pública internacional. O Estado Totalitário proclama-se libertário mas agrilha o ser humano, invariavelmente, à realização de metas materiais, estabelecendo a precedência do econômico sobre os interesses e necessidades do Homem. Através da ideologia, moderno "ópio das massas", o Estado projeta no reino da Utopia a solução dos problemas humanos, ao deslocar para o futuro o bem-estar negado às gerações que sofrem o presente.

A outra pedra-de-toque da política externa americana reside, segundo os seus arautos, no fortalecimento dos laços entre os países democratas, não fosse o presidente americano adepto declarado do chamado trilateralismo. Esse movimento, que congrega apenas nações desenvolvidas da Europa Ocidental, Estados Unidos e Japão, surgiu no início da década de 70, como reação ao excessivo unilateralismo da política externa econômica do governo Nixon. Coincidindo com o auge das dificuldades americanas no Vietnam, os Estados Unidos assistiram à euforia econômica do Japão e Europa Ocidental. Naquela oportunidade seria difícil não considerar que aqueles países haviam progredido às expensas dos Estados Unidos, uma vez que estes se embarcavam no papel de líder econômico do Ocidente, para tomar decisões e corretivos capazes de tornar ágil e competitiva a própria economia.

Os teóricos do trilateralismo consideram que, nos momentos de crise, a adoção de medidas isoladas e egoístas tende a uma espiral de reações defensivas capazes de deteriorar a economia ocidental. A posse em comum de um núcleo de valores liberais democráticos constituiria o fundamento teórico a congregar essas nações desenvolvidas para que enfrentem unidas as pressões do bloco da cortina-

de-ferro, no que diz respeito à segurança, assim como respondam de forma coordenada às ofensivas e reivindicações do Terceiro Mundo.

## A Emergência do Terceiro Mundo

No modo de ver dos atuais mentores da política externa americana, os Estados Unidos não devem temer a emergência de nações do Terceiro Mundo apoiadas em incipiente estatismo. Ao contrário, devem evitar o "isolacionismo filosófico" em que se fechariam, caso encarassem o desafio na base de "democracia liberal x estatismo", uma vez que há uma tendência natural do Terceiro Mundo para a economia planificada. Os Estados Unidos não desconhecem que o marxismo se revela hábil para imantar populações empenhadas em guerras de libertação, mas demonstra pouca serventia para "fazer funcionar" os Estados recém-independentes. Via de regra, esses Estados vão bater às portas das prósperas economias capitalistas, em busca de soluções para os seus problemas econômicos, mal alcançam a independência política. Por outro lado, os Estados Unidos, mercê da estabilidade de suas instituições, não temem o contágio marxista, não se justificando, pois, o anticomunismo compulsivo que os levava a apoiar governos fortes por temor ao marxismo e, no dizer do Presidente Carter, "combater o fogo com o fogo, adotando os princípios e as práticas dos adversários e renunciando aos próprios valores". É evidente o realismo que orienta a mudança de atitude: a retórica marxista em Angola não teve o dom de cortar o jorro de petróleo de Cabinda para os porões dos petroleiros da Gulf, e o contágio ideológico possível será, no caso, o dos princípios da livre empresa, operando com eficiência no enclave.

## Os Direitos Econômicos

Vivemos numa economia mundial dominada pela rivalidade e pela competição. No entanto, o grosso dos minerais e combustíveis estratégicos, de que os países desenvolvidos necessitam, vem do subsolo de 33 nações em desenvolvimento. Essa situação emergente aumenta profundamente a interdependência recíproca, já existente, entre produtores e consumidores de matérias-primas.

O esforço dos países em desenvolvimento, no sentido de aumentar as exportações e melhorar suas balanças comerciais, vê-se frustrado pelo aviltamento dos preços das matérias-primas pelos países industrializados e pelo neoprotecionismo em ascensão que corta o acesso dos manufaturados dos países pobres aos mercados do primeiro mundo.

A divisão internacional do trabalho, em vigor na atualidade, é por todos reconhecida como injusta. Mesmo os países que dela se beneficiam entendem haver uma estrutura de sujeição que condena os subdesenvolvidos a serem eternos fornecedores de matérias-primas e a permanecerem dependentes comercial, financeira e tecnologicamente dos países industrializados. Do reconhecimento da injustiça a

realizar algo de concreto para mudar a realidade, há um longo caminho a percorrer através das teias do egoísmo humano.

O Pacto Internacional sobre Direitos Humanos, aprovado por unanimidade pela Assembléia Geral da ONU, em 1966, apresentava-se dividido em dois instrumentos principais. Um instrumento dizia respeito aos direitos civis e políticos, dando ênfase aos aspectos de liberdade, de escolha de residência, de liberdade de pensamento, de condenação a tratamentos degradantes e torturas, etc. O outro instrumento diz respeito aos direitos econômicos, sociais e culturais, focalizando a necessidade de trabalho adequadamente remunerado, de benefícios do progresso científico, de seguro social etc. Para a ONU, tão importante como o cerceamento da liberdade e as práticas policiais, que afetam a dignidade humana, seria o relacionamento desigual entre as nações, no campo comercial.

É importante e essencial que os direitos econômicos, sociais e culturais atinjam determinado estágio, para que os direitos civis e políticos possam melhor vicejar.

Parece-nos consumado farisaísmo ditar éticas de vida a povos e conduzi-los deliberadamente a dificuldades econômicas. Segundo a imprensa, em uma reunião de representantes do primeiro mundo, foi apresentada a proposta de restringir a transferência de tecnologia siderúrgica avançada para os países em desenvolvimento, que estão expandindo seus parques siderúrgicos. Sem dúvida, esta prática fere profundamente os direitos humanos, pois condene os países em desenvolvimento à obsolescência técnica e à impossibilidade de competir no mercado internacional.

## Os Direitos Políticos

Nas linhas deste artigo procuramos esboçar explicações lógicas que justifiquem o estágio atual das relações internacionais sob o enfoque dos direitos humanos. Em nenhum momento perdemos de vista que o Brasil foi apontado à execração pública internacional como violador contumaz dos direitos da pessoa, nos primeiros momentos da administração Carter. Sem dúvida, foi penoso ao país ser arrolado na má companhia de regimes intrínsecamente liberticidas e de sangrentas ditaduras tribais de outros continentes. Certamente seria preferível que vivéssemos em um éden político como o dos países nórdicos, desde que não tivéssemos uma alta taxa de suicídio como preço a pagar pelo tédio da perfeição.

Infelizmente, seria ingênuo acreditar que, na guerra suja travada contra o terrorismo, os agentes da lei sempre se conservassem dentro dos cânones dos regulamentos. Consideramos realista esperar que o nível de violência jamais tenha ultrapassado o das estórias policiais, filmadas para a TV e exportadas por nações paladinas dos direitos humanos. Certamente, os roteiristas não se inspiram na realidade social vigente em Marte.

Honestamente, o que não pode ser assacado é que a violência policial, nas nossas plagas, seja encarada como normal pelo Estado ou que o desprezo às liberdades fundamentais do Homem seja da essência do regime. Em 1948, ainda

bem vividos os sacrifícios da FEB no combate em prol da democracia fundamentada na lei e no Estado de Direito democrático, subscrevemos em Paris a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana. Se na Itália firmamos com sangue a opção de viver a salvo da tirania, hoje em dia renovamos continuamente esta opção na luta pelo desenvolvimento.

Efetivamente, o futuro dos direitos humanos entre nós está intimamente relacionado com o desenvolvimento político da sociedade brasileira. Estamos decididos a construir em nossa terra uma sociedade aberta, pluralista e livre, de tal forma que o nosso peso específico seja essencialmente o somatório da contribuição de todos os cidadãos brasileiros. Este é um anel nacional indeclinável. A institucionalização da democracia brasileira, antes de mais nada, é uma obra de fé calcada no nosso perfil psicológico como povo e aberta aos influxos externos, por nós livremente escolhidos.

Graças ao domínio da técnica, o desenvolvimento que marca a nossa era possibilitou a que uma parcela cada vez maior da sociedade seja chamada a gozar de condições de vida que eram, até poucas décadas, privilégios de minorias. A expansão de serviços públicos essenciais e o franco acesso às fontes de informação, educação e cultura redundarão no surgimento de um número crescente de cidadãos aptos a exigir a participação política e o reconhecimento pleno de seus direitos e garantias individuais. Ante o desafio desta "revolução das expectativas crescentes" a máquina do Estado tende a assumir novas responsabilidades sociais, em um processo de gigantismo inexorável, capaz de provocar, exatamente, o esmagamento de liberdades e direitos do cidadão.

Para evitar esta deturpação — a tirania da tecnoburocracia — é essencial institucionalizar o efetivo controle da máquina do Estado pela massa dos cidadãos. Este é o grande desafio da nossa época: colocar o Estado a serviço do Homem e não aumentar para o Homem as fontes de sujeição. Somente assim estaremos sendo fiéis à nossa matriz ocidental. A bandeira dos Direitos Humanos cala profundamente na alma libertária do nosso povo, que reconhece ser essa bandeira a síntese do legado político do Ocidente, sedimentado ao longo dos séculos e tendo por amálgama os sonhos e o sangue de muitos mártires da causa do Homem.



# A QUESTÃO DO CANAL DE BEAGLE

Almir Taranto de Mendonça

*Tenente-Coronel de Engenharia da Turma de 15 Fev 55, promovido ao posto atual por merecimento, em 31 Ago 75.*

*Possui os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

*Exerce, atualmente, a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

O acidente geográfico que recebeu o nome da embarcação inglesa — a goleta *Beagle* — em que viajava o seu descobridor, o Capitão Fitz Roy, é um canal oceânico que se desenvolve ao sul da Terra do Fogo, no sentido geral Este-Oeste, quase que a cavaleiro do paralelo 55°S (Fig. 1).

Vem de ganhar notoriedade em razão das recentes divergências entre a Argentina e o Chile, no tocante à definição da soberania sobre as ilhas *Lennox*, *Picton* e *Nueva*, situadas em sua embocadura oriental.

O laudo arbitral da Rainha da Inglaterra, dado a conhecer em 2 de maio de 1977, reconheceu as ilhas como chilenas, bem como as demais ilhas e ilhotas situadas ao Sul do Canal, até o Cabo de Hornos, com o que não concorda a Argentina.

A importância das ilhas não reside no seu valor intrínseco como território, passível de exploração econômica, pois esse aspecto é praticamente inexpressivo. Nem, também, no seu "valor estratégico", como o querem alguns autores, em razão

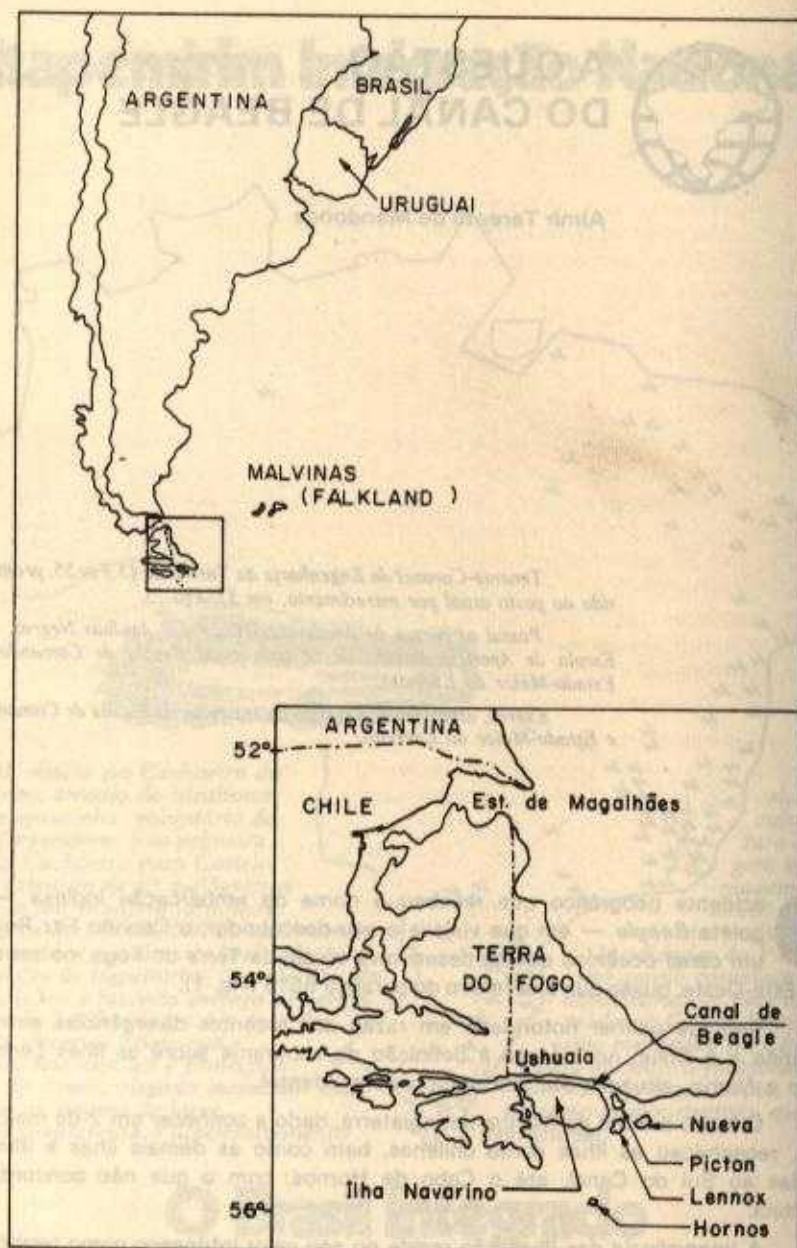


Fig. 1 — O Canal de Beagle

de tamponarem a entrada do Canal, permitindo, assim, o seu domínio, pois, na verdade, como acidente geográfico de soberania compartilhada — margem norte argentina e sul chilena —, ou é dos dois condôminos, ou não é de nenhum deles.

A real importância das três ilhas reside no fato de estarem situadas numa região potencialmente rica em petróleo (algumas notícias estimam em 25 bilhões de metros cúbicos), que se estende até as Ilhas Malvinas (ou Falkland), além de se situarem em águas riquíssimas em "Krill", um pequeno crustáceo que serve de alimento às baleias, notável fonte de proteína animal, de que é tão carente boa parte da população do Globo.

Envolve, também, uma considerável importância política, na medida em que irão permitir maior elasticidade às pretensões argentinas, ou chilenas, no tocante à Antártica, dentro da hipótese de defrontação.

## OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Em 1542, o Rei da Espanha, Carlos V, criou o Vice-Reinado do Peru, cuja jurisdição abarcava todas as terras da América do Sul pertencentes à Coroa espanhola, à exceção da Venezuela, então parte integrante do Vice-Reinado do México.

Somente em 1776 é que toma corpo o Vice-Reinado do Rio da Prata, donde mais tarde nasceria a Argentina, englobando, além de parte da Província de Chacras, territórios das Províncias de Cuyo e de Tucuman, e das cidades de Mendoza e San Juan, dependentes até então da Província do Chile.

Por sua vez o Chile, em 1778, com a denominação de Capitania Geral do Chile, é desmembrado do Vice-Reinado do Peru, já com o seu limite oriental materializado como sendo a Cordilheira Andina, sem maiores rigorismos de precisão.

Os "años diez", definidores do processo de independência das colônias espanholas na América, que materializam o ponto de referência do "uti possidetis juris" que vai presidir a definição dos limites entre as novas nações independentes, encontram uma situação "sui generis": a colonização espanhola não havia penetrado, rumo ao sul do Continente, além da linha Rio Colorado (Argentina) — Rio Bío-Bío (Chile) (Fig. 2). Tal fato era devido à resistência até então oferecida pelas tribos araucanas, de um lado e de outro dos Andes, que levou, inclusive, a coroa espanhola a firmar com os chefes indígenas um pacto em que lhes era reconhecido o usufruto daquelas terras.

Eis, em síntese, os apoios para o "uti possidetis juris": limites vagos e imprecisos, e vastas áreas desabitadas e desconhecidas.

Em 1826, o governo Inglês organizou uma expedição marítima com destino ao Atlântico Sul, constituída pelos navios *Beagle* e *Adventure*.

O Cap. Fitz Roy, no comando do *Beagle*, foi destacado para explorar as águas do sul do continente americano. Quando em pleno cumprimento de sua missão descobre, em 1829, o canal que herda o nome daquela embarcação.

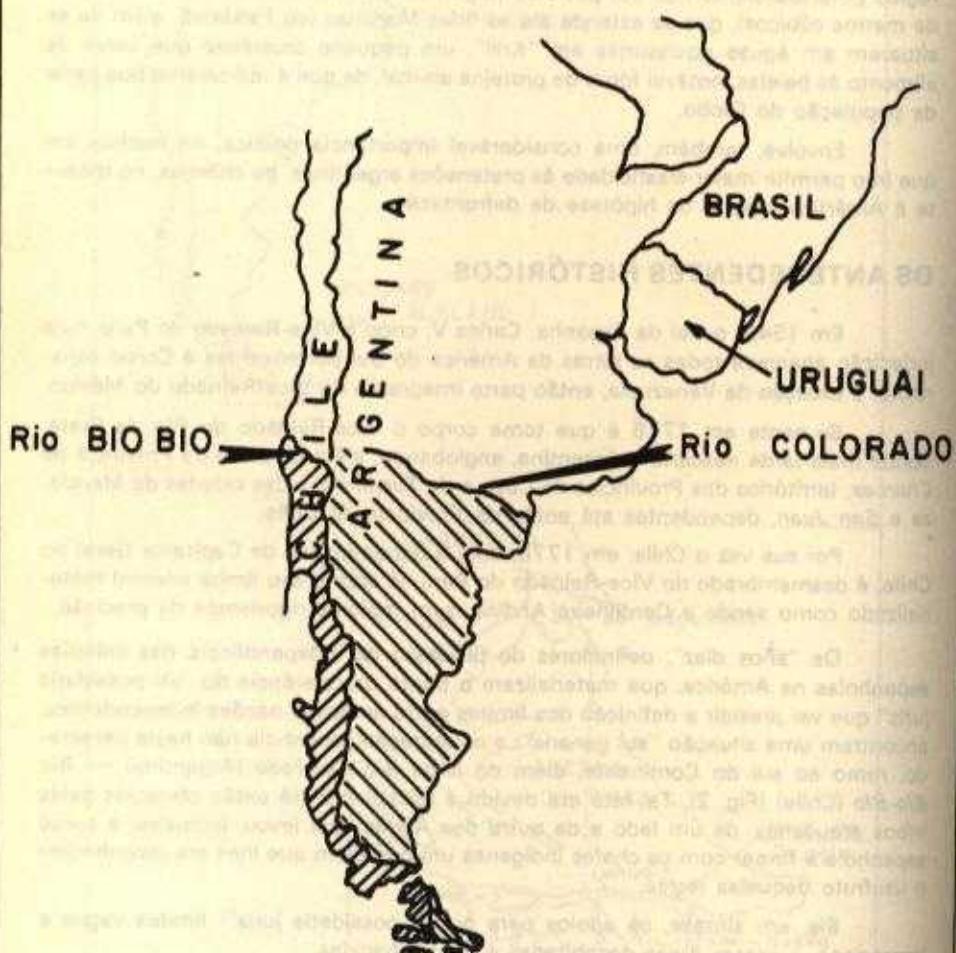


Fig. 2 — Linha Colorado — Bio-Bio

Em 1838, o navio *Sirius* realizou o primeiro cruzeiro oceânico à base da máquina a vapor, destacando a importância do Estreito de Magalhães, até então relegado a segundo plano, pelas enormes dificuldades que a região apresentava para a navegação a vela.

A nova dimensão daquela passagem oceânica despertou o interesse chileno para a área, cujo governo colocou a questão da posse do Estreito à apreciação de um grupo de juristas, todos chilenos, que, no seu parecer, entenderam que a soberania daquele acidente geográfico não cabia totalmente ao Chile, devendo ser compartilhada com a Argentina.

Não obstante esse parecer, o governo chileno toma posse do Estreito.

Pouco depois, em 25 de abril de 1844, a Espanha, reconhecendo plenamente a independência do Chile, firma com esse país o *Tratado de Paz e Amizade*, rezando o seu artigo 1º: "Sua Majestade Católica, usando de faculdade que lhe compete por decreto das Cortes Gerais do Reino, de 4 de dezembro de 1836, reconhece como Nação livre, soberana e independente a República do Chile, composta pelas regiões especificadas em sua Constituição, a saber: todo o Território que se estende desde o Deserto de Atacama até o Cabo de Hornos e desde a Cordilheira dos Andes até o Oceano Pacífico, com o Arquipélago do Chiloé e as ilhas adjacentes à costa do Chile, e sua Majestade renuncia, tanto por si como por seus herdeiros e sucessores, a toda pretensão ao governo, domínio e soberania das ditas regiões". Estes eram também os limites estabelecidos na Constituição chilena de 1833.

Em verdade, no *Tratado de Paz e Amizade* nada há sobre o Estreito de Magalhães ou o Canal de Beagle. Em verdade, também, uma apreciação desapaixonada desses limites leva a duas constatações:

- 1º) o Deserto de Atacama e o Cabo de Hornos, nos termos do Tratado, são, respectivamente, os limites setentrional e meridional do Chile, o primeiro obviamente definido por sua orla sul, posto que, à época, o Deserto era território boliviano, e o segundo pelo paralelo que o definia, outro não podendo ser o entendimento;
- 2º) o limite oriental, sem nenhuma dúvida, é fixado na Cordilheira Andina, o que implica em defini-lo por sua linha de cumeada que, quanto mais se desenvolve para o sul, mais se aproxima das águas do Pacífico.

## OS TRATADOS

O primeiro Tratado firmado entre a Argentina e o Chile, envolvendo terras austrais — particularmente a posse do Estreito de Magalhães —, data de 1856 e foi denominado de *Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação*.

Em seu artigo 39 está explícito: "Ambas as partes reconhecem como limites de seu respectivo território os que possuíam como tais ao tempo da separa-

ção da dominação espanhola, no ano de 1810, e acordam em aplacar as questões que tenham podido ou possam suscitar-se sobre a matéria, para discuti-la depois, pacífica e amigavelmente, sem recorrer jamais a medidas violentas, e, em caso de chegar a um completo impasse, submeter a decisão à arbitragem de uma Nação amiga".

A referência aos limites de 1810 era de pouca valia; no tocante à arbitragem, afi estão as raízes do laudo hoje contestado pela Argentina.

Ante a iminência de uma guerra entre o Chile e a coligação Peru-Bolívia (em 1873 esses dois países haviam assinado um Tratado Secreto de Aliança Militar), o governo chileno alivia sua pressão no tocante aos seus litígios territoriais com a Argentina e que vinham criando situações de forte tensão, chegando mesmo a enviar um ministro plenipotenciário a Buenos Aires, para tentar um acordo quanto à questão de limites.

Daí resultou o *Tratado de 1881*, marco importante na definição de limites entre os dois países, por ater-se à realidade, abandonando os limites de 1810 e, consequentemente, as indefinições do princípio do "uti possidetis juris".

Merce particular destaque o item que trata das "ilhas", que dizia: "Pertencerão à República Argentina a ilha dos Estados e as ilhotas que se debruçam sobre o Atlântico a Este da Terra do Fogo e das costas orientais da Patagônia; pertencerão ao Chile todas as outras ilhas ao Sul do Canal de Beagle até o Cabo de Hornos e as que estejam a Oeste da Terra do Fogo".

Há, ainda, o *Tratado Aclaratório de 1893*, em complemento ao de 1881, como resultado de uma série de divergências surgidas pela aplicação do Tratado anterior, que estabelece que "a Juízo dos governos respectivos, e segundo o espírito do Tratado de Limites, a República Argentina conserva seu domínio e soberania sobre todo o Território que se estende a oriente da cadeia principal dos Andes até as costas do Atlântico, como a República do Chile o Território ocidental até as costas do Pacífico, entendendo-se que, pela disposição do dito Tratado, a soberania de cada Estado sobre o litoral respectivo é absoluta, de tal sorte que o Chile não pode pretender ponto algum sobre o Atlântico, como a República Argentina não pode pretendê-lo sobre o Pacífico". Essa disposição passou a ser conhecida como *Princípio das Oceano*s.

## A CRONOLOGIA DA CRISE

**Ano de 1902** — firmado um Tratado entre ambos os países, denominado *Tratado Geral de Arbitragem*, ratificando a disposição fundamental que haveria de presidir, no futuro, a solução das questões de fronteiras e os problemas de segurança que os envolvessem. Apresentava como aspectos fundamentais: o fato de eleger, "a priori", o Governo Britânico para arbitrar as questões que porventura viessem a surgir; a definição (Art. XIII) de que "a sentença dictada

pelo árbitro seria inapelável e o seu cumprimento confiado à honra das Nações signatárias do Tratado", e a admissão do direito de recurso da sentença, antes de vencido o prazo para a sua execução.

- Ano de 1915 — o governo argentino protesta contra a concessão, dada pelo Chile, para a exploração das ilhas Picton e Nueva. Pouco depois é firmado um Protocolo em que as duas partes acordavam em submeter à arbitragem do Rei da Inglaterra a questão sobre as ilhas Picton, Nueva, Lennox e outras ilhotas.
- Ano de 1919 — os representantes de várias nações marítimas, reunidos em Londres, concordam em que o divisor entre os oceanos Pacífico e Atlântico, no hemisfério sul, é o *meridiano do Cabo de Hornos* (Fig. 3).

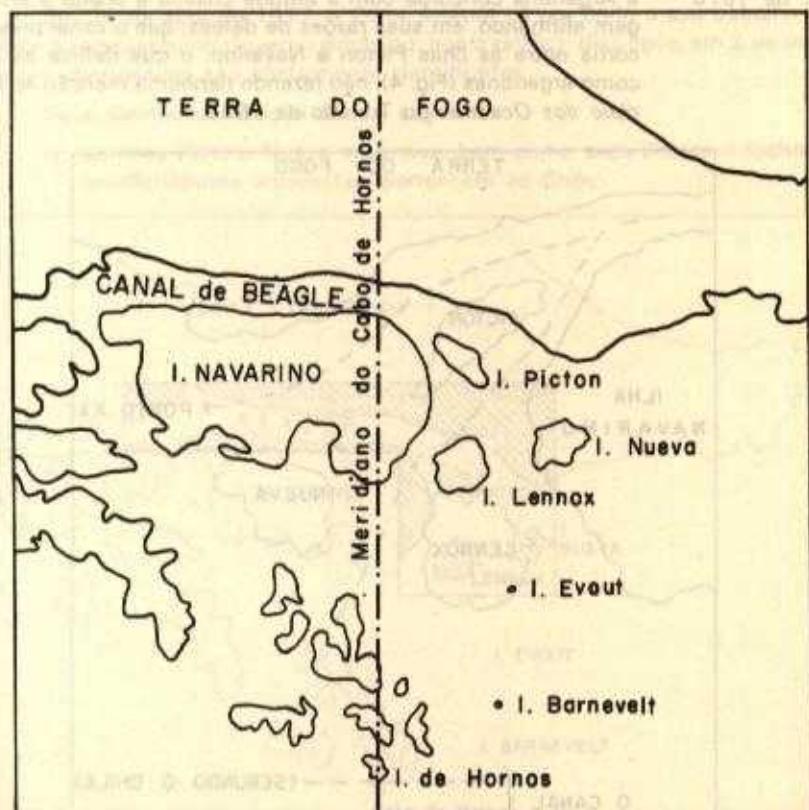


Fig. 3 — O Meridiano do Cabo de Hornos

- Ano de 1938 — proposta argentina no sentido de que a questão das ilhas fosse submetida a arbitramento.
- Ano de 1954 — proposto, pela Argentina, um acordo direto entre os dois países, no tocante às ilhas Picton, Nueva e Lennox.
- Ano de 1958 — os dois países assinam uma declaração conjunta, afirmando o propósito de solucionar pacificamente as divergências sobre limites.
- Ano de 1967 — a "questão do Beagle" é submetida pelo Chile, unilateralmente, à arbitragem da Rainha da Inglaterra, defendendo o posicionamento das ilhas Picton, Nueva e Lennox ao sul do Canal de Beagle, sendo consequentemente chilenas, à luz do Tratado de 1881.
- Ano de 1970 — a Argentina concorda com a atitude chilena e aceita a arbitragem afirmando, em suas razões de defesa, que o canal principal corria entre as ilhas Picton e Navarino, o que definia as ilhas como argentinas (Fig. 4), não fazendo nenhuma menção ao *Princípio dos Oceânos* do Tratado de 1893.



Fig. 4 — Os "Canais".

## O LAUDO ARBITRAL INGLÊS

Em 22 de julho de 1971, o Governo de Sua Majestade Britânica, de conformidade com os termos do Tratado de 1902, e após consultar separadamente as duas partes interessadas, fixou o *Compromisso de Arbitragem*, cujos pontos principais são os seguintes:

- designação de uma Corte Arbitral, integrada por 5 membros, todos juízes da Corte Internacional de Justiça, para apreciar a questão e apresentá-la à consideração final do Árbitro;

- indicação de que a "questão de Beagle" dizia respeito à definição da posse das ilhas Lennox, Picton e Nueva e as ilhotas adjacentes, perfeitamente enquadradas dentro de uma área precisamente definida e que, em razão do seu formato, ficou conhecida como *Área do Martelo* (Fig. 5).

Em 24 de abril de 1977, a Corte Arbitral dá por findo o seu trabalho e o submete à apreciação do Governo Britânico, que o ratifica; dias após, em 2 de maio, as partes interessadas são oficialmente cientificadas.

Seus elementos básicos são os seguintes:

- as ilhas Picton, Nueva e Lennox, bem como suas ilhotas e rochedos imediatamente adjacentes, pertencem ao Chile;



Fig. 5 — A "área do martelo"

- o limite entre as jurisdições argentina e chilena na área fica definido em um mapa anexado ao Laudo, materializado por uma linha tracejada em vermelho, extrapolando a "Área do Martelo";
- é fixado o prazo de 9 (nove) meses para o seu acatamento pelas partes.

Tudo indica que o documento básico para a emissão do Laudo foi o Tratado de 1881.

Da mesma forma, depreende-se que nenhuma consideração foi dada ao Protocolo de 1893, cujo ponto fundamental era o *Princípio dos Oceanos*, sob a alegação de que tal princípio não estava explícito no Tratado de 1881, agravado pelo fato de que somente em 1919 a linha divisória entre o Atlântico e o Pacífico foi definida pelo meridiano do Cabo de Hornos, não levando em conta que, já em meados do Séc. XIX, a "Royal Geographic Society" de Londres assim o considerava.

Finalmente, os elementos cartográficos tomados como referência para a definição do Canal foram as cartas marítimas do Cap. Fitz Roy.

## POSIÇÃO DO CHILE

Tão logo tomou ciência dos termos do Laudo Arbitral, o Chile reconheceu-o e, em seguida, deu a conhecer o Decreto nº 417/77, também chamado das *Linhas de Bases Retas*, pelo qual define como chilenas todas as ilhas, inclusive a de Hornos, ao Sul do Canal de Beagle, e estende, a partir delas, a sua soberania ao mar territorial de 200 milhas, adentrando o Atlântico (Fig. 6).

Pouco antes o Chile protestava contra o que denominou de "repetidas violações do Território chileno" por navios e aeronaves militares argentinas, citando diretamente a instalação de um sinal luminoso na ilha *Barnevelt* (Fig. 6), situada ao sul do Canal.

Cerca de um mês depois, rechaçando um protesto argentino relativo à instalação de postos de vigilância chilenos nas ilhas *Deceit* e *Freyckenet* (Fig. 6), debruçadas sobre o Atlântico, afirma que, em função do Laudo Arbitral, as ilhas são chilenas, não cabendo tal protesto.

## POSIÇÃO DA ARGENTINA

Conhecido o Laudo Arbitral, a Argentina declarou formalmente, na mesma data, que iria apreciá-lo utilizando-se do prazo de 9 meses, já estabelecido. Na mesma declaração afirmava, também, que, apesar da tradição da política exterior argentina de cumprir os compromissos internacionais assumidos, mantinha o princípio de que "nenhum compromisso a obriga a cumprir qualquer cláusula que afetasse os interesses vitais da nação".

Em Nota de 11 de julho de 1977, o governo argentino rechaça o protesto chileno no tocante à instalação de um sinal luminoso na ilha de *Barnevelt*, por

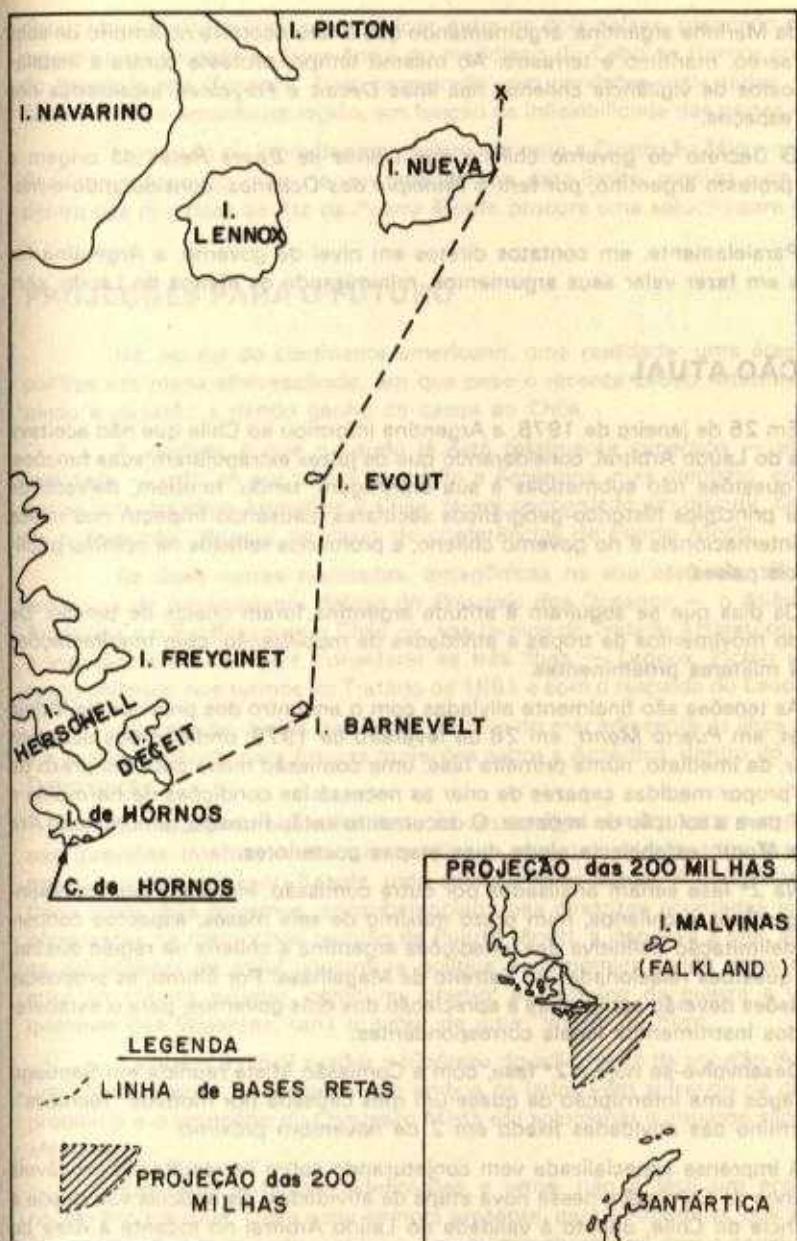


Fig. 6 — A Linha de Bases Retas e a Projeção das 200 Milhas.

unidade da Marinha argentina, argumentando que o fato ocorreu no âmbito de seus espaços aéreo, marítimo e terrestre. Ao mesmo tempo, protesta contra a instalação de postos de vigilância chilenos nas ilhas *Deceit* e *Freycken*, localizadas nos mesmos espaços.

O Decreto do governo chileno das *Linhas de Bases Retas* dá origem a enérgico protesto argentino, por ferir o *Princípio dos Oceanos*, considerando-o inaceitável.

Paralelamente, em contatos diretos em nível de governo, a Argentina fez tentativas em fazer valer seus argumentos, minimizando os efeitos do Laudo, sem sucesso.

## SITUAÇÃO ATUAL

Em 25 de janeiro de 1978, a Argentina informou ao Chile que não aceitava os termos do Laudo Arbitral, considerando que os julgues extrapolaram suas funções, julgando questões não submetidas à sua arbitragem, tendo, também, deixado de considerar princípios histórico-geográficos seculares, causando impacto nos meios jurídicos internacionais e no governo chileno, e profundos reflexos na opinião pública dos dois países.

Os dias que se seguiram à atitude argentina foram cheios de tensão. De lado a lado movimentos de tropas e atividades de mobilização, com manifestações de chefes militares proeminentes.

As tensões são finalmente aliviadas com o encontro dos presidentes Videla e Pinochet, em *Puerto Montt*, em 28 de fevereiro de 1978, onde ambos acordam em formar, de imediato, numa primeira fase, uma comissão mista para, no prazo de 45 dias, "propor medidas capazes de criar as necessárias condições de harmonia e equidade" para a solução do impasse. O documento então firmado, denominado *Ata de Puerto Montt*, estabelecia ainda duas etapas posteriores.

Na 2<sup>a</sup> fase seriam analisados por outra comissão, integrada por representantes argentinos e chilenos, num prazo máximo de seis meses, aspectos concernentes à delimitação definitiva das jurisdições argentina e chilena na região austral, incluindo questões relacionadas ao Estreito de Magalhães. Por último, as propostas das comissões deverão ser levadas à apreciação dos dois governos, para o estabelecimento dos instrumentos legais correspondentes.

Desenvolve-se hoje a 2<sup>a</sup> fase, com a Comissão Mista reunida em Santiago do Chile, após uma interrupção de quase um mês causada por motivos "técnicos", com o término das atividades fixado em 2 de novembro próximo.

A imprensa especializada vem conjecturando sobre os resultados prováveis dos trabalhos da Comissão, nessa nova etapa de atividades. As notícias vão desde a intransigência do Chile, quanto à validade do Laudo Arbitral no tocante à *Área do Martelo*, admitindo tão-somente discutir a jurisdição das demais ilhas situadas ao sul do Canal, até a possibilidade de ser suspensa, por um período de dez anos, a

discussão das divergências fronteiriças entre os dois países, passando pela rigidez argentina no tocante à observância do meridiano do Cabo de Hornos como divisor do *Princípio dos Oceanos*. Tudo temperado com previsões mais sérias de eclosão de um conflito armado na região, em função da inflexibilidade das partes envolvidas.

Esses são os ingredientes disponíveis para a Comissão Mista que hoje, em Santiago, há pouco mais de um mês de sua data-limite, reunida pela sexta vez, dentro das diretrizes da *Ata de Puerto Montt*, procura uma solução para o impasse.

## PROJEÇÕES PARA O FUTURO

Há, no sul do continente americano, uma realidade: uma área de fricção política em plena efervescência, em que pese o recente Laudo Arbitral inglês definindo a questão e dando ganho de causa ao Chile.

A verdade é que o Laudo já está totalmente superado — esta é outra realidade —, não só por não o ter aceito a Argentina, mas, também, em razão das partes interessadas, Argentina e Chile, terem concordado em discutir, bilateralmente, o “assunto” Beagle, na mesa de conferências de *Puerto Montt*.

As duas outras realidades, antagônicas na sua essência, são a posição argentina de intransigente defesa do *Princípio dos Oceanos* — o Atlântico para a Argentina e o Pacífico para o Chile —, nos termos do Tratado Aclaratório de 1893, e a insistência do Chile em considerar as três ilhas — Lennox, Picton e Nueva — como chilenas, nos termos do Tratado de 1881 e com o respaldo do Laudo Arbitral.

Acresça-se, ainda, o valor econômico do mar adjacente às ilhas em questão e a sua importância para futuras projeções sobre a Antártica, dentro do Princípio da Defrontação.

Em que pese a possibilidade de um conflito armado estar sempre presente nas questões internacionais que envolvam aspectos relacionados à soberania, é pouco provável, no caso Beagle, uma solução pelas armas. A maturidade demonstrada pelos dois governos, consubstanciada nas diretrizes acordadas entre os dois presidentes na memorável reunião de *Puerto Montt*, a isso leva a crer. Acresçam-se as dificuldades da atual conjuntura política e econômica vivida pelos dois países, quer no campo externo, como no interno; ao término da guerra a vitória, para qualquer dos litigantes, teria o sabor de uma “vitória de Pirro” . . .

Também é difícil aceitar a hipótese do adiamento da solução do litígio para um futuro remoto. O desgaste que ambos os lados vêm sofrendo na discussão do problema e o empenho da Comissão Mista em solucionar o impasse são de molde a afastá-la.

Em meio a tantas indefinições e erros, não é fácil um acordo. Faz-se necessário transigir. Deve estar sempre presente, para a Argentina, que a sua defesa foi mal conduzida quando, contra o argumento chileno de que o canal principal de Beagle desenvolvia-se junto ao litoral da Terra do Fogo, contra-argumentou com a

definição do Canal passando entre as ilhas de Navarino e Picton, ao invés de repeli-los com base do Tratado de 1893.

Por outro lado, houve uma certa precipitação na posição chilena, quando encampou o Laudo Arbitral no tocante à sua soberania sobre as ilhas situadas ao Sul da ilha de Navarino, cuja definição de posse não fora submetida ao árbitro.

As diversas condicionantes em presença quase que conduzem a uma solução, ou a uma sua variante, equilibrada entre as posições argentina (*Princípio dos Oceanos*, com base no meridiano do Cabo de Hornos) e chilena (validade do Laudo Arbitral para as ilhas da embocadura do Canal), na medida em que a Ilha Nueva, a mais oriental das três ilhas, seja definida como ilha oceânica, cabendo a sua posse à Argentina, e consideradas chilenas, em respeito ao Tratado de 1881, as ilhas Lennox e Picton. Por outro lado, também seriam argentinas, ainda em respeito ao Tratado de 1893, as ilhas Ewart, Barnevelt e Deceit, que servem de apoio à Linha de Bases Retas preconizada pelo Chile (Fig. 6), quando da apresentação do Laudo Arbitral, de tal forma que a Este da Linha estivessem as águas argentinas, enquanto a Oeste as considerações de mar territorial seriam definidas pelas normas do Direito Internacional que regem o assunto.

## FONTES DE CONSULTA

- CHILE EN EL CANAL BEAGLE Y MARES AUSTRALES — Juan Agustín S. Rodríguez — Imprenta Mercantil (Valparaíso — 1958).
- LA CUESTIÓN DEL BEAGLE — Manuel E. Malbrán — EMECÉ Editores (B. Aires — 1973).
- EL DIFERENDO CHILENO ARGENTINO EN LA ZONA DEL CANAL BEAGLE — Fábio Vio Valdivieso — Editorial Del Pacífico (Santiago — 1972).
- CONFLICTOS DE LÍMITES Y DE POSESIONES EM SUD AMÉRICA — Gordon Ireland — Círculo Militar/Biblioteca del Oficial (B. Aires — 1942).
- ASPECTOS GEOPOLÍTICOS DA AMÉRICA DO SUL (Coletânea) — C. Prep. ECUME (Rio — 1973).
- FORMAÇÃO DAS NACIONALIDADES LATINO-AMERICANAS (1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> Partes) — Gen. Flamarion B. Lima — C. Prep ECUME (Rio — 1969).
- A INDEPENDÊNCIA NA AMÉRICA LATINA — Gen. Flamarion B. Lima — C. Prep ECUME (Rio — 1969).
- EVOLUÇÃO POLÍTICA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS (2<sup>a</sup> Parte) — Gen. Flamarion B. Lima — C. Prep ECUME (Rio — 1969).
- Reportagens sobre a "Crise do Canal de Beagle" — Revista "VEJA", Jornal "O ESTADO DE SÃO PAULO" e Jornal "O GLOBO".
- Artigos sobre o "Canal de Beagle" — Revista "ESTRATÉGIA" (B. Aires, 1977 e 1978).



# O ESTADO-MAIOR E SEUS OFICIAIS EVOLUÇÃO ATRAVÉS DOS TEMPOS

**General-de-Exército Fernando Belfort Bethlem**  
**Ministro do Exército**

## 1. INTRODUÇÃO

**Q**ualquer oficial que tenha cursado a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército fica a ela afetivamente ligado pelo resto de sua existência.

Na medida em que o tempo se escoa esta afetividade vai aumentando cada vez mais, estimulada pelo orgulho do oficial de Estado-Maior quando constata a certeza de suas lições e de seus valores morais e espirituais.

É por estas razões que estou muito contente e envalidecido, neste momento, retornando na qualidade de conferencista e revivendo as mesmas emoções dos vários anos aqui passados como instrutor.

Eu falarei hoje a respeito do Estado-Maior e seus oficiais — Evolução através dos tempos.

Trata-se de um assunto básico para a compreensão de nosso papel e das exigências profissionais que nos pesam sobre os ombros.

E mais ainda, a compreensão deste tema torna-se necessária na medida em que consideramos as características dos tempos modernos, tempos difíceis, quando estão sob desafio as nossas mais caras conquistas como pessoas, como sociedade e como humanidade.

Seguiremos, nesta palestra, o seguinte sumário:

## 1. INTRODUÇÃO

## 2. SÉCULO XIX

- FRANÇA: Napoleão Bonaparte
- PRÚSSIA: Helmuth Von Moltke
- PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DE ESTADO-MAIOR

## 3. 1<sup>ª</sup> GUERRA MUNDIAL

- AFIRMAÇÃO DOS ESTADOS-MAIORES

## 4. 2<sup>ª</sup> GUERRA MUNDIAL

- AUMENTO REPENTINO DOS EFETIVOS
- REFLEXOS NOS ESTADOS-MAIORES

## 5. NO BRASIL

- CAXIAS
- GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA
- CRIAÇÃO DO ESTADO-MAIOR
- MISSÃO INDÍGENA
- MISSÃO MILITAR FRANCESA
- FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA
- PERÍODO PÓS-GUERRA

## 6. CONCLUSÕES

## SÉCULO XIX

As origens dos Estados-Maiores se perdem nas brumas da história e no empirismo das guerras primitivas. É difícil precisar o local e a época do seu aparecimento. Entretanto, ao longo da crônica militar de diversos povos, sua existência se manifesta claramente, quer pela evolução constante das técnicas de combate, quer pelos progressos continuamente introduzidos pelos seus integrantes na organização dos Exércitos.

Com o aumento crescente dos efetivos que se empenhavam nas lutas, mesmo um gênio guerreiro não teria mais capacidade, física e intelectual, de se encarregar pessoalmente de todos os detalhes decorrentes da organização, administração, manutenção e, particularmente, das operações de um Exército em campanha.

Os Estados-Maiores foram o meio através do qual tal controle se tornou possível.

Tomarei como marco inicial deste estudo o surgimento, no cenário mundial, daquele que foi um dos maiores, senão o maior gênio guerreiro da humanidade: Napoleão Bonaparte. Sua influência sobre a doutrina e a técnica militares modernas foi mais ampla que a de todos os outros grandes comandantes de então. Com ele surgiram os Exércitos realmente nacionais.

A sua privilegiada inteligência associada à incomum capacidade de trabalho, faziam com que esse gênio da guerra dispensasse a presença de conselheiros, quando se tratava do emprego operacional das suas forças.

Sozinho, centralizava em suas mãos funções que chefes de menor envergadura intelectual delegariam de boa vontade aos seus assessores, integrantes dos respectivos Estados-Maiores.

A propósito, é válido recordar as palavras de um grande Chefe prussiano a respeito da resultante dos trabalhos dos oficiais de Estado-Maior: os resultados alcançados por uma inteligência privilegiada podem, também, ser atingidos por várias inteligências normais, trabalhando em conjunto.

Pessoalmente, Napoleão Bonaparte pouco se interessava pelo progresso da doutrina de Estado-Maior, uma vez que não tinha, no mesmo grau de outros chefes, necessidade de assessoramento. A sua importância na evolução desse órgão advém da maneira como a doutrina de estado-maior então vigente foi adaptada, desenvolvida, utilizada e melhorada pelo conjunto das forças francesas.

Ao afirmar que a arte da guerra era simples e toda de execução, o grande Corso queria dizer que o melhor planejamento de nada valeria sem uma pronta e eficiente realização pelos escalões subordinados.

Muito introspectivo, ciente e consciente do valor dos planos por ele próprio elaborados, confiando na bravura, na disciplina e na experiência dos seus comandantes, mas não nas suas iniciativas durante o combate, pois conhecia profundamente a capacidade e as limitações de seus colaboradores, Napoleão procurou reduzir ao máximo o papel dos intermediários.

Antes de uma batalha ele normalmente reunia os seus generais e lhes transmitia, de viva voz, o plano a ser executado. Não costumava distribuir Ordem de Operações. Cada comandante recebia ordens particulares, verbais ou escritas, estas últimas através do Marechal Berthier, seu Chefe de Estado-Maior.

Logicamente, a organização e o funcionamento do Estado-Maior, bem como a atuação dos seus componentes, tinham que se adaptar à sua personalidade e ao seu método peculiar de comando.

O Grande Quartel-General de Napoleão Bonaparte compreendia o Estado-Maior Pessoal e o Estado-Maior Geral.

O Estado-Maior Pessoal era constituído por Generais-de-Brigada e de Divisão designados como Ajudantes.

Em face da relevância do papel que desempenhavam durante as operações, os integrantes do Estado-Maior Pessoal eram escolhidos pelo próprio Imperador. Tamanha honra somente era concedida àqueles oficiais-generais que possuíssem, além de boa reputação militar, qualidades superiores de audácia, experiência e presença de espírito, indispensáveis ao cumprimento das importantes missões de ligação e de reconhecimento, que eram as suas principais atribuições.

Eles eram os mensageiros de confiança que levavam as ordens a grandes distâncias, não raro através de terreno dominado pelo inimigo, e realizavam reconhecimentos sobre os quais o Imperador se basearia para tomar suas decisões.

Além disso, os Ajudantes deviam estar em condições de ocupar os cargos que viessem a vagar em decorrência de baixas havidas durante as operações.

O Estado-Maior Geral, sob a chefia do Marechal Berthier, apenas transmitia as ordens relativas às operações, sem, entretanto, jamais contribuir para o preparo das decisões do Imperador e, consequentemente, sem engajar a sua responsabilidade de órgão de assessoramento, pois Napoleão prescindia da cooperação de seus auxiliares.

A extensão até certo ponto reduzida dos campos de batalha, consequência direta do pequeno alcance das armas de fogo, tornava fácil para os comandos da época a supervisão do dispositivo tomado pela tropa e o acompanhamento das operações.

Cabia ao Estado-Maior Geral de Bonaparte, entretanto, importante papel no que se referia ao apoio administrativo, pelo qual era o responsável.

Apesar do brilho emprestado por Napoleão à arte da guerra, não devemos esquecer que foram os prussianos, desde os tempos de Frederico, o Grande, os primeiros a darem ao serviço de Estado-Maior, expressão que trazia em seu bojo o planejamento da guerra, a relevância que hoje se observa em todo o mundo.

A par do elevado conhecimento profissional exigido dos oficiais do Estado-Maior prussiano, tendo em vista, principalmente, o acompanhamento das operações e a possibilidade, sempre presente, de terem que sugerir mudanças ou adaptações das ordens expedidas aos Comandos subordinados, destacava-se o anonimato da sua atuação, considerado como a verdadeira essência do seu trabalho de planejamento.

O aparecimento das ferrovias e a melhoria das comunicações, particularmente com o surgimento do telégrafo, acarretaram grandes modificações na arte da guerra e exigiram, dos oficiais integrantes dos Estados-Maiores, profundas reformulações de conceitos.

O Exército alemão dispôs, nessa época, do homem certo: Helmuth Von Moltke, o Velho.

Enquanto os Marechais de Napoleão eram instrumentos de um chefe que exigia obediência irrestrita, jamais dando atenção ou respeitando as individualidades

ou a capacidade pessoal, os subordinados de Moltke eram instruídos para pensar e transmitir suas idéias, debatendo-as com toda liberdade.

Deve-se a Moltke o desenvolvimento do método das Diretivas Gerais, que dava aos comandantes subordinados a necessária e indispensável autonomia para poderem exercitar e desenvolver a sua própria iniciativa.

Chegou mesmo a afirmar, certa feita, que "a vantagem que um comandante pensa obter, através de intervenções continuadas e pessoais, é muito ilusória. Agindo assim, ele assume encargos que pertencem a outros, cuja eficiência é então destruída. Além do mais, multiplica suas próprias tarefas a ponto de não poder resolvê-las".

Confiando em si, Moltke confiava nos outros.

E, devido ao seu forte senso de responsabilidade, comunicava este sentimento aos seus subordinados, transformando-os em uma geração de insignes oficiais de estado-maior, que se distinguiam por um alto valor moral e pela simplicidade de suas vidas.

Esses homens passaram a constituir um grupo unido e coeso em torno da doutrina militar alemã de então e tiveram grande influência no Exército, uma vez que quase todos os grandes comandos estavam sendo exercidos por oficiais oriundos da Escola de Estado-Maior.

Por outro lado, na França, já ao final do século passado, os chefes militares sentiram a necessidade de dar ao Exército um elevado instrumento de formação militar, convictos de que a ciência da guerra só se ensina metódicamente, porque mais do que qualquer outra atividade, a própria guerra exige método, já que o número de fatores que devem ser levados em conta, sem esquecer um sequer, sob pena de fracassar, aumenta incessantemente.

Foi, então, criada a Escola Superior de Guerra, para formação de oficiais de Estado-Maior, destinada a oficiais subalternos.

A admissão, já naquela época, era feita mediante concurso.

Seu programa de ensino previa o estudo e a análise das possíveis soluções a serem dadas aos diversos problemas que poderiam surgir em uma situação de guerra, procurando desenvolver nos futuros oficiais de Estado-Maior, no mais alto grau, os valores morais de suas personalidades, além de obrigá-los a decidir no terreno.

Observa-se, desta forma, a grande preocupação dos altos escalões com a formação dos oficiais de estado-maior. Todo esforço era feito a fim de proporcionar-lhes a mais completa e aprimorada instrução técnico-profissional. Segundo o General Dufourt, os altos chefes militares franceses estavam conscientes de que a grandeza de um comandante dependia, em larga escala, do emprego que ele soubesse fazer do seu Estado-Maior.

Buscava-se, simultaneamente, a ampliação das suas bases culturais, a fim de torná-los capazes de acompanhar e participar do vertiginoso progresso científico-

tecnológico, cujos reflexos, sobre o campo militar, já vinham se fazendo sentir, desde há algum tempo, de forma bastante efetiva. Pois é sabido que as épocas de ciência e de cultura são também épocas de progresso para a doutrina militar.

Já estava muito longe o tempo em que o comandante tinha o domínio visual completo do campo de batalha.

A modernização do armamento obrigou à dispersão.

E esta, exigia homens de grande descritivo, iniciativa e bem desenvolvida capacidade de análise.

Todavia, apesar dos avanços, nem tudo foi fácil ao longo da ascendente trajetória de afirmação do Estado-Maior e os oficiais que o compunham nem sempre foram bem aceitos pelos demais companheiros de caserna.

O Marechal Wrangel declarou certa feita que o Estado-Maior alemão era inteiramente desnecessário e constituía uma vergonha e uma desgraça para um Marechal prussiano ter um punhado de escreventes incapazes sob as suas ordens.

## 1ª GUERRA MUNDIAL

Foi durante esta conflagração, a primeira de caráter realmente mundial, mobilizando vários milhões de homens e um sem-número de nações, que se verificou o pleno funcionamento dos Estados-Maiores, particularmente o alemão, destacando-se a eficiente atuação da dupla Hindenburg-Ludendorff.

Durante os quatro anos de guerra aconteceram fatos que comprovaram o acerto das medidas adotadas pelos países beligerantes, visando à melhoria da formação intelectual e profissional dos oficiais de Estado-Maior.

Pela primeira vez ocorreram interferências diretas de oficiais de Estado-Maior nas operações dos grandes escalões de comando.

Estes oficiais eram mandados às frentes de combate como observadores dos Grandes Quartéis-Gerais e dispunham de autoridade suficiente para, caso julgassem necessário, sugerir "in loco" modificações nas manobras em execução.

Como exemplo, citaremos o caso do Tenente-Coronel HENTSCH, Chefe da Seção de Informações do Grande Quartel-General Alemão.

Para bem compreendermos a atuação desse Oficial nas operações levadas a efeito por dois Exércitos de Campanha Alemães e os reflexos sobre a Primeira Grande Guerra como um todo, faz-se mister um exame da situação no período de cinco a dez de setembro de 1914.

O plano germânico, historicamente conhecido como Plano SCHLIEFFEN, consistia, entre outras ações, na invasão da França pelo Nordeste, através da Bélgica e do Luxemburgo.

No começo de setembro de 1914 esse Plano estava em plena execução. A Alemanha havia cruzado a fronteira com cinco Exércitos de Campanha.

Os primeiro e segundo Exércitos constituíam a ala direita do ataque alemão e deveriam envolver Paris por oeste. Eram as forças que inicialmente dispunham de maior poder de combate.

As vitórias fáceis do início da campanha criaram na opinião pública alemã e, particularmente, no Grande Quartel-General Alemão, por demais afastado da frente, um clima de euforia que resultou na roçada de várias Grandes Unidades para outras frentes e, consequentemente, na diminuição da potência da ala direita, responsável pelo esforço principal da invasão. Ocorreu também, por simples sugestão do Comandante de um dos Exércitos, a mudança da direção do ataque da ala direita, abandonando-se a idéia inicial de envolver Paris por oeste.

Talvez por deficiência de coordenação das ações dos Primeiro e Segundo Exércitos, surgiu entre eles uma brecha, que logo passou a ser aproveitada pelos franceses.

Por outro lado, o flanco direito do ataque alemão ficou exposto à ação das tropas inicialmente destinadas à proteção da capital francesa, agora livres para atuarem sobre os invasores.

Mandado à frente de combate como observador do Grande Quartel-General Alemão, o Tenente-Coronel HENTSCHE fez uma análise da situação geral e, em consequência, com a autoridade que lhe havia sido delegada pelo Chefe do Estado-Maior, General Moltke, o Moço, sugeriu aos comandantes dos Primeiro e Segundo Exércitos uma parada na ofensiva e o retraimento de suas forças, por medida de prudência.

A sugestão foi feita e aceita apesar das condições favoráveis em que a batalha vinha se desenvolvendo, do razoável poder de combate ainda disponível e da proximidade em que se encontravam os elementos da vanguarda alemã da parte leste de Paris.

A delegação de autoridade obviamente significa confiança na ação e nos conhecimentos profissionais dos assessores. Para estes, resulta em enorme aumento de responsabilidades no planejamento e na conduta das operações.

Não nos cabe, evidentemente, fazer aqui e agora o julgamento da decisão do Tenente-Coronel HENTSCHE nem, muito menos, do General MOLTKE, Chefe do Estado-Maior Alemão, que tanta autoridade pôs em suas mãos.

O nosso objetivo é mostrar que a sua intervenção na manobra alemã, sob o ponto de vista da História, representou uma das primeiras, senão a primeira afirmação do Estado-Maior e se constituiu em demonstração de confiança do Chefe na ação e na formação dos seus assessores, bem como no conhecimento que estes tinham das idéias e intenções do Comando Supremo, condição essencial ao pleno desempenho do trabalho de assessoramento.

## 2º GUERRA MUNDIAL

A 2ª Guerra Mundial teve profundas repercussões no Brasil, como de resto em todo o Mundo.

Dela participamos ao lado dos aliados, cujo país líder eram os Estados Unidos da América.

Em conseqüência, fomos aos poucos abandonando a influência francesa, como já o tínhamos feito com a alemã, e aceitando a norte-americana, trazida não somente pelos oficiais mandados aos Estados Unidos para fins de cursos, como pela presença, entre nós, de uma Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

A organização da Força Expedicionária Brasileira e a sua atuação na Europa, integrando um Exército Aliado, consolidaram essa influência.

Convém não esquecer, como um dado suplementar importante, que as relações entre o Brasil e os Estados Unidos sempre foram estreitas e muito cordiais desde os tempos do Primeiro Império.

Sobre os Estados-Maiores em geral, a Segunda Grande Guerra provocou, como não poderia deixar de ocorrer, sensíveis e compreensíveis transformações.

Exércitos relativamente pequenos foram repentinamente ampliados com a mobilização de vários milhões de homens.

Por falta de condições para a formação, em curto prazo, de oficiais de Estado-Maior em número necessário, os Exércitos combatentes tiveram necessidade de apelar para elementos da reserva, comissionando-os nos diferentes graus da hierarquia militar e dando-lhes, por meio de rápidos cursos de atualização, a especialização militar necessária ao desempenho de funções específicas nos diferentes Estados-Maiores.

Durante este conflito foram levadas a efeito operações que proporcionaram aos estados-maiores oportunidades para a realização de trabalhos do mais alto nível.

A título de ilustração citaremos dois fatos que retratam, de forma insofismável, a capacidade de planejamento de um Estado-Maior e o grau de interação existente entre o Comandante e os seus assessores imediatos.

A primeira delas envolveu o célebre Terceiro Exército norte-americano comandado pelo não menos conhecido General Patton.

Durante a contra-ofensiva alemã nas Ardenas, uma força aliada bastante potente, inclusive com a 101ª Divisão de Pára-quedistas, ficou cercada na região de Bastogne, no leste da França.

Convocado pelo General Bradley, Comandante do Grupo de Exércitos, para uma reunião, o General Patton teve a intuição de que lhe seria dada a missão de socorrer aquelas forças.

Assim, antes de atender a convocação, reuniu o seu Estado-Maior e estudou com ele um plano que lhe permitisse, apesar de estar atacando na direção geral Leste, romper o contato e ficar em condições de atuar, no menor tempo possível, na direção Norte.

A reunião com o Estado-Maior, segundo o próprio General Patton afirma em seu livro *A GUERRA QUE EU CONHECI*, durou apenas uma hora.

Estava-se a 19 de dezembro de 1944. Perguntado pelo General Bradley quanto tempo necessitaria para executar a mudança da sua frente de ataque para o Norte, Patton informou-lhe precisar de apenas três dias. No dia 22 estaria em condições de atacar o flanco esquerdo alemão na direção Norte.

Comentando este fato, cuja complexidade os senhores estão em muito boas condições para avaliar, o General Patton diz que ele só foi possível graças à eficiência do seu Estado-Maior e à qualidade superior dos oficiais que o constituíam.

Segundo o General Bradley, mais de cento e trinta e três mil carros de combate e viaturas de todos os tipos tomaram parte nesta marcha forçada de 24 horas, pelas estradas geladas do leste da França.

A rapidez com que o Terceiro Exército deslocou suas tropas para o Norte assombrou a todos os aliados.

A propósito, o próprio General Bradley afirma em seu livro *HISTÓRIA DE UM SOLDADO*, o seguinte: "Se bem que a mobilidade tenha sido a arma secreta que derrotou Von RUNDSTED nas Ardenas, deve-se sua eficácia ao excelente resultado dos ensinamentos ministrados aos oficiais de estado-maior do exército norte-americano."

A outra operação, exemplo típico de planejamento de Estado-Maior em todos os níveis, foi o desembarque aliado na Normandia no dia 6 de junho de 1944.

À grandiosidade dos números somaram-se as dificuldades inerentes ao tipo e à natureza dessa operação — um assalto anfíbio realizado por uma força constituída por diferentes nacionalidades, cada qual trazendo como ingrediente importante para a interação de todos, os costumes e inclinações que sempre influenciam os homens e as organizações.

Para um oficial de Estado-Maior, esse é um caso histórico bastante interessante.

Nele pode-se genericamente imaginar a importância do trabalho de um Estado-Maior moderno e as exigências de natureza profissional, cultural, física e moral que pesam sobre os seus membros, quando envolvidos em situações semelhantes.

Como sempre, tudo tem início na Missão: "Invadir o continente europeu e, em coordenação com outras nações aliadas, empreender operações visando ao coração da Alemanha e à destruição de suas Forças Armadas."

Eis a tarefa a ser levada a cabo pelo General Eisenhower, constante da "Diretriz ao Comandante Supremo das Forças Expedicionárias Aliadas" do dia 12 de fevereiro de 1944.

Os grandes problemas tiveram início na própria constituição dos comandos operacionais, quando entraram em jogo fatores de natureza política.

Na constituição dos estados-maiores valorizou-se a inteligência, o tato, a firmeza de atitudes e o aprofundado conhecimento profissional baseado na experiência de cada oficial.

**Os problemas táticos e de apoio administrativo eram típicos de um Estado-Maior:**

- Conhecimento do terreno e das condições meteorológicas;
- Avaliação das possibilidades do inimigo;
- Seleção de uma frente onde seria realizado o assalto anfíbio;
- Estabelecimento de objetivos da cabeça de praia;
- Transporte e suprimento;
- Coordenação de forças de diferentes tipos e naturezas;
- Informação e contra-informação, e muitos outros.

**Os senhores bem podem imaginar também os problemas de pessoal, de ajustamento, de assuntos civis e governo militar surgidos no planejamento e na execução das operações militares.**

Tais problemas, como é natural, exigiam do oficial de Estado-Maior a habilidade e o tirocínio para tratar com especialistas e assessores civis do mais alto nível, além de uma sólida cultura geral.

Este caso histórico, recomendável à meditação dos senhores, mostrou, sobretudo, a complexidade de uma operação interaliada e apontou a necessidade do estudo e do aprimoramento do moderno oficial de Estado-Maior, cujos sólidos conhecimentos profissionais devem ser ornados por uma personalidade ajustada e complementados por uma cultura geral aprofundada.

## NO BRASIL

No caso brasileiro tomarei como marco inicial o período histórico assinalado pela guerra da Tríplice Aliança, particularmente o comando de Caxias.

As razões, entre outras, são as seguintes: em primeiro lugar, aquela foi a maior guerra de que participamos, exigindo da nação um enorme esforço para que fosse levada a bom termo; em segundo lugar, Caxias foi, indubitavelmente, um dos maiores e mais bem preparados militares do seu tempo. Sua atuação nas campanhas internas e externas foi realmente brilhante, nada ficando a dever aos grandes chefes guerreiros de outros países.

Para comprovar essa afirmativa, que à primeira vista parece impregnada de grande dose de ufanismo, desejo recordar sua atuação durante a fase daquela guerra conhecida como dezembrada.

O ambiente era o então formidável conjunto defensivo Piquiciri-Angustura, que deveria ser conquistado.

Para solucionar o problema, três grandes linhas de ação foram concebidas por Caxias, Comandante-em-Chefe das forças aliadas, que, por inexistir o trabalho de Estado-Maior nos moldes em que hoje é conhecido, as discutia com os oficiais-

generais subordinados, em reuniões que passaram à história com o nome de Conselhos de Guerra.

A primeira dessas linhas de ação seria enfrentar e romper, desde logo, a posição fortificada do Piquiciri, fazendo, assim, o que os defensores desejavam.

A segunda, seria procurar um desbordamento pela direita e continuar fazendo o que se esperava que os aliados fizessem.

Finalmente, a terceira, que seria lançar-se audaciosamente através do Chaco, tentando o nunca tentado, vencendo o até então nunca vencido e, desta forma, obtendo a surpresa.

Caxias, com o descortino que o caracterizava, aceitou o desafio. Atravessou o Rio, construiu uma estrada e lançou-se com cerca de dezenove mil homens através do Chaco, obtendo a mais completa surpresa estratégica e forçando a aceitação do combate onde não era esperado nem desejado.

Ficou, assim, bastante difícil à defesa, opor-se à manobra aliada, pois:

- quando se esperava que Caxias tentasse o ataque frontal ou o desbordamento pela direita, ele lançava suas forças pela esquerda;
- quando se esperava um desembarque no centro do dispositivo, Caxias desembarcava bem mais ao Norte;
- quando se esperava um prosseguimento para a capital, ao Norte, ele se lançava para o Sul;
- quando se acreditava destruí-lo em uma grande e sangrenta batalha, fora ele o vitorioso;
- quando se antevia seu ataque, partindo do Norte, sobre a forte linha Piquiciri-Angustura, Caxias determinava o antes esperado e agora já esquecido ataque frontal pela Brigada Paranhos.

Da análise dessas campanhas pode-se resumir o pensamento militar do Duque de Caxias em:

- Rapidez e iniciativa;
- Manobra de ala com envolvimento, sempre que possível, dos dois flancos. Em suma, ação indireta;
- Multiplicidade de ameaças, provocando incertezas e uma forte pressão moral nos defensores;
- Manutenção, a todo custo, da liberdade de movimentos;
- Combater, não apenas para destruir as forças imediatamente à frente e sim para alcançar um objetivo maior.

Quase cem anos após esses feitos das armas brasileiras, LIDELL HART, o mais lido, citado e acatado teórico do pensamento militar do nosso tempo, diz o seguinte, em sua obra "STRATEGY", livro de cabeceira dos grandes condutores de homens da atualidade:

"A História da Estratégia é, fundamentalmente, um registro da aplicação e da evolução da ação indireta.

Quando, no decorrer dos estudos de uma longa série de campanhas militares, percebi, pela primeira vez, a superioridade da ação indireta sobre a direta, estava apenas à procura de luzes sobre estratégia. Após maior reflexão, entretanto, comecei a verificar que a ação indireta tinha uma aplicação muito mais ampla — que era norma de vida em todas as esferas, uma verdade filosófica.

Em estratégia, nem sempre a linha reta é o caminho mais curto entre dois pontos.

Na maioria das campanhas, o desequilíbrio físico e psicológico do inimigo foi sempre uma preliminar vital para uma bem sucedida tentativa de vitória. Esse desequilíbrio tem sido obtido mediante uma ação estratégica indireta, intencional ou não, que pode tomar formas diversas."

É justa, portanto, a conclusão de que o Duque de Caxias foi um dos mais insignes Chefes Militares da sua época, adiantado em relação à maioria dos seus contemporâneos e dotado de particular sensibilidade estratégica.

Tal conclusão é reforçada pelo fato, bastante conhecido de todos, de que o Estado-Maior de então, no Brasil como no mundo, era constituído por oficiais que, em geral, nenhuma interferência tinham na montagem e no acompanhamento das operações.

Estas eram fruto da concepção do Comandante-em-Chefe, que as discutia com os comandantes subordinados, quase sempre no próprio campo de batalha, em reuniões conhecidas como Conselhos de Guerra.

Ainda em apoio à conclusão de que Caxias era um homem culto e dos mais proeminentes, podemos citar os seguintes fatos relacionados com Chefes Militares de outras nações, fora da América do Sul:

- Nos Estados Unidos da América, no século passado, somente os generais Lee e "Stonewall" Jackson tiveram, durante a Guerra de Secessão Americana, idéias semelhantes;
- Moltke, em 1870 na Alemanha, Foch, na França em 1918 e até Eisenhower, na década de quarenta, tiveram problemas ao optarem por ações diretas, enquanto generais como Patton, Guderian, Montgomery, Mac Arthur, Von Manstein, Von Rundstedt e Rommel têm suas manobras estratégicas indiretas contadas e admiradas pelos estudiosos, justamente pelos apreciáveis resultados que alcançaram.

A par disso, mesmo um leigo fazendo uma comparação simplista encontrará semelhanças na concepção, nos objetivos e nos resultados alcançados por Caxias, no século passado e por estes grandes Chefes Militares nos nossos dias.

Embora não houvesse naquela época um Estado-Maior organizado nos moldes como hoje se conhece, já existiam na organização do então Ministério da Guerra as Repartições do Ajudante-General e do Quartel-Mestre-General. Aquela,

tratando das questões concernentes à instrução e à disciplina e esta, dos aspectos relativos ao apoio logístico.

A organização geral do Exército, por falta de um órgão apropriado, resultava de pareceres ou sugestões apresentados por um certo número de oficiais que, por determinação ministerial, pessoalmente ou em comissão, estudavam o assunto.

À época da proclamação da República, entretanto, em que pese a apatia reinante no meio militar com relação aos assuntos profissionais, tem início um sopro de modernização, caracterizado pelas facilidades criadas para o aperfeiçoamento de oficiais na Europa, particularmente na Alemanha, e pela reforma do ensino militar.

A Escola Militar já formava, por essa época, oficiais de Estado-Maior em um curso de quatro anos, diferente da formação dada aos oficiais das Armas, cujos cursos eram mais reduzidos.

Verifica-se, desde então, o interesse e o cuidado dispensados à formação cultural do oficial de Estado-Maior.

Em 1896, consolidada a República havia pouco proclamada, ocorre a criação do Estado-Maior do Exército, verdadeiro marco da reação contra a apatia que se seguiu à guerra do Paraguai.

Logo extinguiu-se a Repartição do Ajudante-General e o Estado-Maior tornou-se uma realidade sob a chefia do General-de-Divisão JOÃO THOMAZ CANTUÁRIA.

Era o reencontro do Exército com a evolução histórica da guerra.

A criação da Escola de Estado-Maior, em 1905, assinalou o ponto culminante desse período de verdadeira ressurreição do espírito militar.

A Missão Indígena desempenhou nessa época um relevante papel na formação e aperfeiçoamento dos instrutores e professores das nossas Escolas Militares, muito contribuindo para a elevação do nível profissional do militar brasileiro.

Apesar disso, no entanto, ainda não tínhamos uma doutrina militar nem a experiência dos grandes centros e escolas modernas.

A Missão Militar Francesa preencheu a lacuna existente, trazendo para o Brasil aquilo de que muito necessitávamos: conhecimentos exatos da guerra e de sua preparação.

Foi ela a grande inspiradora das transformações feitas na Força Terrestre do Brasil a partir da 1<sup>a</sup> Guerra Mundial.

O General Tasso Fragoso, quando na chefia do Estado-Maior do Exército atestou, de forma entusiástica, conforme se observa das palavras abaixo, a ação da Missão Militar Francesa em nossa cultura profissional-militar:

"Seus antigos professores (referia-se à Escola de Estado-Maior), verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falariam de operações a que na verdade nunca haviam assistido.

Que diferença, senhores, com os mestres franceses.

Estes, além da preparação teórica escolar, tinham vivido o drama da guerra, labutando anos a fio na conquista da vitória definitiva para os aliados.

Por isso o ensino que nos proporcionam tem um sinal de realidade impressionadora e convincente.

Devemos confessar, com absoluta lealdade e sem o mínimo vexame, que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado-Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de provê-las, depois que a missão nô-lo ensinou."

Assim, terminou o que poderíamos chamar de fase pioneira da nossa evolução militar.

O Exército Brasileiro passou, desde então, a buscar seus próprios caminhos, procurando desenvolver e consolidar uma doutrina militar ajustada às peculiaridades e às realidades de nossa terra e de nossa gente.

Daí por diante passamos a enfatizar a necessidade de uma adequada e metódica formação cultural, profissional e moral dos oficiais de Estado-Maior, a fim de proporcionar-lhes melhores condições para conhecerem, objetiva e amplamente, a situação nacional e compreenderem a conjuntura mundial, ambas de grande importância para o preparo da nossa instituição com vistas ao cumprimento de suas finalidades.

A propósito do cuidado e da atenção que a formação do oficial de Estado-Maior merecia, desde o seu início, dos altos escalões do nosso Exército, é válido citar aqui alguns tópicos de um Relatório apresentado em 1919 ao Ministro da Guerra pelo General MALAN d'ANGRONE. Após algumas considerações gerais sobre seleção e formação dos quadros, diz aquele ilustre chefe militar:

"Deve-se apartar, de todas as armas, o mais cedo possível, os oficiais que estarão em condições de ser oficiais de Estado-Maior.

O critério ultimamente seguido não podia dar resultado. Não podia haver seleção e os diplomados não ofereciam todas as garantias de idoneidade. Inexistia, por outro lado, a preocupação de desenvolver, de continuar a instrução pessoal.

A formação dos quadros e principalmente a de oficiais de Estado-Maior é uma das mais importantes questões na organização do Exército."

## Força Expedicionária Brasileira

Na verdade, foi a Força Expedicionária Brasileira que nos proporcionou a primeira experiência prática de funcionamento de um Estado-Maior moderno.

Durante esta experiência tivemos que nos adaptar aos diferentes métodos e processos de um Exército enquadrante, pertencente ao país que liderava a condução da política e da estratégia do conflito: os Estados Unidos da América.

O funcionamento dos Estados-Maiores norte-americanos em campanha refletia o espírito objetivo, prático e dinâmico daquele povo, onde a inteligência do

conjunto era realçada sem prejuízo dos valores pessoais e do inalienável direito do chefe de tomar as suas decisões. Espírito este que exigia ampla participação das capacidades individuais em proveito de um conjunto ou de uma missão, sob a responsabilidade intransferível de um dirigente.

Era, em síntese, o subproduto do espírito reinante naquele país desde as suas origens, responsável, inclusive, pelo seu extraordinário progresso.

Ao iniciar a Segunda Guerra Mundial o nosso Exército refletia a situação do Brasil.

Possuía valores intelectuais próprios, hábitos, métodos e processos diferentes daqueles que teríamos de assimilar em poucos meses, simultaneamente com os pesados encargos de preparar uma Divisão Expedicionária para a luta na Europa.

Todo o processo de preparação dessa Força, como não poderia deixar de ocorrer, foi influenciado pelo caráter nacional brasileiro, obviamente bastante diverso do norte-americano, que inspirara o pragmatismo dos novos métodos.

Não se pode negar que aconteceram retardos e até mesmo certas distorções na organização e na preparação da Força Expedicionária.

O próprio Marechal Mascarenhas de Moraes, seu saudoso Comandante, reconheceu a existência desses senões.

Eram inteiramente outros o clima, o armamento, o equipamento, o uniforme e a alimentação, bem como os requisitos de preparo técnico-profissional de numerosas categorias de especialistas, criadas como exigência da guerra moderna.

É mister não esquecer as condições existentes no Brasil na década de quarenta e a falta de experiência do nosso Exército em operações fora do Continente.

As comunicações e os transportes entre os Estados brasileiros eram lentos e difíceis; a higidez da população deixava a desejar, o mesmo acontecendo com o seu índice de alfabetização.

Somando-se tudo isso à necessidade de se adaptar os métodos e processos franceses aos americanos e à desconfiança com que certos escalões do Governo Brasileiro e mesmo alguns militares viam a aproximação com os Estados Unidos da América, torna-se fácil compreender as dificuldades vencidas pelos Chefes militares de então.

Neles, por um agradável dever de justiça, reconhecemos os méritos pelos esforços realizados com vistas ao preparo, deslocamento e emprego, pela primeira vez, de uma força brasileira em área extracontinental.

A realização, por inúmeros oficiais, de cursos e estágios militares nos Estados Unidos, muito facilitaram a adaptação aos modelos do Exército Americano, com o qual iríamos fazer a guerra na Europa.

Apesar dos óbices, o Estado-Maior brasileiro demonstrou grande flexibilidade e notável capacidade de adaptação, características que muito enaltecem o

trabalho cuidadoso e metódico desta Escola, já que os integrantes daquele Estado-Maior foram formados, como tal, nos bancos escolares desta Casa.

Entretanto, por mais realista e por melhor adequado que seja o ensino, há necessidade de completá-lo com a prática, em tempo de paz, para aplicá-lo em toda a sua plenitude, em período de guerra.

As circunstâncias da campanha da Itália e a dura realidade dos fatos convenceram os oficiais de Estado-Maior a abandonarem os academicismos e a valorizarem a simplicidade e a objetividade, princípios que reputo de fundamental importância e cuja aplicação deve ser explorada ao máximo nos trabalhos escolares.

A guerra deixou evidenciadas algumas qualidades necessárias ao bom desempenho de um oficial de Estado-Maior.

Entre elas, desejo realçar as seguintes:

- Competência profissional
- Equilíbrio emocional
- Espírito de equipe
- Disciplina intelectual
- Lealdade.

É importante observar, finalmente, que o contato com outros Exércitos contribuiu, de forma sensível, para ampliar a experiência de guerra de nossos oficiais de Estado-Maior.

Além da parte essencialmente profissional, o desempenho do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira mostrou, paralelamente, outros importantes aspectos.

Um deles diz respeito à escolha dos integrantes do Estado-Maior da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária (aqui prefiro falar de Divisão de Infantaria Expedicionária) que se baseou no critério dos valores individuais.

Escolheu-se, acertadamente, a melhor "prata da casa" para cada seção do Estado-Maior.

O Comandante da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária, General Mascarenhas de Moraes, por sua vez, relativamente pouca interferência teve na escolha de seus auxiliares.

Tratava-se de uma situação totalmente nova e a maioria dos nossos oficiais tinha pouca experiência dos trabalhos de Estado-Maior em tempo de guerra.

O próprio General Mascarenhas em suas Memórias afirmou que, de início, o seu Estado-Maior não compreendeu bem o valor do trabalho em equipe, pois alguns dos valores exponenciais escolhidos nem sempre estiveram em harmonia.

Até mesmo a coordenação dos trabalhos deixou a desejar em certas ocasiões.

O trabalho de estado-maior é, por exceléncia, um trabalho conjunto, de equipe.

Desta verdade basilar e bastante conhecida dos senhores, é possível depreender-se outras verdades.

Assim:

- O oficial de Estado-Maior deve desenvolver sua sociabilidade e sua capacidade de trabalho em equipe, sem, entretanto, anular a sua capacidade individual.
- O desempenho de um Estado-Maior em campanha está relacionado com a interação de seus componentes, cabendo ao seu Chefe manter a harmonia entre eles.
- Todos os oficiais de um Estado-Maior devem trabalhar de acordo com o pensamento do comandante, empregando o máximo das suas potencialidades individuais.
- A coordenação dos trabalhos de um Estado-Maior é tarefa relevante e dela depende o desempenho do órgão.

É o papel do Chefe do Estado-Maior.

As críticas decorrentes da evidência dos fatos não significam, absolutamente, que o Estado-Maior da Primeira Divisão de Infantaria Expedicionária tenha apresentado um trabalho deficiente.

Muito pelo contrário, a grandiosa tarefa que executou nos deixa orgulhosos do preparo e da capacidade do homem brasileiro.

Durante aqueles duros meses de guerra o Estado-Maior da nossa Força Expedicionária exerceu, incansavelmente, o seu importante papel.

No curso das operações na Itália a 3ª Seção do Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira constituiu-se em um dos seus destaques.

Nela estava o então Tenente-Coronel Castelo Branco, que pela capacidade de trabalho, conhecimento profissional, disciplina intelectual, caráter, inteligência e probidade, pode ser considerado um exemplo de moderno oficial de Estado-Maior.

São do Marechal MASCARENHAS DE MORAES, em seu livro "A FEB PELO SEU COMANDANTE", as seguintes palavras relativas à 3ª Seção do Estado-Maior:

"Nesse conflito de paixões, que a guerra provoca e alimenta, a Seção de Operações do Estado-Maior Divisionário, chefiada pelo Tenente-Coronel HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, portou-se à altura de suas responsabilidades, sem destas nunca se eximir, proporcionando ao Comandante da Força Expedicionária Brasileira os dados da decisão, pela qual se fez responsável esse chefe, tanto nas ações frustradas da defensiva agressiva, como nas que se coroaram de brilhantes vitórias nas ofensivas de fevereiro a abril de 1945."

Terminada a Segunda Guerra Mundial começou para o Brasil uma nova fase, caracterizada, no plano militar, por uma maior adaptação aos métodos e processos trazidos da recente campanha empreendida pela Força Expedicionária Brasileira.

O Estado-Maior do Exército e a ECEME dedicaram-se com afinco à consolidação e ao aproveitamento das experiências e ensinamentos que a participação dos brasileiros naquela campanha e a convivência com outros Exércitos proporcionaram, com vistas à guerra convencional.

O General francês Dufourt, referindo-se à importância dos Estados-Maiores e ao preparo dos seus integrantes, disse certa feita o seguinte:

"Se a história mostra a importância do Estado-Maior, ela mostra também que, para cumprirem sua missão, os oficiais que o compõem devem ser superiormente instruídos.

Só têm o direito de se orgulharem de sua missão e de seu título se forem dignos deles, isto é, se adquirirem a instrução necessária e se trabalharem sem cessar para conservá-la e desenvolvê-la."

Foi o Marechal Castelo Branco que, como subcomandante e subdiretor de ensino à época do comando do Marechal Tristão de Alencar Araripe, com a clarividência e o descortino que lhe eram peculiares, transformou por completo o ensino até então ministrado na ECEME, modernizando-o e adaptando-o às nossas realidades.

Em reconhecimento aos seus méritos, a turma de 1948, da Escola, prestou-lhe significativa homenagem, durante a qual lhe foi possível expander conceitos de grande profundidade e importância sobre a ação do oficial de Estado-Maior, como se pode verificar dos seguintes trechos do seu discurso de agradecimento:

"A tarefa transformadora da turma apenas começo. Tomará vulto quando seus componentes estiverem nos postos de Estado-Maior e na tropa, lutando em benefício do Exército.

A turma deve lembrar-se, então, do pensamento de um velho soldado encarregado de renovar as forças criadoras de sua classe: De começo ele filosofou em torno de três coisas contra as quais o espírito humano luta em vão: a tolice dos homens, a burocração e as fórmulas feitas. Quanto à tolice humana, reconheceu que a luta com a qual se procura vencê-la é sem esperança de vitória. Declarou-se completamente batido na luta contra a burocração militar. E disse, porém, que empreenderia, no domínio da profissão das armas, decididamente, a luta contra as fórmulas feitas.

Essa a luta que está à espera da turma.

As fórmulas feitas, encerrando aparentemente uma legenda ou um pensamento, cobrem a ausência de idéias e a inação. Vêm a ser, por outro lado, o escudo da rotina. 'Não vos intimideis, nem recueis.' Se levantarem a barreira do amor ao

passado, não vos esqueçais que a nossa tradição é, ao contrário, a base de nossa evolução e não da estagnação.

Quebrai a fórmula de que, por um falso determinismo geográfico e histórico, só devemos estudar a chamada GUERRA CRIOLA, com combatentes e chefes improvisados, na base da velocidade de muares e cavalos. Demonstraí a fraqueza da fórmula de que as estradas e a rudeza dos terrenos sul-americanos paralisam os meios e dominam a vontade do homem. Vencei a fórmula da única possibilidade de guerra defensiva. Arredai a fórmula de que só se deve planejar com os recursos existentes, fazendo a demonstração de que, dessa maneira, será perpetrado o haraqui pelas próprias nações. Dominai a fórmula de que a guerra será inevitavelmente no interior de nossas fronteiras. Afastai a fórmula de que a participação do Brasil numa guerra mundial é uma cogitação teórica. Removei a fórmula de que não é para nós a batalha anfíbia e a batalha aeroterrreste.

E tereis idéias e energia para trabalhar e dar o exemplo.

Mas não façais a demolição das fórmulas feitas com obra de imaginação. Deveis preferir a visão concreta dos problemas militares em vez das sentenças abstratas dos cômodos doutrinadores de Estado-Maior. Deveis ter bem presente que um plano não tem nenhum valor próprio, e o único valor que se lhe pode atribuir é o relativo, por se relacionar com a execução. Concepção e execução só são independentes para se definir responsabilidades."

Anos mais tarde, no exercício do importante cargo de Comandante da ECOME afirmava:

"O valor dos estudos na Escola de Estado-Maior do Exército não está no muito que o oficial faz como aluno e sim, no muito que vai realizar depois. O seu diploma só tem valia se valimento houver no desempenho que deve o oficial dar às funções que este documento lhe confere.

Na Escola, durante os três anos de curso, o oficial deu o exemplo de que o primado da profissão pode e deve dominar na mentalidade e na ação do oficial. O oficial diplomado terá, com redobrado vigor, que conservar esse ânimo e esse cometimento. Seu espírito militar e seu trabalho poderão até mesmo constituir a contenção do desfalecimento de alguns e da deserção de outros que, conservando-se na profissão, nela esmorecem e dela virtualmente se distanciam."

A partir da segunda metade da década de cinquenta, a expansão do imperialismo soviético, introduzindo no panorama mundial novos fatores de inquietação e estimulando a infiltração de comunistas em vários setores da vida nacional brasileira, deu origem a uma preocupação maior com os problemas ligados à Segurança Interna.

As Forças Armadas Brasileiras, particularmente os seus Estados-Maiores, como órgãos de planejamento que são, tiveram, inicialmente, que se adaptar a esta nova situação e, posteriormente, reformular as táticas e as técnicas de combate para poder enfrentá-la.

O ensino da Escola, como não poderia deixar de ocorrer, foi bastante influenciado pela nova conjuntura.

Data dessa época a criação da atual Seção de Ensino Um, voltada especificamente para a Segurança Interna.

Elaboração de manuals e de programas de instrução, realização de palestras para todos os níveis da hierarquia, execução de exercícios e manobras, na carta e no terreno, foram algumas das atividades diretamente desenvolvidas pelo Estado-Maior do Exército ou com a sua supervisão, visando à consolidação de uma doutrina e ao adestramento da tropa nesse novo tipo de operações.

O Tenente-Coronel J. D. Hittle, do Exército norte-americano, disse com muita propriedade em seu livro OS ESTADOS-MAIORES, que a instrução é a primeira necessidade de um verdadeiro sistema de estado-maior.

Os Estados-Maiores brasileiros dispuseram de um enorme laboratório e do ambiente próprio à realização dos testes que se fizeram necessários, a começar por esta Escola, o mais alto estabelecimento de ensino do Exército, cuja relevante contribuição foi de suma importância em todas as fases do trabalho.

Assim, quando no início da década de sessenta a situação nacional começou a se desintegrar, quase levando o país ao caos, possuímos, graças aos trabalhos previamente realizados, condições doutrinárias para fazer face à ameaça que se levantava contra o País.

E foi, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, que saiu a maioria dos oficiais que constituíram, naqueles dias difíceis, os Estado-Maiores e as assessorias de inúmeros chefes revolucionários.

Eles conheciam a conjuntura nacional e tinham condições, pelos conhecimentos aqui adquiridos, de analisar e equacionar os problemas que surgissem, propondo aos seus chefes, sincera e lealmente, soluções exequíveis e benéficas para o Brasil.

## CONCLUSÕES

Acredito que ficou claro para todos nós como foi crescendo de importância, ao longo do tempo, o papel do oficial de Estado-Maior no preparo e na conduta das operações, nos diferentes escalões de comando.

De simples observadores e agentes de transmissão de ordens eles se transformaram em peças indispensáveis ao bom funcionamento dos comandos a que pertencem, graças, sobretudo, ao preparo profissional adquirido nas escolas de formação e especialização e ao respeito a certas normas de conduta, éticas e morais, que não devem violar, como sejam as que lhe impõem a Honra e a Disciplina.

Não há chefe militar sem Honra, nem Exército sem Disciplina.

A Honra representa a fidelidade ao Dever.

A Disciplina foi sempre a força principal dos Exércitos.

Um Exército forte, moral e materialmente, unido, disciplinado, atento a todos as ameaças é a garantia mais sólida da unidade da Pátria.

Nunca tais compromissos morais foram tão indispensáveis quanto agora, num mundo perturbado, sujeito aos ataques constantes da ideologia marxista, com o Movimento Comunista Internacional tomando a iniciativa das ações e explorando as vulnerabilidades existentes na condução da política internacional pelo país líder do bloco democrático.

Este fato tem levado a um enfraquecimento do mundo ocidental que necessita de uma maior cooperação em todos os campos de atividade e não apenas no militar, pois essa aliança deve se basear na unidade, esperança e coragem, amalgamadas pela vontade férrea das próprias nações democráticas.

É nesta época de incertezas, dúvidas e algum pessimismo, que precisamos depender das nossas forças morais, fundamentalmente baseadas no nosso glorioso passado, no nosso incontrastável desenvolvimento histórico-cultural e nas qualidades intrínsecas de nosso povo.

A vocação ocidental do Brasil deverá levá-lo a influir e a participar cada vez mais, em razão de sua crescente importância no panorama internacional, nas decisões políticas e econômicas mundiais.

Tal circunstância, fruto de nosso desenvolvimento, está-nos nos obrigando a um esforço ingente em busca de uma estratégia que permita atingir e manter objetivos, independentemente das sempre crescentes pressões a que estaremos submetidos.

O oficial do Exército, especialmente o de Estado-Maior, estará sempre nas primeiras linhas deste combate.

Pela sua formação, civismo, que é uma atitude patriótica, e nacionalismo sadio, durante ainda certo tempo terá, fatalmente, de se envolver na solução de problemas de Segurança, interna e externa, assim como em alguns ligados ao Desenvolvimento.

Para tal, nunca será demais recomendar estudo e dedicação, na busca de cultura geral e profissional; tranqüilidade e perspicácia, na análise dos problemas; descritivo e prudência, no seu equacionamento; firmeza e coragem, na tomada de decisões; humildade e grandeza, para aceitar cooperação; e, desprendimento pessoal, para colocar os altos interesses da Pátria sempre acima dos seus próprios.

Julgo que já é tempo de terminar.

Antes, porém, desejo repetir palavras proferidas pelo Marechal Montgomery, em 1954:

"E lembremo-nos que, no fim de contas, prevalece, suprema e incontestável, uma grande realidade, a maior delas: é que há neste mundo coisas que são

verdadeiras e coisas que são falsas; há caminhos certos, como há caminhos errados; há homens bons e homens maus.

Cumpre-nos decidir por um lado ou por outro, pois não podemos servir aos dois, simultaneamente.

Um célebre Comandante, após uma grande campanha, dispensou suas tropas com estas palavras:

Escolhei a quem ides servir; quanto a mim e a minha casa, serviremos ao Senhor.

Estas palavras mostram que só poderemos ter um Mundo melhor se houver homens e mulheres melhores, não existe outro caminho, nem atalho."

Em sendo assim, se percorrermos a nossa história republicana, nela ressalta a importância da Revolução de Março de 1964, que, nesses quatorze anos, não indicou atalhos, mas um longo caminho a seguir, caminho que nos vem conduzindo a um futuro digno e promissor.

É uma das nossas responsabilidades mantê-la, aperfeiçoando-a para melhor atender às aspirações do Povo Brasileiro, que guarda do seu soldado a lembrança de um homem obstinado na adversidade, generoso na vitória e a quem a Pátria, vezes sem conta, nas horas de infortúnio, deveu a segurança e a honra.

Palestra proferida na ECEME em Ago 78.

## BIBLIOGRAFIA

- HISTOIRE DE L'ARMÉE FRANÇAISE. Général Weygand, de l'Académie Française.
- LES ETATS MAJORS. Lieutenant Colonel Hittle.
- BRASIL EM QUESTÃO. Tarcísio Mairelles Padilha.
- HISTÓRICO DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, EME.
- O BRASIL DE MINHA GERAÇÃO. General A. de Lyra Tavares.
- O SUSTENTÁCULO DA DEMOCRACIA RACIONAL. Fernando Nobre Filho.
- REVISTA MILITAR BRASILEIRA.
- DE DESCARTES AO GENERAL X. Perrier de La Bâthie.
- O PAPEL POLÍTICO DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL. Senador Jarbas Passarinho.
- O ESTADO-MAIOR ALEMÃO. SUA HISTÓRIA E ESTRUTURA (2 volumes). Walter Gorlitz.
- A CONCEPÇÃO DA VITÓRIA ENTRE OS GRANDES GENERAIS. C. L. Dervien.
- A EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL. Cel. J. B. Magalhães.
- CAXIAS. Afonso de Carvalho.
- A FEB PELO SEU COMANDANTE. Marechal Mascarenhas de Moraes.
- WAR AS I KNEW IT. Georges S. Patton Jr.
- HISTÓRIA DE UM SOLDADO. General Omar Nelson Bradley.
- UMA ESCOLHA, UM DESTINO (Vida do General MALAN D'ANGROGNE). General Souto Malan.
- MARECHAL CASTELO BRANCO (SEU PENSAMENTO MILITAR). Cel. Francisco Russ Santos.
- ECEME.



# SEGURANÇA DA FRANÇA E UNIÃO EUROPÉIA

Guy Doly

Ten Cel do Exército Francês, nascido em dezembro de 1937. Serviu alternadamente na Argélia e no Leste da França. É autor do livro "Strategie France Europe", escrito em 1975-1976.

**C**ada época da história é caracterizada pelo relacionamento entre as potências, equilíbrios e desequilíbrios, sendo estes, às vezes, geradores de guerras. O final dos anos 70 constitui uma dessas charneiras históricas em que novos equilíbrios e relações de forças se apresentam. Os dados estratégicos estão em plena ebulição. Vivemos um instante decisivo.

Apoiando-se nas tradições ou nas conquistas mais recentes, nações de potência média, como a França, devem definir um objetivo político — no sentido mais alto do termo — para os próximos quinze ou vinte anos e, consequentemente, dedicar-se à análise dos novos dados e fatores de mutação. Em seguida, o estudo objetivo das possibilidades dessas nações deve permitir a seus responsáveis definir as estratégias para a execução de um projeto político orientado para a preservação e expansão de uma sociedade de liberdade e progresso, em oposição à maré de imperialismo ideológico e militar que caracteriza a nova era que se inicia.

Dentre as diversas fórmulas possíveis, a União Européia oferece uma solução razoável, equilibrada e eficaz para que a nação francesa atinja seu objetivo

estratégico no fim do século. A independência absoluta não existe mais num mundo no qual as interdependências e as dependências são a regra; o neutralismo não seria, no caso, mais do que uma palavra, mascarando uma enfeudação de fato.

A exposição que se segue está dividida em cinco etapas:

- definição das sete regras que podem constituir o ideal estratégico de uma grande potência para o fim do século, dentro de quinze a vinte anos, aproximadamente;
- a rápida análise da situação estratégica da França atual;
- o estudo dos fatores conjunturais que justificam, em 1978, uma evolução de nosso conceito estratégico;
- o balanço efetivo da França em 1978;
- finalmente, como a União Européia pode contribuir para a segurança francesa.

## I — SETE REGRAS ESTRATÉGICAS PARA O FINAL DO SÉCULO XX

A primeira etapa, um procedimento estratégico, consiste em definir as regras de uma estratégia ideal para a qual deveremos tender.

### 1º Regra — *Só a estratégia total é eficaz*

Essa afirmação constitui a base de qualquer estratégia na época atual. Ela não é mais do que a constatação dos fatos. Tornou-se óbvia e, entretanto, só os Estados marxistas a aplicam realmente. Duas consequências emanam dessa regra:

- a noção de paz desapareceu, isto é: o direito de guerra que reinava na Europa antes de 1939 não é mais obedecido. A guerra é conduzida sem limitações, com o objetivo de exterminar o inimigo ou de reeducá-lo totalmente, após vencê-lo. Não existem mais diferenças entre tempo de paz e tempo de guerra, entre guerra internacional e guerra civil, entre combatentes uniformizados e combatentes civis armados. A guerra está em toda parte e é permanente.

A guerra não é mais a "continuação da política por outros meios", sim o que se denomina falsamente de paz é que é a continuação da guerra por outros meios;

- a estratégia é total porque ela se aplica a todas as atividades: humanas, das sociedades organizadas e dos Estados. As diversas estratégias gerais que compõem a estratégia total são as estratégias política, moral, diplomática, econômica, tecnológica, etc....

A estratégia militar não é mais do que uma componente da estratégia total, ao lado daquelas que citamos acima, uma componente necessária, sem dúvida,

porém de emprego excepcional, ao passo que as outras, não militares, são as da vida cotidiana, de emprego permanente.

**2<sup>a</sup> Regra — A estratégia total deve ser conduzida no nível mais elevado; é o nível político que define o inimigo estratégico.**

É a consequência lógica da primeira regra, pois se é fato que a estratégia não é militar unicamente, se esta não é mais do que uma das múltiplas componentes da estratégia total, torna-se evidente que o nível estratégico essencial é aquele que concebe a totalidade da estratégia, porque possui em mãos a totalidade dos elementos que o compõem. É o Estado e o Chefe de Estado. Daí resulta, de um lado, a primazia do político sobre o militar, e, de outro, a necessidade da ligação estreita que deve existir entre o político e o militar.

Outra consequência desta regra é que não há estratégia possível sem definição prévia de objetivos políticos. É o que faz a força das estratégias marxistas e mostra a impotência, para não dizer a inexistência, das estratégias ocidentais. É preciso querer um poder político planejado e racional para ter uma existência estratégica.

Finalmente, é o nível político quem define inimigo estratégico. Para os ocidentais esta noção de inimigo é difícil de aceitar e, no entanto, não existe estratégia possível sem definir o inimigo. Particularizando, como justificar uma estratégia defensiva como a do Ocidente se não se diz claramente contra quem desejamos nos defender? Sabemos, em contrapartida, como o marxismo deu, em nossos dias, ênfase considerável à noção de inimigo e de hostilidade. Fortalecido pela ideologia, o ódio torna-se total.

**3<sup>a</sup> Regra — O objetivo da estratégia é a vontade do adversário.**

Eis uma constante da estratégia que encontramos em Clausewitz, Lenine, Lidell Hart ou Giap. O general Beaufre mostrou que os conflitos contemporâneos são regidos por três elementos psicológicos de persuasão: a desmoralização, a oposição e o medo. Mais do que nunca, a decisão política de um conflito é um acontecimento psicológico que, em realidade, não é mais do que uma capitulação moral.

**4<sup>a</sup> Regra — A estratégia de ação indireta é a estratégia do presente e do futuro próximo.**

A forma indireta é a única possível, já que a estratégia de ação direta, nuclear ou clássica, parece bloqueada pela lógica implacável da dissuasão nuclear.

A ação indireta se exerce segundo quatro formas, a saber: a guerra limitada do tipo Coréia ou Oriente Médio; a guerra revolucionária, como a da Indochina, Argélia ou Angola; a guerra subversiva que se desenvolve impunemente todos os dias, como em Cuba ou Berlim no início dos anos 60.

**5<sup>a</sup> Regra — A estratégia de ação indireta implica possuir uma estratégia de dissuasão direta e não exclui um possível emprego deste tipo.**

É necessário equilibrar com a 4<sup>a</sup> regra. A estratégia de dissuasão direta, isto é, a estratégia nuclear, impede, há vinte anos, que a União Soviética conquiste a Europa; por outro lado, não se pode conduzir numa estratégia de ação indireta, no mundo atual, sem possuir capacidade de dissuasão.

Não se trata de minimizar a dissuasão nuclear, que é essencial, e sim de situá-la em seu lugar entre as outras estratégias. Sabemos hoje, realmente, que uma dissuasão nuclear, como a da França, não é de nenhum proveito para a nação francesa no caso de uma crise clássica periférica, como a do Líbano, por exemplo, ou face a uma ameaça interna pela subversão, como ocorreu em maio de 1968.

No meio-termo que é o objetivo deste estudo, várias razões postulam uma diminuição do valor dissuasivo da arma nuclear. A inevitável proliferação só pode enfraquecer a racionalidade rigorosa das atuais potências nucleares. Tal racionalidade pode serposta em causa pela simples mudança dos homens que estão à testa dessas potências. Finalmente, progresso tecnológico aumenta a probabilidade de acionamento diminuindo os tempos de emprego.

Mas há uma consequência: se a dissuasão nuclear se enfraquecer, a probabilidade de emprego de forças clássicas, que aquela ameaçava, tende a aumentar em igual proporção. É preciso, pois, dispor de um potencial clássico bem mais vultoso para fazer frente à enorme ameaça clássica do inimigo estratégico.

É necessário possuir toda a gama de forças necessárias: nuclear, clássica e "popular", de um lado, para enfrentar as correspondentes ameaças — é a dissuasão — e de outro lado, poder realizar uma manobra positiva — é a ação.

Face ao extraordinário e permanente aumento de poderio do bloco soviético, se nada for feito para restabelecer o equilíbrio de forças, será tal desequilíbrio que tornará viável o segundo termo da 5<sup>a</sup> regra nos próximos anos, isto é, uma estratégia de ação direta, clássica e nuclear, considerada como impossível há mais de trinta anos, será possível na Europa.

#### 6<sup>a</sup> Regra — *A guerra é ganha na paz.*

Esta regra me foi inspirada pelo marechal soviético Sokolovski. A surpresa estratégica é possível permanentemente, seja ela econômica, diplomática, tecnológica, política ou militar. É necessário, pois, estar permanentemente pronto.

É preciso estar pronto para enfrentar uma guerra brutal — a surpresa — como para enfrentar uma guerra que pode ser longa, ao contrário do raciocínio habitual dos estrategistas ocidentais, porém de acordo com as teorias do inimigo estratégico. Isso exige uma preparação cuidadosa, que engloba as forças, a economia e a população. A guerra se ganha ou se perde em tempo de paz.

Em virtude dessa regra, se estourasse uma guerra hoje entre o Leste e o Oeste, os países ocidentais, que não a preparam, seriam vencidos *a priori* pelos países comunistas que vêm-se preparando há anos, moral, militar e industrialmente.

#### 7<sup>a</sup> Regra — *Qualquer estratégia unicamente defensiva é uma estratégia condenada.*

Não se constrói a segurança baseada em um conceito defensivo e pacifista. Maio de 1940 foi a prova de invalidade de uma estratégia defensiva, ao abrigo da linha Maginot, face à estratégia total dos nazistas. Charles Hernu denuncia, com justiça, a mesma mentira em relação à dissuasão nuclear isolada.

Para termos uma estratégia ofensiva, porém, é necessário possuir meios. Isso, é evidente, não está mais ao alcance de uma potência média sozinha, qualquer que seja ela. Só as grandes potências podem desenvolver uma estratégia ofensiva.

A teoria estratégica esboçada nessas sete regras é incompleta. Ela só é aplicável por grandes potências. Há cem anos era o caso da França, Grã-Bretanha ou Alemanha. Hoje em dia, somente a União Soviética e os Estados Unidos podem utilizar essa doutrina de estratégia total. Amanhã, talvez, a China possa fazê-lo. As nações médias ou pequenas, inclusive a França, estão condenadas a se ordenar segundo uma outra das grandes potências.

## II — ESTRATÉGIA DA FRANÇA EM 1978

Após havermos citado as sete regras de uma estratégia desejável, devemos examinar o que ora existe, as conquistas, a experiência e a herança da França. O que conta em estratégia é o realismo. Nada de solução de continuidade e sim a própria continuidade. Quais são, em 1978, os fatores de potência e vulnerabilidade da nação francesa? Qual a evolução do conceito francês de defesa?

À custa de um milhão e meio de homens e de sabidas consequências econômicas e políticas, a França ganhou, a duras penas, a guerra de 1914-18. Porém ela perdeu duas grandes guerras européias em cem anos e conheceu em 1940 a maior catástrofe de sua história.

Após renunciar ao seu império colonial, a França vê-se hoje reduzida a seu espaço nacional, na situação em que se encontrava há muitos anos e muitos séculos. Não é mesmo possível pensar em que ela volte a sê-lo, tanta é os fatores de potência que mudaram de escala.

O espaço é o primeiro fator geopolítico. Ele dá à França algumas vantagens, tais como: a maior superfície da Europa ocidental, um solo diversificado, uma notável posição no extremo do istmo oeste-europeu, posição marítima privilegiada, contato com a Europa do norte, industrial e rica, como com a Europa mediterrânea e latina. Este espaço possui ainda prolongamentos em ultramar, no Pacífico como no Oceano Índico, nas Américas, que constituem posições preciosas para uma estratégia ativa. A França possui ainda, portanto, inegável espaço vital.

Esse espaço porém oferece, também, pontos sensíveis. Apresenta duas vulnerabilidades militares que são: 3.800 km de costas, quando a ameaça marítima se torna a cada dia mais forte, e uma fronteira terrestre indefensável no nordeste a 300 km de Paris. O espaço francês, sobretudo, não está mais na dimensão das potências mundiais. Os Estados Unidos são 18 vezes o tamanho da França, a URSS 45 vezes, o Brasil 17, o México 4; a França ocupa em superfície o 42º lugar no

mundo. Disso resulta que ela possui fontes de recursos naturais insuficientes, que sua capacidade de encaixe nuclear é reduzida, que entre Metz e Paris só há espaço para uma manobra de exército, dois a três dias de combate. A França não possui mais a dimensão de potência.

Seguindo-se ao espaço, a população é um fator esmagador de fraqueza. Após ter sido considerada a China da Europa até o fim do século XVIII, o desmoronamento demográfico reduziu a França ao estado de uma pequena população que ocupa provisoriamente o 14º lugar no mundo. Com o decréscimo da natalidade atual, a queda, nesse aspecto, só se acentuará. Sem população suficiente para produzir, assim como para consumir, a França não pode sonhar em crescimento.

Esse grave subpovoamento traz duas consequências estratégicas: um espaço insuficientemente ocupado, principalmente quando possui uma riqueza agrícola, cultural e social excepcionais, e o potencial industrial da França só podem despertar invejas. A França se prepara para ter uma população de velhos daqui a dez ou quinze anos. Era a situação de 1939.

Os recursos constituem o terceiro fator a considerar. À França não faltam trunfos tais como: primeira em produção agrícola da Comunidade Econômica Europeia, uma notável mutação industrial e terciária desde uns vinte anos atrás, a terceira indústria exportadora de armamentos do mundo.

Mas, apesar disso, ela apresenta vulnerabilidades importantes e numerosas, mormente no campo energético. Como o Japão, e mais ainda do que os outros países europeus que lhe são comparáveis, a França vai tornar-se mais vulnerável ainda, daqui ao final do século, no que respeita a matérias-primas e energia. Isso representa uma grande fraqueza estratégica.

Falta ainda evocar os fatores culturais e psicológicos. Pela cooperação e a francofonia, o idioma francês é um trunfo nada desprezível; da mesma maneira, a excepcional estabilidade política e a imagem de independência e liberdade projetada pelo General De Gaulle.

Contudo, a evolução é favorável à França. A língua francesa não deixa de recuar em sua difícil difusão, e ora é atacada mesmo no interior de nossas fronteiras; não há mais razão para se ter orgulho dela. Psicologicamente, qualquer que seja o rótulo político, a sociedade francesa se caracteriza por um certo espírito de conservantismo social, o espírito tradicional de divisão da nação, as opções feitas pela "inteligentia" e outros que doutrinam freqüentemente os cidadãos e prejudicam sua coesão. Moralmente, os franceses estão desarmados. É um grave fator adverso em estratégia.

É inútil nos estendermos aqui sobre o conceito de defesa da França, familiar a todos aqueles que se interessam por sua segurança. Este conceito é um fato que ninguém, quaisquer que sejam suas opções político-estratégicas, pode questionar novamente. Ele representa a herança do General De Gaulle que, não se pode negar, foi um mestre em matéria de estratégia total. Ela constitui a base sólida

sobre a qual é possível prosseguir a construção, nunca terminada, da segurança francesa.

Ao contrário do que dissemos no início do parágrafo precedente, é interessante evocar as grandes linhas da evolução em curso, que não são mais, convém lembrar, do que a seqüência lógica das evoluções esboçadas pelo General De Gaulle e pelo Presidente Pompidou. Por definição, uma doutrina de defesa deve ser evolutiva. O mais pernicioso seria permanecer estático, esclerosado sobre um conceito velho de dez ou vinte anos. Em matéria de estratégia, não evoluir é condenado.

Três principais correntes de evolução podem ser lembradas:

- a vontade de manter e reforçar o nível das Forças Nacionais de Segurança é a primeira. É uma escolha irrevogável. Do Partido Socialista à maioria, há convergência de 80% dos franceses sobre esse objetivo;
- o desejo de reequilibrar o sistema de segurança em benefício das forças clássicas. Ali também, da maioria que governa à oposição, existe uma real consciência nacional que marcha paralelamente à tomada de consciência das ameaças;
- a vontade de desenvolver a mobilidade e a polivalência das forças, tendo em vista uma estratégia de ação. Do Presidente da República a Jacques Chirac ou Charles Heron, todos são unânimes em desejar a polivalência, tendo em vista uma capacidade de atuação além fronteiras, se a segurança do país o exigir.

Desta maneira, em 1978 e para o último quarto do século, surge um espírito novo entre todos os responsáveis, tanto no poder como na oposição. Ele traduz a consciência de que a estratégia de dissuasão e a "détente" atingiram seus limites nos meados dos anos 70.

Simultaneamente, entre todos esses responsáveis, há a tomada de consciência de que nossa capacidade também tem limites e que a França só pode agir em ligação com os Estados aliados. Michel Jobert tem essa boa fórmula: "Não faremos sozinhos a guerra do petróleo".

Assim, há, pois, atualmente, e constitui um fato novo, uma convergência nacional para o reforço da segurança.

### III — TRÊS FATORES DE EVOLUÇÃO

Tendo definido uma estratégia desejável e examinando o que existe, a terceira etapa consistirá em estudar três parâmetros que postulam uma evolução estratégica. Eles são levados em conta desde 1976 por todos os especialistas no assunto. O presente estudo vai um pouco mais longe, de modo a revelar bem, de um lado, os limites estratégicos de uma média potência e, de outro, a necessidade de sair dos quadros tradicionais das nações para encontrar, em outra escala, o poder total que é o único penhor de segurança.

Esses três parâmetros abalam uma situação que até pouco parecia tranquilizadora.

O contexto internacional é o primeiro fator. É ele o quadro no qual se insere toda reflexão estratégica. Para a segurança da França e da Europa, 1975 é o ano-chave do pós-guerra, a charneira, a consagração de um novo equilíbrio e de uma nova relação de forças. Depois de trinta anos de guerra fria e depois de coexistência pacífica, o Ocidente cedeu. Em Helsinque perdeu uma batalha diplomática que foi ganha pelos soviéticos. Está em tempo de prestar atenção e tomar consciência porque a próxima batalha terá como meta a própria sobrevivência da Europa Ocidental e de suas liberdades. Se a subversão política e a ameaça militar não forem suficientes para os soviéticos, eles recorrerão à força das armas para ganhar tal batalha.

Em 1978 o contexto internacional não é mais o mesmo que se esperava perpetuar no início da década de 70. No plano estratégico, o que é que o caracteriza?

Face às duas grandes potências, não há ninguém. A China não poderá se constituir em ameaça ao império russo antes de vinte ou trinta anos, no século XX. O Terceiro Mundo não é mais do que o campo livre no qual as grandes potências podem se enfrentar e representa o cacife no jogo da estratégia de ação indireta. A Europa é um cacife mais sensível, um campo de batalha em potencial. Ela não existe como força de decisão mundial, não tem nenhuma autonomia estratégica.

A potência americana ainda não saiu de uma crise grave. Esta resultou do recuo do dispositivo americano no mundo, da redução da ajuda militar aos países estrangeiros, do ressurgimento do isolacionismo e da desmobilização moral.

Qual é o futuro da potência americana para o médio prazo que nos interessa? É preciso reconhecer que, mesmo enfraquecidos para a segurança da França e da Europa que nos preocupa, são os Estados Unidos os únicos capazes de executar uma estratégia de ação pelo Ocidente em oposição à exercida por parte da União Soviética. A incerteza fica por conta do fato de ignorarmos por quanto tempo ainda a América consentirá em carregar sozinha o fardo do mundo livre, enquanto a Europa se apresenta como um rival econômico que se recusa a assumir sua parte na segurança comum.

Em face de uma América enfraquecida, a URSS, ao contrário, vem de conseguir sob a máscara da "détente" a paridade estratégica com o Estados Unidos. O imperialismo americano está em uma fase retroativa, ao passo que o dos soviéticos é, conforme diz Mme. Carrère d'Encousse, uma maré avassaladora que procura ocupar o vazio deixado pelos Estados Unidos.

Será inútil relembrarmos aqui o detalhe das grandes negociações estratégicas: SALT, CSCE, MBFR, pois todas são familiares. O que interessa fixar de Helsinque é que a URSS obteve o essencial: o reconhecimento da intangibilidade das fronteiras lhe permite manter seu império europeu, ao passo que o reconhecimento do princípio de não ingerência nos negócios internos lhe facilita cerrar suas fronteiras.

ras às idéias contrárias; isso, é bem verdade, nem sempre é fácil de conseguir, como o demonstram os recentes problemas dos dissidentes.

Assim, com a retaguarda garantida por aqueles mesmos que ela deseja derrotar, ela pode se dedicar aos objetivos seguintes de sua manobra estratégica: após o sudeste da Ásia, o Oriente Médio e a África negra; após a Europa oriental, a Europa ocidental. Em 30 de julho de 1975 Raymond Aron escrevia: "A sorte da Europa oriental está selada, o que de hoje em diante faz do destino da Europa ocidental o objetivo histórico de disputa na competição entre as duas grandes potências". As novas negociações não terão doravante que um só objetivo: desarmar militarmente a Europa. Ela estará, então, à mercê do império russo. Sem combate.

O contexto internacional não é mais aquele do início da década de 70, de enganosa euforia em relação à "détente". Menos ainda aquele que presidiu à elaboração da doutrina estratégica francesa. É tempo de atentar para isto. A "détente" está morta.

O aumento das ameaças é o segundo parâmetro de desequilíbrio. Ele decorre do primeiro. A ameaça existe e o que é novo em todo o Ocidente é que ela retornou tão flagrante que todo mundo fala nela. O general Etcheverry em 1975 dizia no Instituto de Altos Estudos de Defesa Nacional: "Dizer hoje em dia que não há mais ameaça é introduzir o cavalo de Tróia da agressão".

É possível, pois, dizer claramente que existe esta ameaça contra a Europa ocidental, já que toda a imprensa escrita e falada a menciona desde o inicio de 1977: é a ameaça soviética. Ela só é nova no fato de que não há mais equilíbrio entre a superioridade nuclear ocidental e a superioridade clássica soviética. O Ocidente não possui mais a superioridade nuclear e, em compensação, também não atingiu a paridade clássica, ao contrário. A guerra nasce quando há desequilíbrio.

É supérfluo insistir em todos os aspectos desta ameaça externa, clássica e nuclear. O recente livro do General Closse mostrou sua eficácia. É bastante dizer que a relação entre as forças convencionais do Pacto de Versóvia e da OTAN é, em média, de 3 para 1, que poderá ser de 6 para 1 na direção de esforço. Isso é muito mais do que o necessário para uma rápida vitória.

A URSS alocou 15% de seu PNB para a defesa, enquanto que a França se vangloriava de ter baixado para 3% do seu PNB os magros recursos que alocava anteriormente. A indústria soviética fabrica atualmente seu material em um ritmo que já é o de guerra. Michel Debré, em outubro de 1975, dizia: "A capacidade da Rússia invadir a Europa é uma realidade impressionante".

É evidente que esta ameaça direta é acompanhada por outras indiretas, ao mesmo tempo sobre os países e as vias comerciais que fornecem à Europa os produtos energéticos e as matérias-primas de que necessita, e no próprio âmbito dos Estados ocidentais onde eles espalham a insegurança política, social e econômica. Os soviéticos aplicam o conselho de Sun Tsu, no século VI a. C.: "A arte suprema da guerra é subjugar o inimigo sem combatê-lo".

Face a esse desenvolvimento das ameaças, a estratégia da França não poderá permanecer passiva, sem o que entregará o país desarmado à ação estratégica do inimigo.

A evolução tecnológica do armamento é o terceiro parâmetro da evolução da estratégia. Não é um critério novo, mas torna-se imperativo porque a tecnologia invade cada vez mais os conflitos, mesmo os mais primitivos. Qualitativamente, as descobertas e as realizações se multiplicam; quantitativamente, as dotações e os estoques crescem. A corrida armamentista se verifica tanto em relação ao armamento nuclear como a toda a gama do clássico. Deve-se acentuar nessa corrida seu aspecto quantitativo. As médias potências, porque não possuem dinheiro, querem fazer crer que, para possuir alguma influência e credibilidade, é suficiente possuir algum material de alto gabarito. É falso.

As perdas brutais nos conflitos modernos exigem considerável quantidade de material de toda sorte. Em dez dias a guerra do Yom Kipur custou 520 aviões (o dobro de nossa Aviação Militar) e 2.800 carros de combate (o triplo de nossos blindados). Hoje em dia, quem não possui meios para durar será derrotado.

Duas idéias podem ser retidas:

- os recentes progressos técnicos, no campo nuclear e clássico, desestabilizam o equilíbrio alcançado no início da década de 70;
- o custo desses progressos torna cada dia mais difícil a presença das médias potências na corrida armamentista, a credibilidade dessas potências só tenderá a diminuir.

A França está consciente e busca aumentar sua colaboração com os países aliados. Ela sabe que seu desejo de independência será cada vez mais limitado por sua capacidade tecnológica e industrial.

#### **IV — POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES FRANCESAS**

Eis a quarta etapa de nosso trabalho. Quais são, realmente, as perspectivas do orçamento alocado à segurança da França? A 6ª regra estratégica tratou da importância da preparação material.

Três espécies de comparação mostram a grande insuficiência orçamentária nesse aspecto. Tomaremos por base o orçamento de 1976 de 50 bilhões de francos, representando 17,06% do orçamento do Estado e 3,06% do PNB estimado.

A primeira comparação é entre as despesas administrativas e as de equipamento. Em 1976, o título III (administração) corresponde a 58,1% do orçamento contra 48% em 1968: o que se alocou para pessoal, quadros e conscritos foi em detrimento do equipamento que, há vários anos, vem sofrendo rápidos aumentos de preço. É a defesa do país que é sacrificada e não o país que faz sacrifícios. Não é possível encarar o esforço necessário em proveito da fabricação de materiais clássicos se o país continuar egoisticamente a consagrar à segurança 3% de seu PNB. O

poder de compra das três forças vai continuar a diminuir. A hora das opções e das renúncias está chegando.

É possível examinar conjuntamente as outras duas relações que são: a relação entre o orçamento militar, de um lado, e o orçamento geral e o PNB, de outro lado, e a relação entre o orçamento militar francês e o das outras médias potências. Em 1975 a porcentagem do PNB consignado pela França à sua defesa era de 2,9% contra 4,1% da República Federal Alemã, 4,6% da Grã-Bretanha, 7,3% dos Estados Unidos e mais de 10% da URSS. O orçamento militar da França, em relação ao seu PNB, caiu de 3,21% em 1971 para 2,94% em 1974. Nesse mesmo prazo, na Alemanha Ocidental ele subiu de 3,3% para 3,6%, na Grã-Bretanha de 5% para 5,2% e na URSS de 10,3% para 10,6% (talvez em realidade tenha sido de 13% para 15%).

Com um orçamento tão pobre, a França não pode efetivamente garantir sua segurança. O Sr. Sanguinetti estima que 5% é um dado normal para uma potência de médio porte e o Sr. Hernu propõe 4,5%.

A porcentagem do PNB consignada pela França para sua defesa é, pois, uma vez e meia menor do que a das outras potências que lhe são comparáveis. Devemos ainda salientar três diferenças suplementares, a saber:

- em 1974, o PNB francês era de 1.300 trilhões de francos face a 1.860 da RFA e 6.700 dos Estados Unidos, o que acentua mais ainda a diferença;
- com 3% do PNB alocado contra os 4 a 5% da Grã-Bretanha e da Alemanha Ocidental, a França ainda pretende uma independência total em matéria de equipamento;
- devemos recordar que esses países não têm os encargos nucleares da França e podem destinar seus orçamentos às forças clássicas, particularmente a Alemanha.

Assim, é fácil compreender porque só temos uns quarenta Plutões, porque temos menos carros de combate do que a Inglaterra, a Alemanha, Egito, Israel ou Síria e tantos quanto a Jordânia, porque temos menos aviões do que a Síria, o Egito ou a Polônia e tantos quanto a Tchecoslováquia e, finalmente, porque não temos suficientes navios de guerra para simplesmente controlar nossas costas. A União Soviética produz atualmente em seis semanas o número de carros de combate que possuímos na França, isto é, 800 a 900.

Para o futuro, por razões de capacidade tecnológica e industrial e, principalmente, pelo orçamento, a distância vai aumentar mais ainda, em detrimento da França. É preciso, então, quer adotar uma ambição estratégica na medida de nossos fracos meios e renunciar não só a qualquer política mundialista mas também a qualquer papel regional mais importante, quer fazer outras opções.

Eis chegado o momento do balanço. A França não pode mais pretender fazer tudo. A doutrina estratégica apresentada no início deste artigo fixa o limite: só

existe estratégia total e segurança total. A evolução necessária, focalizada no item III e pelas três razões ali expostas, exige um importante desenvolvimento das forças clássicas para a dissuasão, a ação na Europa e fora dela.

É possível, então, estabelecer um balanço consoante as possibilidades de segurança da França:

- A França possui a capacidade financeira e tecnológica para realizar uma dissuasão que tenha credibilidade na estratégia nuclear, tendo a estratégia interna ou "popular" baseada na conscrição. Essas duas estratégias são assunto de um grande consenso nacional.
- A França não possui capacidade financeira e tecnológica para realizar simultaneamente uma dissuasão na estratégia clássica, quer se trate de manobra na Europa ou de ação externa na bacia do Mediterrâneo ou no resto do mundo. É lamentável porque o país possui, pela tradição gaulista, uma vocação para a política mundial. Mas não está mais a seu alcance. Pode-se enunciar quatro soluções possíveis, a saber:
  - a *independência na neutralidade*; porém a França não é bastião montanhoso, como a Suíça, nem um refúgio florestal, como a Escandinávia. Como diz Charles Hernu: "A França desarmada, neutra e desinteressada dos outros estará certa de que os outros não se interessariam por sua sorte?"
  - a *independência mundialista*; porém já se virou a página da história, e é preciso reconhecer, sem dissimulação, que a França nunca mais terá o peso e os meios das grandes potências atuais e futuras.
  - a *dependência*; porém os franceses evidentemente não desejam tornar-se uma colônia americana e, muito menos, um satélite soviético.
  - finalmente, a *união européia* surge como única solução estratégica que leva em conta as duas realidades seguintes: de um lado, o fim de uma independência nacional total e, de outro, a vontade nacional de não ser dependente de uma grande potência e, particularmente, do imperialismo ideológico e militar que vai procurar controlar a Europa Ocidental nos próximos anos.

## V — SEGURANÇA DA FRANÇA, UNIÃO EUROPÉIA E ESTRÉGIA DE AÇÕES

É esta a quinta e última etapa deste estudo estratégico. Vamos examinar as perspectivas oferecidas por uma segurança concebida na escala da Europa. Só esta pode assegurar a segurança da França, ao mesmo tempo que dá, às diferentes nações que a integram, a possibilidade de uma estratégia de ação independente.

Pode-se constatar *a priori*, pois é um dado estratégico, que há um consenso geral sobre o papel da Europa na opinião pública, em especial na francesa, na

oposição como no governo, de Jacques Chirac a François Mitterand, como o deseja o próprio presidente da República.

É necessário rever o objetivo político, a grande meta estratégica de uma nação, cada quinze ou vinte anos. O General De Gaulle o fixou em 1958 como sendo a independência nacional da França e a capacidade nuclear. Já foi colimado. A fim de prosseguir o movimento iniciado e preservar o que já se conseguiu, para evitar a estagnação e o recuo, é preciso fixar agora um novo objetivo para o final de século. Chegou a hora da Europa.

Os vizinhos da França têm o mesmo interesse, a mesma organização social, econômica, política e moral a defender. A Europa atual, gigante econômico, é um anão estratégico dividido entre as duas grandes potências.

A União Européia oferece à França o respeito por sua identidade de democracia social e política. Ela permite que se constitua um contrapeso ao poder americano e que se renegocie a Aliança do Atlântico para reequilibrá-la, como deseja o Partido Socialista. Permite ainda, como querem 80% dos franceses, deter o apetite do imperialismo soviético, que necessita controlar a Europa para atingir seu objetivo de hegemonia mundial.

Voluntariamente afastamos desta exposição os dois outros escalões que têm implicação na segurança européia. Vemos a montante o escalão político e cabe aos políticos dizer o que deve ser a Europa política e realizá-la. A jusante vemos o escalão operativo e tático de organização e o emprego das forças, e ali a experiência da OTAN, como a do Pacto de Varsóvia, demonstram que a coordenação e a integração de forças nacionais não criam problemas maiores aos responsáveis militares desde o momento em que os políticos hajam tomado as decisões.

No plano estratégico, a Europa traz à França o espaço e a população, as possibilidades financeiras e industriais para aparelhar as forças nuclear e clássica que as nações médias isoladas não podem fazer. Face ao bloco, impiedosamente agressivo e coeso, do inimigo estratégico, a Europa traz à França o bloco unido, construtivo e ativo de países livres com destinos, desde agora, solidários.

Os países da Comunidade Econômica Européia gastaram em 1975 da ordem de 50 trilhões de dólares para sua segurança, contra 93 dos Estados Unidos e 104 da URSS. Não há dúvida de que a União Européia poderia dobrar os créditos consignados à segurança por cada um de seus membros encarados isoladamente e atingir o nível orçamentário das outras duas grandes potências.

Assim, a União Européia poderia constituir um parceiro estratégico na medida das duas potências do condomínio, adquirir a capacidade de dissuasão nuclear e clássica, possuir os meios clássicos para uma estratégia ativa no conjunto do mundo, ter uma política universal na linha do General De Gaulle, como almejam o Presidente da República, o Sr. Jacques Chirac ou o Sr. Charles Hernu. Ela poderia participar nas grandes negociações estratégicas em pé de igualdade com os outros.

Se quiser garantir sua segurança total sem cair na dependência de outros, a França, assim como seus vizinhos, só tem uma solução que é a da união. Uma Europa unida pode reencontrar a condição de grande potência, daqui até o final do século, e a estratégia correspondente.

\* \* \*

Concluiremos dizendo que a realização da segurança comum da Europa vai ser um objetivo essencial nos próximos anos. A segurança será a argamassa da unificação política.

A comunidade econômica está bloqueada e até mesmo regredindo, o que é a prova de que ela não constitui um meio de aproximação suficiente. A história dos povos mostra que uma coesão só se efetiva diante de uma ameaça. A crescente realidade da ameaça em volta da Europa e nela própria tornou-se tão evidente que a classe média a comenta com inquietude. A história é testemunha que a unidade só se efetiva pela adesão — todas as pesquisas mostram que, na França como entre nossos vizinhos, a opinião pública deseja essa união.

Todo o emperramento da Europa resulta do fato de não se falar ainda em segurança, ao passo que esta vai se constituir nos próximos anos na pedra-de-toque da unificação política.

Os próximos anos terão uma importância histórica. A Europa sobreviverá na unidade e no reencontro da força, ou então ela sucumbirá nos egoísmos e nas mediocridades de suas divisões, por não ter sabido evoluir. Chegou a hora da opção.

*Traduzido pelo Maj Cav Paulo Marcos*



# MARCHAS ESTRATÉGICAS DOS EXÉRCITOS PARA A BATALHA DE PASSO DO ROSÁRIO (20 FEV. 1827)

Claudio Moreira Bento

Ten Cel Eng QEMA integrando atualmente o Estado-Maior do II Exército. Possui o curso A da Escola Nacional de Informações e o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras, pelo EME.

É autor de 8 livros e plaquetas sobre História Militar, e de artigos sobre o mesmo assunto em diversas publicações culturais.

Membro da Comissão de História do Exército Brasileiro (1971/74), da Academia Brasileira de História, do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, e da Comissão de Planejamento e Construção do Parque Histórico Nacional dos Guararapes (1970/71).

## Introdução

**E**m 20 de fevereiro de 1977 transcorreu o sesquicentenário da Batalha do Passo do Rosário, pelos efetivos em presença, a maior batalha campal travada no Brasil.

No nº 672 desta revista, estudamos a situação no dia da batalha, à luz dos fatores da decisão Missão, Terreno, Inimigo e Meios, do Exército Republicano ao comando do Brigadeiro-General Carlos Maria Alvear e do Exército do Sul ao comando do Marquês de Barbacena.

O presente artigo, complementar do anterior, estuda, dia a dia, as marchas estratégicas dos dois exércitos, desde 26 de dezembro de 1826 até 20 de fevereiro de 1827 — o dia da batalha, tudo à luz de mapa anexo especialmente elaborado para este fim.

Enfatiza o grande momento da marcha estratégica do Exército do Sul, quando o grosso consegue transferir-se da bacia do Uruguai para a bacia das Lagoas

dos Patos, transpor o correntoso rio Camaquá-Chico, tomar posição nas serras do Camaquá, favorável a sua superioridade em Infantaria, operar junção em lugar seguro com as demais peças de manobras que passaram a integrá-lo, interpor-se entre o Exército Republicano e as direções estratégicas que demandavam Porto Alegre e Rio Grande, frustrando, assim, o plano do Exército Republicano de isolar o grosso do Exército do Sul em Santana de suas bases de apoio em Rio Pardo, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Foi um grande momento de nossa História Militar.

Além de oferecermos subsídios históricos para que deles se tirem os ensinamentos doutrinários militares que sugerem ao leitor interessado, o autor pretende homenagear, no ano do sesquicentenário do Passo do Rosário, a memória do soldado brasileiro que participou da marcha e da batalha, cumprindo com valor, bravura e patriotismo seu dever militar, a despeito das condições bastantes adversas que enfrentou e superou com galhardia, revividas em artigo anterior.

## Situação Geral

Com o desembarque na praia de Agraciada no Uruguai, em 19 de abril de 1825, quatro meses após a Batalha de Ayacucho, de 33 orientais, provenientes de Buenos Aires, liderados pelo Coronel Lavalleja, teve início o movimento de independência da última nação de origem espanhola da América do Sul.

Em pouco tempo a revolta, com grande respaldo popular e substancial apoio de Buenos Aires, atingiu os muros de Montevidéu.

Em 25 de agosto de 1825, em Flórida, uma assembléia de orientais (uruauais) declarou a independência da Província Cisplatina e sua confederação às Províncias Unidas do Rio da Prata (Argentina).

No Rio Grande, elevado a Província em 25 de maio de 1825, seu Governador, o Visconde de São Leopoldo, procurou tomar providências militares em auxílio do Governador Lecor da Cisplatina, para dominar-se a revolta dos orientais auxiliados pelos argentinos. A esquadra brasileira foi mandada em auxílio de Lecor.

O Marechal Abreu, Barão do Cerro Largo, Comandante das Armas da Província do Rio Grande, procurou mobilizar recursos militares disponíveis que logo entraram em ação.

Os orientais submeteram as praças de Montevidéu, Colônia e Mercedes a rigoroso cerco. Mas, elas resistiram as investidas.

Em 4 de setembro de 1825, o Coronel Bento Manoel Ribeiro bateu os orientais em Áquila. Em 23 e 24 os orientais bateram contingentes enviados pelo Marechal Abreu em Rincón de Las Galinhas. Em 12 de outubro de 1825, Bento Manoel Ribeiro foi batido no combate de Sarandi, travado junto a um dos afluentes do rio Yi.

Como decorrência de Sarandi, os orientais ficaram com o pleno domínio da campanha do Uruguai.

O General Lecor ficou reduzido a posse de Montevidéu, Colônia e Santa Tereza. O Marechal Abreu, com os reduzidos elementos que dispunha, estabeleceu um cordão defensivo na fronteira do Rio Grande com a Província Cisplatina, após retornar ao Rio Grande.

Neste contexto, adverso para o Brasil, em 25 de outubro de 1825, o Congresso de Buenos Aires proclamou a Província Cisplatina reintegrada às Províncias Unidas do Rio da Prata. Em consequência, o Império do Brasil declarou guerra às Províncias Unidas do Prata em 10 de dezembro de 1825.

O Tenente-General Lecor e o Marechal Abreu foram demitidos como responsáveis pelos sucessos militares dos orientais.

Abreu foi substituído, em fevereiro de 1826 pelo Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado. Ao passar o comando declarou com orgulho que enquanto fora o Comandante das Armas da Província do Rio Grande de São Pedro, não cedera ao inimigo um só centímetro de seu território. E de fato isto aconteceu.

Abreu, ou o "Anjo da Vitória", tornara-se legendário por suas brilhantes vitórias obtidas contra Artigas no período 1816-1821, como tenente-coronel. Tático e líder de combate incomparável na guerra de guerrilhas, não foi o homem ideal para conduzir, 4 anos após, como Marechal e Comandante de Armas do Rio Grande, a batalha no campo estratégico. A esta situação fora guindado após a Independência, em razão do retorno à Portugal de oficiais capacitados para o planejamento e condução da batalha estratégica.

O Império do Brasil decretou o bloqueio naval do estuário do Rio da Prata, anunciado em 31 de dezembro de 1825. Durante o ano de 1826 e início do de 1827, enquanto se processava a concentração na Província do Rio Grande, do Exército do Sul e, na Província Cisplatina, do Exército Republicano das Províncias Unidas (a partir de fevereiro de 1826), nosso Marinha travou com a das Províncias Unidas uma série de batalhas e combates: CORALES (9 de fevereiro de 1826), COLÔNIA (25 fevereiro — 13 maio), MONTEVIDÉU (11 de abril de 1826), LARAQUILMES (29 e 30 de julho de 1826), BANCO SANTANA (8 de fevereiro de 1827), JUNCAL (7 de fevereiro de 1827) etc., que terminaram por neutralizar o potencial naval do adversário, suprir e apoiar as praças de Montevidéu e Colônia e, dificultar o livre apoio logístico de Buenos Aires à Alvear.

Ao final do ano de 1826, as Províncias Unidas do Rio da Prata mantinham concentrado em Durazno, na atual República do Uruguai, o Exército Republicano, ao comando do General argentino CARLOS MARIA ALVEAR, constituído de orientais e argentinos.

O Império do Brasil mantinha suas melhores tropas do sul concentradas em Montevidéu e Colônia.

Em Santana do Livramento atual, na coxilha de Santana, Massena Rosado determinou a concentração de todo o Exército do Sul no que ele denominou Acampamento Real da Carolina, de triste memória para todos quantos dele participaram.

Em Jaguarão estacionou, ao comando do Coronel Bento Gonçalves, a ala esquerda deste Exército, após recusar participar da concentração em Santana.

Em 12 de setembro de 1826, o Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, foi nomeado substituto de Massena Rosado no comando do Exército do Sul, na Província do Rio Grande de São Pedro, em razão do infeliz comando exercido por Massena Rosado e divergências deste com o Presidente do Rio Grande.

Em 9 de dezembro de 1826, chegou em Porto Alegre, o Imperador D. Pedro I. Vinha para acelerar os trabalhos e iniciar a ofensiva na guerra Cisplatina 1825-28, em curso.

O Imperador trouxe em sua comitiva reforços militares e o Marechal-de-Campo Henrique Brown, contratado em 12 de março de 1826 para lutar no Sul.

### **Marchas Estratégicas até a Batalha de Passo do Rosário ou Ituizangó**

**Marchas estratégicas dos Exércitos — Republicano, do General Alvear, e o do Sul, do Marquês de Barbacena —** durante 55 dias, de 26 de dezembro de 1826 até 20 de fevereiro de 1827, dia da Batalha do Passo do Rosário ou de Ituizangó. (Acompanhar os movimentos dos dois exércitos através do esboço a seguir.)

DATA	EXÉRCITO REPUBLICANO (ALVEAR)	EXÉRCITO DO SUL (BARBACENA)
26 Dez 1826	Início da marcha estratégica do Exército Republicano, ao comando de Alvear, na direção de BAGÉ, a partir do acampamento em ARROIO GRANDE.	O Exército do Sul, ao comando de Massena Rosado, permanece no ACAMPAMENTO REAL DA CAROLINA em SANTANA, há um ano.
29 Dez	O Exército Republicano transpõe o rio Yí, em DURAZNO.	O Marquês de Barbacena aproxima-se de SANTANA para assumir o Exército do Sul.
1º Jan 1827	O Exército Republicano encontra-se acampado às margens do arroio das CONCHAS. Alvear assumirá o comando do Exército em DURAZNO, exatamente 4 meses antes, em 1º Set 1828. Tempo precioso para organizá-lo, equipá-lo, instruí-lo e planejar seu judicioso emprego. Completava assim, trabalho relativamente ao Exército Republicano, que iniciara como Ministro da Guerra.	Barbacena assumiu o comando do Exército do Sul em SANTANA. O encontrou "nu, descalço, sem munição de guerra e boca, sem remédios, sem cavalos e reduzido há um ano a mais humilhante defensiva", segundo escreveu a D. Pedro I. Barbacena substituiu Massena Rosado que por sua vez substituiu o Marechal Abreu em 1º Dez 1826.
02 Jan	O Exército Republicano continuou acampado junto ao arroio das CONCHAS.	Barbacena deu início a cuidadosa inspeção. Sua presença levantou os ânimos do Exército do Sul. Pouco a pouco, foi adotando providências energicas para devolver ao Exército a operacionalidade perdida e, particularmente, sua mobilidade.

03 Jan	Do arroio das CONCHAS, Alvear destacou o corpo de Lavalleja para fazer a cobertura do flanco esquerdo do Exército e colher informações sobre o Exército do Sul.	Barbacena prosseguia no trabalho de recuperar a operacionalidade do Exército do Sul.
05 Jan	O Exército Republicano atravessou o rio NEGRO e acampou do outro lado. Lavalleja despachou elementos na direção de SANTANA.	Barbacena continuou no seu trabalho, desconhecendo a marcha do Exército Republicano sobre BAGÉ.
09 Jan	Elementos avançados do Corpo de Lavalleja atravessaram o TAQUAREMBÓ.	Os elementos do Exército do Sul que cobriam o acampamento de SANTANA, ao Sul, não possuem informações sobre o inimigo.
11 Jan	Ao anotecer, Lavalleja atingiu as margens do arroio JAGUARI. A vanguarda de Lavalleja, ao comando de Servando Gomez, atuou junto às avançadas do Exército do Sul e fez 26 prisioneiros. Deles obteve informações sobre a situação em SANTANA.	Barbacena reuniu Conselho de Guerra que decidiu a mudança de acampamento de SANTANA, para a região de BAGÉ, com apoio em informe de que o Exército Republicano marchava sobre SANTANA, colhido com a ação de Servando Gomez.
13 Jan	O Exército Republicano acampou ao norte de TAQUAREMBÓ em local onde, neste dia, levou violento incêndio no campo, dominado com grande esforço. Ao incêndio seguiu-se, à noite, violento temporal.	O Exército do Sul iniciou seu deslocamento. Foi acampar nas pontas do CUNHAPERU, onde foi reunir-se à noite BARBACENA, que estava bastante doente, segundo Seweloh, seu ajudante em assuntos de Engenharia.
14 Jan	Lavalleja rearticulou seu dispositivo na confluência do CUNHAPERU com o TAQUAREMBÓ. Ali fez um prisioneiro brasileiro, integrante de um grupo de reconhecimento despachado de SANTANA. Os demais conseguiram fugir levando preciosas informações para o Marquês de Barbacena em seu acampamento. Lavalleja sabia que o Exército do Sul marchava, mas não sabia se sobre ele ou sobre BAGÉ. Dúvida!	O Exército permaneceu no CUNHAPERU onde juntou-se a ele a Brigada de Bento Manoel. Face as informações colhidas por seus elementos de reconhecimento, Barbacena lançou, à noite dessa dia, como flanco-guarda, coluna ao comando do Brigadeiro Barreto, nucleada pela brigada Bento Manoel. Presume-se que daí Barbacena enviou ordem a Brown em PELOTAS e Bento Gonçalves em JAGUARÃO e Abreu em marcha para RIO PARDO, para unirem-se ao Exército, na região de BAGÉ.
15-17 Jan	O Exército Republicano ao alvorecer de 17, percorreu 60 km de deserto, sob o calor sufocante e sem encontrar uma gota d'água. Foi acampar na margem direita do rio NEGRO. A cavalaria deu sinais de grande fadiga. Em 18, Lavalleja foi informado que coluna do Exército do Sul marchava a seu encontro. Atravessou então o JAGUARI, onde recebeu ordens de Alvear para prosseguir.	Em 16 o Exército do Sul permaneceu nas margens do CUNHAPERU. Em 17 marchou até as cabeceiras do IBICUI-MIRIM onde acampou. Barbacena, a partir daí, decidiu acelerar sua marcha. Para aliviar mais a coluna, determinou que o material dispensável ao Exército fosse levado para SÃO GABRIEL, bem como os doentes. Em 17, o Marechal Brown recebeu, em PELOTAS, ordem de BARBACENA para operar, juncão como Exército do Sul, na região de BAGÉ.

20 Jan	<p>O Exército Republicano atravessou o rio NEGRO no passo do MAZANGANO. Objetivo, parafraseando o General Alvear, "não perder a vantagem de manobrar pelo flanco esquerdo do Exército do Sul e levando sempre adiante seu projeto de interceptar a comunicação do Exército do Sul com a vila de RIO GRANDE e ocupar a vila de BAGÉ". Até ai eram imprecisas as informações que Alvear dispunha sobre os movimentos de BARBACENA e BROWN.</p> <p>Lavalleja atingiu o arroio S. LUIZ.</p>	<p>O Exército do Sul acampou junto a LA-GOA FORMOSA. Brown já marchava, por terra, na direção de CANDIOTA, com a maior parte de sua coluna. Por água, desde PELOTAS, e até a confluência do rio JAGUARÃO com o JAGUARÃO-CHICO, enviou ao comando do Major Manoel Soares da Jesus, o destacamento de tropas alemãs, constituído pelo 27º Batalhão de Caçadores e Esquadrão de Lanceiros Alemães. Até ai eram imprecisas as informações que Barbacena dispunha sobre os movimentos de Alvear.</p>
21 Jan	<p>O General Alvear informou a seus comandantes de divisão que Bento Gonçalves vinha contra o Exército Republicano, razão pela qual iria acampar na planície. A partir desse dia, o Exército Republicano ficou separado pelo rio NEGRO, de sua Vanguarda e, com o flanco direito não apoiado.</p>	<p>O Exército do Sul marchou e foi acampar no arroio PONCHE VERDE. Bento Gonçalves aproximou-se do flanco direito do Exército Republicano e mandou informar Barbacena dessa circunstância. A cobertura de Brown vinha sendo realizada pelo alferes José Teodoro da Silva (Juca Teodoro).</p>
22 Jan	<p>O Exército Republicano marchou neste dia. A certa altura de sua marcha, foi dado o alarme ao avistar-se elementos de reconhecimento de Bento Gonçalves.</p>	<p>O Exército do Sul atravessou o SANTA MARIA no passo D. PEDRITO, onde acampou. Barbacena informou que os flancos do Exército Republicano estavam sob observação das colunas de Bento Manoel e Bento Gonçalves.</p>
23 Jan	<p>Alvear anunciou que o Exército do Sul, ao comando de Barbacena, marchava contra seu Exército. Neste dia Lavalleja penetrou em BAGÉ com um grupo de 100 homens. Ali permaneceu 3 horas. Estrondos, ouvidos ao longe, causaram alarme no Exército Republicano. Uns imaginaram tratar-se de descargas de canhões e de mosquetes sobre Lavalleja. Outros imaginaram tratar-se de trovões ao longe. A última hipótese veio a confirmar-se, ao desabar violento temporal sobre o Exército Republicano, em marcha. Nesse dia Alvear deplorou ter de subordinar as operações ao estado dos cavalos. Declarou a certa altura: "Se o Exército do Sul viesse a seu encalço através do rio NEGRO, marcharia na direção do JAGUARÃO, para em seguida contramarchar e travar combate nas campinas onde se encontrava então."</p>	<p>O Exército do Sul ainda permaneceu no passo D. PEDRITO. Daí Barbacena escreveu ao Ministro da Guerra: "Alvear, com seu Exército reunido, vem entrando por BAGÉ. Não sei seu efetivo. Sem dúvida, sua intenção é colocar seu Exército entre mim em SANTANA e Bento Gonçalves em JAGUARÃO (CERRITO), para batermos por partes. Sem dúvida teria conseguido se eu tivesse demorado um instante em ordenar a imediata juncção, ou embarcar-me com as dificuldades, de toda a ordem que enfrentei, logo ao assumir o comando em SANTANA, falta de cavalos, cartuchos podres e falta de imediata solução" (paráfrase). As colunas de Barreto e Bento Gonçalves operaram juncção em SANTA CLA. Assim asseguraram uma boa cobertura ao Centro do Exército do Sul, além de ficarem em condições de se reunirem a ele anulando neste dia a manobra de Alvear de colocar-se entre Barbacena e Bento Gonçalves e batê-los por partes.</p>

24 Jan	<p>Lavalleja penetrou em BAGÉ neste dia. Após foi encontrar-se com Alvear, para conferência, no passo do VALENTE. Estes dois chefes há 21 dias haviam se separado. Suas tropas continuavam separadas.</p>	<p>O Exército do Sul atingiu o TAQUAREMBÓ-CHICO. Barbacena determinou que Barreto se reunisse a ele naquele local e dia. Determinou que a brigada de Bento Gonçalves cobrisse o Exército, em SANTA TECLA, face a BAGÉ.</p>
25 Jan	<p>O Exército Republicano reuniu-se todo junto ao passo do VALENTE, à vista de BAGÉ.</p>	<p>Choveu toda a noite de 24/25 sobre o Exército do Sul, impedindo-o de atravessar nesse dia o TAQUAREMBÓ-CHICO, por ter ficado a nado.</p>
		<p><b>OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:</b> Das 22,00 horas de 26 às 05,00 de 30 de Jan 1827 desabou sobre a região onde operavam os exércitos do Sul e o Republicano violento temporal, caracterizado por trovões, raios, fortes ventos e chuvas torrenciais que se prolongaram por cerca de 80 horas. O Exército Republicano, em razão dela, ficou ilhado em BAGÉ onde permaneceu cinco noites. O Exército do Sul foi colhido pelo temporal em seu acampamento na GUARDA VELHA do TAQUAREMBÓ GRANDE, antiga guarda fundada pelos espanhóis após 1777 e de onde foram desalojados na Guerra de 1801. Ao término da chuva, o Exército do Sul já havia realizado a maior parte de sua difícil travessia do rio CAMAQUÁ-CHICO. O período de 26 de janeiro de 1826 a 2 de fevereiro de 1827 foi de grande significação no contexto da marcha estratégica de cada exército. Recordemos, dia a dia, como foram usados pelos dois exércitos.</p>
26 Jan	<p>'Ao amanhecer teve início a ocupação de BAGÉ pelo Exército Republicano que se prolongaria por cerca de 116 horas, até as 10,00 horas de 31. A vila foi alvo de saques e vítima de cenas de desordem, desolação e vandalismo. A soldadesca se entregou ao saque e ao roubo na vila, abundantemente sortida. A embriaguez, a violação do lar doméstico, traziam aterrorizadas as débeis mulheres e as indefesas crianças, únicos habitantes encontrados.' (IRIARTE. <i>Memórias</i>.) Ao anochecer desabou violento temporal sobre BAGÉ. 'Ele durou toda a noite, redobrando, de tempo em tempo, sua violência com inaudito furor.' (BRANDSEN. <i>Escritos</i>.) Caiu um raio que incendiou 2 ou 3 edifícios. 'O furacão arrancou as estacas da barraca e nos tapou, estragando toda a nossa janta. Toda a noite choveu como um dilúvio e a passamos no barro.' (DEL PINO. <i>Diário de La Guerra</i>.)</p>	<p>O Exército do Sul após esperar um dia que o TAQUAREMBÓ-CHICO baixasse seu nível, realizou a transposição do mesmo neste dia. 'Marchou até a GUARDA VELHA DO TAQUAREMBÓ onde acampou em condições de muita segurança, em posição dominante e excelente para a Artilharia e Infantaria.' À noite, o Exército do Sul foi colhido de modo mais brando pelo temporal que atingira violentamente o Exército Republicano em BAGÉ. Bento Gonçalves foi atingido, em SANTA TECLA, pelo violento temporal caído à noite.</p>
	<p>Ao amanhecer, BAGÉ era só desolação, em consequência do temporal e do início dos saques que continuaram por toda o dia. Os arroios em torno de BAGÉ estavam a nado e</p>	<p>O Exército do Sul, em razão das fortes chuvas caídas na noite anterior e durante todo este dia, permaneceu inativo na GUARDA VELHA DO TAQUAREMBÓ. Bento Gon-</p>

	<p>o Exército Republicano ilhado. Servando Gomez entrou na vila com alguns prisioneiros brasileiros. A chegada de um esquadrão do Exército Republicano, em BAGÉ, provocou alarme com clarins e um tiro de canhão, ao ser confundido com tropas do Exército do Sul marchando sobre BAGÉ. Alvear mandou publicar ordem proibindo, sob pena de morte, o roubo e o saque. Em consequência foram fuzilados 2 homens. Apesar disso o seque continuou" (DEL PINO).</p>	<p>çalves, em SANTA TECLA, realizava a cobertura do Exército do Sul e vigiava o Exército Republicano em BAGÉ.</p>
27 Jan		
28 Jan	<p>O Exército Republicano permaneceu em BAGÉ, sob chuva. Segundo BRANSEN e DEL PINO realizou-se, sob a supervisão do General Mansilla, a partiha da cachaça, açúcar, café etc... apreendidos na tomada de BAGÉ. DEL PINO era ajudante e secretário de Alvear. O Exército Republicano, em BAGÉ, se refez em suprimentos valiosos e conseguiu fazer a remonta de sua cavalaria.</p>	<p>Sob a cobertura da brigada Bento Gonçalves, em SANTA TECLA, o Exército do Sul marchou todo o dia sob forte chuva, até as nascentes do CAMAQUÃ-CHICO. Transportou-se neste dia da bacia do URUGUAI para a bacia da LAGOA DOS PATOS. Por outro lado, já barraava as direções BAGÉ—RIO PARDO e BAGÉ—PORTO ALEGRE e a BAGÉ—PELOTAS—RIO GRANDE com Brown.</p>
29 Jan	<p>Sob a orientação do General Mansilla, Chefe do Estado-Maior do Exército Republicano, prosseguiu a distribuição das mercadorias apreendidas em BAGÉ pelos diversos corpos. O tempo chuvoso continuou. Lavalleja partiu na direção das pontas do CAMAQUÃ. Em SANTA TECLA entrou em choque com BENTO GONÇALVES que passou a retardá-lo.</p>	<p>O Exército do Sul, sob forte chuva e sob a cobertura de Bento Gonçalves, atingiu o passo do CAMAQUÃ-CHICO, encontrando-o cheio e torrentoso. Ainda neste dia o Exército do Sul construiu no local diversos botes de couro, mais conhecidos como pelotas, para serem usados como meios descontínuos na travessia do rio. Bento Gonçalves passou a escaramuçar e retardar a coluna de Lavalleja.</p>
30 Jan	<p>A chuva amainou. O Exército Republicano recebeu ordem de ficar pronto para romper marcha. Através de 7 prisioneiros brasileiros, Alvear conheceu a disposição de Barbacena de aguardá-lo na serra e assim se expressou no Boletim nº 3 desse dia. Barbacena "após andar em marchas e contramarchas, por direções falsas, em busca do Exército da República, encontra-se hoje, por fim, a 8 léguas de distância (cerca de 52 km). A habilidade das manobras do Exército Republicano o honra tanto, quanto desfavorece militarmente as do General Barbacena".</p>	<p>Teve início a travessia do Exército do Sul para o outro lado do CAMAQUÃ-CHICO e que duraria 36 horas. A Artilharia e suas carretas e mais as de munições e alimentos, foram transpostas nos botes de couro (pelotas). A Cavalaria transpôs a nado. Os soldados da Infantaria, nus e com a água pelo peito, atravessaram o rio levando o uniforme, armamento, munição e equipamento sob macas improvisadas, que eram transportadas por duplas. Bento Gonçalves, na cobertura da travessia, escaramuçou e retardou a coluna de Lavalleja. Não perdeu um só homem e impôs baixas ao adversário.</p>
	<p>O Exército Republicano deixou BAGÉ às 10,00 horas, após cerca de 116 horas de ali permanecer inativo. Sua marcha pouco rendeu em razão da cavalaria estar cansada e</p>	<p>A transposição continuou. Face a pressão de Lavalleja, Barbacena ordenou que Barreto reforçasse Bento Gonçalves. Lavalleja foi mantido a 3 km do local de travessia. O</p>

31 Jan	<p>estropiada. A tropa praticou algumas depredações sobre a propriedade de um brasileiro, terminando, a residência daquele e o curral, transformando-se em lenha, segundo DEL PINO. O Exército deixou SANTA TECLA a esquerda. Para explicar a inação de Alvear em BAGÉ, surgiu a versão não comprovada, e propagada pelo Coronel Angel Pacheco, de Alvear haver se apaixonado por uma bagense, em cuja casa se hospedara. Lavalleja enfrentou, até a noite, a Retaguarda do Exército do Sul.</p>	<p>tiroteio com Lavalleja cessou à noite quando o Exército do Sul havia completado a transposição e tomado posição, em local seguro e incapaz de ser envolvido, cuja única via de acesso era o passo do CAMAQUÁ-CHICO que venceria com decisão e galhardia.</p>
1 Fev	<p>O Exército Republicano marchou cerca de 26 a 30 km até as pontas do CAMAQUÁ-CHICO. Alvear supôs que o Exército do Sul se dirigia para passo dos ENFORCADOS ou S. SIMÃO. À noite foi colhido por forte temporal. Ai Alvear reconheceu não mais poder impedir a junção de Barbacena e Brown.</p>	<p>Barreto repassou o CAMAQUÁ-CHICO. O Exército do Sul marchou e ocupou no arroio das TRAIRAS, "posição que era uma perfeita fortaleza, com acessos extremamente difíceis, nos quais se podem opor mil obstáculos a um inimigo que avance". (SEWELOH, <i>Reminiscências</i>.) Junta-se ao Exército, o Brigadeiro Crisóstomo Calado, vindo de Montevidéu.</p>
2 Fev	<p>Sob chuva, o Exército Republicano não marchou. Sua vanguarda internou-se um pouco nas serras do CAMAQUÁ, à procura do Exército do Sul. Face a situação crítica vivida pelo Exército Republicano, os principais opositores de Alvear, como Lavalleja, Brandsen e Angelo Pacheco decidiram apoiá-lo. Sentiram que o Exército Republicano, onde predominava a Cavalaria, não podia buscar Barbacena em posição nas serras do CAMAQUÁ.</p>	<p>O Exército do Sul marchou e tomou posição na margem direita do arroio das PALMAS, entre o curral da estância de Severino Brasil e a venda de Matheus Ruivo, em região de serras. Às 11.00 horas, Barbacena destacou a Brigada de Bento Manoel para "hostilizar, observar e informar sobre os movimentos do Exército Republicano, mas ficar em condições de reunir-se ao Exército do Sul no local e hora indicados".</p>
3 Fev	<p>Alvear voltou a entender-se com Brandsen, Lavalleja e com Pacheco. O último o acusara de haver ficado inativo em BAGÉ por causa de uma "ninha bonita". Às 11.00 horas, o Exército Republicano reiniciou a marcha, seguindo o Exército do Sul. Acampou ainda nas pontas do CAMAQUÁ GRANDE. Brandsen escreveu sobre o Exército do Sul "Ele logrou seu objetivo. Está em comunicação direta e perfeitamente livre com seus elementos marchando a seu encontro do Rio Grande e Porto Alegre".</p>	<p>O Exército do Sul permaneceu no mesmo local. Seweloh, ajudante engenheiro de Barbacena, reconheceu os passos dos ENFORCADOS ou S. SIMÃO e o do CACÃO, todos no CAMAQUÁ GRANDE. No passo dos ENFORCADOS deparou grande quantidade de famílias brasileiras foragidas e agrupadas em torno da venda do SIMÃO (margem direita). Concluiu que o Exército teria grande dificuldade em atravessar o CAMAQUÁ naqueles locais, por estarem a nado. E que o passo do CACÃO era o melhor, desde que o caminho do acampamento até ele fosse melhorado, o que era difícil.</p>
	<p>Alvear reuniu Conselho de Guerra que firmou a seguinte resolução "Os generais abalizados assinados reunidos em Junta de Guerra pelo Sr General em Chefe, declararam, após</p>	<p>O Exército do Sul marchou na direção das nascentes do LEXIGUANA a procura de lenha e água. A junção de Brown era esperada a qualquer instante, e com elas os seguintes</p>

ouvir sua exposição: Que as marchas e manobras executadas pelo exército foram as mais hábeis e acertadas e merecem a aprovação dos que abaixo firmam; Que a demora do Exército em BAGÉ foi indispensável e necessária, pois não poderia ter-se movido em vista do estado intransitável dos caminhos e quebradas, em consequência das chuvas; Que em vista da posição escabrosa ocupada na serra pelo Exército do Sul, são de opinião que este não seja atacado e se manobre para tomar as pontas do SANTA MARIA". Assinam: Mansilia, Lavalleja, Soler e Laguna.

Brandson perguntou se estava perdida a esperança de impedir-se a junção de Brown e Barbacena e recebeu resposta positiva.

Segundo Alvear, "a ocupação de parte do Brasil, a tomada de recursos e de cavaleadas do mesmo, obrigaría o Exército do Sul, seja pelo clamor público, seja pela confiança em si, após a junção de Brown, a sair de suas posições e apresentar-se em local em que o Exército Republicano poderá tirar o máximo rendimento de sua maior força — a Cavalaria".

elementos: 4º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de RIO GRANDE; 5º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de RIO PARDO; 6º Regimento de Cavalaria de 1ª Linha de MONTEVIDÉU com poucos homens ao qual se juntou a Companhia Provisória de substitutos pretos e mulatos de RIO GRANDE; Esquadrão de Lanceiros Alemães (80 homens); 27º Batalhão de Caçadores Alemães (800 homens); 18º Batalhão de Caçadores de Pernambuco que viera de Montevidéu. Toda a tropa de Brown havia parado para alguns treinamentos em Pelotas. Merece destaque, não só a cobertura do flanco exercida por Bento Gonçalves sobre Brown, como a que realizou sobre o Exército do Sul, durante 9 dias de 23 Jan a 1º Fev, ao interpor-se entre este e o Exército Republicano e ao retardar, de 29 Jan a 1º Fev a Vanguarda deste ao comando de Lavalleja.

4 Fev

O Exército Republicano tendo como Retaguarda Lavalleja, marchou até as cabeceiras do TAQUAREMBÓ. Na tarde desse dia, deixou BAGÉ pequena coluna adversária, constituída de 30 homens. Ela trazia, desde MALDONADO, correspondência para o Exército de Alvear e alguns lanceiros alemães a serviço desse exército. Até esta data, pelo que se conclui, a população masculina de BAGÉ ainda não havia retornado à vila que continuava sob controle do Exército Republicano.

5 Fev

Brown operou junção com Barbacena no acampamento arroio LEXIGUANA. O fato mereceu de Seweloh este comentário: "Esta junção deve ser considerada obra-prima de estratégia. Em 5 Jan, o Exército Republicano se interpunha entre Barbacena e Brown, com enorme superioridade numérica. Estavam eles separados por 80 léguas. A posição central do Exército Republicano ameaçava todas as comunicações entre Barbacena e Brown e o de cada um deles com as cidades da Província de SÃO PEDRO". A cobertura de Brown foi realizada inicialmente por Bento Gonçalves e após pelo alferes José Teodoro de Silva que neste dia, à noite, penetrou em BAGÉ, onde soube que coluna de 30 adversários deixara o local, à tarde, na direção do Exército Republicano.

6 Fev

O Exército Republicano atravessou o TAQUAREMBÓ. Lavalleja avançou pelo JAGUARI e foi informado que o Exército Republicano marchava para SÃO GABRIEL.

Desde o dia anterior, Brown assumira as funções de Chefe de Estado-Maior do Exército do Sul. Juca Teodoro destruiu a coluna que deixara BAGÉ. Fez 18 prisioneiros e matou 11 (SILVA, A vida).

7 Fev	<p>Ao meio-dia o Exército Republicano bivoucou junto ao passo REAL do JAGUARI. Desse ponto Alvear lançou a Brigada Zufriataguí, forte 1.250 homens, para ocupar SÃO GABRIEL, de surpresa.</p>	<p>O Exército do Sul permaneceu no acampamento do arroio LEXIGUANA. À noite realizou-se experiência com 3 foguetes à Congreve. Ela resultou num acidente que custou a vida do Tenente Siegener, pois os três foguetes estouraram muito perto do tenente que fazia a demonstração. A Brigada Bento Manoel se encontrava próximo ao JAGUARI.</p>
8 Fev	<p>Marchou pela margem esquerda do arroio JAGUARI. Atravesou-o e acampou nas faldas do cerro BATOVÍ, local onde funcionou uma guarda portuguesa que deu origem a um povoado que, transferido, deu origem a SÃO GABRIEL. "A partir deste instante, o Exército Republicano passou a marchar sob a cobertura de destacamentos de segurança lançados em todas as direções. A marcha do Exército do Sul passou a ser envolvida por um enxame de bombeiros, ativos espías gauchoescos, encarregados de observar seus possíveis movimentos e intenções" (paráfrase WIEDERSPHAN. <i>A Campanha</i>, p. 189).</p>	<p>O Exército ainda continuou no arroio LEXIGUANA. O tenente SIEGENER foi evacuado à noite para a vila de CACAPAVA, onde faleceu e foi sepultado dias após. O incidente foi assistido pelo general Brown, parente do mais tarde Erich von Brown, especialista em foguetes espaciais.</p>
9 Fev	<p>A Brigada Zufriataguí ocupou SÃO GABRIEL. Neste dia houve alarme infundado no acampamento do Exército Republicano, do que resultou em preparativos para um combate. O suposto inimigo era Lavalleja que vinha reunir-se ao grosso. Caiu em mãos de Zufriataguí, em SÃO GABRIEL, "6 carretas com armamento, munições, petrechos, fardamentos e bagagem de oficiais brasileiros que Barbacena havia mandado de SANTANA, para acelerar sua marcha até a junção com Brown".</p>	<p>O Exército do Sul, ao entardecer, ficou em condições de marchar ao primeiro sinal. Seweloh exaltou "a habilidade revelada em todas as marchas pelas guerrilhas, tropa constituída de gente da Província do Rio Grande ou São Pedro, pouco disciplinada e exercitada. Fazem sempre a vanguarda e causa prazer observar como desempenham as obrigações e funções dessa tarefa, com uma pericia como se tivessem aprendido nas melhores escolas da Europa".</p>
10 Fev	<p>Alvear penetrou em SÃO GABRIEL para reconhecimento. "Local fundado em 1813 pelo Tenente General João de Deus Mena Barreto. Continha na época 51 casas, das quais 25 de pedra, muito boas e algumas assombradas e 22 cobertas de palha. Suas ruas possuíam 18 palmos. Situava-se a vila sobre uma colina que oferecia condições para a defesa de um Exército em todas as direções" SEWELOH. <i>Reminiscências</i>. As condições defensivas oferecidas por SÃO GABRIEL não foram exploradas nem por Alvear nem por Barbacena. Para o General Tasso Fragoso deveria ter sido o local de concentração do Exército do Sul, desde o inicio, ao invés de SANTANA.</p>	<p>O Exército do Sul contramarchou e foi acampar junto ao passo do CAMAQUÁ-CHICO. Barbacena escreveu a Bento Manoel dizendo: "Estar convencido que o Exército Republicano se retira, procurando primeiro roubar SÃO GABRIEL e SANTANA e mais o que encontra no caminho. Amanhã procurarei as pontas de SANTA MARIA e dirigirei os movimentos do Exército do Sul, segundo as informações que receber de V. S. e da Brigada Bento Gonçalves que segue a Retaguarda do Exército Republicano" (paráfrase — ANDRÉA. <i>Resposta</i>, p. 452).</p>

11 Fev	O Exército Republicano ultrapassou SÃO GABRIEL e prosseguiu sua marcha para o norte, coberto pela Retaguarda ao comando de Lavelleja.	O Exército do Sul permaneceu junto ao CAMAQUÃ-CHICO. O mapa da força registrou 6.610 h. em seu efetivo. Bento Manoel foi reforçado com 500 homens.
12 Fev	Alvear atingiu o VACACAI. Destacamento de Lavelleja ao comando do Major Alejandro Daniel "assaltou depósito de bagagens de três batalhões brasileiros onde foram encontradas 4 bandeiras imperiais, 2 do 3º BC, 1 do 18º BC e 1 do 3º RC. Elas viriam constituir os Falsos Troféus de Itulzangô" WIEDERSPHAN. <i>A Campanha</i> , p. 152.	O Exército do Sul transpôs o CAMAQUÃ-CHICO. Barbacena escreveu para Bento Manoel dizendo-lhe se encontrar muito longe (65 a 80 km) do Exército do Sul e que assim teria dificuldade de se reunir a este, se atacado. Determinou que Bento Manoel não se afastasse além de 52 a 80 km. E finalmente que não sabia a intenção de Alvear.
13 Fev	O Exército Republicano transpôs o VACAÇAI-GRANDE. Ali teve lugar escaramuça entre uma coluna ao comando do Tenente Marcelino Ferreira do Amaral e um destacamento do Exército Republicano. O Tenente JUCA DEODORO conseguiu recuperar muito gado e cavalo arrebanhados pelo Exército Republicano. Alvear organizou nesse dia coluna ao comando do General Mansilla para atuar contra Bento Manoel que fustigava seu flanco.	O Marechal Abreu operou junção com o Exército do Sul nas pontas do JAGUARI. Trazia 230 civis, que reunidos com outros chegados nos últimos dias, mal armados, mas muito bem montados, atingiu o número de 560 que foram divididos em 11 companhias. Desertor, de nacionalidade francesa, prestou as seguintes informações sobre o Exército Republicano: "Efetivo 12.000. Cavalo arrebatado, em mau estado. Grande número de deserções." A Brigada de Bento Manoel foi surpresa com cartuchos.
14 Fev	Lavelleja penetrara em SÃO GABRIEL, no dia anterior. Ali permaneceu todo este dia, fazendo a Retaguarda. O Exército Republicano, após marchar toda a noite de 13/14, foi acampar junto ao arroio JACARÉ, às 08,00 horas. Ali permaneceu durante todo o dia.	O Exército do Sul marchou todo o dia. Foi acampar comodamente nas pontas do VACAÇAI. A coluna do General Mansilla, composta de cerca de 2.000 homens, saiu ao encontro da Brigada Bento Manoel.
15 Fev	Lavelleja permaneceu cobrindo a Retaguarda do Exército Republicano em SÃO GABRIEL. Mansilla entrou em contato com a Brigada Bento Manoel e a recalcou para o Norte, obrigando-a a atravessar o rio IBICUI, no passo do UMBU. A cobertura de transposição foi feita a duras penas por 3 esquadrões do heróico 22º RC de 2ª Linha de RIO PARDO. O combate que teve lugar entre a retaguarda de Bento Manoel e a vanguarda de Mansilla, passou à história como combate do UMBU ou OMBU. As perdas para ambos os lados se equilibraram. Cerca de 10 mortos e 12 feridos. As consequências estratégicas do mesmo, foram de graves repercussões para o Exército do Sul, como se verá. Bento Manoel, recalculado para o outro lado do IBICUI, não acompanhou Mansilla. Este rompeu o	Bento Manoel escreveu a Barbacena sobre a situação na sua zona de ação. afirmou que o Exército Republicano iria atravessar o rio SANTA MARIA no passo S. SIMÃO. Acrescentou que estimava que o Exército Republicano atingiria o passo S. SIMÃO dia 2 dias, ou a 17 Fev. Disse que prosseguiria para cortar Alvear e chegar a tempo de tomar parte junto com Barbacena de uma grande batalha, de destruição do Exército Republicano, a oeste de Alegrete, a partir de 23 Fev. Esta falsa compreensão leva a graves repercussões. Barbacena permaneceu no acampamento anterior. Foi dada organização ao Corpo de paisanos do Marechal Abreu que recebeu visita de Barbacena. Sob a direção de Brown realizaram-se exercícios militares, sem grandes resultados.

	<p>contato e marchou à noite na direção do passo do CACEQUI, em cuja direção Alvear marchava também à noite.</p>	
16 Fev	<p>Alvear e Mansilla operaram juncção no passo das MOÇAS VELHAS, do arroio CACEQUI, ao final da tarde. Lavalleja ocupou SÃO GABRIEL até o inicio da tarde, quando marchou na direção de Passo do Rosário, à aproximação do Exército do Sul, ocasião em que fez três disparos de canhões, por certo para cientificar Alvear.</p>	<p>O Exército do Sul havia empreendido marcha noturna desde a noite anterior. Das 03.45 às 04.45, foi transposto o passo do PAU CARCADO no VACACAI. Às 10,00 horas, após marcha de cerca de 12,30 horas, o Exército acampou nas vertentes do VACACAI. Ali teve lugar pequeno incêndio. O escoamento do Exército do Sul foi de 34 minutos, segundo Seweloh.</p>
17 Fev	<p>Alvear permaneceu no passo das MOÇAS VELHAS do CACEQUI. Ali recebeu comunicações de Lavalleja que o Exército do Sul neste dia transpusera o VACACAI, ultrapassara SÃO GABRIEL e prosseguiria na direção do Passo do Rosário, no SANTA MARIA" (paráfrase de Revillo).</p> <p>Alvear conheceu a 17, ou o mais tardar ao alvorecer de 18, através de Lavalleja, que o Exército do Sul marchava para o Passo do Rosário.</p>	<p>O Exército do Sul penetrou em SÃO GABRIEL às 11,00 horas, após iniciar a marcha às 03,00 da madrugada. A povoação estava devastada e sem moradores. Às 10,00 horas os últimos elementos de Lavalleja a haviam evacuado e incendiado algumas casas.</p> <p>Barbacena recebeu carta de Bento Manoel, às 17,00 horas, afirmando que o Exército Republicano transporia o SANTA MARIA no passo S. SIMÃO, que devia ser atingido naquele dia. Em carta de 10, Barbacena transmitiu a impressão a Bento Manoel de que o Exército Republicano procurava atingir ALEGRETE.</p>

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Recordemos a situação dos dois exércitos em 17. O Republicano encontrava-se no passo das MOÇAS VELHAS no arroio CACEQUI. Ali foi informado por sua Vanguarda, desdobrada entre SÃO GABRIEL e passo do ROSÁRIO, que o Exército do Sul marchava para o último local. Alvear sentiu a possibilidade de ser cortada, pela retaguarda, sua linha de comunicações com Montevidéu e Buenos Aires. O Exército do Sul encontrava-se reunido em São GABRIEL e adjacências e separado da Brigada Bento Manoel por enorme distância. Com as informações de Bento Manoel a Barbacena assegurando que o Exército Republicano iria atravessar o rio SANTA MARIA, no passo S. SIMÃO, aumentou a euforia do Marquês de Barbacena e sua convicção de que o Exército Republicano encontrava-se "em vergonhosa e precipitada fuga". Esta impressão Barbacena transmitiu ao Exército do Sul, em Proclamação, e ao Ministro da Guerra em ofício, tudo em 17 de fevereiro, de seu QG em SÃO GABRIEL. Em 1960, Grupo de História, e Geografia do 3º ano da ECEME em viagem de estudos ao Rio Grande do Sul, Integrado pelos então maiores Osvaldo de Faria, Jonas de Moraes Correia Neto, Leo Guedes Etchegoyen, José Maria de Toledo Camargo, Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira Neto e Rubens Junqueira Portugal, chegaram à seguinte síntese sobre a ação de Barbacena, em trabalho intitulado — *Força Resposta*. Após sua vitória estratégica de 5 Fev 1827, ao operar juncção, em local seguro, na serra do CAMAQUÁ, com a coluna de Brown. "Barbacena falhou no princípio do Objetivo. Não sabia o que fazer. Se o sabia não chegou a agir neste sentido. O espírito ofensivo esteve ausente. A segurança pela informação foi relegada a plano secundário. Alvear já marchava há vários dias e Barbacena

despreocupadamente organizava e instruía suas tropas. De atitudes tomadas e de erros cometidos, sobressaindo a inércia militar, resultou mais violações de nosso território, com suas tristes consequências. E, afinal de contas, fugiu-nos das mãos uma possível vitória no Passo do ROSÁRIO." (p. 19)

Com apoio em falsas impressões e não em informações sobre o valor combativo, possibilidades, atitude e destino do Exército Republicano, o Exército do Sul marchou para o passo do ROSÁRIO.

18 Fev	O Exército Republicano permaneceu em condições de marchar todo o dia. Ao ser informado que o Exército do Sul suspendeu sua marcha às 10,00 horas da manhã, Alvear ordenou os deslocamentos do Exército Republicano para o passo do ROSÁRIO. O deslocamento teve início às 16,30, com a tropa aliviada do equipamento não imprescindível que foi deixado junto ao CACEQUI. Inclusive, parte do arquivo foi incendiada. Dita bagagem deixada no CACEQUI irá cair em mãos do Exército do Sul.	O Exército do Sul iniciou a marcha às 04,00 da madrugada. Foi acampar junto ao arroio do SALSO, às 10,00 horas, após atravessar o banhado INHÁTIUM. Da posição do arroio do SALSO era possível ao Exército do Sul marchar, seja para o passo do ROSÁRIO, seja para o passo do CACEQUI onde se encontrava o Exército Republicano, circunstância desconhecida por Barbacena. Alvear, através de seus elementos de reconhecimento, soube da parada do Exército do Sul. Barbacena demorou-se em SÃO GABRIEL até às 14,00 horas. Chegou ao acampamento às 19,15, após 5 horas e 15 minutos.
19 Fev	Após 16,30 horas de haver partido de CACEQUI, o Exército Republicano atingiu o passo do ROSÁRIO. Desta longa marcha, cerca de 10 horas, o foi à noite. Ainda durante a noite, das 04,00 às 06,00, o Exército Republicano fez um alto no local que no dia seguinte seria o cenário da Batalha do Passo do ROSÁRIO ou do ITUIZANGÓ. Do passo do ROSÁRIO o Exército Republicano contramarchou das 18,00 às 23,00 horas, até o local onde terá lugar a batalha no dia seguinte.	O Exército do Sul começou a marchar às 05,30. Às 08,00 foi informado de que existia adversário nas proximidades. Chegou um emissário de Bento Manoel. Às 10,00 horas, após Seweloh cansar três cavalos procurando Bento Gonçalves, conseguiu levá-lo à presença de Barbacena. Todo o Exército levava cavalos de muda pelas rédeas. Às 12,30 acampou na atual estância do ROSÁRIO. A noite foi extremamente quente. Seweloh ao perder foto de uma mulher que havia conhecido, interpretou o fato como mau presságio.

**OBSERVAÇÃO IMPORTANTE:** Ao final do dia 19 o Exército Republicano encontrava-se nas coxilhas onde iria ter lugar a batalha do passo do ROSÁRIO ou do ITUIZANGÓ. Recordemos na palavra de DIAZ, LEONEL em estudo de 1971 sob o título Campanha do Brasil (pp. 80-81) o que ocorreu com o Exército Republicano junto ao passo do ROSÁRIO, na tarde de 19 Fev.

"O Exército Republicano, retomando sua marcha desde às 06,00 horas da manhã, chegou às 11,00 no passo do ROSÁRIO..."

Desde o momento em que reconheceu o terreno imediato ao passo do Rosário, viu-se o risco que o Exército Republicano corria, naquela posição. Era a pior, sem dúvida que possa-se imaginar para uma batalha, particularmente para um exército de Cavalaria, que era a nossa arma predominante. Era um banhado de uma milha ou mais de largura naquele ponto. Situava-se entre o rio e uma alta cadeia de coxilhas paralelas ao seu curso que dominava a planície formada pelo banhado. A natureza do banhado era arenosa, coberto de macegas e espadearias em quantidade, de pequenos montículos de terra que eram outros obstáculos para a manobra da Cavalaria. O Exército Republicano parara num banhado abandonando as alturas.

O Exército do Sul se encontrava a hora e meia de jornada. Era, indispensável deliberar. Decidir com oportunidade. Se o Exército do Sul prosseguisse a marcha, estaria logo a um tiro de canhão ocupando as colinas. Então o Exército Republicano se veria de repente atacado e impossibilitado de contramarchar para uma posição apropriada, para usar todos os recursos da arte e do valor militar.

O General Alvear deu ordem imediata para atravessar-se o rio SANTA MARIA. Mas este se encontrava a nado, até as picadas de acesso... À tarde um Esquadrão de couraceiros passou o rio a nado e o repassou... O General Chefe, na página 25 de sua *Exposición*, disse que as "ordens para passar o rio tinham por objetivo convencer o Exército do Sul que o Exército Republicano fugia".

As manobras de Alvear a partir de SÃO ABRIEL são dignas dos maiores encômios e admiração. Mas preferimos interpretar os fatos passados com o Exército Republicano junto ao passo do ROSÁRIO, das 11.00 às 18.00 horas de 19 de fevereiro, do seguinte modo, até prova em contrário:

O General Alvear pretendia atravessar o SANTA MARIA no passo do ROSÁRIO e, do outro lado, procurar melhores pastagens para refazer sua cavalaria e, local plano onde pudesse tirar partido de sua superioridade em CAVALARIA.

Ao chegar com todo o Exército junto ao passo do ROSÁRIO, constatou que o rio estava cheio. E da impossibilidade de realizar a transposição imediata de sua Infantaria e Trens, imaginou oferecer batalha ao Exército do Sul na planície adjacente ao passo. Provado, por reconhecimento, que esta área era a pior possível para travar-se a batalha, Alvear decidiu contramarchar às 16.00 horas, com todos os seus elementos de combate, para ocupar, mesmo à noite, as coxilhas que dominavam a planície adjacente ao passo, sobre a direção de progressão do Exército do Sul. Que a contramarcha foi decidida em Junta de Guerra. Em consequência, vários comandantes de regimentos de Cavalaria de 1<sup>a</sup> linha, sob a liderança do Coronel Lavalleja, reuniram-se para depor o General Alvear e propuseram a Lavalleja que assumisse o comando. Isto só não chegou a concretizar-se por interferência do Coronel Oribe ao mostrar a Lavalleja que aquilo seria a ruína do Exército Republicano. Com consequência, Alvear conseguiu conjurar a situação. Para prevenir a interferência na sua ação, ordenou que só teriam validade para os comandantes de divisão as ordens escritas e assinadas por ele. Enfim, apelou ao máximo para o princípio de Guerra da Coordenação e Controle. Conseguiu a tempo superar as dificuldades resultantes do não reconhecimento prévio das condições de travessia do rio e das condições da planície, adjacente ao mesmo, do ponto de vista de combate de Cavalaria.

É difícil acreditar-se que o General Alvear fizesse todo o seu Exército marchar desnecessariamente das coxilhas onde teria lugar a batalha no dia 20, até o passo do ROSÁRIO durante 10 horas do dia 19.

Das 06.00 às 11.00 — das coxilhas até o passo.

Das 18.00 às 23.00 — do passo até as coxilhas.

A impressão de que estava realizando a transposição poderia ser dada por frações menores. O grosso e trens, sob a proteção da Vanguarda, poderiam ter ficado coberto das vistas do Exército do Sul, na depressão existente atrás da coxilha do Olho d'Água, ocupada pelo Exército Republicano durante a batalha.

SOUZA JUNIOR em *Caminhos Históricos* p. 62-67 refuta que Alvear tenha feito o Exército Republicano marchar e contramarchar por 10 horas, do local onde teria lugar a batalha para o passo do ROSÁRIO, apenas para dar a impressão ao Exército do Sul que fugia.

Segundo Leonel Azevedo Dias, em seu trabalho *Campanha do Brasil* p. 81, a decisão contramarcha deu lugar ao que denominou "Plan Subversivo de Lavalleja", destinado a destituir o general do comando do Exército e transferi-lo, inicialmente, para o General Lavalleja e, após, para o General Soler.

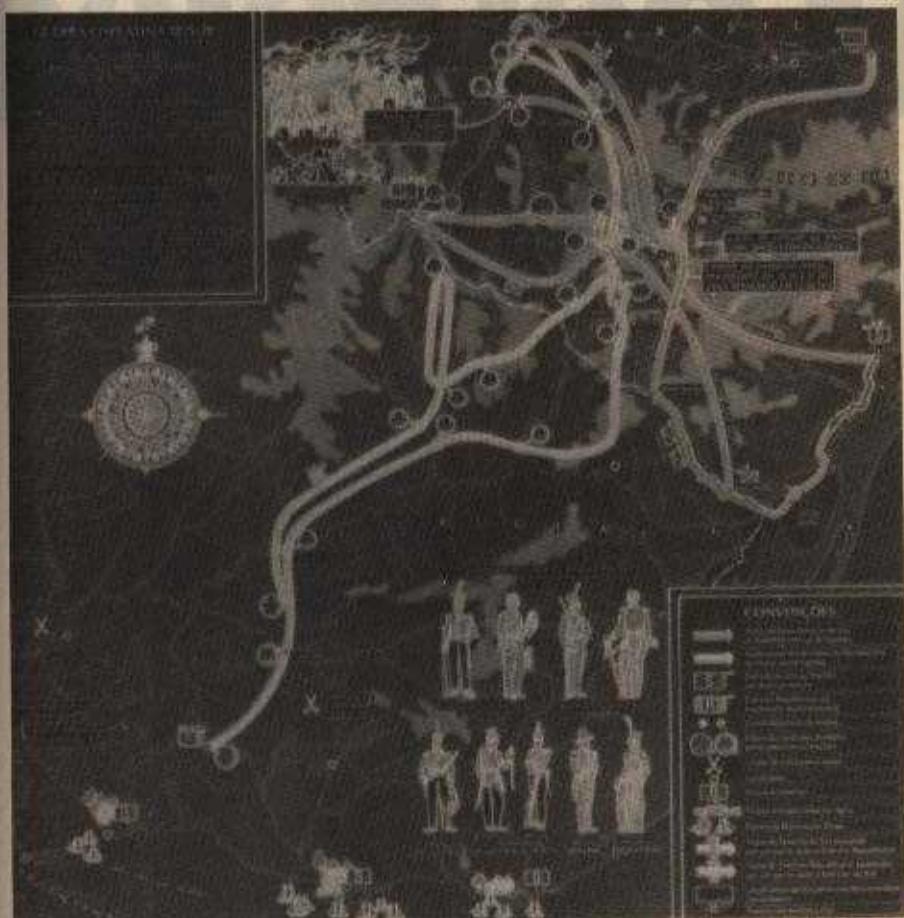
20 Fev

Segundo interpreto com apoio em ACEVEDO DIAS: Durante a noite quente e escureda de 19/20, elementos de combate do Exército Republicano contramarcharam, das 08,00 às 11,00, em escalões sucessivos a uma distância de 5 a 6 km do passo do ROSÁRIO. O movimento foi feito sob a cobertura, a distância, da Vanguarda ao comando de Lavalleja e, no local de destino, por um destacamento de 600 homens do Coronel Olazábel. Este recebeu a missão de resistir a todo o custo, em caso de ataque. O local do acampamento foi entre a sanga do BRANQUILO e a crista da coxilha ao OLHO D'ÁGUA, situada entre aquela sanga e a do BARRO NEGRO e, distante para o norte, cerca de 1,5 km da estrada passo do ROSÁRIO—CACEQUI. (Ver artigo anterior.) A ocupação do terreno não foi feita na forma planejada, em razão da escuridão, particularmente, pela Vanguarda, ao juntar-se ao grosso, na mesma noite. Ao alvorecer, por volta das 05,00 horas, o Exército do Sul foi avistado distante 3 km. A vanguarda do Exército do Sul entrou em contato com a do Republicano. Não avistando-o, prosseguiu por uma hora sem nada informar, tempo aproveitado por Alvear para reajustar o dispositivo, sem intervenção do Exército do Sul. Às 07,00 horas disparos de canhões do Exército Republicano marcam o início da batalha. A batalha durou das 07,00 às 14,00 horas. Ao final da mesma, o grosso dos elementos do Exército Republicano marcharam até o passo do ROSÁRIO onde acamparam e de onde avisaram enorme incêndio da vegetação do campo que servira de cenário para a batalha durante a manhã.

Segundo interpreto o Exército do Sul acampava a 12 km do Exército Republicano e sua Vanguarda a 6 km, na altura da atual estância Itu. O Exército do Sul iniciou a marchar às 02,00 horas da madrugada. Às 04,00 foi acordar a Vanguarda (civis do Marechal Abreu e Brigada Bento Gonçalves) que já deviam estar marchando desde as 02,00. Se assim tivesse procedido teria atingido o alvorecer e, possivelmente, ultrapassado o flanco direito do Exército Republicano distante 1,5 km da estrada. E assim, enviado, com tempo, valiosas informações para o General Barbacena. Ou seja, que o Exército Republicano esperava com toda a sua força, sob a cobertura da coxilha, seguinte a sanga do BARRO NEGRO. Às 08,00 horas Barbacena soube por informante que elementos do Exército do Sul encontravam-se nas coxilhas, distante 5 km do passo do ROSÁRIO. Das 06,00 às 07,00 Barbacena gastou para reconhecer e ocupar a posição ao sul da sanga do BARRO NEGRO. Os disparos de canhões do Exército Republicano, teve inicio a batalha. O Exército do Sul atacou em toda a frente, na convicção de estar realizando um combate de encontro com a vanguarda do Exército Republicano, enquanto este procedia a travessia do passo do ROSÁRIO. Foi surpreendido.

Às 02,00 horas o Marquês de Barbacena ordenou o rompimento do contato com o Exército Republicano e a retirada na direção do passo das MOÇAS VELHAS no passo do CACEQUI. Não pôde contar na batalha com o concurso de 1.600 homens da Brigada de Bento Manoel.

A presente interpretação buscou apoio particularmente nos seguintes estudos: FRAGOSO. *A Batalha*. WIEDERSPHAN. *A Campanha*. SOUZA JUNIOR. *Caminhos Históricos*. CIDADE. Lutas. ECEME. *Guerra Cisplatina 1825-28*. EME. *História do Exército Brasileiro*. SEWELOH. *Reminiscências*. ACEVEDO DIAS. *Guerra del Brasil*.





# O BRASIL E A ÁFRICA SUBSAÁRICA

Roberto Gomes Pereira

*Capitão-de-Mar-e-Guerra, da Turma de 1954, promovido ao posto atual em 30 Abr 76.*

*Possui os cursos da Escola Naval, de Aperfeiçoamento (Comunicações), de Comando e Estado-Maior da Escola de Guerra Naval, de Planejamento de Operações Anfíbias na Marinha dos EUA, e Superior de Guerra Naval.*

*Foi Observador Militar da ONU na Índia e no Paquistão (1965/66), Instrutor da Escola de Guerra Naval (1972/73), Instrutor e Encarregado da Área de Estudos de Operações Navais da Escola de Guerra Naval (1975/77).*

*É atualmente o Encarregado do Curso Superior de Guerra Naval da Escola de Guerra Naval.*

## Os pontos de contato

**Q**uando Portugal lançou-se à empreitada das Índias, a costa ocidental da África forneceu os indispensáveis pontos de apoio. A chegada ao Brasil foi uma decorrência natural daqueles deslocamentos para o sul; durante muitos anos, a viagem para as Índias, contornando a África, incluía o Brasil como escala, não só por razões comerciais, como de navegação. Angola, até certa altura de nossa vida colonial, era subordinada administrativamente ao governo central no Brasil. Tal era a visão geopolítica portuguesa na época, que os levou a temer, quando de nossa independência, que tentássemos anexar a Guiné e Angola.

A princípio, então, o mar nos uniu; posteriormente, a partir da interrupção do tráfico negreiro, os contatos diretos foram interrompidos, subsistindo o isolamento quase absoluto. No momento, estamos traçando os árduos caminhos de uma reaproximação muito importante para ambos os lados, condôminos de um grande oceano e personagens da grande batalha do desenvolvimento.

Não resta dúvida de que o Brasil é, potencialmente, um dos países do mundo com melhores condições para o trato com a África Negra, principalmente depois da instalação dos cinco países de língua portuguesa.

Antes de mais nada, existem os laços históricos, decorrentes de quase 300 anos de intercâmbio com a costa ocidental da África, no comércio de negros para o trabalho escravo. A história de uma tal epopéia bem como suas consequências sobre os países de ambos os lados do Atlântico ainda oferecem inúmeros ângulos de pesquisa e interpretação não explorados, fato que certamente levará estudiosos de ambos os lados a aprofundarem seus estudos na matéria.

São também nítidas nossas afinidades de ordem cultural, pelo convívio prolongado com culturas negras de várias procedências. Como resultado, o quadro cultural brasileiro evidencia a influência africana na língua, nos costumes, na música, nas artes em geral, inclusive a culinária. Em contrapartida, existem núcleos "brasileiros", pelo menos na Nigéria e em Benin (ex-Daomé), formados por ex-escravos que retornaram após a Abolição, levando consigo e incorporando à respectiva sociedade algo de nossa experiência de vida. Sem falar nos países de língua portuguesa, com os quais compartilhamos os diversos valores da ex-metrópole, e que melhores condições têm, portanto, de apreciar nossa arte e compreender nossas intenções.

O Brasil oferece uma outra faceta atraente, aos olhos africanos, relacionada com os nossos esforços para compor uma sociedade multirracial, integrando uma população negra de consideráveis proporções, sempre tratada, em termos jurídicos e políticos, em absoluto pé de igualdade com outras etnias. Tal fato é tão mais importante quando verificamos a aversão dos países negros à política discriminatória da África do Sul, e os problemas que enfrentam os EUA com a questão dos direitos civis das populações negras e sua efetiva incorporação ao contexto nacional.

Outros aspectos ainda podem ser levantados, que caracterizam pontos de contato e de aproximação do Brasil com a África. De uma maneira genérica, eles dizem respeito à nossa luta por um desenvolvimento harmonioso no campo político, econômico e social, esforço que também desenvolvem os países do outro lado do Atlântico, bem como a nossa identificação com certos problemas e reivindicações do chamado Terceiro Mundo, tais como a luta contra a desigualdade entre grupos sociais, a implantação de uma nova ordem jurídica internacional que proteja o legítimo direito ao desenvolvimento e ao bem-estar da população, e a não-intervenção nos assuntos internos de cada país.

Também pode ser ressaltado que nossas dimensões continentais, a abundância de recursos, o desenvolvimento da indústria, da agricultura e do setor terciário também representam pólos de interesse para a África, na medida em que respondem às necessidades típicas de países em formação, nas mesmas faixas tropicais e subtropicais do mundo.

É importante constatar, contudo, que existem também entraves relevantes, que tendem a limitar nossa capacidade de aproximação com países da África,

principalmente os de política mais radical. O primeiro a ser mencionado é o nosso envolvimento político-diplomático secular com a Europa e os EUA, com países, portanto, tratados genericamente como "colonialistas" e "neocolonialistas". Principalmente no caso de nossa política com relação a Portugal, antes do 25 de Abril, que nos levava à abstenção, nos foros internacionais, sempre que a política colonialista portuguesa estava em jogo. Também o nosso estágio atual de desenvolvimento, se por um lado pode oferecer soluções passíveis de adoção por países da mesma faixa tropical, por outro nos coloca na situação singular de, não podendo ainda ser integrados ao mundo industrializado, não podemos também aceitar todas as teses propostas pelos países do Terceiro Mundo, tanto por razões econômicas como político-ideológicas.

### **Os interesses brasileiros**

A análise de nossos interesses na África Ocidental e Meridional deve partir de uma constatação global e genérica, qual seja a de que, devido aos enormes avanços da tecnologia, principalmente no setor militar e da troca de informações, é crescente a internacionalização dos problemas, ao mesmo tempo que se torna inevitável a interdependência dos interesses. Isto é um fato de nossos dias, quando assistimos à crescente interpenetração entre política interna de cada país com aquela que se desenvolve em nível internacional, a tal ponto que as maiores modificações no sistema internacional, nos últimos tempos, têm resultado, antes, de revoluções e crises internas que de guerras entre países.

Ao mesmo tempo, a capacidade de destruição das grandes potências faz com que a política internacional caminhe no sentido da moderação, pelo receio do confronto nuclear. Tal circunstância decorre das novas e especiais condições para o uso da força, e traz como consequência, entre outras, uma nova espécie de liberdade de ação para os países mais fracos, não somente no debate de questões delicadas em organismos internacionais, como na prática da vida internacional, como no caso concreto e extremo da intervenção armada de Cuba na África. O fato fundamental é que, paralisadas pela própria força excessiva, as superpotências foram obrigadas a rever seus interesses vitais, assumindo uma escala de valores inteiramente nova. No entendimento estabelecido entre as duas, certo tipo de crise deve ser necessariamente evitado; as guerras convencionais, embora permitidas, devem ser limitadas a uma área geográfica que não ofenda os melindres da outra superpotência, como atestam os exemplos recentes do Vietnam e de Angola. Em qualquer circunstância, as superpotências devem exercitar a autocontenção, o que tem sido um dado da maior importância, não só pelos seus reflexos psicológicos sobre as lideranças, como também pelo caráter essencial de seus efeitos políticos no mundo contemporâneo.

Outro fator que contribui para a moderação da política internacional é a existência de novos campos abertos à competição entre os Estados, além dos tradicionais campos militar e diplomático. Com efeito, as disputas entre nações são agora desenvolvidas em diversos setores de atividades, tais como comércio exterior,

mercado financeiro, ajuda técnica, tecnologia militar, pesquisa e exploração espacial e dos mares, e outros de menor repercussão. Assim, não pode haver dúvida quanto à importância sempre crescente dos organismos, grupamentos, agências e assembleias internacionais, onde as nações menos poderosas, fortalecidas pelo voto unitário, podem defender seus pontos-de-vista e, eventualmente, impô-los às grandes potências industriais. A tendência do mundo, então, no campo político, é usar cada vez mais a diplomacia parlamentar ou multilateral, caso em que os países da África Ocidental e da África Austral, exceto os de minoria branca, têm efetivas condições de influência. Convém, portanto, ao Brasil manter as suas relações com tais países no melhor nível possível, no resguardo de possíveis interesses nacionais.

As ex-colônias portuguesas, por exemplo, sofrem os efeitos das lutas empreendidas e seguem política radical, cujos reflexos nos podem ser desfavoráveis. Entretanto, parece inevitável que, mais cedo ou mais tarde, os países de língua portuguesa venham a encontrar níveis adequados de entendimento, por força das inúmeras afinidades que possuem. Todo esforço do presente deve, portanto, ter em vista tal perspectiva e perseguir objetivos no futuro, como tem sido, aliás, o procedimento brasileiro.

Assim, em julho de 1974, reconhecemos o Governo de Guiné-Bissau, dois meses antes de Portugal, como que a revelar uma mudança clara em relação a atitudes passadas que nos comprometiam na África. Do mesmo modo, reconhecemos os governos marxistas de Moçambique e de Agostinho Neto, em Angola.

No caso de Moçambique, não houve motivo de controvérsia, pois os EUA já o haviam reconhecido no devido tempo, dando respaldo às adesões posteriores. Não foi o caso, entretanto, de Angola, cujo governo, até hoje, não foi reconhecido pelos EUA (nem pela China), que, inclusive, não permite sua entrada na ONU sob a alegação de que possui tropas estrangeiras em seu território, contrariando princípios da Carta Magna da Organização. O Brasil, para agir como o fez, considerou a prioridade de seus interesses futuros, e fez uso da sua política pragmática, ao constatar o efetivo controle exercido pelo MPLA sobre a capital e a maior parte do país. Além do mais, se não reconhecesse a independência de Angola nos primeiros momentos, teria enormes dificuldades para fazê-lo mais tarde, dada a radicalização de sua política. Na verdade, o Brasil se preparou, com a devida antecedência, para tal eventualidade. Desde a instalação do governo de transição destinado a preparar a independência, em 31 de janeiro de 1975, foi colocada, em Luanda, uma Representação Especial, correspondente, na prática, a uma Embaixada, sendo o único país a adotar semelhante procedimento.

O reconhecimento dos regimes das ex-colônias portuguesas, particularmente nos casos de Guiné-Bissau e Angola, em que nos antecipamos aos demais países, deve ter demonstrado publicamente, e de maneira categórica, a nossa solidariedade aos princípios básicos do "nacionalismo africano".

A política africana do Brasil teve um momento importante em 1972, quando o Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa efetuou uma longa e bem preparada visita a dez países africanos. Naquela época, carregávamo sobre os

ombros os reflexos negativos da política colonialista de Portugal, que não queríamos hostilizar; não obstante, entre outros objetivos, a viagem serviu para tornar público que nós temos um interesse definitivo naquela parte do Atlântico. A nosso ver, trata-se de uma visão geopolítica de extrema validade, que considera o Oceano Atlântico, antes como um traco de união entre nossos povos, culturas e interesses, do que uma barreira líquida a dificultar o entendimento.

Desde então, diversos ministros, autoridades e delegações de vários países africanos têm visitado o Brasil, e vice-versa. No corrente ano, já nos visitaram os Ministros do Exterior da Nigéria e do Togo, sendo esperados o Presidente do Senegal e ministros de Gana, Costa do Marfim e Mauritânia.

Dos países acima mencionados, a Nigéria, o Senegal e a Costa do Marfim têm especial significado político, pelo que representam no cenário africano. A Nigéria é um dos mais ricos países da África e exerce uma segura e discreta liderança sobre os países negros, enquanto os presidentes do Senegal, Leopold S. Senghor, e da Costa do Marfim, Félix Houphouet-Boigny, têm inquestionável prestígio dentro e fora do continente, como prova a pressão que fizeram, com sucesso, para envolver a França na questão do Zaire.

O nosso relacionamento com a África do Sul, que seria importante por razões estratégicas e de ordem econômica, está prejudicado, no campo político, pela restrição incondicional à política do *apartheid*, no que acompanhamos todos os países da África e demais países da comunidade internacional. Do mesmo modo, pesam no plano político nossas restrições ao governo racista e ilegal da Rodésia e nosso apoio à independência da Namíbia.

Tais atitudes são, aliás, coerentes com nossa própria estrutura como nação e estão de acordo com nossa atitude simpática às teses de autodeterminação e não-intervenção. Entretanto, é necessário frisar que nosso alinhamento em tais questões fundamentais para o mundo subdesenvolvido apresenta graduações ditadas por nossos interesses nacionais e que, às vezes, são mal interpretadas. Assim é que, com relação à África do Sul, apesar das restrições, é nossa convicção de que o isolamento total seria contraproducente, na medida em que só faria tornar mais crítica a situação das populações negras discriminadas pelo *apartheid*; na prática, parece que estamos sobrepondo interesses econômicos a valores éticos e morais.

No campo econômico, residem nossas melhores esperanças e são concentrados nossos esforços mais palpáveis. Nossos interesses no mercado africano decorrem de contingências de nosso modelo de desenvolvimento, que dá ênfase às exportações com o duplo propósito de obter divisas para custear nossas importações e de alcançar uma economia de escala, aumentando assim a eficácia do sistema produtivo e o nível de emprego. O comércio exterior é, portanto, um instrumento de nosso próprio desenvolvimento, devendo ser constantemente incrementado e diversificado, como meio de melhorar nosso poder de barganha e diminuir a dependência.

Tanto a África Ocidental como a África Meridional oferecem condições excepcionais, tanto no presente quanto em futuro próximo, que justificam os esforços feitos para superar as inevitáveis dificuldades. Esta esperança no sucesso de nossas relações comerciais com os países africanos é alicerçada em certos condicionantes especiais, que analisamos em seguida.

O atual estágio de nossa economia permite oferecer uma certa variedade de bens e serviços que são normalmente procurados pelos países africanos, como atestam os inúmeros negócios já realizados e o interesse demonstrado pela abertura de outros. Na Nigéria, por exemplo, o Brasil pôde efetivamente participar de vários setores do ambicioso programa quinquenal de investimentos, da ordem de 50 bilhões de dólares, que os recursos do petróleo tornam inteiramente viável. A concorrência para a obtenção das encomendas é, naturalmente, muito grande, sendo cada dólar arduamente disputado por ingleses, alemães, norte-americanos e japoneses. A despeito disso, as exportações brasileiras cresceram de três e meio milhões de dólares, em 1973, para mais de oitenta e três milhões de dólares, em 1976, graças às vendas realizadas por cerca de 40 empresas, incluindo veículos, casas pré-fabricadas e alimentos. Uma firma brasileira aguarda o resultado de uma concorrência internacional para a construção de uma ferrovia de 540 km, para a qual apresentou o menor preço, enquanto quatro empresas estão prestando serviços na área de telecomunicações. A abertura de uma linha aérea regular e a instalação de um escritório do Banco do Brasil em Lagos devem ajudar bastante o incremento dos negócios.

Diversas outras transações já foram realizadas com o Togo, Gabão, Gana, Costa do Marfim, Mauritânia e Senegal, envolvendo automóveis, ônibus, artigos esportivos, construção civil, aviões, máquinas e implementos agrícolas.

Com Angola, Moçambique, Cabo Verde e Guiné-Bissau, as relações comerciais tendem igualmente a aumentar. Nosso comércio com Moçambique passou de quatro para quarenta milhões de dólares, com a encomenda de 17 barcos de pesca a um estaleiro do Rio de Janeiro e de 600 tratores agrícolas a duas firmas de São Paulo, entre outros itens. Para a Feira Industrial de Maputo, inscreveram-se 48 empresas brasileiras, ocupando um pavilhão de 800 m<sup>2</sup>, representativas de diversos setores de nossa indústria.

De lá para cá, igualmente, nosso interesse abrange itens importantes, como o petróleo da Nigéria e de Cabinda, e diversos outros recursos minerais expressivos, como o cobre de Zâmbia e do Zaire e o cromo da África do Sul, entre outros.

É verdade que existem fatores que pesam desfavoravelmente sobre nossos esforços, com intensidade crescente na medida em que forem sendo vencidas as barreiras de inibição inicial. Entre outros, devem ser citadas as ligações tradicionais das ex-colônias com as antigas metrópoles, que fazem, por exemplo, com que 18 países africanos gozem de tratamento preferencial com países da Comunidade Econômica Européia; as comunidades africanas de integração econômica, de que a Nigéria é um dos baluartes; e a atuação das multinacionais, que tendem a adotar uma divisão de trabalho de acordo com os interesses dos respectivos conglomerados.

dos, em desacordo muitas vezes com os interesses de países onde instalaram unidades produtivas subsidiárias.

A magnitude de nosso comércio exterior de exportação e importação, uma das características de nossa economia, traz consequências de ordem estratégica que conduzem à identificação de outros tantos interesses. Assim, nosso tráfego de petróleo passa pela rota do Cabo, responsável por 77% de nosso consumo global no ano de 1976. Sendo assim, é evidente nosso interesse na garantia do seu livre fluxo, o que aconselha o melhor relacionamento possível com a África do Sul, exigência que conflita com problemas de ordem política atualmente existentes. Em caso de conflito que impeça o uso dos portos desse país, Moçambique, na costa oriental, é a alternativa óbvia na rota marítima para o Mar da Arábia e para os caminhos da China e do Japão.

Também Cabo Verde e os países do saliente africano estão no caminho de nosso tráfego marítimo para a Europa, igualmente de grande expressão, enquanto na Nigéria e em Angola se encontra o petróleo de que tanto necessitamos.

Todas essas considerações nos levam a concluir que, no contexto de uma situação de conflito que envolva a defesa do Ocidente, nosso interesse maior estará normalmente na África Ocidental e Meridional, antes que em qualquer outra parte do mundo. Em verdade, uma visão geoestratégica mais ampla nos leva a considerar que nossa primeira linha de defesa estratégica afastada está na costa ocidental da África, e que qualquer potência hostil e agressiva que lá se instalar pode manter o Brasil sob permanente ameaça. Tal raciocínio nos leva a considerar a posição de influência que os países da costa ocidental africana desfrutam sobre nossa linha de costa. No contexto da guerra revolucionária, a existência de um regime radical em Angola, apoiado por soviéticos e contando com tropas de Cuba, pode nos ser totalmente desfavorável, a prevalecerem as técnicas de infiltração usadas pelos comunistas até agora. Basta lembrar o número de pequenas embarcações que alcançaram as costas brasileiras conduzindo refugiados portugueses.

Se Cuba criou-nos tantos problemas, conseguindo agir até na Bolívia, é fácil aceitar que Angola, com as afinidades notórias de língua, raça e cultura, tem condições de causar-nos muito mais. Assim, parece sensata a política de procurar manter o melhor relacionamento possível, minimizando as diferenças político-ideológicas em benefício da obtenção, quando menos, da boa vontade dos angolanos. Mesmo porque, a história recente da África registra muitos casos de regimes radicais que abrandam suas posições em decorrência de lealdades tribais ofendidas ou de interesses econômicos predominantes.

Finalmente, é sempre bom lembrar que, na última Grande Guerra, o Nordeste brasileiro esteve no caminho de ida e volta dos soldados americanos empregados na África, o que é mais um motivo para considerar que, em caso de conflito mais amplo, nosso envolvimento talvez seja inevitável. Até porque os portos brasileiros podem vir a ser uma das poucas possibilidades de escala ou apoio: no caso de forças navais ou aéreas ocidentais envolvidas em operações nessa parte sul do hemisfério.

## A política atual

Em todos os pronunciamentos de nossas autoridades responsáveis pela conduta das relações exteriores, os propósitos de nossas relações com a África são caracterizados pelo uso de termos elevados, como é próprio da praxe diplomática, em que aparecem menções ao determinismo geográfico e às contingências da história, mescladas de expressões tais como a ética, o entendimento, a cooperação e a associação construtiva.

Na verdade, nossa política atual procura interpretar nossos interesses legítimos, como esboçados anteriormente, mas leva em conta as dificuldades defrontadas pelos jovens países africanos, mergulhados numa luta intensa para atingirem o desenvolvimento político, econômico e social. Assim, esses países são muito sensíveis às tentativas de cunho paternalista e hegemônico, que normalmente associam a posturas "neocolonialistas".

Na prática, procuramos manter aberto o leque de opções com os mais diversos países, que abraçam os mais diferentes tipos de organização política ou social. Damos ênfase ao intercâmbio comercial e à exportação de tecnologia, mas nos preocupamos também com as atividades no campo da cultura e da assistência técnica.

O Instituto Rio Branco, por exemplo, prepara futuros diplomatas da Costa do Marfim, de Gana e de Quênia, ao mesmo tempo que enviamos uma das representações mais expressivas no 2º Festival de Artes Negras e Africanas, realizado em fevereiro deste ano em Lagos, na Nigéria.

Em nossas universidades, existem estudantes da Nigéria, Guiné-Bissau, Angola, Gana, Cabo-Verde e Senegal, com bolsas de estudo do Itamaraty. De todos os países mencionados, apenas Cabo-Verde e Guiné-Bissau ainda não mantêm acordos culturais com o Brasil, instrumento básico para o desenvolvimento de tais programas. A vantagem deste tipo de acordo é que constitui uma atitude básica de boa vontade e de interesse funcional, gerando, pelo menos, o contato eventual entre funcionários graduados e mantendo as linhas abertas para entendimentos mais profundos.

A tendência de nossa política atual é incrementar tais acordos com os países de língua portuguesa, em particular, e com os países da costa ocidental, em geral, baseada principalmente na certeza do interesse daqueles países africanos no conhecimento, que o Brasil já possui, da tecnologia intermediária, adaptada às condições tropicais.

Procuramos melhorar cuidadosamente nosso relacionamento com Moçambique, desgastado desde o início, quando o Brasil não foi incluído entre os convidados para a festa da independência. O mesmo estamos tentando com Angola, tarefa mais difícil pela explosiva presença de tropas cubanas.

Temos desenvolvido relações muito promissoras com a Nigéria, que certamente interessam a ambas as partes visto que, entre os países industrializados, o

Brasil se beneficia da proximidade geográfica, com a vantagem adicional de não ameaçar os interesses nigerianos no continente africano, o que não ocorre com outros países ocidentais.

Nossa posição com relação à África do Sul é coerente com aquela adotada pela comunidade internacional com relação à política social vigente no país. Procuramos, entretanto, ser realistas; assim, à medida que repudiamos o *apartheid*, mantermos uma representação diplomática e ampliamos o intercâmbio comercial. No caso da Namíbia, apoiamos as resoluções da ONU no sentido da emancipação imediata do país, com a instalação de um Governo de maioria negra. E condenamos veementemente o Governo de minoria branca da Rodésia, como contrário aos interesses da paz mundial e discriminatório em relação às populações negras, evitando qualquer tipo de contato político ou comercial.

Acima de tudo, estamos convencidos de que podemos ajudar os países africanos com os quais compartilhamos interesses e afinidades, baseados principalmente no grau de desenvolvimento de nossa economia, nas características de nossa produção e na nossa experiência intensa com os problemas da luta pela emancipação social, econômica e política.

## Conclusão

O Brasil tem inúmeros interesses no seu relacionamento com os países da África Ocidental e Meridional, tanto a curto como a longo prazo.

A expansão de nossas indústrias, imperativo do desenvolvimento econômico, depende do aumento progressivo de nosso comércio exterior, tanto o de exportações quanto o de importações. Os países da África que compõem as citadas regiões representam uma possibilidade real de absorção dos bens e serviços que produzimos, com as vantagens decorrentes da tecnologia mais adequada e das distâncias mais curtas, como têm mostrado as experiências já concretizadas. Além disso, nossos esforços em busca do desenvolvimento e do bem-estar devem certamente conter lições aproveitáveis para as jovens nações.

Nosso tráfego marítimo, responsável por mais de 95% da movimentação de nossas compras e vendas, demanda obrigatoriamente áreas focais controladas facilmente por condôminos de tais regiões, como é o caso da África do Sul, nas rotas que passam pelo cabo de Boa Esperança, e de Cabo-Verde e demais países do saliente africano, nas rotas da Europa e Mediterrâneo. É fora de dúvida, portanto, que nos é importante a garantia de que tal fluxo possa circular livremente, ao abrigo e cuidado de países amigos.

Nos diversos organismos internacionais, o Brasil participa de posições comuns com os países das regiões consideradas, à exceção da África do Sul, e depende eventualmente do seu apoio para os pontos que pretende defender. Essa relação de dependência, que caracteriza o campo político-diplomático de nossos dias, torna evidentes as vantagens de um relacionamento montado nas bases firmes do conhecimento e do respeito mútuos. Ainda mais que a proximidade de nossas

costas tende a intensificar os contatos e as trocas, que se devem desenrolar no melhor ambiente possível, com vantagens recíprocas.

Mesmo no contexto de um conflito que envolva a segurança do Ocidente, caso em que nosso envolvimento inevitável será possivelmente restrito ao Atlântico Sul, é evidente a dependência dos países de ambas as margens de uma colaboração proveitosa.

Também no campo psicossocial, nossas afinidades históricas, étnicas e lingüísticas com a maioria dos países da região justificam o desenvolvimento de um programa cada vez mais amplo de atividades culturais. Nesse particular, os países de língua portuguesa representam um papel muito especial, uma vez que partilhamos uma herança comum, que devemos zelar com cuidado, em proveito próprio.

Esse painel resumido de nossos interesses gerais na África Ocidental e Meridional tem influenciado marcadamente o quadro atual de nossa política exterior. É evidente que a implantação de tal política encontra uma série de dificuldades, ligadas às limitações de nosso atual estágio de desenvolvimento, às condições peculiares de cada um dos países da região e ao conflito inerente aos interesses de outras nações européias e asiáticas que atuam na área, em especial a URSS.

A expansão soviética, que teve início com maior desenvoltura após a 2ª Guerra Mundial, assumiu proporções alarmantes após a queda do regime salazarista em Portugal e a consequente independência de suas ex-colônias.

Comprometida com a expansão de sua ideologia marxista-leninista e com os interesses de sua política imperialista, a URSS vem tentando substituir Portugal na África. De tais posições, tem ela condições de exercer pressão sobre as áreas "quentes" da África Meridional — a Rodésia, a Namíbia e a África do Sul — e de prestar apoio de toda a ordem aos movimentos de libertação que atuam clandestinamente.

É, sem dúvida, uma presença perigosa, que coloca em risco a paz mundial. Sendo a África do Sul um país rico e militarmente forte em comparação com os vizinhos africanos, e cuja posição de controle sobre a confluência de dois oceanos é muito importante para o Ocidente, é pouco provável que a URSS se aventure a tentar uma ação armada que nem os países africanos nem os contingentes armados de Cuba poderiam levar a cabo com sucesso. Os perigos de uma confrontação com o Ocidente seriam muito grandes. Assim sendo, as pressões serão feitas no campo político e no campo da guerra revolucionária, conferindo grande instabilidade à região.

A resolução das questões fundamentais ligadas à discriminação racial e à representatividade negra nos governos de minoria branca domina todas as preocupações na África Meridional, com repercussões em todo o mundo. A solução negociada, em que estão empenhados os EUA e a Inglaterra, está ainda longe de ser conseguida. As propostas de conciliação esbarram na firme posição do Governo de Pretória, irredutível em manter as raças separadas e o domínio das minorias brancas.

A URSS desenvolveu, para apoiar sua política mundial, um grande poder marítimo. Em consequência, seus navios mercantes ou de guerra têm visitado freqüentemente os portos da região, embora ainda não seja possível dizer que tenham conseguido uma base de apoio, pelo menos nos moldes que os EUA mantêm no exterior. É ilícito, entretanto, supor que os portos de Moçambique, Angola, Congo e Guiné, principalmente, vão continuar oferecendo suas facilidades para os navios soviéticos, o que coloca as costas da América ao alcance da influência da Marinha soviética.

A nossa penetração na África Ocidental e Meridional, ditada pelos interesses identificados, sofrerá os influxos da ação intensa desenvolvida pelo MCI na região, visto que a expansão soviética adquiriu contornos mais agressivos nas ex-colônias portuguesas, justamente aquelas em que nossas esperanças encontram maiores fundamentos de consolidação.

A radicalização dos regimes dos países de língua portuguesa, certamente inibe e compromete contatos mais profundos entre governos. No momento, o governo de Agostinho Neto está preocupado em consolidar sua posição, organizar a vida nacional e conter os movimentos guerrilheiros no sul. Quando superar os momentos mais críticos, é certo que vai começar a atuar mais intensamente no âmbito externo, "exportando" a sua revolução. Embora os alvos naturais sejam os governos de minoria branca no sul do continente, é sempre possível seja tentado a fazer qualquer coisa do outro lado do Atlântico. Se considerarmos as nossas afinidades culturais e lingüísticas e a posição dominante dos portos angolanos sobre nossas costas, concluiremos existir a possibilidade de que uma tal ação seja muito efetiva.

Paralelamente, o radicalismo das posições pela presença comunista pode eventualmente afetar o apoio que precisamos nos foros internacionais. Daí encontramos justificativa para a nossa política exterior que, deixando em segundo plano as divergências ideológicas, procura assegurar a boa vontade e deixar abertos os caminhos do entendimento e da cooperação.

Por outro lado, estamos em pleno esforço para expandir nossos negócios com os países de língua portuguesa. O sucesso de tais iniciativas, entretanto, vai ser limitado pela dependência, cada vez maior, da economia soviética e cubana. Contamos, do nosso lado, com a vontade das economias locais de diversificarem suas fontes de suprimentos e com a falta de competitividade das economias comunistas. Mas é fora de dúvida que, no momento presente, as divergências políticas tendem a diluir as possíveis vantagens econômicas, colocando um teto em nossas pretensões, ou mesmo fazendo-as regredir.

Nossas ofertas de intercâmbio cultural vão esbarrar com a influência, em todos os setores da vida nacional, de soviéticos e cubanos, e com o desenvolvimento de programas de difusão da doutrina marxista-leninista. Talvez seja o setor onde melhor poderíamos atuar em real proveito para ambas as partes, mas será também o mais prejudicado pelo perigo de infiltração de idéias estranhas aos nossos padrões de convivência social.

O predominio comunista nos países de língua portuguesa torna extremamente vulnerável nossa posição, pelo menos enquanto não for arrefecido o ardor revolucionário. O futuro imediato parece reservar uma época de grande turbulência para a região, sendo que qualquer solução para os problemas não poderá prescindir da ingerência das potências mundiais, mormente agora que os países do Ocidente parecem estar dedicando maior atenção ao que acontece na África.

O Brasil não pode ficar omisso em tais questões; entretanto, nossa participação deve, necessariamente, permanecer ao nível de nosso poder nacional. Sendo assim discreta, tal participação não poderá deixar de ser eficiente, pois estamos plantando agora as sementes de nossa ação futura, decorrente de nossa ligação irremediável ao quadro estratégico do Atlântico Sul.

## BIBLIOGRAFIA

- ÁFRICA. Veja. São Paulo, 450 (n):32-9, 20 abr. 1977.
- AMIR, Samir. *Neo-colonialism in West Africa*. Trad. do original francês por Francis McDonagh. Nova York, Monthly Review Press, 1973, 298 p.
- BAHIA, Juarez. África, a guerra quase perdida para o Ocidente. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1977, p. 14.
- BARRATT, John. Southern Africa: a South African View. In: *Foreign Affairs*, Baltimore, Md, 55(1): 147-69, out. 1976.
- BISSEL, Richard E. New Waves in the South Atlantic. In: *Air University Review*, Washington, XXVI(3):38-44, mar. — abr. 1977.
- BRASIL exporta para Moçambique 40 milhões de dólares este ano. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1977, p. 33.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. A política soviética, do passado ao futuro. In: *Documentação e Atualidade Política*, Brasília, 1(n):12-9, out. — dez. 1976.
- BURNS, John. Namibia: a outra dor de cabeça de Vorster. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*, Rio de Janeiro, 1 mai. 1977, p. 4.
- COLUMBIA University, Research Institute on International Change. *Global Political Assessment*, Nova York, out. 1976 — abr. 1977.
- CROZIER, Brian, ed. *A estratégia do tempo da paz da União Soviética*, Trad. do Relatório Especial do Institute for the Study of the Conflict. Londres, fev. — mar. 1973.
- DANTAS, Rodolfo Godoy de Souza. *A Penetração Comunista na África e na América Latina (C26-3-70)* — Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 4 set. 1970.
- DIAS, Luiz de Oliveira. Zaire: Uma feira de incóerências. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 abr. 1977, p. 21.
- EL-AAYOUTY, Yassin, ed. *The organization of African Unity after ten years*. Nova York, Praeger Publishers, 1975.
- EVANS, Robert Dervel. Redução naval do Ocidente causa temor entre europeus. In: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 jul. 1977, p. 15.
- GORSHKOV, Sergei G. *Red Star Rising at Sea*. Trad. do original russo por Theodore A. Neely Jr. Annapolis, Md, U.S. Naval Institute, 1974, 150 p.
- HERRICK, Robert Waring. *Soviet Naval Strategy*. Annapolis, Md, U.S. Naval Institute, 1968, 197 p.
- KENNEDY, Ronald W. A powerful Soviet Navy — Why? In: *Sea Power*, Washington, D.C., 17(3):8-13, jul. 1974.

- KEMP, Geoffrey. O novo mapa estratégico do mundo. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 8 mai. 1977, p. 2-3.
- KILSON, Martin, ed. *New States in the modern world*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1975. 254 p.
- LANGONI, Carlos Geraldo. O futuro do modelo brasileiro. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 5 jun. 1977, p. 2-3.
- LEDERER, Ivo J., ed. *Russian foreign policy*. New Haven, N. J., Yale University Press, 1962. 620 p.
- LEGVOLD, Robert. *Soviet policy in west Africa*. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1970. 372 p.
- LOWENTHAL, Richard. Tem o comunismo uma alternativa para a ordem mundial? Não. In: *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 26 jun. 1977, p. 2.
- MADUJIBEYA, S. A. Oil and Nigeria's economic development. In: *African Affairs*. Londres, 75(300):284-316, jul. 1976.
- MARDER, Murray & OBERDORFER, Don. Porque a bomba sul-africana não explodiu. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 30 ago. 1977, p. 18.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil — Geopolítica e destino*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército, 1975. 128 p.
- MORAES, Lauro Escoré Rodrigues de. *A crise da descolonização na África. Nacionalismo. Comunismo. Neocolonialismo. IC-110-69*. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 7 jul. 1969.
- MOREIRA, Adriano. *A comunidade internacional em mudança*. São Paulo, Editora Resenha Universitária, 1976. 119 p.
- MOREIRA, Benedicto Fonseca. *A economia mundial e o comércio exterior brasileiro*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 13 jun. 1977.
- MOSS, Robert. África: a invasão cubana. In: *O Globo*. Rio de Janeiro, 3-9 abr. 1977.
- NA LUTA pelo poder, as tradições tribais. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 abr. 1977, p. 17.
- OURIQUE, Armando. Brasil luta na Nigéria por uma fatia do mercado. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 jul. 1977, p. 15.
- PARA que a URSS quer a África. *Jornal do Brasil (Caderno Especial)*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1977, p. 2-3.
- PEREIRA, Roberto Gomes. *O Brasil e o mundo afro-asiático*. Rio de Janeiro, 1971.
- POLMAR, Norman. *Soviet naval power: challenge for the 1970s*. Nova York, National Strategy Information Center Inc., 1972, 106 p.
- PRETO, Afonso Celso de Ouro. *A posição do Brasil face à África*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 28 jul. 1976.
- ROCHA, Claudio Luiz dos Santos. *Posição do Brasil face à África Central*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 29 abr. 1977.
- SCHAPIRO, Leonard, ed. *The URSS and the future*. Nova York, Frederick A. Praeger Publishers, 1963. 324 p.
- SCHATZEN, Fritz. *Communism in Africa*. Nova York, Frederick A. Praeger Publishers, 1966, 362 p.
- SILVEIRA, Antônio F. Azeredo de. *A Política externa brasileira*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 10 dez. 1974.
- SIMONSEN, Mário Henrique. *Modelo brasileiro de exportações*. Palestra no encerramento da IX Conferência brasileira de Comércio Exterior. São Paulo, 20 abr. 1977.
- SIQUEIRA, Maria Tereza. A evolução política do continente. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 3 jul. 1977, p. 14.

- ESPINOLA, N. D. Petróleo decide futuro dos EUA e URSS. In: *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 28 ago. 1977, p. 34.
- STEVENS, Christopher. The Soviet Union and Angola. In: *African Affairs*. Londres, 75(299):137-51, abr. 1976.
- THOMPSON, W. Scott. Toward a communist international system. In: *Orbis*. Filadélfia, 20(4):841-55, inverno 1977.
- UNIVERSIDADES brasileiras acolhem 6 mil estrangeiros mediante acordos culturais. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 13 jun. 1977, p. 18.
- VIEIRA, Sérgio Wegelin. *Posição do Brasil face à África*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 20 ago. 1974.
- VON DOELLINGER, Carlos. *Os blocos econômicos e os arranjos institucionais*. Conferência na Escola de Guerra Naval. Rio de Janeiro, 25 abr. 1973.
- ZAPPA, Italo. *A África subsaariana (T-107-75)*. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 21 mai. 1975.
- . *O Brasil e a África subsaariana (T-112-76)*. Conferência na Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 1976.



# A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTRATÉGIA

Heitor A. Herrera

O autor é General-de-Divisão R-1 e possui os cursos da Escola Militar do Realengo, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA, Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas e Escola Superior de Guerra.

Dentre as principais comissões exercidas salientam-se as de Oficial de Ligação das Forças Armadas junto ao Itamaraty, Membro da Delegação do Brasil às IX e X Conferências Interamericanas, Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército dos EUA e do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas e Membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra.

Conferencista da Escola Superior de Guerra e das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército e da Aeronaútica.

O autor de diversos trabalhos dentre os quais destaca-se "A Estratégia dos Aliados na Segunda Guerra Mundial", publicado pela Biblioteca do Exército.

## 1. A "arte do General"

**S**empre que se procura analisar o conceito da Estratégia, é inevitável a referência à origem grega do vocábulo, definindo-o como "a arte do General". Este recurso à raiz etimológica da palavra parece ter sido responsável pela idéia de que se trata de uma atividade especificamente militar, pois que exercida por generais.

A 1<sup>a</sup> Guerra Mundial e, ainda acentuadamente, a 2<sup>a</sup>, exigindo que a Estratégia agisse em toda a sua plenitude, tornaram evidente que o fenômeno guerra — o mais espetacular dos fenômenos sociais — não poderia limitar-se ao campo das Forças Armadas. Já por ocasião do conflito de 1914-18, Clémenceau acentuara, em sua polêmica com o Marechal Foch, que o problema era por demais complicado, para que sua solução fosse atribuída apenas aos generais.

A partir da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial, essa evolução do conceito de Estratégia se processou tão acentuadamente que, hoje, o vocábulo e seus derivados passaram a ter curso em todos os estudos relativos à Segurança Nacional, inclusive com a criação de órgãos especificamente destinados à formulação da doutrina de mobilização e emprego do Poder de cada Estado, visando à consecução dos respectivos Objetivos Nacionais. Entre nós, a Escola Superior de Guerra constitui exemplo dessa tendência no sentido de atribuir a defesa dos interesses do Estado a todas as expressões do Poder Nacional — e não apenas à representada pelo fator militar.

Tal deformação, consequente de tomar-se a parte pelo todo, pode ser justificada pelas características próprias da guerra, principalmente durante o largo período que, depois da Antigüidade, se prolongou até a 1<sup>a</sup> Guerra Mundial.

## 2. A evolução da guerra

A História Militar guardou o nome do General Ludendorff não apenas por sua brilhante participação nas batalhas dos Lagos Masurianos, que conduziram ao aniquilamento das forças russas, mas também à sua formulação do conceito de guerra total.

Vale registrar que tal conceito, ressaltando a violenta expansão da abrangência dos conflitos, nada tinha de original, uma vez que essa característica constituía a tônica das lutas entre as tribos primitivas, quando as vencedoras arrazavam as vencidas.

Ante a tragédia dos morticínios indiscriminados, não faltaram esforços — principalmente ao longo do século XIX — no sentido de *humanizar* a guerra. Surgiram assim as tentativas de caracterizá-la como um recurso violento para a solução de divergências entre Estados, solução essa entregue a um conjunto bem definido — as Forças Armadas — que deveriam, nos campos de batalha, decidir pela violência das reivindicações de cada um. Por isso mesmo, Luís XIV fizera inscrever em seus canhões o argumento final — “ultima ratio regis”.

Esta limitação de conceito de guerra — de certo modo revivendo os torneios dos nobres cavaleiros da Idade Média — permitiu o surgimento de um conjunto de *regras*, buscando distinguir os combatentes da população pacífica, fixando normas para a declaração de guerra, tratamento dos prisioneiros e feridos, funcionamento da Cruz Vermelha e uma série de outras convenções que procuraram codificar um conjunto conhecido como “leis de guerra”. Desde a Declaração de Paris, em 1856, seguida das Conferências de Genebra e do Tratado de Haya, incorporaram-se ao Direito Internacional preceitos que, visando a disciplinar a atividade dos beligerantes, ao mesmo tempo davam margem a que se firmasse a idéia de ser a guerra um problema exclusivo dos combatentes, os quais deveriam ser bem identificados, inclusive por sinal ostensivos — os uniformes — e utilizar meios convencionais de destruição. O respeito à população pacífica exigia, em contrapartida, sua total abstenção nas ações militares — atitude bem caracterizada pela diferença de tratamento que se dispensa a um prisioneiro de guerra e a um espião.

Tais esforços no sentido de humanizar a violência e de restringi-la, abrangendo apenas os combatentes, deu lugar, mesmo no século atual, a conflitos exclusivamente militares, como foi o caso da guerra russo-japonesa de 1905, quando os faustos da corte de S. Petersburgo não se alteraram pelo efeito das derrotas nas Forças Armadas do Czar no Oriente da Ásia. Mais recentemente, os conflitos da Coréia e do Vietnã — embora com todas as características de guerra total para esses países — representaram para os Estados Unidos exemplos de atividades exclusivamente militares, uma vez que a vida nacional foi afetada apenas pelos reflexos do pequeno percentual mobilizado, na juventude norte-americana, para as operações naqueles Teatros de Guerra.

Entretanto, porém, o conflito de 1939/45 afirmara decisivamente toda a trágica abrangência da guerra total. Essa abrangência se manifestava sob vários aspectos, a começar pela indiscriminação entre frente e retaguarda, entre combatente e população pacífica, colocando todo o território de cada beligerante sob as mesmas ameaças de destruição e de morte. Na verdade, desde que a guerra se resume em um adversário quebrar a capacidade de luta do outro, seria acadêmico distinguir se mais vale pôr fora de ação o soldado que empunha o fuzil ou o operário que o fabrica. Essa dialética macabra ressaltará inevitavelmente as vantagens da destruição da fábrica.

Além da abrangência, a guerra total se caracteriza ainda pela complexidade, na medida em que exige o emprego de todas as expressões do Poder Nacional. Tornado obsoleto o conceito de que se trata apenas de um problema militar, eis que exige a cooperação de todas as expressões daquele Poder — a econômica, a política e a psicossocial, segundo a terminologia de nossa Escola Superior de Guerra — a consequência natural foi a adaptação de uma estrutura de comando, capaz de coordenar, no plano mais alto da hierarquia do Estado, a mobilização de seu potencial e de aplicar os recursos disponíveis para a consecução dos objetivos nacionais — em uma palavra: a Estratégia.

### 3. O "General"

Não se diga, porém, que tal conceito seja original ou resultante de uma longa e penosa evolução. Desde a mais remota antigüidade, em civilizações hoje desaparecidas, a História registrou o surgimento e apogeu de impérios, cuja posição de liderança se construiu e se afirmou gracias ao gênio do respectivo chefe. Mais de três séculos antes de Cristo, Alexandre Magno estendia o domínio helênico para além do Egito, alcançando a Índia. Ainda antes da era Cristã, Aníbal projetava o nome de Cartago, e César dominava o mundo da época, à frente das legiões romanas. A Idade Média registrou Carlos Magno coroado Imperador do Ocidente, o império mongol de Gengis Kahn e a elevação do normando Guilherme, o Conquistador, ao trono da Inglaterra. Mais recentemente, Frederico o Grande consolidava o poderio prussiano, construído por seus antepassados, e Napoleão se inscrevia como um dos maiores vultos da História Moderna.

Os êxitos das campanhas militares conduzidas por esses eminentes chefes — citados apenas como exemplos — deram margem à falsa impressão de que a autoridade de cada um se exercia apenas sobre os respectivos exércitos, esquecendo-se que todos eles foram, na realidade, imperadores, na medida em que comandavam integralmente — poderíamos dizer ditatorialmente — todas as expressões do Poder Nacional que haviam construído ou herdado. Por isso mesmo, resultou igualmente distorcido o conceito da Estratégia por eles exercida — aparentemente apenas *militar*, mas, na verdade, *geral*. Esta distorção foi favorecida pelas repercussões espetaculares tão próprias das vitórias nos campos de batalha, projetando o nome do general vitorioso e acentuando a faceta guerreira de seu gênio — sem que merecessem igual registro os efeitos políticos e sociais daquelas vitórias, por certo muito maiores e mais duradouros do que o aniquilamento dos exércitos inimigos.

Com a evolução dos Estados no rumo da democracia, firmou-se o conceito de que o componente militar do Poder Nacional se integra em um conjunto sob o comando supremo do Chefe de Governo. Tal conceito está registrado nas Constituições dos Estados modernos — inclusive a nossa, reproduzindo a norte-americana — pelo qual se confere ao Presidente da República o título de Comandante-Chefe das Forças Armadas. É o "General".

Vê-se assim que, à luz da semântica, a evolução não se processou no significado original. A Estratégia continua sendo, como a define sua raiz etimológica, a "arte do General". O que aconteceu é que este — considerada a palavra como sinônimo de Chefe — não é apenas o Comandante das Forças Armadas, eis que lhe compete coordenar as atividades de *todas* as expressões do Poder Nacional — precisamente como o fizeram aqueles grandes generais, cujos nomes a História guardou. Alexandre ou Frederico o Grande, César ou Napoleão — todos os que se celebrizaram pelo toque de gênio com que exerceram a arte da Estratégia — comandaram também suas Forças Armadas, com hierarquia semelhante à que, na complexidade do Estado moderno, foi exercida por Roosevelt ou Churchill.

Imperador ou Chefe de Governo, cada um desempenhou na respectiva época, com os instrumentos disponíveis, o papel que hoje — transcorridos séculos ou apenas decênios — permanece fundamentalmente o mesmo, qual seja o de dirigir no mais alto escalão da estrutura do Estado, "a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, para alcançar ou manter os objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos antagonismos ou pressões existentes ou potenciais", segundo a definição de Estratégia adotada por nossa Escola Superior de Guerra.



## CONHECENDO O INIMIGO INTERNO MARX

A. De Lannes

*"A regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualam. Nesta desigualdade social, proporcionada à desigualdade natural, é que se acha a verdadeira lei da igualdade. O mais são desvarios da inveja, do orgulho ou da loucura.*

*Tratar com desigualdade a iguais, ou a desiguais com igualdade, seria desigualdade flagrante, e não igualdade real."*

*Da Oração aos Moços — RUI BARBOSA*

### 1. MARX, os MARX e os WESTPHALLEN

**K**ARL HEINRICH MARX nasceu a 5 de maio de 1818 em TRIER, cidade alemã da RENÂMIA. Descendia de judeus e entre seus antepassados contaram-se vários rabinos. Seu pai HIRSCHEL foi advogado e conselheiro de justiça na sua cidade natal. Em 1824, seis anos após o nascimento de KARL, HIRSCHEL converteu-se ao cristianismo batizando-se com o nome de HEINRICH MARX e educando seus filhos nesta religião.

MARX viveu uma infância normal, bem cuidada e livre de preocupações. Fez seus estudos iniciais no LICEU de TRIER onde bachareliou-se em 1835.

Nessa primeira fase de sua vida, pouco ou nada transparecia sobre os futuros passos de MARX, nem se poderia imaginar as repercussões terríveis para o mundo de hoje, da sua futura ação revolucionário-materialista. Anotam-se, apenas, algumas referências de sua mãe sobre pressentimentos de que o filho, "com todos

os talentos que DEUS lhe havia dado, não singrava na vida por um caminho direito" e, certos temores manifestados por seu pai, de que o demônio teria tomado conta de seu filho favorito.

Aos dezoito anos, começou a namorar JENNY, uma amiga de sua irmã SOFIA, depois de haver passado um ano em BONN, para onde fora matricular-se na Universidade, mas, que afinal, havia sido um período de "divertimentos". JENNY era filha de LUIS von WESTPHALLEN, "conselheiro áulico" do governo. O avô de JENNY havia sido generalíssimo do duque prussiano FERNANDO BRAUNSCH-WEIG e casara-se numa família de barões escoceses. O "aristocrata" LUIS von WESTPHALLEN era considerado por seu futuro genro KARL, como um "caro amigo paternal".

Todo este quadro nos mostra um MARX como membro de uma família de classe média, procurando ligar-se a outra família não menos "burguesa" e criado com os cuidados normais de pessoas crentes.

Com o correr dos tempos, MARX iria repudiar sua origem e comprovar as preocupações maternais sobre os caminhos que haveria de trilhar, bem como o "secreto temor" de seu pai, de que "o demônio teria tomado conta de seu filho favorito".

MARX foi um eterno descontrolado quanto à economia própria, se bem que pretendesse organizar a economia mundial. Em BERLIM, recebia do pai 700 tâleres por ano para pequenos gastos e, constantemente, lhe faltava dinheiro. Naquela época, somente 5% da população tinha uma renda superior a 300 tâleres anuais!

Seu tio FELIPE (holândes) socorreu-o várias vezes e MARX demonstrava por ele uma "grande simpatia", chamando-o interesseiramente de "magnífico solteirão".

Gastador como jovem, desorganizado a vida toda, MARX teve vários problemas com dívidas e penhores de objetos pessoais, incluindo os da sua esposa.

Antes que LASSALE deixasse LONDRES, MARX tomou-lhe dinheiro emprestado e permitiu que esta dívida não paga prejudicasse todas as suas relações subsequentes com ele.

MARX e JENNY receberam várias heranças de parentes, o que não o impidiu de colocar como um dos pontos principais do programa comunista, a abolição de tal direito.

Escrevendo a ENGELS, em duas ocasiões, referiu-se nestes termos aos falecimentos de sua mãe e de um tio de sua esposa: "Duas horas atrás chegou um telegrama dizendo que minha mãe está morta. O destino precisava levar um membro da família. Eu estava com um pé no túmulo. Neste caso sou mais necessário do que a velha senhora. Tenho que ir a TRIER por causa da herança". Quanto ao tio: "Um acontecimento muito feliz. Ontem soubemos da morte do tio de minha esposa, de 90 anos de idade". Rejubilava-se porque receberia mais de 100 libras, "se o velho cão não deixasse parte do dinheiro à fiel empregada".

Estima-se que ENGELS, um dos seus raros amigos, forneceu-lhe ao longo dos anos, cerca de 6 milhões de francos!

Parece que só dedicou certa afeição à esposa e aos filhos, desde que não perturbassem seus trabalhos. Sua mente dominadora, seu gênio difícil, sua tendência declarada ao autoritarismo, sua aversão à discordância aos seus argumentos e seu narcisismo acentuado acabaram por torná-lo um homem só e marcar com tragédias aquela família, cujo início fora de juras e promessas de amor trocadas em TRIER entre MARX e JENNY, enquanto ele era o MARX, filho de HEINRICH e HENRIQUETA. Três dos seus filhos morreram crianças. Suas filhas LAURA e ELEANOR suicidaram-se depois de casadas.

## 2. MARX e DEUS

Antes de se tornar materialista e inimigo radical da religião, MARX foi um cristão entusiasmado. Antes de tomar o ódio e a violência como lemas, MARX cultivou o amor. Em "A união dos fiéis com CRISTO" havia escrito: "Através do amor de CRISTO voltamos nossos corações ao mesmo tempo para nossos irmãos que intimamente são ligados a nós e pelos quais ele deu-se a si mesmo em sacrifício".

De um trabalho escolar, "Considerações de um jovem na escolha de sua carreira", realizado ainda no LICEU de TRIER, seus biógrafos-seguidores destacam comumente o trecho onde MARX diz: "Nem sempre podemos abraçar a carreira a que nos chama a nossa vocação; a situação que ocupamos dentro da sociedade principia, de certo modo, antes de a podermos determinar". Eles querem fazer crer que MARX, menino prodígio, antes dos dezessete anos já "acendia a primeira foice" da idéia que iria desenvolver futuramente, consubstanciada na dependência do indivíduo ante uma sociedade — na visão comunista — injusta, desigual e polarizada entre opressores e oprimidos.

Partindo do pressuposto que MARX tenha realmente assim escrito, é evidente que, àquela altura da sua vida, exprimia uma idéia natural. Entre outros motivos, sempre houve quem não pudesse estudar porque encargos de família, precocemente assumidos, não permitiram. Também houve aqueles que se viram impedidos de seguir determinadas profissões pela inexistência de escolas nas cidades ou nas regiões em que moravam. Ou ainda, os que falharam em inúmeras atividades por lhes faltarem capacidade, engenho e arte. Não há como argumentar aí, com um ínicio de pensamento filosófico que MARX viria a desenvolver mais tarde. No mesmo trabalho escolar, por sinal, há outro trecho, não muito divulgado, onde ele se volta para o CRIADOR: "Se escolhemos a posição na qual podemos realizar o máximo por Ele, então não podemos nunca ser esmagados pelas responsabilidades, porque elas são apenas sacrifícios feitos em favor de todos". Ao final do seu curso no LICEU de TRIER recebeu o seguinte conceito em religião: "Seu conhecimento da fé e da moral cristãs é bastante claro e bem fundamentado".

Por outro lado, se o problema realmente existia, nos termos em que os comunistas mais tarde entenderam, a solução não veio com o regime marxista-leninista. A disputa foi neutralizada e substituída pelo irrecorrible poder de decisão do Partido Comunista, no interesse do Estado que eles iriam abolir, e que acabou engolindo a Nação e agravando as desigualdades.

O ínicio cristão de MARX apagou-se alguns anos depois. Não há dúvida que o desamparo familiar em que ficou em BERLIM foi o ponto de partida para a sua anticonversão. MARX era um jovem provinciano, criado sob a tutela de uma mãe dedicada e um pai severo. Solto em BERLIM foi morar em pehsões e quartos alugados. Atraído pelos prazeres de uma cidade grande e envolvido por um grupo de intelectuais e estudantes que contestavam a filosofia e o regime dela resultante, somados aos seus pendores para a atividade intelectual especulativa, não tardou em se tornar presa fácil e, em pouco tempo, um dos mais destacados membros desses grupos. Adotaram inicialmente a filosofia hegeliana, discordaram dela posteriormente e ficaram conhecidos, durante algum tempo, como neo-hegelianos.

Este risco do desamparo ocorre ainda hoje, particularmente no BRASIL face ao acentuado índice de urbanização. Quantos jovens vindos do interior são lançados nas grandes cidades para estudar e, desassistidos pelos pais que por lá ficaram, caem nas malhas da subversão, aliciados por espertos e treinados membros dessa organização mundial cujos alicerces o próprio MARX — depois de aprisionado — ajudou a desenvolver.

Em BERLIM, depois de estudar a filosofia hegeliana, em pouco tempo, considerou-a insuficiente. Queria ir mais longe! Apegou-se ao materialismo de FEUERBACH e foi afastando suas idéias do MARX de TRIER. O seu contato com MOSES HESS acabou por completar a primeira fase da sua transformação. De cristão passara à descrente e, daí, a um profundo sentimento antideista. Do amor mudou-se para o ódio, da candura à violência. "Desejo vingar-me d'Aquele que governa lá em cima", escreveu em um poema. Ainda admitia a existência de DEUS porém queria enfrentá-lo. Numa fase dramática de sua anticonversão diria no poema "O Violinista": "Os vapores infernais elevam-se e enchem o cérebro até que eu enlouqueça e meu coração seja totalmente mudado". Sua alucinação atingiria o clímax quando em "Oulanem", ameaçaria: "E breve bradarei gigantescas maldições sobre a humanidade!"

Aos vinte anos, antes de saber o que pretendia, MARX já havia decidido destruir tudo o que conhecia. Até ele mesmo. Poucos anos nos meios hegelianos de BERLIM foram suficientes para liberar toda a força do mal que se apoderara daquele ex-provinciano. "Minha alma, outrora fiel a DEUS, está destinada ao inferno", diria ainda em um poema dedicado ao mestre HEGEL. Apesar de todo o seu radicalismo materialista, DEUS — cuja existência independe da opinião dos homens — continuaria sendo um espectro que, vez por outra, extrairia de MARX uma expressão, um desabafo, ou um lamento.

### 3. MARX, os JUDEUS e os CRISTÃOS

FRANZ MEHRING, um dos mais citados biógrafos de MARX, admite que o pai de KARL, convertendo-se ao cristianismo, emancipou-se de todas as ligações judaicas. Esta "liberdade" seria transmitida ao seu filho como um "legado precioso". Deste modo, pretende caracterizar que a conversão de HEINRICH fora positiva sob o ponto de vista da sua personalidade, o que transparece um espírito anti-semita do autor, bem como, explica a ênfase que dá aos ataques de MARX aos judeus.

Ao abordar o problema dos judeus e dos cristãos, MARX advertia sobre a necessidade da emancipação total dos homens face às religiões. Criticava a "liberdade burguesa" de crer, afirmando que essa liberdade apenas obrigava o homem a crer. "Emancipar praticamente o judeu, o cristão, o homem religioso em geral, equivale a emancipar o Estado do judaísmo, do cristianismo e da religião em geral."

Expõe a idéia que fazia do judeu, de modo bem claro em um famoso artigo, publicado na revista "Anais franco-alemães", conhecido como "A Questão Judaica", do qual é interessante transcrever um pequeno trecho para exata compreensão da sua idéia:

"Qual é, pergunta-se, a razão secular do judaísmo? É a necessidade prática, o proveito próprio. Qual é o culto secular do judeu? O lucro. Qual o seu deus terreno? O dinheiro. Ora bem, a emancipação do dinheiro e do lucro, quer dizer, do judaísmo prático e real, seria a própria emancipação da nossa época. Uma organização social que suprisse as condições que permitem o lucro, isto é, a possibilidade do lucro propriamente dito, tornaria o judeu um ser impossível. A sua consciência religiosa evaporar-se-ia como uma nuvem na atmosfera real da sociedade."

Ao criticar severamente o Programa do Trabalhador de LASSALE misturou sua aversão ao judeu com um outro traço de sua personalidade, normalmente escondido pelos seus biógrafos-seguidores: o racismo. Nessa oportunidade diria: "Essa combinação de judaísmo e ALEMANHA com um traço fundamentalmente negro..." E, ainda: "Também a empáfia desse indivíduo é um traço do caráter de negro..."

E, ainda, há judeus comunistas!

Inimigo radical de todas as religiões e de "todos os deuses", MARX afirmou que o homem não fora feito à imagem do CRIADOR mas, que ao contrário, este era fruto da imaginação dos homens. A religião cristã era considerada como uma das mais imorais. MARX blasfemo havia proposto "a expulsão de DEUS do céu". Ao reconhecer a doutrina materialista de FEUERBACH, exultou ante o fato deste filósofo haver colocado o "homem no lugar que ocupava o antigo impostor". É óbvio que o "impostor" era, para MARX, o CRIADOR!

Para firmar as bases do movimento revolucionário que imaginavam, os comunistas necessitavam destruir primeiro a crença em DEUS, e o cristianismo,

como uma das suas maiores expressões, era um alvo dos mais importantes. Assim MARX retratava o cristianismo:

"Os princípios sociais do cristianismo justificaram a escravidão na Antiguidade, glorificaram a servidão da gleba na Idade Média e dispõem-se, se necessário, embora torcendo um pouco lamentosamente o nariz, a defender a moderna opressão do proletariado. Os princípios sociais do cristianismo contentaram-se em formular o piedoso desejo de que essa necessidade seja a mais benéfica possível.

Os princípios sociais do cristianismo pregam a covardia, o desprezo por si mesmo, a humildade e todas as virtudes do canalha. Os princípios sociais do cristianismo fazem o homem medroso e trapaceiro, enquanto o proletariado é revolucionário."

E, ainda, há cristãos que admitem a Igreja antropológica!

#### 4. MARX e os INTELECTUAIS

Ao sair de TRIER para BERLIM, em 1837, MARX tinha o pensamento unicamente tomado pela paixão juvenil à sua futura esposa. Na grande cidade envolveu-se com a filosofia e o materialismo, entrou para o grupo dos neo-hegelianos e, em pouco tempo, já liderava o "clube" dos mais radicais contestadores da época em que viviam. Abandonou seus pensamentos da juventude, descobriu o materialismo e assumiu a missão de "transformar a sociedade". Tal caminho custou-lhe pesadas privações materiais, expulsões repetidas, prisões e fugas. Misturando o ódio com liberdade e usando a violência como elemento de composição, acabou produzindo um veneno de onde a liberdade foi expulsa como espúria, e o liberal se tornou o mestre universal do radicalismo. Rato de bibliotecas e museus, leu e escreveu a maior parte do tempo disponível da sua vida. Fixou-se na tarefa de destruir a religião: "Odeio todos os deuses!". Imaginou uma revolução destruidora da civilização cristã. A dialética exercitada pelo materialismo, forneceu-lhe uma cortina teórica para aliciar seguidores, uns a pensar no poder, outros sem poder pensar. O proletariado — por exclusão e disponibilidade — seria o instrumento dessa revolução.

Considerado erroneamente um exímio polemista, MARX era verdadeiramente um homem do monólogo. Ciente — quem sabe? — dos pés de barro da cosmovisão que ajudou a engendrar, não admitia, nem mesmo entre os seus companheiros, o menor reparo às suas idéias. Essa falta de confiança, evidente nas suas atitudes agressivas, orientou-o sempre mais para a agressão aos homens do que para a contestação às críticas ao marxismo nascente.

A palavra do "sumo-sacerdote" era preservada a qualquer preço e os outros "intelectuais", a exceção talvez de ENGELS, foram colocados como simples eunucos-pensadores. Essa guerra dogmática gerou reações contínuas dos que adotaram o marxismo e tentaram acrescer ou modificar algo do "testamento do velho". Renegados, revisionistas, reformistas, divisionistas, sectários, camarilha e outros, são os rótulos destinados aos que se meteram nessa encrenca. Muita gente ainda

considera uma doutrina ou filosofia o que não passou nunca de um bem elaborado plano revolucionário com objetivo muito claro: o PÔDER!

Seus ataques generalizados atingiram a quase todas as nações. Seus contemporâneos alemães foram chamados de "estúpidos", chineses e judeus comparados pejorativamente a "mascates e pequenos mercadores", os húngaros eram "obscuros e semibárbaros" e os eslavos "um povinho sem importância histórica, raquítico e impotente".

Os líderes das diversas tendências dos movimentos político-sociais da EUROPA de seu tempo não escaparam aos seus ataques. LIEBKNECHT era "o boi", FEILIGRATH "o porco", LASSALE "o negro judeu", BAKUNIN "zero teórico", BRUNO BAUER e MEYEN "fanfarrões berlínenses", PROUDHON era "burro" e os seus seguidores "ignorantes, fúteis, falatrões, pretensiosos e meros sacos de vento". Seu ex-mestre FEUERBACH, por não ter concordado em escrever um artigo contra SCHELLING a pedido do próprio MARX, foi lançado no "isolamento". RUGE foi colocado no "Índex" porque não se dispôs a usar seu dinheiro para garantir a publicação dos "Anais franco-alemães", uma das muitas empresas fracassadas de MARX. MOSES HESS, o socialista responsável pelo "aliciamento" de MARX, foi duramente atacado no Manifesto Comunista de 1848 e afastou-se de MARX definitivamente.

Apesar das garantias de MARX de que a sociedade se desenvolvia através de leis científicas, que conhecidas permitiriam ao homem delas tirar proveito, a vida lhe foi pregando algumas peças históricas e domésticas. As guerras que previu e insuflou não ocorreram. As revoluções que imaginou não aconteceram. O comunismo instalou-se no mundo mercê do bolchevismo e não do materialismo histórico. Suas filhas casaram-se — com o seu consentimento, é bom que se afirme — com um proudhnista e com um bakunista, o que motivou da parte de MARX um desabafio: "Dols anarquistas, o diabo os carregue!".

No ocaso da vida, à vista das revisões a cada dez anos que muitas das suas teses vinham sofrendo pela ação dos homens e da história, atingido no âmago da sua preservada vaidade, teria exclamado: "Graças a Deus eu sou MARX, mas não sou marxista!".

## 5. MARX, o MATERIALISMO e o ANTIMARX

Até o final dos seus estudos em TRIER, MARX aceitava a concepção deista da origem do mundo e admitia a ocorrência de um princípio criador antecedente.

Depois do seu contato com FEUERBACH passou a crer que todos os fenômenos da história seriam o resultado exclusivo da ação dos próprios homens. "A matéria criou a idéia, o ser determina a sua consciencial". Dentro deste ponto de vista, o homem passa a ser o princípio fundamental de toda a filosofia materialista.

A lei suprema para o mundo do homem não é a lei de DEUS, mas o interesse próprio desse homem. Ao princípio teológico opunha o princípio antropológico.

Como têm surgido atualmente em alguns círculos religiosos posições obscuras que pretendem colocar o homem como centro principal das preocupações da vida, é oportuno comentar e alertar até onde essas distorções podem servir para incutir subliminarmente, nas mentes despreparadas ou distraídas, a concepção antropológica, base do materialismo antigo e moderno, este a serviço da revolução comunista.

MARX garantia que o poder estatal era utilizado para manter um sistema próprio de exploração do homem pelo homem. Declarou que desejava mudar tal sistema e nada se poderia esperar da aristocracia e muito pouco das classes médias. Desse modo, resolveu apelar para o proletariado. Chegou a ele por exclusão e não por dedução científica como pretendeu demonstrar. Queria alterar o poder porque estava fora dele. Como a aristocracia e a classe média não servissem, iria apelar para o proletariado. Não foi este, portanto, que despertou a sua piedosa atenção, mas os principes que lhe causaram irritada aversão!

Por mais de meio século, MARX viveu intensamente seu mundo puramente material. Fracassou na base da concepção porque não está ao alcance do homem, o mistério de DEUS. Não basta crer na matéria como fonte de vida para que ela o seja. A existência de DEUS no mundo e da alma humana não são objeto de opção individual ou coletiva.

Apesar de toda a ação revolucionária, não se garante que MARX ao morrer tivesse certeza de tudo que pregou e afirmou.

Quando seu filho EDGAR faleceu, ele escreveu a ENGELS profundamente abalado: "É impossível descrever o quanto sentimos sua falta permanentemente. Sofri todas as infelicidades, mas só agora sei o que é o verdadeiro sofrimento".

Qual seria o verdadeiro sofrimento de que falou MARX? Que dor foi essa, tão sentida que esse homem acostumado a uma vida de provocações, lutas, isolamento e matéria pura, sentiu tanto? Que tamanha infelicidade atingiu a esse "rochedo", como o chamariam seus fanáticos seguidores, maior do que todas as outras "infelicidades" que já tivera, inclusive a perda anterior de dois outros filhos?

Os designios de DEUS são às vezes tão claros e parecem tão escondidos a alguns. MARX acusou tanto os homens — intelectuais e proletários — de despreparados para entender a "história" e, ele que se achava tão superior na arte de pensar, não podia ou não queria entender a mensagem que lhe foi transmitida — ainda que dolorosa — por ocasião da morte de seu filho.

Essa terrível dor que sentira, mais forte e duradoura do que a dor material, era a dor da alma que teimava em não admitir e que pensava haver deixado em TRIER, junto a uma mãe preocupada com os seus caminhos e a um pai temeroso por seu filho favorito.

Nunca foi, como nesses três linhas a ENGELS, tão ANTIMARXI



# ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO E TRANSPLANTAÇÃO CULTURAL NO BRASIL DE HOJE

Marcos Almir Madeira

*Bacharel em Direito, Professor de Sociologia e Direito Público, Presidente do P.E.N. Club do Brasil e Conselheiro Vitalício da Associação Brasileira de Educação.*

*Regente de cátedra na Faculdade de Filosofia de UFF, como Professor de Sociologia e Fundamentos Sociológicos da Educação, e professor da mesma matéria na Faculdade de Filosofia da UFRJ.*

*É autor, entre várias obras publicadas, de "Oliveira Viana e o Espírito de Sua Obra", "Sociologia e Ciência Política", "Compreensão de Euclides da Cunha" e "Postícões Vanguardistas na Sociologia Brasileira".*

**A** formação e o florescimento do espírito universitário não constituem problema de currículos e programas; melhor: não derivam ou não dependem, apenas, da transcendência, revestimento ou feição hierárquica que os possam caracterizar. Pouco importa a altitude dos propósitos, sem a garantia dos processos e de uma consciência que produza o ensino realmente superior. A que visa esse ensino senão à constituição e disseminação de correntes de idéias, consolidadas pela pesquisa honesta? Só isso está a indicar que o primeiro dever da universidade moderna é dilatar o horizonte mental do aluno, nele criando e avivando um estado de opinião. O essencial é aquele lastro, aquele suco, aquele caldo de cultura, ao fim de certas combinações sutis. Mais do que conhecer, importa sentir os assuntos do temário letivo — penetrá-los, vivê-los. Por isso mesmo, creio bem que o professor universitário há de ser, como nenhum outro, um provocador de idéias e entusiasmos, capaz de prestar ao aprendiz o benefício de levá-lo à consulta interior e à prática dos autodesafios, abrindo-lhe o gosto ou, se posso dizer, o apetite intelectual, quase sempre insatisfeito ou inexplorado.

Não faltará quem pondere que nem todas as cátedras ou disciplinas de um curso se compadecem com a técnica humana dessa motivação ou com a motivação, por excelência ativa, dessa filosofia. Vai nisso um equívoco. A rigor, não existem assuntos estanques, de trato invariável ou rendimento duvidoso; o que há são gerentes intelectuais com maior ou menor senso de seleção e maior ou menor empenho no trabalho. A rotina, se não é sempre eliminável, é sempre passível de um mínimo de atenuação, com um mínimo de esforço imaginativo. Toda ciência, toda doutrina, todo tema tem os seus aspectos, os seus lados, os seus recantos visíveis; são, em alto número, os mais propícios à construção didática. Descobri-los para o aluno e com o aluno, aproveitá-los, habitá-los por uma hora de aula, ou por meses, é o melhor a fazer num ensino que aspire a ganhar o interesse e não a apatia do estudante brasileiro. Apontar-lhe o caminho, equipá-lo de idéias e convicções, imunizá-lo contra certas ilusões da época, fazer dele uma espécie de expedicionário intelectual e deixá-lo partir na conquista dos temas de todo o ano, à procura das verdades de toda a vida, eis, a meus olhos, a primeira, a mais útil, a mais atraente pesquisa a estimular. Mas, se essa fonte de vibração e alegria intelectual não jorrar; se se confinar o ensino no simplismo embotante das pequenas definições, porta aberta ao psitacismo e à mediocriação; se se transformar o mestre em compêndio sonoro ou papel-carbono das próprias "apostilas"; se ele não se der à paciência arguta de localizar o ponto nevrálgico de cada "ponto", o centro nervoso ou o coração de cada tema; se preferir que o aluno saiba coisas a que lide com problemas — então será forçoso convir em que a esse aluno se ajustará a triste mordacidade de uma conclusão: saberá tudo e não compreenderá nada. Mais isso: um ensino assim conduzido, mecânico, modorrento, mediocre — tenhamos a coragem de reconhecer — explicará, em boa parte, que o nosso discente aprenda sem apreender, como quem olha mas não vê, ou vê, mas não distingue.

De certo modo, o que hoje responde pela chamada crise do ensino é a insistência com que muitos vão erigindo num *fim* aquilo que não passa de um *meio*: a *esquematização*. Em numerosos casos, a didática, como vai sendo concebida e praticada, agrava, em vez de obstar, o tique da memorização. No passado, decorava o aluno as palavras do mestre, do "lente"; já agora, decora o "educando" os quadros do "educador". Passa ele a instruir, pela sedução dos "esquemas", o próprio truque da "cola", de que fica sendo como um agente inevitável, duas vezes paradoxal: vai além de facilitá-la, aviando-a e preparando-a, não com o aluno — o que seria menos mau — mas para o aluno, o que atinge o péssimo.

Decididamente, esse "educar", embora as aparências, está longe de "preparar para a vida"; o que consegue — quando consegue — é preparar para a "prova", já feita, aliás, pelo "educador", em "quadros" no quadro. Aí começa a "motivação" do menor esforço, garantia prévia da "cola". Como fundo de cena, setas e chaves, abertas a giz, vão fechando, pontualmente, a inteligência das turmas; fechando e secando, tirando-lhe aquele óleo vital, esvaziando-a, como que suga a sensibilidade criadora.

Onde o princípio essencial? Onde o respeito à personalidade do educando? Onde o seu desenvolvimento racional e harmônico? Onde a filosofia democrática de

educação? Na prisão do esquematismo, onde se enfiam as inteligências, esquartejando idéias por um critério simplesmente repartidor, numérico-divisionista? Seria, então, de armar outra pergunta: onde o combate à educação *formal*? A resposta só poderia abrigar uma conclusão: com apoio numa falsa didática, o que se está fazendo é urdir, contra a filosofia da "escola nova", uma técnica para destruí-la. Peçam-me que decline as virtudes supremas do ensino e eu proporei dissílabos: vida, viço, alma.

## VELOCIDADE E COMPLEXIDADE — O NEOBACHARELISMO OU O FORMALISMO TECNICISTA

Estou aflorando verdades, cujo reconhecimento é uma imposição do nosso tempo. Mas sejamos cerebrais e guardemos o senso da medida, dissociando o retrato da caricatura. Esta, que vivemos, é a mais contraditória das épocas. O mundo inteiro trabalha na organização do exagero; e, como o exagero é sempre uma fuga da realidade, não há senão concluir que somos um mundo arrogantemente ingênuo. Velocidade, eis a sina da hora. Velocidade nas máquinas, velocidade nas almas; velocidade no trabalho, maior velocidade na ambição. A isso vamos chamando, com toda a pressa, espírito de eficiência... Mas, se baixar a nossa pressão intelectual, creio que o pensamento, voando noutra direção, acabará pousando numa conclusão exata: a de que esse ideal de velocidade, essa ânsia de eficiência rápida, perdem todas as possibilidades de concretização, vitimados pelos excessos da própria técnica. Tal a audácia da nossa ingenuidade: queremos ser um mundo veloz, num mundo que fazemos complexo; disputamos a reta por um caminho de espiral — e agravamos essa complexidade, a encher a vida de objetivos para esvaziá-la de atitudes, onerando o espírito, mais que a bolsa, nas operações do tecnicismo...

Aí está a grande ilusão, a sombria incoerência do chamado homem moderno; aí, em suma, a congestão do espírito *prático*. E maldiz-se do passado...

Em verdade, assinalou-se, no mundo clássico, a incidência de dois complexos — o *literário* e o *jurídico* — a perfazerem dois tipos dominantes de cultura. Produziram ambos uma motivação unilateral e formalista da vida social, e ainda subsistem. A *forma* e a *norma*, como expressão de fetichismo, o espírito retórico, ou a palavra pela palavra e o complexo legístico, ou a lei, geraram a consideração bizantina, acadêmica, romântica, dos fatos e problemas sociais. Dominava aquilo a que nosso Fernando de Azevedo chamou "as funções dialéticas do espírito". Numa palavra: estava no auge a floração do verbalismo. *Leis e lettras* — o *Forum* e a *Academia*, a gramática da lei e a lei da gramática — uniam, afinal, jurisperitos e "peritos dicendi", sob um mesmo estado de euforia intelectualista. O mundo era o pretório — e o pretório fora a sede da retórica...

Não há negar tudo isso; mas uma outra verdade é que essas idéias não abonam a conclusão afolta de que a solução político-educacional, para os problemas de base, deva consistir, no Brasil como no mundo, em contrapor ao espírito *litero-jurídico*.

ridico a postura tecnocrática. Importaria isso, nunca uma superação, mas uma transferência de complexos, fruto de atitude simplista, tanto mais de evitar quanto é real que a experiência e a vida vivida — principalmente no trato da educação — estão a indicar o surto de um *neoformalismo*, senão mesmo de um *neobacharelismo*; e este, já não mais de jurisperitos, vai crescendo paradoxalmente à sombra do espírito pragmático, turbado por uma falsa noção de *objetividade*. O que está ocorrendo é apenas uma diferença de motivação: as fórmulas são outras, mas o espírito de bizantinismo e preciosismo é afinal o mesmo. Tanto vale deduzir que esse neoformalismo resulta, precisamente, de uma concepção intelectualista — teorizante, portanto — do senso mesmo da realidade.

Veja-se: denunciamos o formalismo litero-jurídico e calmos — calmos é o termo — no *bacharelismo tecnicista*. Insisto: as fórmulas são outras, mas o espírito é o mesmo, a começar pela tendência ao casuismo pletrórico. Medite-se no que acontece hoje à sociologia, congestionada pelo analismo forense do "case study" ou do "fact-finding", a oscilarem entre o eruditismo inconsequente e a ingenuidade planificada... Observem-se, em nossa atualidade, em nosso meio nacional brasileiro, os tipos mentais que já se têm por dominantes: o do *teórico da prática* e o do *verbalista da técnica*, a abrirem o ciclo de um pedantismo agressivo, a dificultarem o fácil, a facilitarem a dúvida, a duvidarem de tudo. São "fazedores de nada", imolados na própria teoria, ilhados nos próprios esquemas, prisioneiros das próprias fórmulas, sitiados na própria *ordem*. Reflita-se sobre a falácia tragicômica dos seus métodos de trabalho. Veja-se que quase tudo é agitação no espaço e bem pouca realidade no tempo. Mas repare-se, sobretudo, nos reflexos desses erros na educação em geral. É principalmente nesse campo que o formalismo dos nossos dias se mostra por inteiro: não revela um espírito nem é prático.

Prefere-se o desenho à palavra. Este é o século da figura ou da triste figura do "quadrinho". Já se vai substituindo a imagem verbal pela imagem gráfica. Em consequência, a criança que lê vem a ser, muitas vezes, a criança que não escreve. Onde nisso o "racional", o "funcional", o "prático"?... E não é isso, principalmente isso, que se está renletindo nos cursos secundários, para agravar-se nos superiores, onde as levas de desajustados verbais são o fator mais constante de turbação pedagógica? Sejamos verazes: nosso estudante precisa escrever, lidar com as palavras, aprender a organizar, a compor o pensamento, não apenas para cumprir um imperativo literário ou litero-gramatical, mas para atender a uma imposição de zelo próprio ou da dignidade intelectual elementar. Quem impugna esse raciocínio não está vivendo, decididamente, o conceito de civilização, de civilidade, de cultura — de educação.

O mundo gravita em torno da linguagem. Timbrar nessa realidade, difundi-la e ilustrá-la na primeira escola, não será apenas salvaguardar, numa obra de previsão, a consistência e a seriedade do ensino superior; será ainda servir à concepção dinâmica ou "ativa" de educação, por isso mesmo que linguagem é vida — veículo primeiro de socialização ou da convivência humana e fator de êxito, já nem somente nas provas da escola, senão, antes de mais nada, na escola da vida, com as suas provas diárias...

Essa, ao fim de contas, a tese realista, a tese justa, a tese prática; o mais, sim, é verbalismo pedagógico, nomenclatura de poucos, para confusão de muitos — uma dança de sinônimos no inferno intelectual da improvisação e da pressa.

Lê-se, mas esse ler, observe-se, é um ler de colégio e no colégio. Leituras outras, de mais sumo e polpa, que distendam e consolidem a aprendizagem ou dignifiquem ou enobreçam a sensibilidade e a inteligência, essas não se fazem. Para quê? Pois afinal não está, como já opinam tantos, a maravilha dos instrumentos de mecanização das idéias? Para que servem os prodígios da industrialização? ... Não é essa a lógica diurna e noturna de um certo progressismo? ...

## O NORTE E O SUL

Certa vez, quando de sua visita ao Brasil, revelava-me o Professor King Hall, da Universidade de Colúmbia, que se está intensificando, nos Estados Unidos, em vários núcleos, o ensino pela televisão. Creiam-me: não apurei, no meu excelente informante e amigo qualquer entusiasmo pela iniciativa. E quando lhe expressei, devagar, que também eu não festejava a novidade, a sua franqueza foi rápida e larga: — "Seria muito mau que isso acontecesse aqui". Repetiu a palavra "aqui"; e olhou em torno, como se olhasse para todo o Brasil ...

De mim para mim, entrei a pensar, ou a repensar, que outra coisa não temos feito senão importar idéias, sistemas, regimes, técnicas — e mal. Aquele vez, em cuja denúncia tão a fundo se empenharam Alberto Torres e Oliveira Vianna — a trasladação simples e sumária de instituições políticas forasteiras — estamos agora reeditando (agora como nunca) no que afeta às instituições educacionais. De certa maneira, em certos casos, sofre o modelo os nossos maus tratos; e a calcanhando o decalque, claudicamos ... Fazemos do Brasil um vasto recreio, sob a certeza de que é "alegre" e "atraente" a escola do estrangeiro. E desdenhamos ou praticamente suprimimos, entre outros valores, a sólida *educação verbal*, imaginando combater o ensino verbalista. E organizamos a desordem, vítimas do próprio açodamento. Seja, porém, como seja, computadas, embora, as impurezas tropicais da cópia, o fato decisivo é que erramos por importar. Em qualquer hipótese, há um modelo fora da barra — uma influência transatlântica ... Se praticarmos algumas erronias, cincando na forma, não nos distanciamos, afinal, do centro das idéias importadas, cujo espírito forcejamos por manter. E está nisso o mais triste, o essencialmente mau, o péssimo da nossa atitude.

Não seria eu quem fosse cometer o pecado político ou o absurdo sentimental de malsinar os nossos amigos do Norte, invejáveis habitantes daquela democracia de aço, para cujas fábricas, usinas e bancos se voltaram, na última Grande Guerra, e na hora pior, as esperanças e os apelos da liberdade em perigo. O que sustento, executando uma cláusula do meu próprio magistério, é que entre a formação das duas sociedades, a norte-americana e a nossa; entre a estrutura, e o processo evolutivo; entre os padrões de conduta e de julgamento; entre as maneiras de ser e de fazer; entre a natureza dos objetivos, dos interesses, dos sentimentos de

uma e outra, há grandes e claras distâncias a assinalar. Os norte-americanos, por seus traços culturais, por seu tipo de economia gigantista, por seu explicável e consequentemente espírito de transação aventureira e de lucro (nossa povo já concluiu, na sua música, que "Tudo é lucro" . . .) — os norte-americanos, ia dizendo, pela inconfundível processualística do seu trabalho e da sua produção, por seu "mamutismo" industrial irresistível e vertiginoso, são um povo condenado às formas elétricas da vida; nem só da vida, senão da morte, como nos prova a "cadeira" fulminante, símbolo da instantaneidade, tragicamente exemplar, do seu direito penal. Mas a mesma vocação de celeridade, a mesma rapidez, que põem no ato sinistro do castigo, podem os sobrinhos do velho Sam ostentar à mesa da recreação, nas horas do "bridge", do "poker" e do que mais seja, pois não lhes falta ao próprio jogo uma certa mecanização, graças àquela curiosa máquina de baralhar cartas . . .

Esse mínimo de exemplificação e de argumentos é bastante para justificar que o espírito de eficiência, entre os nossos poderosos vizinhos, se traduz, de regra, pela materialidade das soluções ou por um sentido corpóreo das coisas; e isso explica que se comprazam em ter, ou precisem ter, das próprias idéias, uma compreensão física, um conceito ótico. Daí, em sua ciência e nos seus métodos de pesquisa, o primado virtual do gráfico, da gravura, da fotografia, da figura (ei-la aí, a figura . . .), coisas, todas essas, que nos levam a admitir a mecanicidade da sua pedagogia e de que nos dá uma viva ilustração o humorismo "animado" do seu desenho na tela . . .

São assim os lanques, porque assim precisam e têm de ser, jungidos à força de um determinismo econômico-social, sob cuja pressão inelutável se educam realmente para a vida . . . norte-americana. Nunca lhes ocorreu a tentativa de contrair à própria formação; foram sempre leais a si mesmos, lucidamente atentos ao imperativo das circunstâncias de lugar. Não será então de estranhar que os estudos de ecologia lhes mereçam a mais orgânica, a mais telúrica das dedicações . . . Por que não os imitamos — já aí, sim — nessa atitude de autofidelidade, de introspecção efetiva, de realismo operante, buscando, no seu exemplo, a inspiração precisa para sermos cada dia mais nós mesmos, como sabem eles ser eles, e só eles? . . . É nessas virtudes que os devemos seguir dessa outra banda do Atlântico, ao invés de os repetirmos nos cartões de "Boas-Festas" ou no canto de aniversário; e em lugar de lhes copiarmos os códigos de educação e de política, ou de nos esforçarmos para assimilá-los, como buscamos assimilar as práticas mundanas e artísticas de uma burguesia industrial, da sua aristocracia dinheirista, da sua "leisure-class", forçando, aqui, o gasto e o gosto; criando estilos agressivos de elegância ou de uma elegância simplesmente pândega; opondo ao gracioso o apenas engraçado, ao alegre razoável o gritante pueril, ao traço de arte traços de troça; preferindo o realmente fino pelo excessivamente caro; condicionando o êxito e a ascensão social à mera capacidade aquisitiva, ao poder contingente de compra e venda; estimulando, desse jeito, o surto das falsas elites de ocasião, pilhéricas, postícias, precárias; promovendo a inversão e a confusão dos valores; animando, já se vê, as manifestações caóticas da mobilidade dos grupos e dos indivíduos; infelicitando o nosso pré-capitalismo, congestionado agora, a bem dizer, por formas cabotinas de industrialização ou por um

industrialismo boêmio, a esmo e de golpe; estimulando uma economia pedante, numa democracia pedante; endividando a bolsa e o espírito, remunerando a própria desnaturação, porque violentando os fundamentos endógenos da nossa cultura... em vez disso, de tudo isso, de toda essa obra de auto-rotura, tenhamos a lógica de cumprir, antes de mais, as leis da vida, da nossa vida brasileira; com o seu vasto painel de singularidades, o seu quadro de motivações, a sua teia de paradoxos, a sua constelação de problemas e processos, a sua faixa de valores consolidados, a sua área de reforma, de revisão, de redescoberta e, antes de tudo, de afirmação.

Toda essa matéria-prima da universidade seriamente brasileira lhe amplia e adensa a função social; e no processo dessa universidade, identificaremos o processo mesmo de integração das nossas elites confusas, atônicas ou indefinidas. Não tem outro caminho, entre nós, essa ainda vacilante instituição universitária: terá de adotar a linha de equilíbrio e harmonização dos valores conflitantes, num sistema cartesiano de intertransigência ou de contenção e diluição gradativa dos excessos: nem a estimulação do cacoete litero-jurídico nem a excitação do falso realismo, a ingenuidade esquemática do bacharelismo moderno, que é o *formalismo tecnicista*, contradição da própria técnica. Verdadeiramente, o que interessa à universidade brasileira desta hora não é, não poderia ser a inocência erudita de transferir complexos; não é substituir, candidamente, um por outro; não é trocar, pitorescamente, de exclusivismo; não é apenas alterar a ordem dos fatores de fetichismo cultural, mas erradicar esse fetichismo ou reduzi-lo, até porque há nele um traço de radicalização que agravaría os maus da transplantação ancestral, da importação sumária, da cópia de idéias e estilos educacionais. E toda a nossa problemática universitária está na carência de afirmação própria. Uma universidade que aspire a ser brasileira de espírito e de ação há de preferir, é claro, a solução endógena, uma política interior para a educação e a difusão cultural; solução, portanto, buscada em nossa tendência a conjugar, a fundir os elementos criativos, a abrandar os exclusivismos, a enxugar os excessos. Em essência: a opção da nossa escola superior — ou da sua política — traduz-se na busca incessante da intercompensação dos valores, que dão sentido, forma e duração ao trabalho universitário. Porque a verdade final é que todo esse empenho e esse gosto de compensar e de conjugar atendem em profundidade, ao gênio do grupo, à vocação da sociedade, à alma da nossa gente.



# A DOUTRINA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA — II

Antônio de Arruda

Bacharel em Direito, tem ainda os cursos da Escola Superior de Guerra (turma de 1960) e do Colégio Interamericano de Defesa (Washington).

Exerceu em Mato Grosso, entre outros, os cargos de Promotor da Justiça, Procurador-Geral da Justiça, membro e Presidente do Tribunal de Justiça, membro e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, é membro e foi Presidente da Academia Mato-grossense de Letras. É Professor da cadeira de Introdução à Ciência do Direito da Universidade Federal de Mato Grosso.

*Na Escola Superior de Guerra, foi chefe da Divisão de Assuntos Psicosociais e da Divisão de Assuntos Políticos. Atualmente, é membro da Junta Consultiva.*

## 1. INTRODUÇÃO

**P**rosseguindo nas considerações expendidas em o número anterior desta Revista, falaremos hoje sobre a Doutrina da ESG, especialmente no que tange à sua origem e evolução.

A Doutrina da ESG vem-se consolidando, no decurso dos seus trabalhos, tendo como ponto de partida os conceitos já consagrados da Ciência Política e outros ramos de conhecimentos afins, bem como as teses de autores que têm versado os temas nela estudados. Mas, com a experiência adquirida no trato da matéria, tem a ESG firmado os seus próprios conceitos, aos quais não falta, às vezes, inegável originalidade.

Pode-se considerar 1953 como o ano-base da Doutrina da ESG. Os três anos anteriores foram de preparação, quando predominaram os assuntos conjunturais, de acordo com o Regulamento então em vigor.<sup>1</sup>

Foi em 1953 que se esboçaram os primeiros conceitos, reunidos na conferência prolatada pelo próprio Comandante da Escola, General JUAREZ TÁVORA: — "A Segurança Nacional, a Política e a Estratégia: Conceituações e Inter-relações."<sup>2</sup>

A Doutrina da ESG *lato sensu* compreende os temas seguintes, estudados no seu currículo anual:

- Segurança Nacional
- Poder Nacional
- Objetivos Nacionais
- Política Nacional
- Estratégia Nacional
- Desenvolvimento Nacional
- Informações
- Mobilização Nacional
- Metodologia.

Estes temas doutrinários encontram apoio em elementos teóricos, também estudados, principalmente os seguintes:

- Sociedade, Nação e Estado
- Ética e Moral
- Caráter Nacional
- Ideologia
- Instituições e Estruturas
- Regimes Políticos Contemporâneos
- Guerra Contemporânea
- Geopolítica.

Nesta oportunidade, iremos cingir-nos apenas ao que se pode admitir como os elementos essenciais da Doutrina, a saber: Segurança Nacional, Poder Nacional, Objetivos Nacionais, Política Nacional, Estratégia Nacional, Desenvolvimento Nacional e a Metodologia.

## 2. SEGURANÇA NACIONAL

Ao ser implantada a ESG, já se ia delineando, na Doutrina estrangeira, um novo conceito de Segurança, que estendia a noção tradicional de Defesa, de natureza estritamente militar, para uma outra que englobava também a garantia de valores mais amplos, procurando resguardar a Nação em toda a sua integridade.

Na já citada conferência de 1953, o General JUAREZ TÁVORA, captando essa nova tendência, apresentou o primeiro esboço de um conceito de Segurança Nacional. Afirmou ele:

Embora Ralph Williams considere a expressão — "Segurança Nacional" — uma fórmula moderna para traduzir uma velha realidade — tão complexa que não cabe na definição convencional dos dicionários — podemos atribuir-lhe, com base nas considerações anteriores, a seguinte conceituação atual: — "MAIOR OU MENOR GRAU DE GARANTIA QUE, POR MEIO DE AÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS, PSICOSSOCIAIS E MILITARES, UM ESTADO PROPORCIONA À COLETIVIDADE NACIONAL, PARA A CONSECUÇÃO E SALVAGUARDA DE SEUS OBJETIVOS NACIONAIS, CONTRA AÇÃO ADVERSÀ DE FATORES INTERNOS E EXTERNOS".<sup>3</sup>

Em 1954, o tema foi ainda focalizado pelo General JUAREZ TÁVORA, que alterou ligeiramente o conceito adotado no ano anterior, prevalecendo a seguinte redação:

"Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas e psicossociais (inclusive atividades técnico-científicas) e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona, para a consecução e salvaguarda de seus objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes".<sup>4</sup>

Este conceito permanece, em essência, até hoje, como se pode ver do que consta no Manual Básico de 1977/78:

SEGURANÇA NACIONAL É O GRAU DE GARANTIA QUE ATRAVÉS DE AÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS, PSICOSSOCIAIS E MILITARES — O ESTADO PROPORCIONA À NAÇÃO PARA A CONQUISTA E MANUTENÇÃO DOS OBJETIVOS NACIONAIS, A DESPEITO DOS ANTAGONISMOS OU PRESSÕES EXISTENTES OU POTENCIAIS.<sup>5</sup>

Cabem aqui as seguintes observações:

1) No conceito de 1953, já aparecem as expressões que se tornaram tradicionais, na ESG, correlacionadas com ações, fatores, etc.: político, econômico, psicossocial e militar, influindo, a partir de 1954, na própria estrutura da Escola, que passou a compor-se em Divisões de Assuntos Políticos, Econômicos, Psicossociais e Militares.<sup>6</sup>

2) *Relatividade* — No conceito primitivo, havia a expressão "maior ou menor grau de garantia", alterada, em 1954, por "grau relativo de garantia". Esta expressão considerada pleonástica, ensejou longos debates, na Escola; após algumas mudanças, adotou-se a que está hoje em vigor — "grau de garantia". Em textos anteriores, usou-se simplesmente "garantias".

De qualquer modo, o que essa expressão procura ressaltar é uma das características da Segurança Nacional, a sua *relatividade*. A Segurança Nacional é, em princípio, relativa, pois seria impossível, ou pelo menos muito difícil, que o

Estado proporcionasse à coletividade uma garantia total, absoluta, a não ser talvez com sacrifícios insuportáveis a alguns dos seus objetivos fundamentais. A Segurança não pode, portanto, deixar de ser relativa, em grau suficiente para criar as condições necessárias para a realização e a manutenção dos Objetivos Nacionais.

3) *Continuidade* — Outra característica que decorre do conceito é a da *continuidade* da Segurança Nacional — pois esta se refere à "consecução" e à "manutenção" dos Objetivos Nacionais. Isto significa que a Segurança Nacional há de ser contínua, em face dos Antagonismos e Pressões, que existem e atuam sempre. Trata-se de um processo permanente, que se verifica tanto na paz como na guerra, em épocas de crise ou de aparente tranquilidade, porque a Segurança implica a própria sobrevivência da Nação.

4) *Aspectos subjetivo e objetivo* — O conceito revela ainda dois aspectos importantes ligados à Segurança Nacional: *subjetivo* e *objetivo*.

Quando encarada subjetivamente, a Segurança é um *estado*, uma *situação de garantia*, de que desfrutam os indivíduos e a coletividade, como pressupostos essenciais de convivência social. Neste sentido é que se deve entender a Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Nações Unidas, quando prescreve o *Direito à Segurança Pessoal* (art. 3º) e o *Direito à Segurança Social* (art. 22). São *Direitos Subjetivos*: no primeiro caso, a Segurança constitui um Direito Individual, semelhante ao direito à vida e à liberdade, e que coloca o homem a salvo de qualquer arbitrio; o outro caso é o de um Direito Social, consistente na satisfação das garantias econômicas, sociais, culturais, indispensáveis à dignidade da pessoa humana e ao livre desenvolvimento de sua personalidade, como estabelece o citado art. 22.

Mas, como se vê do conceito, a Segurança compreende também uma série de ações ou medidas que visam a eliminar as causas que possam perturbar a garantia que lhe é inherente, isto é, os Antagonismos e Pressões. Este é o aspecto *objetivo* da Segurança Nacional.

Em ambas as hipóteses, a Segurança exige um conjunto de normas, baixadas pelo Estado, através das quais este provê a ordem institucional.

O Estado é, pois, o responsável direto pela Segurança Nacional, nos dois aspectos considerados, sem prejuízo da responsabilidade que cabe a cada qual — pessoas naturais ou jurídicas — como decorrência do sentido participante e comunitário, que é dever de todos, tal como dispõe o art. 86 da Constituição Federal.

### 3. PODER NACIONAL

O General AUGUSTO FRAGOSO, em conferência proferida na ESG e publicada na Revista "Segurança e Desenvolvimento" (nº 144), informa que o primeiro documento impresso no Brasil sobre Poder Nacional parece ser o volume, de cunho reservado, intitulado "Curso Sobre Bases do Poder Nacional", editado em 1954 pelo Ministério da Aeronáutica, executado em colaboração com o Estado-Maior da Aeronáutica. Tudo indica, diz ainda o General FRAGOSO, que se trata de tradução

de um volume publicado em março de 1945, nos Estados Unidos, e que contém um curso do mesmo título, ministrado em 1944, na Universidade de Princeton a um grupo de 50 oficiais da Aeronáutica e repetido em seis outras Universidades.

Na ESG, o primeiro conceito que se adotou para o Poder Nacional foi o proposto pelo General JUAREZ TÁVORA, na mencionada conferência de 1953:

"Tentaremos definir — "Poder Nacional", como a expressão integrada dos meios de toda a ordem de que a Nação efetivamente dispõe, no momento considerado, para promover, no campo internacional e no âmbito interno, a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos existentes."<sup>7</sup>

Esse conceito sofreu, no correr dos anos, diversas modificações de forma, sem que se alterasse em sua substância, conforme se pode verificar pelo que consta do Manual Básico Vigente:

"Poder Nacional é a expressão integrada dos meios de toda ordem, de que dispõe efetivamente a Nação, para alcançar e manter, interna e externamente, os Objetivos Nacionais."<sup>8</sup>

Comparando-se os dois conceitos, vê-se que o atual é bem mais conciso. Assim:

a) Suprimiu-se a expressão "no momento considerado", existente no primeiro conceito (ou "numa época considerada", como aparece em outros textos). Esta expressão destinava-se a distinguir o Poder Atual (no momento da sua apreciação ou avaliação) do Poder Futuro (o de época posterior). Considerou-se, porém, supérflua a expressão.

b) Eliminou-se também a expressão "a despeito dos Antagonismos existentes", que foi conservada, porém, no conceito de Segurança Nacional. Entendeu-se que a enfatização na expressão seria mais adequada à Segurança Nacional, que busca justamente superar os citados Óbices.

### 3.1. Fundamentos e Fatores do Poder Nacional

Entre os meios que integram o Poder Nacional, a Doutrina da ESG procura separar os Fundamentos — que constituem a essência, a base do Poder — dos Fatores, que têm função adjetiva, que valorizam ou depreciam os demais elementos.

Neste ensejo, destacaremos os Fundamentos do Poder Nacional, que, na Doutrina da ESG, se confundem com os próprios Elementos Básicos da Nacionalidade: o Homem, a Terra e as Instituições.<sup>9</sup>

Mas, considerados isoladamente, em cada campo ou Expressão do Poder Nacional, esses elementos se diferenciam em:

Expressão Política — Povo, Território, Instituições Políticas

**Expressão Econômica — Recursos Humanos, Recursos Naturais, Instituições Econômicas**

**Expressão Psicossocial — População, Meio Ambiente, Instituições Sociais**

**Expressão Militar — Recursos Humanos, Território, Instituições Militares.**

O exame desses elementos mostra que o Homem aparece, sob matizes diversos, em todas as Expressões do Poder Nacional. Na Expressão Política, o Homem identifica-se com o cidadão, compondo o Povo, como participante do processo político. Economicamente, surgem os Recursos Humanos, ou seja o Homem como produtor de riquezas. No Campo Psicossocial, trata-se da População como um todo, considerada sob os aspectos quantitativo e qualitativo. Enfim, no Campo Militar, ressurgem os Recursos Humanos, já aqui o Homem como elemento precípua da Segurança da Pátria.

Dessas considerações se infere a preocupação com que a Doutrina da ESG encara o Homem: é, pois, uma Doutrina Humanística, tal como se afirmou anteriormente.

#### 4. POLÍTICA NACIONAL

Coube ao General JUAREZ TÁVORA, na citada conferência de 1953, apresentar a primeira tentativa de conceituação da Política: é a Arte do Governo, em seu conjunto, ou Arte do Estadista. Segundo o General JUAREZ, esta seria a Política Nacional.<sup>10</sup>

Nos anos seguintes, esse conceito foi repetido, sem nenhum destaque para a Política Nacional, que, só em 1957, teria o primeiro esboço de conceituação:

"Política Nacional é arte do governo em conduzir os negócios internos ou externos tendo em vista os interesses supremos dos seus objetivos nacionais."<sup>11</sup>

Vê-se que era adaptação à Política Nacional do conceito de Política como arte do governo, ou do estadista, a que se referiu o General JUAREZ, na conferência mencionada.

Até 1960, não houve mudança no conceito, mas em 1961, surgiu a seguinte variante:

"Política Nacional é a governação do Estado, com vistas à consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais."<sup>12</sup>

Este conceito foi mantido em 1962 e 1963, mas neste último ano, houve o seguinte acréscimo:

"Para o Estado, pois, a Política Nacional é, em síntese, a arte de formular os Objetivos Nacionais e de alcançá-los e mantê-los através de aplicação do Poder Nacional."<sup>13</sup>

Em 1964, o conceito obteve nova forma, que se repetiu em 1965 e 1966:

"Política Nacional é o conjunto integrado de normas, diretrizes e planos de ação de toda ordem, organizado e adotado pelo Governo, para dar corpo e vida aos Objetivos Nacionais, conquistá-los e preservá-los."<sup>14</sup>

Em 1969, a conferência sobre o tema foi entregue à responsabilidade da Divisão de Assuntos Políticos, que propôs os conceitos que se mantêm até hoje, com algumas variantes.<sup>15</sup>

Na Introdução, essa conferência salientou que a Política tem duplo significado: em sentido lato, é qualquer atitude em face de um problema ou de uma situação, ou, por outras palavras, uma maneira de agir, uma linha de conduta, em busca de determinado objetivo (Política Educacional, Política de Empresa, etc.); em sentido especial, a Política refere-se ao Estado e ao Governo, ou seja, na acepção clássica, à arte de governar (na língua inglesa, esses dois aspectos são designados, respectivamente por *policy* e *politics*).

Há, porém, um denominador comum, entre as duas acepções, isto é, a Política assume uma feição especial da atividade humana, que envolve uma decisão. E, no plano mais elevado — o da Política Nacional — esta decisão implica a fixação de Objetivos Nacionais.<sup>16</sup>

Daí o conceito adotado:

"Política Nacional é a ciência e a arte de fixar os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos Interesses e Aspirações Nacionais, e orientar a conquista ou a preservação daqueles Objetivos."<sup>17</sup>

Esse conceito é o que prevalece, em essência, até hoje, conforme consta do Manual Básico:

"Política Nacional é a arte de estabelecer os Objetivos Nacionais, mediante a interpretação dos Interesses e Aspirações Nacionais, e de orientar a conquista e preservação daqueles objetivos."<sup>18</sup>

## 5. ESTRATÉGIA NACIONAL

De origem militar — literalmente significa a "Arte do General" (de estrategus: General) — a Estratégia viu ampliada a sua acepção, passando a atingir outros domínios. A palavra adquiriu grande popularidade, sendo usada, às vezes, até de maneira imprecisa e inadequada.

Na ESG, a Estratégia tem sido encarada não apenas no campo militar, mas em relação íntima com a Política e abrangendo também aspectos econômicos e psicosociais. E o seu estudo, guardando embora certas características fundamentais, sofreu algumas variações.

Nos primeiros anos da Escola, não houve trabalhos específicos sobre a Estratégia, que foi estudada conjuntamente com a Segurança Nacional, o Poder, a

Política Nacional, etc., nas conferências básicas, que apresentaram os conceitos doutrinários e teóricos que alicercaram os estudos posteriores.

Assim, em 1953, o General JUAREZ TÁVORA focalizou o tema, não apresentando, porém, um conceito original sobre a Estratégia. Citando EDWARD MEAD EARLE, no livro "Makers of Modern Strategy", frisou que, com a complexidade da guerra, a Estratégia exigiu crescente consideração de fatores não militares — econômicos, psicológicos, morais, políticos e tecnológicos — e deixou de envolver simples conceito de tempo de guerra, para se tornar um elemento inerente à "Arte do Estadista". Seria a "Estratégia Geral" ou "Grande Estratégia", cujo conceito segundo EARLE — reproduzido depois, em algumas conferências posteriores — é o seguinte:

"A Estratégia é, nesse sentido, a arte de aplicar os recursos de uma nação, ou de uma coligação de nações — inclusive suas forças armadas — com a finalidade de promover, efetivamente, a consecução dos objetivos vitais da Nação (ou coligação), assegurando-os contra quaisquer inimigos reais, potenciais ou simplesmente presumíveis."<sup>19</sup>

Esse conceito foi-se adaptando aos textos da ESG, com a substituição da expressão final "inimigos reais ou potenciais" por "Antagonismos". É o que se vê, por exemplo, no conceito proposto pelo então Cel. GOLBERY DO COUTO E SILVA, citado em conferência de 1959.<sup>20</sup>

"A Estratégia Nacional ou geral é a arte de fortalecer e aplicar, tanto na paz como na guerra, o Poder Nacional, para promover efetivamente a consecução e salvaguarda dos Objetivos Nacionais, a despeito dos Antagonismos considerados, no campo interno quanto no internacional."

Já se vislumbravam então os três elementos constitutivos da Estratégia: Meio (recursos a empregar) — Fins (Objetivos Nacionais a preservar) — Inimigos (a vencer). Este último elemento foi mudado para Antagonismos e depois Óbices, e marca a evolução da Estratégia. De uma área estritamente militar (visando a Inimigos) passou a abranger o campo mais amplo da Segurança (procurando vencer óbices). Atualmente, os elementos da Estratégia são pois: — MEIOS — FINS — ÓBICES.

Em 1953, o conceito, sem mudanças substanciais, tornou-se mais conciso:

"Estratégia é a arte de aplicar o Poder Nacional para alcançar os Objetivos fixados pela Política de Segurança Nacional".<sup>21</sup>

*Conceito adotado após 1967* — Em 1967, adotou-se o seguinte conceito, na conferência que tratou do tema:<sup>22</sup>

"Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, para alcançar os objetivos da Política de Segurança Nacional, segundo orientação preestabelecida pelas respectivas Políticas de Consecução."

Aquele ano seria o marco divisório, no conceito de Estratégia, pois a citada conferência estabeleceu um item sobre "Estratégia nos Países Subdesenvolvidos",

onde se justificava que, além dos Antagonismos e Pressões, a Estratégia considerasse também os Fatores Adversos, que interferem na consecução dos Objetivos Nacionais. Esta evolução decorreu da necessidade de se ampliarem os estudos sobre o Desenvolvimento, que antes entravam, no currículo, em caráter subsidiário, como "Ações de Apoio" às "Ações Estratégicas", dentro da Política da Segurança Nacional, que constituía o objeto principal das preocupações da Escola.

Dai o conceito que, após algumas variantes, se fixou, no ano de 1969, em:<sup>23</sup>

"Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional tendo em vista a conquista ou manutenção dos Objetivos fixados pela Política Nacional."

Depois de outras variantes de forma, tentou-se, em 1975, voltar ao entendimento anterior a 1967, em que a Estratégia se achava adstrita à Segurança, ressurgindo, no conceito, os Antagonismos e Pressões:

"Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, para alcançar ou manter os Objetivos fixados pela Política Nacional, a despeito dos Antagonismos ou Pressões existentes ou potenciais."<sup>24</sup>

Mas esse ponto de vista não vingou, e, a partir de 1976, o Manual Básico se ateve ao conceito vigente até 1974, com pequena alteração de forma:<sup>25</sup>

"Estratégia Nacional é a arte de preparar e aplicar o Poder Nacional, considerados os óbices existentes ou potenciais, para alcançar e manter os Objetivos fixados pela Política Nacional."

## 6. OBJETIVOS NACIONAIS

Na Doutrina da ESG, os Objetivos Nacionais ganharam relevo especial, pois foram inseridos em outros conceitos — Segurança, Poder, Estratégia, Política Nacionais — como metas supremas a alcançar ou a manter. Daí porque os conceitos de Objetivos Nacionais e seus correlatos Interesses e Aspirações Nacionais, Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais, vêm sendo estudados desde os primeiros tempos da Escola.

Dada a limitação deste artigo, focalizaremos apenas os Objetivos Nacionais.

Em 1952, o Gen. CORDEIRO DE FARIAS, então Comandante da Escola, apresentava a primeira conceituação de Objetivos Nacionais Permanentes:

"*Objetivos Nacionais Permanentes* são a tradução das aspirações imanentes da consciência nacional. Visam à unidade, à independência e à soberania política da nação, ao progresso econômico e à evolução moral, cultural e social — do povo, tudo dentro do espaço geográfico que lhe é imposto, quer pela sua tradição histórica, quer por condições mínimas de sobrevivência."<sup>26</sup>

Após algumas outras tentativas, os conceitos se fixaram nos termos seguintes, em 1969 e 1970:

*"Objetivos Nacionais são a cristalização dos Interesses e Aspirações da comunidade, cuja conquista e preservação toda a Nação procura realizar através dos meios de toda a ordem a seu alcance."*

*"Objetivos Nacionais Permanentes são os que têm um sentido fundamental para a comunidade, compreendendo as aspirações básicas de independência, soberania, integridade territorial, progresso, preservação dos valores morais e espirituais, que são relativamente estáveis no tempo e no espaço."*

*"Objetivos Nacionais Atuais são os objetivos que, no quadro de determinada conjuntura, consubstanciam os fins a alcançar pela comunidade nacional, sob a direção do Estado, resultantes de compromissos entre os Interesses e as Aspirações Nacionais básicas e a capacidade do Poder Nacional."<sup>27</sup>*

Tais conceitos permanecem até hoje, porém em termos mais concisos.<sup>28</sup>

*"Objetivos Nacionais são a cristalização de interesses e aspirações, que, em determinada fase da evolução cultural, toda uma nação busca satisfazer."*

*"Objetivos Nacionais Permanentes são aqueles Objetivos Nacionais que representam interesses e aspirações vitais, que, por isto mesmo, subsistem durante longo período de tempo."*

*"Objetivos Nacionais Atuais são os Objetivos Nacionais que, em determinada conjuntura e considerada a capacidade do Poder Nacional, expressam etapas intermediárias com vistas a alcançar ou manter os Objetivos Nacionais Permanentes."*

Note-se, no conceito de Objetivos Nacionais, o vocábulo "cristalização", muito criticado, na ESG, como impróprio para o caso, e que se tentou evitar, sem que se lhe encontrasse um substituto adequado.

## 7. DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Conforme já foi observado, a ESG considera a Segurança e o Desenvolvimento como conceitos correlatos, interdependentes. Mas, nos primeiros tempos, a tônica dos estudos recalca na Segurança, como objetivo principal da Escola, em termos de planejamento e de aplicação do Poder Nacional. Dada, porém, a interdependência dos dois conceitos — como áreas que abrangem o quadro geral dos interesses e objetivos de uma nação e configuram o campo de ação da Política — o Desenvolvimento passou a ter tratamento idêntico ao da Segurança.

Inicialmente, o Desenvolvimento era estudado em conjunto com a Segurança Nacional e só mais tarde ganharia extensão maior e autônoma. Identificava-se

o Desenvolvimento com o Bem-Estar, entendido este como "reflexo do Desenvolvimento equilibrado da Nação e da prosperidade dele decorrente e objetiva assegurar aos indivíduos e grupos de comunidade um padrão de vida condigno, mediante racional e eficiente utilização dos recursos naturais e humanos do país; traduz-se na valorização constante do homem — material, cultural e moral".<sup>29</sup>

Em 1964, surge a primeira tentativa de conceituação sintética do Desenvolvimento, desvinculando-o do conceito de Bem-Estar, que passa a inserir-se naquele, ao mesmo tempo em que se correlaciona o Desenvolvimento com a Segurança:

"Eis, em síntese, os dois aspectos essenciais, intimamente entrosados, que caracterizam uma Política Nacional bem formulada: Desenvolvimento e Segurança.

- o Desenvolvimento refletindo, numa escala maior, o esforço da Nação para proporcionar aos indivíduos e à coletividade padrão de vida condigno, prosperidade crescente e bem-estar;
- a Segurança significando a proteção desses fins, a garantia do próprio Desenvolvimento, em face das ameaças, internas ou externas, à sua consecução ou salvaguarda.<sup>30</sup>

Mais tarde, a partir de 1969, o Desenvolvimento passou a ser objetivo de conferências específicas, recebendo explanação mais ampla — nos últimos anos, sob o título de "Desenvolvimento Nacional". Quanto ao conceito, foi adotado, em 1969, o seguinte:

"Desenvolvimento é o continuado aumento da capacidade do Poder Nacional, através do permanente crescimento dos elementos políticos, econômicos e militares, que o compõem."<sup>31</sup>

Em 1970, o conceito ficou expresso em termos mais concisos:

"Desenvolvimento é o processo global de crescimento acelerado das diversas Expressões do Poder Nacional, objetivando o Bem Comum."<sup>32</sup>

Observe-se, neste conceito, a inserção do termo Bem Comum, que, como já vimos, transcende o Bem-Estar, traduz a síntese de todos os Objetivos Nacionais, e revela a preocupação humanística da Escola.

Desde 1973, a ESG relaciona o Desenvolvimento com os elementos básicos da nacionalidade — consiste no Desenvolvimento do Homem, da Terra e das Instituições.<sup>33</sup>

Mantendo embora essa correlação, o Manual Básico de 1977/78 completou a conceituação do Desenvolvimento nestas sínteses, o que pouco difere do conceito anterior:<sup>34</sup>

"Desenvolvimento Nacional, é, portanto, o processo de aperfeiçoamento e de fortalecimento do Poder Nacional para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais."

"O Desenvolvimento Nacional é entendido como a otimização da capacidade do Poder Nacional, objetivando o Bem Comum."

## 8. A METODOLOGIA DA ESG

Todos os estudos da ESG convergem para a sua destinação fundamental, qual a do Planejamento da Segurança Nacional, segundo estatuiram a Lei 785, de 1949, que a criou, e os Regulamentos subsequentes. Esse Planejamento, concretizado no último período, é o coroamento de todo o curso, embora se lastreie em outros trabalhos elaborados durante o ano letivo.

Cabem, a respeito, algumas observações, a começar pela nomenclatura, que tem variado, no decurso do tempo.

Entre 1951 a 1955, os estudos sobre o Planejamento centralizavam-se principalmente no "Conceito Estratégico Nacional". Em 1956, surgiu, pela primeira vez, em documento da Escola a expressão "Metodologia para a Formulação de uma Política de Segurança Nacional"<sup>35</sup> e, com esta denominação, estudou-se o tema até 1959. Em 1960, acrescentou-se ao título apenas a expressão "e Desenvolvimento" após a Formulação, ficando: "Metodologia Para a Formulação e Desenvolvimento de uma Política de Segurança Nacional."

Esta designação influenciou o terceiro Regulamento da ESG, de 1961, que a adotou como um dos objetivos da Escola.<sup>36</sup>

Daí por diante, prevaleceu essa nomenclatura, empregando-se ora "Formulação", ora "Estabelecimento".

Em 1970, houve alteração importante no título, que passou a ser: "Metodologia Para o Estabelecimento da Política Nacional (Especialmente em Relação à Política de Segurança)." Consagrava-se a abertura que a Escola já vinha dando expressamente aos estudos sobre o Desenvolvimento, como foi anotado antes.

Em 1974 e 1975, preferiu-se a expressão "Método Para o Planejamento da Política Nacional" (substituindo-se Metodologia por Método e Estabelecimento por Planejamento).

A partir de 1976, a denominação passou a ser: "Formulação da Política Nacional e Planejamento Governamental."

Não se deve concluir, por essa nova designação, que a Escola tenha abandonado o termo "Metodologia". Realmente, o Manual Básico se refere a "Método" para designar cada fase do processo, de maneira que a Metodologia será a conjugação dos vários Métodos específicos empregados.

Numa conferência de 1970, lê-se: — "A Metodologia que, etimologicamente, sabemos ser o estudo ou tratado dos Métodos, é, nesta Escola, conceituada como um conjunto de procedimentos no qual se dê orientação quanto ao modo de executar as atividades a serem empreendidas, sucessiva e concomitantemente, por

órgãos diversos, e se estabeleçam as relações, ligações e coordenação entre essas atividades.”<sup>37</sup>

### 8.1. Etapas Principais

Para bem compreender a Metodologia ensaiada na ESG, será conveniente recordar a origem e a evolução das principais etapas que a compõe. Será breve resumo do longo percurso transposto para se chegar ao estado atual.

*Avaliação da Conjuntura: Análise-Síntese* — O processo se abre com a Avaliação da Conjuntura, que abrange duas etapas: Análise e Síntese.

Esta expressão “Avaliação da Conjuntura” — no início, “Avaliação Estratégica da Conjuntura” — acompanhou os estudos da ESG, desde os seus primeiros anos. Já em 1953, o Gen. RODRIGO OCTAVIO a conceituava, considerando-a “uma apreciação analítica dos elementos que fundamentam o Poder Nacional, na Conjuntura Nacional e Internacional, em seu valor atual e potencial, relacionados aos Antagonismos possíveis e tendo em vista a consecução e salvaguarda dos ONP”.<sup>38</sup>

Para o Cel Av JOSÉ KAHL FILHO, na mencionada conferência de 1956, a Avaliação da Conjuntura consiste no exame do panorama internacional e nacional, tendo em vista os seus aspectos positivos e negativos em relação aos ONP.<sup>39</sup>

Na citada conferência de 1959, JUAREZ conceituou:

“Avaliação Estratégica da Conjuntura é a comparação do valor integrado dos elementos componentes do Poder Nacional com o valor dos elementos que integram, interna e externamente, os Antagonismos a esse Poder, no tocante à realização dos Objetivos Nacionais.”<sup>40</sup>

Em conferência de 1961, o Gen. ARMANDO VILLA NOVA P. VASCONCELLOS ligou a Avaliação Estratégica da Conjuntura a um verdadeiro *exame de situação*, à luz dos ONP fixados “comportando uma análise objetiva das condições existenciais internas e das perspectivas da situação do cenário internacional em que eles se projetam, originando pressões que podem situar-se em áreas vizinhas ou distantes para contrariá-los”.<sup>41</sup>

Este “exame de situação”, expressão usada em nossas antigas Escolas Militares, significa saber de que se trata, conhecer a realidade — a Conjuntura, enfim. A este respeito, outro pioneiro da ESG, o então Coronel BIZARRIA MAMEDE mostrou a influência cartesiana nas construções teóricas, que se estavam elaborando:

“É claro, disse MAMEDE, que este exame de situação é feito metodicamente, e para tanto é preciso que não nos esquecamos dos célebres princípios adotados por DESCARTES em seu método para conhecimento da verdade: partir do simples para o composto, dividir as dificuldades e principalmente os dois grandes princípios da evidência e da enumeração completa; isto é, o da evidência pelo qual o julgo só se deve fundamen-

tar em fatos não duvidosos e o princípio da enumeração completa que consiste em se fazer enumerações tão completas e revisões tão gerais, de modo que se fique certo de nada haver omitido.”<sup>42</sup>

A expressão “Exame de Situação”, de sentido inicial mais amplo, iria, mais tarde, na Metodologia da ESG, constituir-se em subdivisão de uma das etapas, hoje com a denominação de Exame Estratégico.

Em suma, a Análise, nos estudos da Escola, abrange todos os elementos do Poder Nacional, na área interna e na esfera internacional, tendo em vista os seus aspectos positivos e negativos, isto é, os Óbices.

Quanto à Síntese, nada mais é do que um reexame dos elementos analisados, para se destacarem deles as bases fundamentais para o seguimento do processo.

*Conceito Estratégico Nacional (CEN)* — Neste ligeiro esboço histórico-evolutivo sobre a Metodologia da ESG, convém mencionar ainda algo sobre o Conceito Estratégico Nacional, pois trata-se de uma expressão que até hoje traz certa perplexidade. É uma etapa que pertence à fase da Formulação Política, que, na Teoria do Planejamento, corresponde “ao que fazer” e não à do seu desdobramento, que corresponderia à Estratégia (como fazer). Porque então aparece aí o termo “estratégico”?

Em conferência de 1951 sobre o CEN, o General SALVADOR CÉSAR OBINO traz algumas luzes sobre a discutida expressão. Partiu ele do conceito de Estratégia, segundo o *Dicionário Militar dos Estados Unidos*:

“Estratégia é a arte e ciência de desenvolver e de empregar as forças políticas, econômicas, psicológicas e armadas de uma nação, durante a paz e a guerra, para dar o máximo de apoio às suas políticas objetivas, com a finalidade de ampliar as possibilidades de vitória e as suas consequências favoráveis e, bem assim, diminuir as oportunidades de derrota.”

Salientou o General OBINO a correlação entre Política e Estratégia, dependendo a Estratégia cada vez mais da Política, na realização do esforço nacional para a efetivação da guerra. Disso resulta o moderno “Conceito Estratégico Nacional”, eminentemente político, e que serve de base à Estratégia para determinação do “Conceito Estratégico Militar”.

A seguir, o conferencista, baseado em informações da Missão Militar Americana junto à Escola, apresentou um Conceito Estratégico Nacional dos Estados Unidos, e depois um outro para o Brasil.

Em ambos os casos, o CEN abrangeia a definição de objetivos políticos nacionais e da Política Nacional a ser seguida para se alcançarem esses objetivos. Mas os objetivos formulados eram de caráter estritamente militar — tinham em vista o problema da guerra.<sup>43</sup>

Portanto, o Conceito Estratégico Nacional, então cogitado, ligava-se a uma Estratégia, no sentido que lhe davam — e ainda lhe dão — os americanos: uma

Estratégia voltada exclusivamente para a guerra, embora com implicações outras, de natureza política, econômica e psicossocial.

Naquele ano de 1951, os Estagiários da Escola, distribuídos em 6 grupos, receberam para estudo o seguinte problema: "Em face das informações básicas de caráter nacional, focalizadas nesta Escola, formular o Conceito Estratégico Nacional."

Os trabalhos foram estudados e resumidos por elementos do Corpo Permanente, sendo a sua síntese final apresentada, no ano seguinte, em auditório, pelo próprio Comandante da Escola, o General OSWALDO CORDEIRO DE FARIAS.<sup>44</sup>

Como introdução a essa síntese, o General CORDEIRO procurou "estudar teoricamente a significação de *Conceito Estratégico*, fixar-lhe as premissas e mostrar as suas consequências, tal como o compreendemos".

As explicações seguintes do General CORDEIRO confirmam o sentido estrito que a ESG conferiu inicialmente à expressão.

Após definir o que sejam arte, conceito e Estratégia (repetindo quanto a esta a conceituação já citada), chegou ele ao que chamou uma aproximação do que se deve entender por "Conceito Estratégico Nacional":

"A opinião de como se devem empregar os recursos de uma nação, a fim de alcançar os Objetivos Nacionais, sem a guerra se possível, mas pela guerra se necessário."

"A expressão sintética de como aplicar os recursos para realizar os Objetivos Nacionais."

"A maneira de desenvolver e empregar as forças políticas, econômicas e armadas de uma nação, durante a paz e durante a guerra, para dar o máximo apoio objetivo às suas políticas com a finalidade de ampliar as possibilidades da vitória e as suas consequências favoráveis, e, bem assim, diminuir as oportunidades de derrota."

Além disso, continua o General CORDEIRO, as definições de Estratégia Geral conduzem o raciocínio a concluir que a conquista de objetivos de uma nação pode contrapor-se aos de outras. Daí porque o CEN transcende do âmbito de um país para projetar-se na relação com outros países de maneira que deve ele ter em vista os modos pelos quais deseja a nação comportar-se no concerto internacional e a afirmar a sua decisão de lutar por eles, caso haja forças contrárias. Assim o *Conceito Estratégico* deve encerrar em seu bojo hipóteses de Guerra. Em suma, o CEN constitui rumos marcantes da Estratégia Geral das nações, no campo internacional.<sup>45</sup>

Em 1953, coube a RODRIGO OCTAVIO apresentar o Conceito Estratégico Nacional, e ele, após lembrar as conceituações anteriores de CORDEIRO DE FARIAS, transcreveu o que consta do Dicionário Militar da 'Joint Chiefs of Staff', de 1950, segundo o qual o Concelto Estratégico Nacional é o "curso da ação indicado como resultado da estimativa da situação estratégica".

Disso se conclui, afirmou ainda RODRIGO OCTAVIO, que o CEN representa "uma decisão fundamental", norteadora do comportamento do Estado na efetivação de sua Política de Segurança Nacional. Constitui, pois, "A grande idéia de manobra da ação estratégica integral a ser empreendida pelo Estado para a consecução e salvaguarda de seus Objetivos Nacionais".

Em apêndice, ainda acrescentou o conferencista:<sup>46</sup>

"CEN é decisão fundamental que se torna imperativo tomar em face de uma situação político-militar (visada ou previsível) e que, decorrendo do estudo cuidadoso da posição relativa da Nação frente a outras, visa a assegurar a consecução dos altos Objetivos Nacionais e que se opõem forças, interesses e Objetivos Nacionais daquelas" (DE-1951).

No mesmo ano de 1953, e ainda falando sobre o CEN, o General JUAREZ TÁVORA, então comandante da Escola, não deixou de dar a sua contribuição, no terreno semântico, conforme era do seu feitio. Assim, após alinhar algumas das conceituações referidas, apresentou ele a sua própria, e que lhe pareceu capaz de servir de guia, na formulação didática do CEN para o Brasil. Eis como definiu o CEN:

"Enunciação sintética dos Objetivos ao alcance do Poder Nacional, para a realização progressiva dos interesses permanentes da Nação, nos campos interno e externo, e dos rumos a imprimir à Política Nacional, para alcançá-los, a despeito de Antagonismos existentes."<sup>47</sup>

Nos anos seguintes, os textos curriculares da ESG não ofereceram mudança substancial a respeito do assunto, e, em 1959, o General JUAREZ, na conferência citada anteriormente, repetiu sua definição de 1953, dando-a como aceita para a ESG.<sup>48</sup>

Mantendo embora a conceituação, era certo que naquela época, já a ESG ampliara o processo do Planejamento da Segurança Nacional, ficando o Conceito Estratégico Nacional colocado especificamente na fase da Formulação Política. Era preciso, pois, conciliar esta posição com o significado que a denominação poderia sugerir. E o General CASTELO BRANCO, em conferência de 1962, ao estabelecer as relações entre Política e Estratégia, procurou responder a esta questão, trazendo um esclarecimento preciso para o entendimento exato da expressão. Disse ele:

"Está entregue também à Política a Formulação do Conceito Estratégico Nacional, que abrange um período do próprio destino da Nação, nos planos nacional e internacional. Esta alta concepção orientadora tem o qualificativo de estratégica, não por fazer Estratégia, mas por nortear a Estratégia."<sup>49</sup>

Isto significa, segundo esse entendimento, que, embora se denominie "estratégico", o CEN é de natureza política: é uma concepção política, de formulação de Objetivos e de rumos, que irão servir de base à Estratégia superveniente, isto é, à maneira de se alcançarem aqueles Objetivos.

A Conferência de 1962 sobre Metodologia desistiu de dar uma "definição rígida" do CEN, preferindo estabelecer alguns contornos para a sua compreensão. Lê-se, naquela conferência:

"O CEN é a peça fundamental que irá interpretar, sinteticamente, o problema da Segurança de um país e enunciar, em termos amplos, o comportamento conveniente da Nação, em presença desse problema. Deve, portanto, traçar, em síntese, os rumos da Política de Segurança a adotar em determinada conjuntura. Materializa a parte conclusiva da fase de Formulação da Política de Segurança Nacional — CONCEPÇÃO — e constitui o marco orientador da fase seguinte — Desenvolvimento dessa Política — vale dizer, do Planejamento da Segurança Nacional."<sup>50</sup>

Essa foi a orientação seguida, posteriormente, e a conferência de 1970 sobre o tema resumiu a compreensão que a ESG passou a dar à expressão descrita:

"O Conceito Estratégico Nacional é a peça fundamental da Política Nacional, uma vez que representa a definição e interpretação do problema dessa Política e traça, em síntese, os rumos que devem ser adotados para a sua solução."

O CEN, diz ainda a conferência, é a parte final, o coroamento da Formulação da Política Nacional e constitui o marco orientador do desdobramento dessa Política.<sup>51</sup>

## 9. CONCLUSÃO

Analisamos a Doutrina da ESG segundo um critério histórico-evolutivo, destacando alguns dos seus marcos fundamentais.

Resumindo o que foi dito, podemos afirmar que o que se procura com uma Doutrina Política é racionalizar a ação do Estado. Numa sociedade minada pela irracionalidade, em vários setores, O Estado contemporâneo, em geral, busca a racionalidade. Há, para isso, três pressupostos essenciais:

- Definição dos Objetivos Nacionais
- Meios a empregar
- Escolha e aplicação dos meios.

A definição dos Objetivos Nacionais cabe à Política Nacional, que se traduz no *que fazer*, nos dois campos: Desenvolvimento e Segurança. De um lado, visa-se ao progresso do País; de outro, a garantí-lo.

Quanto aos meios, trata-se do Poder Nacional, que é o instrumento de que se serve o Estado para atingir os Objetivos fixados. A Nação fornece os meios, os recursos; o Estado os utiliza, no atingimento dos Objetivos.

A Estratégia Nacional determina a escolha e aplicação dos meios — o *como fazer* — ou seja a maneira de se usarem os recursos integrados no Poder Nacional, para a conquista e preservação dos Objetivos.

Em situação de emergência — guerra, perturbação da ordem ou calamidade pública — surgem as atividades de Mobilização, com a transferência de meios de uma para outra Expressão do Poder Nacional. À Mobilização liga-se a Logística: atividades relativas à previsão e à provisão dos meios.

Enfim, acompanhando e realimentando todo o processo, estão as Informações, para possibilitarem decisões corretas.

Mas o Poder não atua no vácuo, pois nunca é neutro o ambiente social em que se aplica: a ação política sofre a incidência de uma série de fenômenos e atos que dificultam ou procuram impedir a realização dos seus objetivos. Trata-se, na terminologia da ESG, dos Óbices, que podem ser naturais, como secas, inundações, ou também sociais, como doenças de massa, analfabetismo.

Na Doutrina da ESG, os Óbices se diferenciam ainda em Fatores Adversos e Antagonismos, conforme provenham ou não de uma vontade. O Fator Adverso é um fenômeno simplesmente natural, enquanto o Antagonismo resulta de ação deliberada e contestatória.

Assim, em sentido amplo, o Fator Adverso é um fato, mas o Antagonismo é um ato, é uma ação humana — e está sempre voltado contra os Objetivos Nacionais.

O Antagonismo se transforma em Pressão, quando dispuser de Poder, o qual surge tanto endogenamente como por estímulos de poderes exógenos.

A Pressão se diz Dominante quando constitui ameaça direta ao Poder Nacional. É um confronto de poderes, que pode levar à caracterização de uma guerra.

## 9.1. Realizações da ESG

Fiel aos princípios que inspiraram a sua formação, a ESG não procura inculcar nenhuma doutrina ou ideologia a quem quer que seja, nem influir nos órgãos da administração pública. Entretanto, seria impossível que continuados e laboriosos estudos, como os que nela se realizam, com a cooperação de uma élite tão altamente qualificada, deixassem de ter repercussão em todo o País e até fora de suas fronteiras.

Realmente, após quase três décadas de existência, vem crescendo cada vez mais a influência decisiva da ESG, em vários setores da vida nacional. Poderemos citar, como exemplo, a divulgação dos conceitos básicos que ela adota, a começar pelo da Segurança Nacional, que recebeu tratamento privilegiado na própria Constituição Federal e em outros textos legais. Como sabemos, a Constituição colocou a Segurança em seção à parte e de relevo, fora do âmbito das Forças Armadas, para

exprimir a sua nova e mais ampla significação.<sup>52</sup> Também, a Lei de Segurança Nacional buscou nos conceitos da ESG a inspiração para todas as definições que constam do seu capítulo 1º. Outros termos e expressões de emprego freqüente, na ESG, passaram para a linguagem comum. Estão nesse caso, entre outros, psicossocial (neologismo que só recentemente foi dicionarizado); conjuntura, já lembrada, antes; Objetivos Nacionais Permanentes e Atuais; Conceito Estratégico Nacional; Integração Nacional; Óbices; Fatores Adversos; Antagonismos e Pressões; a diferença, que nem todos aceitam, entre oposição e contestação: oposição como atividade democrática legítima, e contestação como atividade atentatória ao regime, e por isso mesmo passível de repressão.

Quanto ao planejamento, foi a ESG pioneira nos seus estudos e ensaios, dentro de uma de suas finalidades fundamentais, que é a de criar uma Metodologia para a Formulação de uma Política de Segurança Nacional — a princípio, depois estendendo-a para uma Metodologia para a Formulação de uma Política Nacional de Segurança e Desenvolvimento. Esses estudos levaram à divulgação do Planejamento, no País, e à sua própria institucionalização, através do Decreto-lei 200 e de outras leis.<sup>53</sup>

Essas são algumas das contribuições da Escola, no plano doutrinário e cultural. Tudo indica que a sua expansão e prestígio prosseguirão, como tem acontecido até agora. Mal interpretada por uns, vilipendiada por outros, vem ela perseguindo os seus objetivos, com a serenidade que convém a instituições desta natureza.

"Evolução com continuidade" — eis o lema em que se baseiam os seus estudos, segundo a expressão lapidar de um dos seus mais cultos e dedicados Comandantes, o General AUGUSTO FRAGOSO. Dentro desse espírito, vem a ESG refundindo e aprimorando conceitos, ampliando os seus cursos, trazendo para o seu seio novos participantes.

Tudo isso é motivo de júbilo para os que a têm servido e para todos os que reconhecem os serviços que ela vem prestando ao País, no plano cultural, e principalmente como fonte de coesão nacional, pelo congraçamento das elites civis e militares, o qual se realiza durante o longo e cordial convívio nas suas atividades curriculares.

## FONTES DE CONSULTA

- 1 — Trata-se do art. 3º do Regulamento de 1949, já citado, que limitava os temas a serem estudados a Assuntos Nacionais, Internacionais e Militares, basicamente conjunturais.
- 2 — Gen Juarez do Nascimento Távora. A-01-53.  
Evidentemente, dado o espírito de equipe que sempre dominou na ESG, devemos compreender que os primeiros conceitos, embora expostos pelo General Juarez, resultaram do esforço conjugado de todos os que constituem os pioneiros da ESG. São eles, além dos Comandantes Generais Cordeiro e Juarez, entre outros: os então Tenentes-Coronéis Golbery do Couto e Silva, Rodrigo Octavio Jordão Ramos, Eduardo Domingues de Oliveira, Heitor Almeida Herrera, Cel Jurandy de Bizarria Mamede, Cel A. Souto Malan, além da Missão Militar Americana, que participou dos estudos iniciais.

- 3 — Id. pág. 9.
- 4 — A Segurança Nacional e a ESG. C-01-54, pág. 20.
- 5 — MB77/78, pág. 215.
- 6 — Até então, as Divisões eram de Assuntos Nacionais, Internacionais e Militares, conforme estatui o art. 8º do Regulamento de 1949 (ver nota 1).
- Note-se que este Regulamento incluia na missão da ESG "um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o Conceito Estratégico" (art. 4º). Depois o *diplomático* foi absorvido pelo *político*, e aparecendo, em substituição, o *psicosocial*.
- 7 — A-01-53, cit. in. 2), pág. 3.
- 8 — MB77/78, pág. 71.
- 9 — Estes elementos básicos da nacionalidade — Homem, Terra e Instituições — foram mencionados pela primeira vez, na ESG, pelo Prof. Alceu Amoroso Lima, numa conferência de 1954 (Aspirações e Interesses Nacionais — Objetivos Permanentes do Brasil — C-31-54), repetida em 1963 (Interpretação dos Interesses e das Aspirações do Povo Brasileiro — C-26-63). Esses elementos foram objeto de inúmeros trabalhos, desenvolvidos na Escola, em épocas diversas.
- 10 — A-01-53, cit. in. 2), pág. 9.
- 11 — Segurança Nacional. Conceitos Fundamentais. C1-06-57, pág. 14. Brig. Vasco Alves Secco.
- 12 — Segurança Nacional. Conceitos Fundamentais e sua Caracterização. C-02-61, pág. 9. Gen. Armando Vila Nova Vasconcellos.
- 13 — Segurança Nacional. Conceitos Fundamentais (1ª Parte). C-03-63, pág. 18. Equipe da DADC.
- 14 — Introdução ao Estudo da Segurança Nacional. C1-01-64, pág. 23. C1-01-65, pág. 24. Proc. A. Saturnino Braga; e C1-01-66, pág. 09. Equipe da DADC.
- 15 — Política Nacional. Conceitos Fundamentais. C-02-69. Equipe da DAP, Dir. e Rel. Desemb. Antônio de Arruda.
- 16 — Id. id. pág. 1.
- 17 — Id. id. pág. 24.
- Neste conceito, a Política Nacional é admitida como "ciência e arte". A matéria foi sempre objeto de controvérsia, nos debates da ESG: a Política Nacional era encarada ora como ciência, ora como arte, ora como ciência e arte.
- Para dirimir a dúvida, a conferência de 1971, sobre o tema, considerou a Política (à semelhança do que ocorre com o Direito) como Filosofia, como Ciência e como Arte. Como Ciência, separou nitidamente a Política (como o Direito e outras ciências sociais) das Ciências Físicas, pelo critério da certeza que seria apenas relativa naquelas, e absolutas, nestas. Já, em 1972, após novas pesquisas, foi mitigada essa distinção, eis que a certeza passara a ser considerada relativa também nas Ciências Físicas. De qualquer modo, no plano teórico, da formulação de princípios, a Política é ciência; no plano dinâmico, operacional (Política Nacional), é arte. Esta posição foi adotada nos textos posteriores (Política Nacional — Conceitos Fundamentais. C2-123-71 e C4-123-72. Equipe da DAP, Dir. e Rel. Desemb. Antônio de Arruda. E *passim*).
- 18 — MB77/78, pág. 89.
- 19 — A-01-53, cit. in. 2), pág. 11.
- 20 — Política e Estratégia. A Estratégia Política. C-18-59, pág. 14. Gen. Armando Vila Nova P. Vasconcellos.
- 21 — Estratégia Nacional e Militar — C-11-63, pág. 4. Equipe do DE. Dir. Gen. Ignacio de Freitas Rolim.

- 22 — A Estratégia Nacional. Conceitos Fundamentais. C-12-67, pág. 9. Equipe do DE. Dir. e Rel.: Desemb. Antônio de Arruda.
- 23 — Estratégia Nacional. Conceitos Fundamentais. C-12-69, pág. 9. Equipe do DE. Dir. Rel.: Gen. Dilermando Gomes Monteiro.
- 24 — MB-75, pág. 95.
- 25 — MB-76, pág. 288; MB77/78, pág. 99.
- 26 — Conceito Estratégico Nacional. C-010-52, pág. 5. Gen. Osvaldo Cordeiro de Farias.
- 27 — C-02-69, cit. (n. 15), pág. 8. C4-123-70, págs. 7/8.
- 28 — MB77/78, págs. 35/37.
- 29 — A Segurança Nacional. Conceitos Fundamentais e Sua Caracterização. C-02-61, pág. 10. Gen. Armando Vila Nova P. Vasconcellos.
- 30 — A Segurança Nacional. Conceitos Fundamentais. C1-02-64, pág. 11. Cel. E. Domingues de Oliveira; e C1-03-65, pág. 11. Idem.
- 31 — Desenvolvimento. Conceitos Fundamentais. C-05-69, pág. 3. Equipe do DE. Dir. Cel. Carlos J. Amaral da Cunha. Rel. Prof. Omar G. da Motta.
- 32 — Desenvolvimento Nacional. C15-123-70, pág. 8. Equipe do DE. Dir. Desemb. Antônio de Arruda. Rel. Prof. José M. Gonçalves de Oliveira.
- 33 — MB-3-73, pág. 5.
- 34 — MB77/78, pág. 293/4.
- 35 — C-30-56, Cel. José Kahl Filho.
- 36 — "Estudar e ensaiar a metodologia de formulação e desenvolvimento de uma Política de Segurança Nacional, inclusive a respectiva técnica de planejamento" (Dec. 50.352, de 17-03-61, art. 2º, letra c).
- 37 — Metodologia Para o Estabelecimento da Política Nacional (Especialmente em Relação à Política de Segurança Nacional). C37-123-70, pág. 6. Equipe da DADC. Dir. e Rel.: Cel. Afonso Celso Bodstein.
- 38 — Conceito Estratégico Nacional e Diretrizes Governamentais. A-15-53, pág. 23. Rodrigo Octavio J. Ramos.
- 39 — C-30-56, cit. (n. 35), pág. 5.
- 40 — A Segurança Nacional: Sua Concretização e Seu Estudo na ESG. C-01-59. Mar. Juarez Távora.
- 41 — C-02-61, cit. (n. 29), pág. 19.
- 42 — Introdução ao Planejamento da Segurança Nacional. A-14-53, pág. 6. Cel. Jurandy de Bizarria Mamede.
- 43 — Conceito Estratégico Nacional. C-025-51, págs. 6/12. Gen. Salvador César Obino.
- 44 — Conceito Estratégico Nacional. C-10-52. Gen. O. Cordeiro de Farias.
- 45 — Idem, págs. 1/3.
- 46 — A-15-53, cit. (n. 38), págs. 19, 20 e 57.
- 47 — Apresentação de um "Conceito Estratégico Nacional" para o Brasil. A-24-53, pág. 3.
- 48 — C-01-59. A Seg. Nac.: Sua Concret. e seu Estudo na ESG.
- 49 — A Estratégia — C-12-62, pág. 4. Gen. H. Alencar Castelo Branco.
- 50 — Metodologia para a Formulação e Desenvolvimento de uma Política de Segurança Nacional. C-38-62, pág. 5. Equipe do DE. Dir. Cel. Lauro M. dos Reis.

- 51 — C37-123-70, cit. (n. 37), pág. 14.
- 52 — Entre os dispositivos constitucionais, há o art. 86, que prescreve que toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela Segurança Nacional, nos limites definidos em lei. Esse preceito tem suscitado viva controvérsia. Promulgada a Constituição, surgiram logo, no Congresso, emendas com o fim de revogá-lo, inspiradas quase sempre no desconhecimento do moderno conceito de Segurança. Verifica-se isto pelos argumentos invocados por alguns Congressistas, para os quais o citado artigo constitucional pretendia transformar cada cidadão em um "agente de segurança" (A Constituição ao Alcance de Todos, Paulo Sarasate, 1967, pág. 85). Em conferência pronunciada na ESG, em 1973, informou o Ministro Carlos Medeiros da Silva (no período de debates) que o Presidente Castelo Branco, ao discutir o projeto de que resultou a Constituição de 1967, dissertou, em reunião do Ministério, sobre o conceito atual de Segurança, frisando que tem ela hoje sentido bem amplo, e que não é apenas da responsabilidade do Estado, mas de todos. Daí porque, acrescentou ainda o Ministro Carlos Medeiros, resolveu reduzir esses conceitos em termos jurídicos, dando-lhes o destaque de uma seção especial, encabeçada pelo referido artigo, o que obteve aprovação do Presidente Castelo.
- 53 — Sobre a influência da ESG na legislação pátria, observa-se que a Reforma Administrativa (Dec.-Lei 200, de 25.02.67), além de absorver os princípios gerais do Planejamento, utilizados na Escola, estabeleceu no art. 40:

Art. 40. O Conselho de Segurança Nacional destina-se a assessorar o Presidente da República na formulação e na conduta da Política de Segurança Nacional.

§ 1º — A formulação da Política de Segurança Nacional far-se-á, basicamente, mediante o estabelecimento do *Conceito Estratégico Nacional*.

Note-se que o Dec.-Lei 900, de 29.9.69 modificou ligeiramente o *caput* desse artigo, conservando, porém, o § 1º.

Posteriormente, a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, estabeleceu, no art. 89:

Art. 89. Ao Conselho de Segurança Nacional compete:

I — Estabelecer os Objetivos Nacionais Permanentes e as bases para a Política Nacional.

Os Objetivos Nacionais Permanentes são os estudados no Cap. V, item 3. E as bases, que são? Trata-se, no caso, de nomenclatura antiga, que a ESG já não usa, mantendo, porém, em essência o seu conteúdo inicial.

Essas Bases da Política Nacional — que antes se chamavam Elementos Básicos — foram assim fixadas em 1968, último ano em que aparecem em documento da ESG:

#### *1ª Parte*

1. Objetivos Nacionais Permanentes
2. Síntese da Avaliação Global da Conjuntura
  - 2.1 — Necessidades Básicas Nacionais
  - 2.2 — Fatores Adversos, Antagonismos e Pressões
  - 2.3 — Avaliação da Capacidade do Poder Nacional

#### *2ª Parte*

1. Os Objetivos Nacionais Atuais
2. Política de Consecução

A esse respeito, ver os seguintes documentos da ESG: — Política de Segurança Nacional. Metodologia Para o Seu Estabelecimento. C1-19-68. Equipe do DE. Dir. Cel. Av. Ismael da Motta Paes. Id. C1-18-67. Equipe da DADC. Id. Bases Para a Política Nacional. NEp — 01.68. Equipe do DE. E *passim*.



## "REUNIÕES"

**Instrumentos a serviço ou a desserviço da Administração?**

**Carlos Alberto Gigante de Castro**

*Tenente-Coronel de Intendência da Turma de 15 Fev 55, promovido ao posto atual, por merecimento, em 31 Ago 78.*

*Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

*Possui também os cursos civis de Administração e Gerência (PUC-RJ), Especialização e Aperfeiçoamento em Estudos de Problemas Brasileiros (UERJ), Engenharia Econômica (PUC-RJ) e GRID Gerencial (CONCISA-SM).*

*Foi Professor e Instrutor da Academia Militar das Agulhas Negras.*

*Atualmente exerce a função de Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.*

**A** história do relacionamento humano, a fim de produzir bens e serviços, remonta aos primórdios da própria história. Ora, tal relacionamento se estreita na busca ansiosa de novos tipos de equipamentos e de novas técnicas que proporcionem uma melhor maneira de atender a complexa forma de viver de nossos dias. A tendência do fenômeno é evolutiva e a tecnologia incrementa o aparecimento de novos métodos e processos para se realizar o trabalho, o que em última análise, gera, novamente, os bens e serviços necessários à complicada vida dos dias atuais. É na verdade, um círculo vicioso de autogeração de encargos-benefícios-encargos.

Muitos autores se dedicam, no momento, ao estudo do relacionamento humano no trabalho, constituinte mesmo, um ramo da CIBERNÉTICA, só então preocupada com o binômio homem-máquina.

BLAKE & MOUTON no seu GRID GERENCIAL detectaram estilos de chefia distintos que podem ser aprimorados, a fim de melhor relacionar chefe e subordinado na busca do objetivo maior que é o da empresa.

Dentre as diversas funções que a Administração Científica oferece ao dirigente destaca-se a de COORDENAÇÃO, que é tão necessária a uma empresa, como a harmonia o é para uma orquestra. Pode haver um PLANEJAMENTO criterioso na distribuição dos instrumentos de corda, sopro e percussão, na seleção das músicas e na escolha adequada de profissionais altamente qualificados, mas tudo isto sem um maestro que COORDENE todos esses valores, jamais a harmonia será obtida. No entanto, a ansiedade do relacionamento humano, a cada vez maior necessidade de troca de informações, pode gerar, também, o excesso de coordenação que é tão indesejável quanto a falta dessa mesma coordenação.

Um dos perigos resultantes do excesso de coordenação é a violação da necessidade sempre existente de simplicidade no planejamento e na execução. Se o planejamento se caracterizar por demasiada coordenação, a execução será forçosamente completa mas a possibilidade de iniciativa fica seriamente restringida.

Pode acontecer que a realização dos objetivos exija planos complexos, mas se os pormenores de coordenação também o forem, a finalidade desta não será alcançada porque o plano não será compreendido por quem terá a responsabilidade de o executar.

É notório que em muitas situações, o aparente excesso de coordenação é reflexo de um planejamento deficiente e, quantas vezes, inexistente. Quando ocorre semelhante situação é indispensável determinar freqüentes interrupções, para que o chefe saiba o que está acontecendo. Isto não sucederá se o chefe realizar convenientemente todas as suas funções, aparecendo então a coordenação como uma atividade normal, coerente, no momento adequado e convenientemente dosada.

## COORDENAÇÃO DE PENSAMENTO E DE AÇÃO

Basicamente podem considerar-se dois tipos de coordenação: a coordenação de pensamento e a coordenação de ação.

A coordenação de pensamento requer um desenvolvimento prévio de conceitos, incluindo os objetivos, que são compreendidos e aceitos pelos componentes da organização. Assim, a coordenação de pensamento é levada a cabo entre pessoas. Este tipo de coordenação precede a coordenação de ação, que envolve a relação entre as atividades físicas, quer com referência ao tempo, quer no relacionamento entre todas elas. A coordenação de ação tem estreita relação com o calendário, com o tempo de execução e com a seqüência das fases de realização do trabalho. Estas fases tendem a transformar-se em passos específicos de qualquer tarefa. Assim, para facilitar a coordenação da ação, um plano estabelece os passos a cumprir na execução, a sua ordem e normalmente o lugar de realização.

A coordenação evidencia um excelente exemplo da dificuldade que há em distinguir claramente as diversas funções administrativas. Não é possível, por exemplo, separar a coordenação do planejamento. A coordenação de pensamento tem de estar presente no decurso da análise de todos os passos do planejamento: definição

de objetivos, estabelecimento de modalidades de ação, comparação e seleção, etc... O plano final é concebido para produzir a coordenação de ação na empresa, considerada no seu todo. Deste modo, a coordenação pode ser tomada tanto como uma técnica de planejamento ou como um objetivo a alcançar nesse mesmo planejamento.

Organizar, por seu turno, é conseguir que seja estabelecida uma coordenação de ação ótima e o processo de controle envolve, freqüentemente, a coordenação de pensamento, de maneira a incrementar a coordenação de ação durante a execução da missão. Também a direção visa, essencialmente, à coordenação da ação, que será extraordinariamente facilitada se existir, permanentemente, em todos os indivíduos, verdadeira coordenação de pensamento.

Relativamente à coordenação, um chefe tem uma dupla responsabilidade. Não lhe é exigido somente que coordene a sua ação com os escalões superiores e laterais, mas também é obrigado a assegurar a coordenação das atividades dos seus subordinados. Em decorrência surge o que se chama de coordenação vertical e horizontal.

Por coordenação vertical deve entender-se a que tem de existir entre os sucessivos níveis de uma estrutura e tem íntima ligação com a delegação de autoridade e com a atribuição dos recursos exigidos ao cumprimento da missão.

Por coordenação horizontal deve entender-se aquela que é estabelecida entre os diversos departamentos de um mesmo nível.

Nesta coordenação nenhum dos intervenientes tem autoridade sobre os outros, pelo que, ainda mais que na coordenação vertical, se exige perfeita compreensão dos objetivos que todos estão interessados em alcançar. A coordenação horizontal é facilitada pela proximidade dos locais de trabalho, pelos contatos diretos que possam ser estabelecidos e por linhas de comunicação mais curtas.

## **PRINCÍPIOS DE COORDENAÇÃO**

*A coordenação é mais eficiente por contato direto*

A coordenação deve ser conseguida através de relações entre pessoas interessadas e responsáveis. Ela pode ser obtida facilmente por relações horizontais interpessoais e por comunicações diretas pessoais, o que pressupõe haver-se chegado a um acordo quanto aos métodos, às ações e à realização final. As pessoas permitem idéias, ideais, preconceitos e propósitos através de comunicações pessoais, que são muito mais eficazes do que por meio de qualquer outro método.

A compreensão assim conseguida facilita a consecução dos objetivos, tanto os gerais como os pessoais.

*A coordenação deve existir desde as primeiras fases do planejamento*

Este princípio ressalta a importância de que seja conseguida a coordenação logo nas primeiras fases do planejamento e na formulação de diretrizes. É evidente que depois de ter sido posto em marcha o plano global da organização, torna-se mais difícil unificar e sincronizar adequadamente o planejamento que é levado a cabo em cada um dos departamentos componentes. Por isso, afirma M. FOLLETT que "se a elaboração das diretrizes e a sua coordenação constituem dois processos independentes, isso equivale a renunciar de antemão, a toda a possibilidade de êxito".

*Todos os fatores de uma situação se relacionam reciprocamente*

Este terceiro princípio reflete fielmente o que é na realidade o processo de coordenação. Por exemplo: quando A trabalha com B e este, por sua vez, trabalha com C e D, cada um deles é influenciado pelos demais, ou seja, por todas as pessoas que intervêm no conjunto do processo. "Esta espécie de relação reciproca, esta penetração de cada parte em todas as demais e, por sua vez, de todas estas na primeira, deve ser o objetivo de todo o esforço para se conseguir a coordenação."

*A coordenação é um processo contínuo*

A coordenação é um processo contínuo, algo que deve existir a todo o momento. Trata-se de uma verdade que não exige qualquer explicação, de tal forma ela é evidente. A coordenação não pode existir accidentalmente e há que tudo fazer para a conseguir em todo o momento, evitando que surjam acontecimentos imprevistos que obriguem a uma atuação precipitada.

Uma organização nunca permanece em repouso, está em contínua modificação, por alterações no ambiente externo e por ações e decisões internas. A própria concretização da coordenação modifica o potencial das forças em presença, muitas vezes criando novas forças e enfraquecendo as anteriores. Uma vez conseguidos os ajustes, os problemas desaparecem, mas apenas momentaneamente. Novas forças ou fraquezas podem aparecer e, com o decorrer do tempo, podem chegar a representar novamente um problema. A coordenação enfrentá-los-a à medida que eles surgirem; a boa coordenação conseguirá prevê-los e evitar que ocorram.

## **FORMAS DE COORDENAÇÃO**

A coordenação pode ser levada a cabo através de diversas formas (reuniões, contato individual, comunicações escritas, elementos de ligações, etc.), den-

tre as quais, no entanto, destaca-se a realização de reuniões. Estas constituem um método de coordenação freqüentemente praticado. No entanto, a tendência de muitos dirigentes é de marcar reuniões por qualquer motivo e a qualquer hora. É preciso ter em mente que uma reunião demanda, muitas vezes, uma parada total de atividades.

Em certas empresas é usual existir na "sala de reuniões" um "money clock", isto é, um relógio acoplado a uma tabela representativa dos salários dos participantes; à medida que o tempo se escoa, cada minuto é contabilizado em termos financeiros, indicando o quanto está custando para a empresa o tempo empregado naquela reunião.

Algumas regras são importantes e devem preceder à execução de uma reunião.

É sempre conveniente que um dirigente antes de decidir pela sua realização, responda aos quesitos abaixo:

- quais os objetivos da reunião?
- os objetivos poderão ser alcançados tão bem, ou ainda melhor, pelo recurso a outros meios?
- os dados essenciais para o bom andamento da reunião estarão agrupados e disponíveis a tempo?
- o fator tempo é tão vital que impede a obtenção de soluções possíveis através do recurso de visitas ou troca de correspondência?
- quanto tempo pode ser ganho com a reunião?
- que elementos deverão participar?
- os participantes estarão disponíveis?
- existe um local adequado e com instalações convenientes?
- o âmbito, a finalidade e o tempo propostos são apropriados?
- as questões a debater estão perfeitamente definidas?
- pode ser feita, dentro do tempo disponível, a preparação adequada para a reunião?

#### *A preparação da reunião*

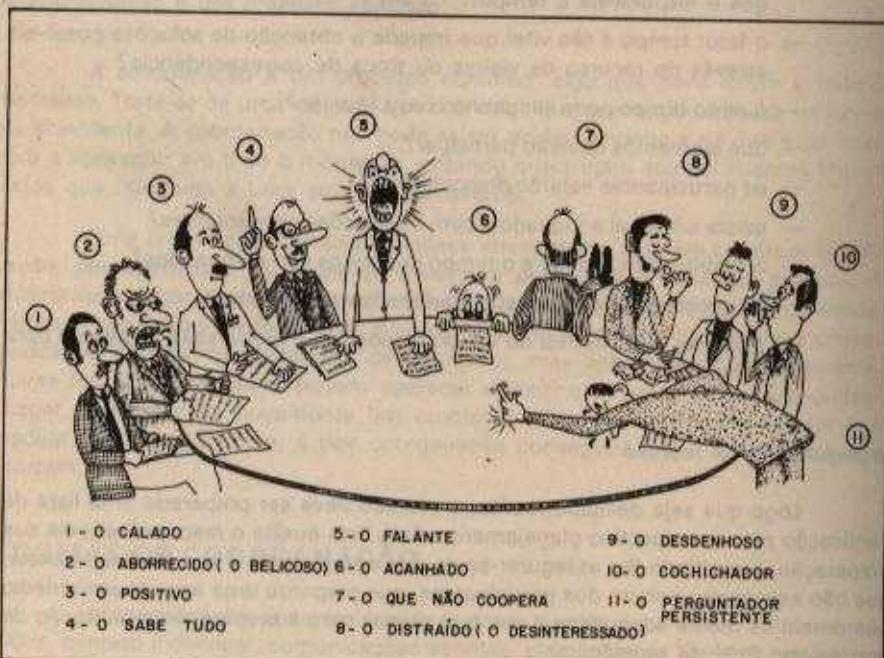
Logo que seja decidido realizar a reunião deve ser preparada uma lista de verificação para o respectivo planejamento. Esta lista auxilia o responsável pela sua preparação, permitindo-lhe assegurar-se de que compreende a sua finalidade exata, que não esqueceu nenhum dos participantes, que preparou uma agenda apropriada, que reuniu os meios adequados e que tem planos para a preparação e utilização de um registro final da reunião.

*Condução da reunião*

As reuniões são conduzidas de forma diferente, de acordo com a finalidade, a autoridade do seu dirigente e a agenda. Se a finalidade da reunião for a resolução de um problema, o respectivo dirigente define-o e orienta a sua discussão, de forma que as várias intervenções se baseiem em fatos ou hipóteses a partir das quais se possa deduzir uma solução possível. Poderá ainda conduzir os participantes a propor alternativas, encorajando a discussão livre, mas evitando, nessa fase, a análise crítica ou comparações. Uma vez estabelecidas as alternativas pedirá, então, a análise crítica, a qual conduzirá a uma solução aceitável. Como resultado da solução definida, alguns dos participantes poderão ter que atuar para sua concretização. O dirigente definirá quem será responsável por tomar as medidas, nos respectivos campos de ação, para que a solução preconizada se efetive e passe à etapa seguinte, a tratar de novo ponto da agenda.

Qualquer que seja a finalidade, a condução com sucesso de uma reunião depende da subordinação à agenda, evitando-se que haja afastamento e compilando-se os resultados de forma adequada para a ação após a mesma.

Um ponto sensível a ser considerado na condução de uma reunião é a forma pela qual os diversos componentes dela participam. São muito usuais as conversas paralelas entre os participantes, constituindo, mesmo, "mini-reuniões".



que desvirtuem o objetivo principal. É necessário que todos os que ali se encontram sejam orientados, previamente da melhor forma de contribuir para o sucesso do encontro.

É preciso evidenciar-se a necessidade de "ouvir ativamente", isto é, o aguardar a vez de participar, de responder, de indagar. Ouvir atentamente a argumentação de todos. Não participar com soluções pré-concebidas, não permitindo, até, a conclusão da exposição por parte dos interlocutores.

Cabe ao dirigente da reunião definir com precisão, antes de começá-la, todos os pontos a serem abordados, dando oportunidade a todos de expressarem seus pontos de vista.

De cada tipo de participante deve ser explorado o seu lado positivo:<sup>1</sup>

*O calado:* Sendo um tímido, faça perguntas que ele possa responder.

*O aborrecido:* Não retruque, fique calmo, impeça que ele monopolize a reunião.

*O positivo:* Utilize-o freqüentemente. Permita que ele faça uso da palavra muitas vezes.

*O sabe-tudo:* Deixe-o por conta do grupo.

*O falante:* Interrompa-o com tato. Limite o tempo que ele tem para falar.

*O acanhado:* Faça-lhe perguntas fáceis. Aumente a sua confiança em si próprio. Quando possível elogie a sua contribuição.

*O que não coopera:* Explore sua ambição. Reconheça e use o seu conhecimento e a sua experiência.

*O distraído:* Dirija-lhe perguntas nos poucos momentos que ele tenha de atenção. Explore o mais possível esses momentos.

*O desdenhoso:* Não o critique. Concorde com ele em princípio, mas acrescente um "porém" . . . e coloque a verdade.

*O cochichador:* Peça para que ele fale para o centro da mesa.

*O perguntador persistente:* Passe sempre suas perguntas para o grupo. Não se mostre desconcertado com a insistência das perguntas.

#### Autoridade do dirigente da reunião

A reunião pode ser presidida pela autoridade de maior hierarquia presente (um diretor-geral, um representante do presidente da empresa, etc.). No entanto, a liderança pode flutuar durante a reunião, em face da natureza dos assuntos em pauta. Quando se tratar de questões altamente técnicas, os especialistas estarão em confronto e forçosamente o dirigente da sessão deverá saber captar todos os

1 — Relatório de Gerência nº 9 — 'Treinamento de Supervisores' da Esso Brasileira de Petróleo S.A.

argumentos ponderáveis, para poder julgar ou levar a quem representa as informações ali expostas da forma mais nítida possível, a fim de permitir a decisão da maneira mais acertada, por quem de direito.

Outro aspecto interessante a considerar é aquele que parece a muitos dirigentes de reuniões, ser uma fraqueza ou uma abdicação de chefia, deixar que certas decisões sejam atribuídas a um participante, subordinado ou não.

Em determinados assuntos técnicos, como já foi dito, a confiabilidade no especialista tem que ser total e irrestrita; a melhor solução do problema cabe a ele apontar e a aquiescência do dirigente àquele parecer não será uma diminuição de sua autoridade; pelo contrário, será uma ratificação, um reconhecimento daquilo que é melhor para a empresa; assim procedendo, o dirigente estará exercendo plenamente o seu poder de decisão.

### A Agenda

A agenda deve ser preparada e dada a conhecer antes da reunião; constitui o principal meio para se conseguir um objetivo comum na reunião a seguir. Na sua forma mais simples deve conter a data, tempo de duração previsto e local, bem como uma relação dos principais assuntos a discutir.

Uma agenda completa pode incluir:

- a definição pormenorizada de cada ponto a discutir, salientando-se as áreas de possível conflito de pontos de vista e para as quais é desejável conseguir-se o consenso;
- todos os meios de informação disponíveis, que poderão auxiliar os participantes a fazer a sua preparação para a reunião;
- entidades que podem fornecer informações específicas no decorrer da reunião;
- uma solução proposta para o problema, à consideração dos participantes.

### Tipos de Reunião

As reuniões devem atender a quatro situações distintas:

- Reuniões de instrução — que permitem dar a conhecer as instruções e fazem compreender o seu alcance; facilitam a interpretação de programas, procedimentos, etc.
- Reuniões de informação — são as reuniões de trabalho mais freqüentes, em que os participantes *trocaram* informações sobre as atividades e o funcionamento dos diversos departamentos.

Não se deve promover reuniões cuja finalidade seja, apenas, informar ou avisar sobre qualquer evento, quando outro meio de comunicação possa obter o mesmo resultado. A reunião deve ser ativa, isto é, todos os membros são co-participantes.

- Reuniões de debate — que permitem "desabafar" e dar livre curso aos antagonismos e às queixas, exprimir sentimentos e opiniões sobre as atividades, programas, regulamentos, etc.
- Reuniões de análise — consagradas a problemas precisos e destinadas a obter o consenso dos participantes sobre as decisões a tomar.

## **CONCLUSÕES**

A COORDENAÇÃO é uma função administrativa integrada às demais e que promove a harmonia entre as múltiplas atribuições da ADMINISTRAÇÃO, na gestão dos recursos humanos, materiais e tecnológicos.

As reuniões, como forma de coordenação, respondem à ansiedade cada vez mais intensa de comunicação entre os homens, particularmente no ambiente de trabalho. No entanto, o seu emprego abusivo vem comprometendo sua utilidade. As reuniões são instrumentos de coordenação; são ferramentas na mão do chefe que, além de cumprirem objetivos específicos, contribuem para a afirmação de sua liderança e para o aumento da coesão do grupo liderado.

Alguns parâmetros devem condicionar o seu uso, determinando o momento apropriado, o tempo de duração, os participantes, etc.

A grande indagação a ser feita antes de realizar qualquer reunião é, no entanto, de se não existe nenhum outro meio para se atingir o objetivo desejado, que não seja através desse instrumento.

A preparação, a agenda, a condução dos trabalhos e as instruções prévias aos participantes são outras preocupações que devem, também, estar presentes na mente do dirigente antes de decidir pela realização de uma reunião.

Finalmente, pode-se dizer que as reuniões, como qualquer outro instrumento de coordenação, proporcionarão à empresa a harmonia desejada para que todos os seus integrantes participem de seus objetivos e satisfaçam os seus próprios objetivos pessoais.

## **BIBLIOGRAFIA**

1. Administração Geral — KOONTZ & O'DONNELL.
2. A Coordenação na Empresa — M. FOLLET.
3. Teoria Geral da Organização — INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES DE PORTUGAL.
4. O Grid Gerencial — BLAKE & MOUTON.



## O NOVO CARRO TAM DE 30 TONELADAS

Rudi Meller, Genebra

**O**s especialistas em veículos blindados vêm preconizando, nos últimos anos, a fabricação de carros de combate cada vez mais pesados e potentes. Nesse campo, os esforços de alemães e americanos, no sentido de padronizar os modelos de seus carros, têm provocado reações apaixonadas, seja de aprovação, seja de crítica.

Enquanto as discussões prosseguem, a indústria THYSSEN-HENSCHEL, de Kassel (República Federal da Alemanha), sem envolver-se no problema, projetou um carro de 30 toneladas que, segundo os seus construtores, tem um poder de fogo e uma mobilidade equiparáveis ao Leopard 1. Esse carro foi construído sob encomenda do Ministério da Defesa argentino e tomou o nome de TAM (Tanque Argentino Médio).

A construção do primeiro protótipo finalizou em janeiro de 1977, na fábrica Thyssen-Henschel. O TAM substituirá os antigos Sherman norte-americanos, ainda em serviço no Exército argentino. Recentemente foi aprovado um projeto de lei, pelo parlamento argentino, relativo a essa aquisição.

Uma versão CBTP (Carro Blindado para Transporte de Pessoal) desse mesmo veículo, cuja torre será armada com um canhão automático Rheinmetall, de 20 mm (ao invés da peça de 105 mm do TAM) destina-se às unidades blindadas do Exército Argentino, o que evidentemente virá aumentar a mobilidade e a potência de fogo dessas unidades. Em consequência de tal decisão, o Exército argentino disporá de um carro de combate e de um CBTP com características idênticas no que diz respeito ao apoio logístico, objetivo esse que, apesar dos esforços, a OTAN não conseguiu ainda atingir.



A construção do primeiro protótipo do TAM (Tanque Argentino Mediano), de 30 t pela Thyssen-Henschel, em colaboração com a indústria argentina, concluiu-se em janeiro de 1977, na fábrica Thyssen, de Kassel (RFA). O chassis do TAM originou-se do modelo MARDER, veículo alemão para o transporte de infantaria (CBTP). A torre, com capacidade para três homens, foi concebida pela Thyssen-Henschel; o sistema de direção de tiro e o canhão são produzidos na Argentina. O protótipo que aparece na fotografia não está completamente equipado.

Por várias razões, entre as quais a pequena capacidade da maioria de suas pontes rodoviárias; a utilização de pranchas civis para o transporte e, principalmen-

te, o problema dos custos de aquisição e manutenção não convinha ao Exército Argentino adotar um carro cujo peso, em ordem-de-marcha, fosse superior a 30 toneladas. O novo veículo concebido pela Thyssen-Henschel satisfaz às especificações acima e, além disso, permite aos argentinos usufruirem dos mais recentes progressos técnicos em matéria de fabricação de carros de combate.

## O Programa TAM/CBTP

Tomando conhecimento das experiências que demonstraram a possibilidade do chassis do CBTP alemão MARDER suportar uma torre com capacidade para três homens, além de um canhão de 105 mm, o Exército argentino encarregou a Thyssen-Henschel, em 1974, do desenvolvimento dos projetos de ambas as versões do novo veículo. O contrato, aprovado pelo governo alemão, prevê a construção dos protótipos, a realização de provas, e a fabricação de uma série de três exemplares do TAM e do CBTP (exceto os canhões e os sistemas de direção de tiro, cujos projetos e construção ficarão a cargo dos argentinos). Ficou também decidido que as provas a serem realizadas na Alemanha Federal serão somente aquelas relativas ao funcionamento dos componentes e protótipos. As provas operacionais, com emprego do armamento, serão realizadas posteriormente na Argentina.

A fabricação em série dos TAM e CBTP será realizada, exclusivamente, na Argentina: a fabricação e a montagem da torre e do canhão em Rio Tercero (a 800 km ao sul de Buenos Aires) e a fabricação do chassis e montagem final dos veículos em Buenos Aires.

Não foi possível obter-se, até o momento,<sup>1</sup> informações precisas sobre o estágio atual do programa. No entanto, nosso correspondente em Buenos Aires informa que está prevista a fabricação de um total de 500 veículos, ou seja, 200 TAM e 300 CBTP.

## Características Técnicas do TAM

Os chassis do TAM e do CBTP são idênticos ao do MARDER — dos quais existem, hoje, mais de 2.000 exemplares no Exército alemão — nos quais foram introduzidos algumas modificações na carroceria e realizadas adaptações no sistema de suspensão em função do maior peso e diferentes momentos de inércia. Os outros elementos do chassis foram construídos com componentes idênticos ou muito semelhantes aos do MARDER, todos de alta qualidade. Como exemplo, o grupo propulsor protótipo do TAM é idêntico ao do MARDER, mas o carro de série será equipado com uma versão mais potente (710 HP Din) do motor MB 833 Ea-500. A relação potência-peso passará, assim, de 21 para 24 HP/tm. Com a finalidade de reduzir o peso e aumentar a mobilidade, desistiu-se de uma blindagem idêntica à do LEOPARD.

<sup>1</sup> O autor refere-se a 1977.



O carro TAM, dos quais os argentinos construirão 200 unidades (mais 300 CBTP) em Buenos Aires e Rio Tercero, pesa 29,5 t em ordem-de-marcha. Sua velocidade máxima é superior a 75 km/h e possui um raio de ação, por estradas, de 600 km (1.000 km se equipado com dois tanques auxiliares de combustível). Na fotografia pode-se observar um dos dois lançadores quádruplos de granadas fumígenas, fabricados pelas indústrias alemãs Wegmann (Kassel) e Buck (Bad Reichenhall), de modelo idêntico aos instalados nos carros LEOPARD. A metralhadora antiaérea de 7,62 mm, FN fabricada na Argentina, sob licença, não está montada na torre deste protótipo.

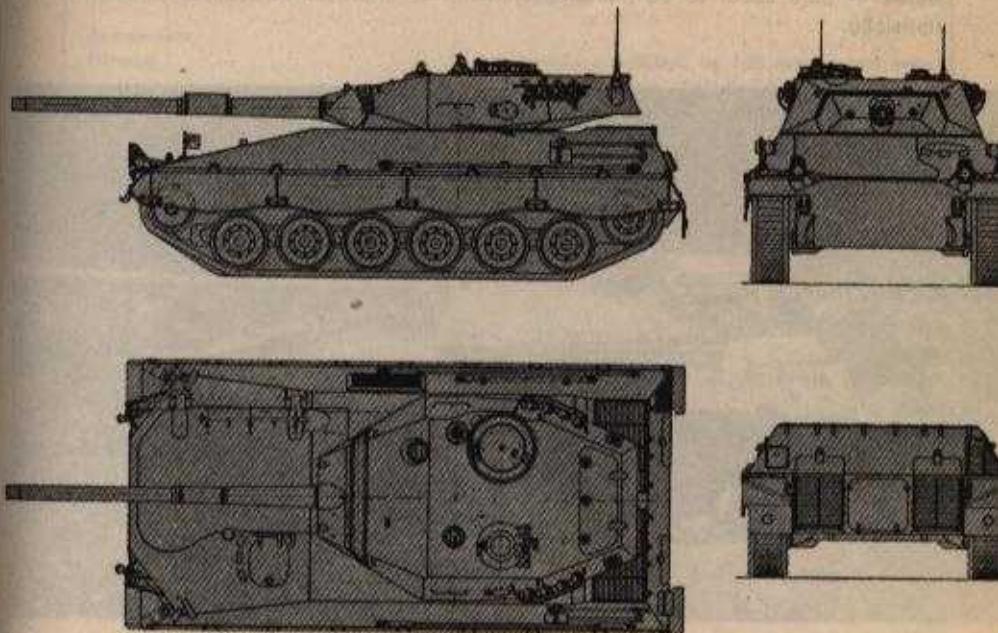
A torre, de chapas soldadas, projetada pela Thyssen especialmente para o TAM, possui um canhão de 105 mm, giro-estabilizado, cujo modelo foi desenvolvido pelos argentinos com base no canhão do AMX-13, francês, do qual possuem direitos de fabricação. O sistema de direção de tiro, cujo grau de eficácia equivale a um terço médio entre o LEOPARD 1 e o LEOPARD 2, será produzido também na Argentina. Na realidade, o nível alcançado pela indústria eletrônica argentina é notável, graças à participação de fábricas europeias — particularmente a PHILIPS — instaladas no país.

O chefe-de-carro dispõe de um periscópio panorâmico não-estabilizado (modelo TRP-2A, da Steinheil-Lear Siegler AG), acoplado a um telêmetro de coincidência. No compartimento do atirador existe uma luneta de tiro TZF, da ZEISS

(também sem estabilizador) juntamente com um periscópio regulável em direção e elevação. O muniçador utiliza também um periscópio idêntico.

O armamento secundário do TAM se compõe de duas metralhadoras FN, de 7,62 mm — uma coaxial e a outra antiaérea — fabricadas, sob licença, na Argentina, além de dois lançadores de granadas fumígenas, fabricados pelas indústrias alemães WEGMANN (Kassel) e BUCK (Bad Reichenhall).

Segundo seus projetistas, o TAM poderá se equiparar ao LEOPARD 1 no que se refere à mobilidade, ao poder de fogo e à precisão de tiro; no entanto, terá vantagens sobre o mesmo quanto à relação potência-peso, à velocidade máxima e à pressão das lagartas sobre o solo.

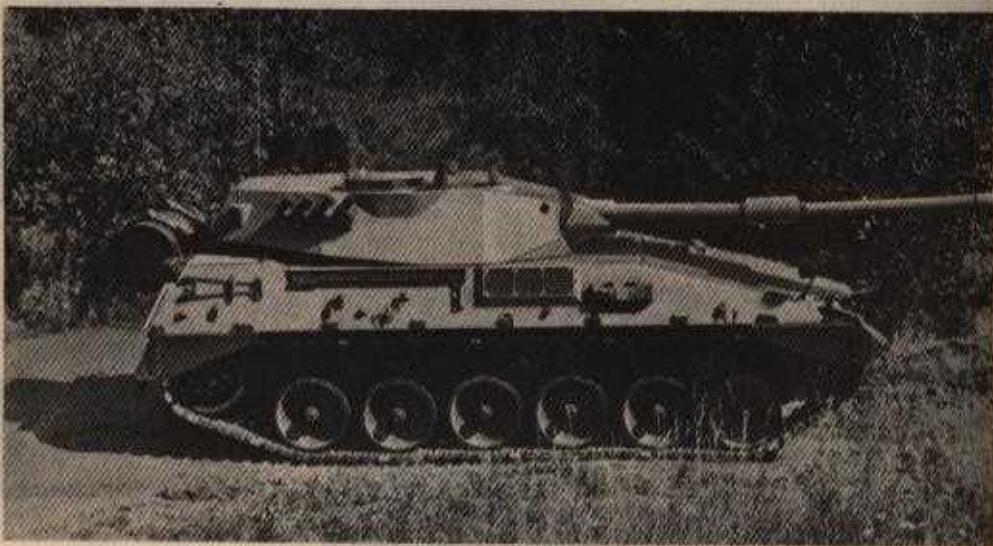


### Um Projeto para o Futuro — o TAM-4

Paralelamente aos trabalhos em curso, visando a atender à encomenda argentina, a indústria Thyssen-Henschel, decidiu desenvolver, por conta própria, o projeto relativo a um quarto protótipo do TAM, denominado TAM-4. Ao contrário dos veículos destinados ao Exército argentino, o TAM-4 será equipado com um sistema de direção de tiro desenvolvido na Alemanha Federal. Segundo a Thyssen, tal sistema será bem superior ao do LEOPARD 1, e somente menos eficaz que o do

**LEOPARD 2.** Além de um visor óptico, de estabilização primária, para o atirador, esse carro será equipado com aparelhos ópticos eletrônicos dos mais modernos, tais como um dispositivo de raios infravermelhos, uma câmara de televisão (com duas telas; uma para o chefe-de-carro e outra para o atirador), além de dois telêmetros, sendo um laser e o outro, um modelo novo de pequena base. Os trabalhos relativos à montagem desses sistemas vêm sendo conduzidos com a colaboração das mesmas indústrias que participaram da construção do modelo montado no LEOPARD 2.

Apesar do TAM-4 se destinar, precipuamente, à exportação para a Argentina, a Thyssen-Henschel espera que a indústria da Bundeswehr se interesse, também, pelo carro. Parece que a questão está sendo discutida, mas será necessário aguardar até o final de 1957 — quando se conhecerão os primeiros resultados dos testes — para saber se os militares alemães se interessarão realmente por sua aquisição.



*O contrato firmado entre o Exército Argentino e a indústria Thyssen-Henschel prevê o desenvolvimento do projeto, a construção, testes e fabricação de uma série de 3 unidades (sem canhão nem sistema de direção de tiro) de cada uma das versões do veículo: o carro de combate médio TAM e o CBTP. Ambos os modelos se baseiam no chassis do MARDER e possuem uma torre similar, desenhada e construída pela Thyssen-Henschel; o CBTP será armado com um canhão automático Reinmetall Rh 202 de 20 mm em lugar do canhão de 105 mm do carro. Observem-se os periscópios panorâmicos e o visor periscópico do chefe-de-carro, bem como o dispositivo óptico dos óculos noturnos de amplificação de luz do chefe-de-carro e do atirador.*

### Características Técnicas do TAM

<b>Tripulação</b>	4 homens (motorista, chefe-de-carro, atirador e municiador)
<b>Dimensões</b>	
Comprimento (com ou s/canhões)	8.230/8775 mm
Largura	3.250 mm
Altura até o teto da torre	2.420 mm
Altura livre s/ solo	440 mm
<b>Peso</b>	
Em ordem-de-marcha	29,5 ton
<b>Armamento</b>	
Principal	Canhão estabilizado de 105 mm operado pelo atirador e pelo chefe-de-carro (fabricado na Argentina segundo o modelo do canhão do AMX-13).
Secundário	Munição - 20 projéteis na torre e 30 no depósito de munição. Mtr coaxial e Mtr antiaérea de 7,62 mm. 2 lançadores quádruplos de granadas fumígenas.
<b>Potencialidades</b>	
Potência do motor	710 HP/DIN
Relação potência-peso	24 HP/tm
Pressão das lagartas	0,79 Kg/cm <sup>2</sup>
Velocidade máxima em estrada	Superior a 75 km/h
Raio de ação p/estrada	600 km (1.000 c/tanques auxiliares)
Profundidade de vau	4 m - máxima.

*Traduzido pelo Ten Cel Cav QEMA Athaydes Lima Alves, da "Revista Internacional de Defesa" (em espanhol), com autorização.*



# A IMAGEM DO EXÉRCITO

**Jonas Correia Neto**

*Coronel de Artilharia, da Turma de 11 Ago 45, promovido ao posto atual, por merecimento, em 25 Dez 70.*

*Possui os cursos militares da Academia Militar das Agulhas Negras, de Guerra Química, de Equitação, da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas, e Superior de Guerra, os últimos realizados na ESG.*

*Foi instrutor do Colégio Militar do Rio de Janeiro e da EsAO, Oficial-de-Gabinete do Ministro do Exército, Comandante do Colégio Militar de Porto Alegre e integrante da delegação brasileira às 6<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> Conferências de Exércitos Americanos.*

*Membro de diversas sociedades de Geografia e História, entre as quais o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, é autor de trabalhos publicados em jornais e revistas.*

1. A imagem do Exército Brasileiro — exata, real, fiel, não falseada nem floreada — pode e deve ser exposta, constantemente, à apreciação pública.

A Nação tem o direito de saber como vai o seu Exército. Quer saber.

Para os militares, é muito bom que seja assim. Mas, será que vimos correspondendo a essa curiosidade, como deveríamos?

A carência de informações, é sabido que gera notícias errôneas, idéias falsas; favorece o curso de maldades; permite que vicejem intrigas; amplia mal entendidos; anima a difusão de aleivosias; lança dúvidas; alimenta discordias; faz verossímeis as mais crassas mentiras; abre trânsito a boatos negativos, malsãos, dissolventes.

Ao invés, uma informação honesta, oportunamente apresentada, evita esses males, enfraquece o veneno destilado; senão, ao menos retira dos argumentos capciosos sua força persuasiva, pois oferece outros para uma confrontação clara, com dados fidedignos, comprováveis, irretorquíveis.

Quem puder entender, quem quiser saber, com sinceridade, receberá lealmente os elementos para formular juízos justos.

Tarefa persistente, mas que resultará fecunda, ela é do campo da Comunicação Social. No seu esforço de aplicação, é da competência das Relações Públicas.

Há um leque de tópicos que caberiam no contexto de estudo sobre tão palpitante assunto. Entretanto, não daremos a esta colaboração nem a profundidade nem a amplitude sugeridas pelo título; até porque, isso seria trabalho de fôlego, atribuível a uma equipe bem instrumentada de experts — que os possuímos — e não a nós, nesta tentativa singular de abordagem de apenas algumas facetas da questão.

**2. O povo deseja conhecer melhor — quem sabe, começar a conhecer de fato, com exatidão — o que é, para que serve e o que faz o seu Exército.**

Do conhecimento é que se chega à compreensão. Maledicências, intrigas e distorções à parte, ainda há muita gente que só pensa no Exército segundo estereótipos superados, de épocas há muito passadas, os quais são, por sinal, mais ajustáveis a Exércitos de outros países do que ao nosso.

Para tal modelo, simplistamente aceito, fruto quase sempre de apressadas generalizações, têm contribuído, inclusive, obras célebres da literatura universal, como da indígena, de todos os tempos. Ocorre-nos, pela boa fama de que goza até entre os militares, a "Servidão e Grandeza Militar", de Vigny. Consideramo-la mais perniciosa do que útil, por quanto conduz o leitor a sentimentos controversos, ora de pena, ora de aversão, ora de admiração pelos seus tipos focais, porém sempre, inevitavelmente, à convicção desfavorável quanto ao mais alto e puro sentido do cumprimento pleno, obstinado e consciente dos deveres militares.

Muitas pessoas há, no Brasil, hoje como outrora, que visualizam o Exército pela ótica mesquinha dos que preferem crer em aparências e em julgamentos preestabelecidos. Só são capazes de ver os exteriores e as exceções. Do Exército, registram apenas uniformes, desfiles, guardas, ações tipo policial, faxinas, esportes, continências e punições; imaginam quartéis sem atividade, engolfados em inútil rotina do dia-a-dia; criticam a burocracia do papelório e dos gabinetes, necessária mas incaracterística; e conservam a prevenção contra autoritarismo e prepotência e a suposição de carência geral de cultura — ou até de ignorância.

É melancólico dizer-se. Todavia, aqueles que, como nós, têm tido inúmeras ocasiões de travar contato, funcional ou não, com elites do interior brasileiro, mormente onde não há organizações militares, surpreendem-se com a sincera surpresa de figuras de gabarito local, quando têm oportunidade de testar o nível de conhecimentos, de toda ordem e não só profissionais, de nossa oficialidade. Confessamos, com freqüência, que haviam imaginado coisa bem diferente . . .

Pouco temos feito para divulgar o estágio cultural superior e o ótimo padrão profissional que já atingimos.

Nem se diga que é supérfluo fazê-lo. Não, não é. No nosso País, o Exército é e será, por muito tempo, uma força de marcante atuação no cenário social (ai compreendido o político, em alto sentido).

3. Parece-nos que o adequado esclarecimento da opinião pública teria, sempre, de insistir no ponto essencial: a Missão do Exército.

São deveres colocados bem no íntimo das atribuições de toda força armada, que tem uma alta e intransferível Missão, sinteticamente mas perfeitamente definida em textos legais ostensivos, como a Constituição e o Estatuto dos Militares. Pois essa Missão deveria ser explicada, em seus detalhes mais expressivos, por meio de artigos e reportagens bem orientados, simples, atraentes, em jornais de ampla penetração, e transcritos em jornais locais, das nossas cidades. E também nas revistas de maior circulação.

Aspecto importantíssimo é dizer-se como é que o Exército cumpre sua missão: o que ele faz e como o faz.

É mister uma ativa e bem montada campanha, para se revelar a correta dimensão nacional do Exército, no seu papel de Força Terrestre, isto é, desde a vida de caserna (serviços, instrução da tropa e dos quadros) até os exercícios em campanha, de todos os níveis. Nesse ponto, há de ser enfatizada a preparação do Exército para combater, seja na desvelada manutenção da ordem interna, seja na vigilância indormida contra qualquer possível inimigo externo — na defesa da Pátria, a todo transe, mesmo ao preço da vida.

As publicações oficiais, como "O Seu Exército" e o "Verde Oliva", muito bem estruturadas, mostram algo desse ângulo. Todavia, não são profusamente distribuídas; não atingem áreas onde exerçeriam excelente função informativa e neutralizadora; e, naquelas aonde chegam graças à existência de organizações militares, quedam restritas ao pessoal ligado às OM — ou seja, a quem menos carece de sua leitura.

4. Por certo, é necessário cuidado nas mensagens, que poderiam ser deformadas, aos poucos, no entendimento popular.

O caso das operações de Ação Cívico-Social do Exército constitui-se em exemplo muito significativo.

ACISO é tarefa louvável, ainda que seja ação subsidiária, no âmbito global das missões que cabe ao Exército cumprir. Se lhe for atribuído destaque além dos limites, dar-se-á a impressão de que seja tarefa essencial. Ora, o Exército a executa em caráter extraordinário. Com a ACISO, está preenchendo lacunas, está substituindo, com as atividades dos militares, aquelas que outros órgãos deveriam estar realizando. É ação meritória, indispensável ainda e por longo tempo, em face das condições brasileiras. Entretanto, sendo colocada em plano de excessiva importância, para a Força, e divulgada com demasiado destaque, poderá conduzir à seguinte indagação: "se isso é o trabalho mais importante do Exército, que lhe sobrará para fazer, quando cada setor da administração pública puder atender cabalmente às suas obrigações?"...

Uma resposta maldosamente sugerida conduziria à dúvida sobre a indispensabilidade do Exército. Voltamos a afirmar: somente o conhecimento daquilo que compete ao Exército fazer, primordialmente, e de como ele o faz, permanentemente, permitirá aparar-se toda má interpretação, casual ou dirigida.

Noutra ordem de idéias, ocorre-nos citar o trabalho das unidades de Engenharia de Construção.

Quem conhece a atuação dessas unidades, não pode sopitar intenso sentimento de orgulho patriótico. Os BEC, os Btl Ferroviários, os hoje extintos Btl Rodoviários, têm uma história de estoicismo, dedicação, precisão técnica, ação civilizadora, em meio a grandes e silenciosos sacrifícios. O que eles têm produzido para o País é uma obra magnífica, em clima de epopéia.

Divulgar as suas atividades, mostrando-as em tintas fortes, engrandece o Exército e eleva os militares, que se orgulham da sua Engenharia de Construção.

O trabalho pioneiro em que se empenham, rasgando a terra, implantando estradas, lançando pontes, ligando cidades e possibilitando o florescimento de novas cidades, enfim, humanizando e civilizando regiões interioranas, é fundamental para o Brasil, em fase de desbravamento de áreas — o que precisamos acelerar, valorizar e proteger.

Por sinal, não é só no Brasil que unidades militares são empregadas assim, em atuação de grande interesse comunitário. Isto acontece em países mais adiantados, mais ricos, de território já mais domado e de forças armadas mais dotadas de recursos, portanto mais voltadas, do que nos tem sido possível, para as atividades-fins da profissão. O exemplo dos EUA e da França, neste campo, é modelar.

Todavia, havemos de ter cautela no modo de destacar tão nobre trabalho. Por ser assaz louvável, mesmo desde um prisma eminentemente militar, nem por isso deixa de ter acentuada conotação civil, embora dentro do quadro maior da Segurança Nacional.

Logo, aqui também poderia ser argüido — por insinuações malévolas, mas capazes de convencer — que outros órgãos deveriam estar cumprindo essas missões de construção; e que o Exército estaria, nesses afazeres extras, como que tapando buracos, pela ausência de outrem . . .

Eis porque é impositivo assinalar-se que, ao mesmo tempo que prestam relevantes serviços (relevância, aliás, creditada oficialmente), essas unidades têm a oportunidade ímpar de aprimorar a sua preparação para o cumprimento de missões reais, pois estão funcionando efetivamente, na plenitude, naquilo que lhes caberá fazer numa situação bélica.

São esses beneméritos Batalhões, talvez, as OM do Exército que se podem considerar melhor treinadas, na paz, para cumprir missões de guerra.

Então, havemos é de enfatizar essa característica, ao difundirmos a sua ação em prol do nosso desenvolvimento. Seria uma maneira de não permitirmos o desvirtuamento da compreensão do trabalho deles: soldados em ação, construindo

para a Pátria, adestrando-se para se desincumbir da missão de bem servi-la, na paz ou na guerra.

5. Vê-se que falamos em guerra, diversas vezes. Por que não? É tempo de passarmos a falar, desassombradamente, naquilo que é a principal razão de ser da nossa Instituição.

Não é disfarçando essa motivação profissional que vamos projetar melhor a nossa imagem.

Seremos tanto mais queridos e mais respeitados, quanto mais sinceramente nos mostrarmos aos nossos concidadãos.

Sendo militares, integramos um grupo profissional peculiar, com uma missão definida. Para cumpri-la, o melhor que pudermos, temos de receber da Nação os meios indispensáveis — não só os mínimos, mas os adequados à estatura nacional — e merecer, do nosso povo, a compreensão, a confiança e o apoio, que vão compor o suporte moral imprescindível.

Como conseguir tudo isso, se não formos corretamente entendidos, bastante conhecidos e bem conceituados?

Como consegui-lo, se nos sentirmos acanhados em dizer, alta e nitidamente, para que existimos, como trabalhamos, o que fazemos e o que pretendemos, como expressão do Poder Militar, que somos — parcela atuante do braço armado do Poder Nacional?

Como consegui-lo, se disfarçarmos as motivações básicas do nosso ardor profissional?

Nossas motivações, que conformam o cenário do nosso trabalho cotidiano, que alimentam nosso entusiasmo, são a própria justificativa da nossa existência. Correspondendo a elas, não vivemos em vão!

Se a imagem do Exército não estiver ajustada a elas, será incompleta e soará falsa. Não nos satisfazendo bastante, não convencerá facilmente a ninguém.

Temos de divulgar a imagem certa, preservando-a em seu valor integral, pois assim — e só assim — ela nos será realmente útil, para nos apoiar no cumprimento da Missão do Exército, que almejamos seja o mais perfeito possível.



# O SETOR DE COMÉRCIO EXTERNO DO BRASIL

José Papa Junior

Bacharel em Ciências Econômicas e Sociais pela Universidade Mackenzie, com mestrado de pós-graduação pelo Instituto de Altos Estudos de Administração de Empresa (IMEDE) de Lausanne, Suíça.

E diretor do grupo empresarial Layra, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo e dos Conselhos Regionais do SESC e do SENAC, vice-presidente da Câmara de Comércio Internacional (ICC), membro do Conselho de Administração da Escola de Administração de Empresa da Fundação Getúlio Vargas e do Conselho da Universidade de São Paulo. Eleito "Homem do Ano" em 1976 pela Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, de Nova York.

E oficial da Reserva de 2º Classe do Exército Brasileiro.

**A**economia mundial caracterizou-se desde meados da década de 60 até quase o final de 1973, por uma fase expansionista. É bem verdade que as condições até então vigentes demonstravam a disposição, não somente dos "países industrializados" mas também dos "em desenvolvimento", e principalmente destes, em conseguirem maiores taxas de crescimento.

Todavia, no que diz respeito principalmente às matérias-primas, observou-se que sua oferta mundial, não sendo acompanhada pelos crescentes níveis da demanda, provocaria o desencadeamento do processo de elevação dos preços no mercado internacional, em fins de 1973.

Tal quadro, que já permitia antever prenúncios de uma desorganização econômica, viria a se saturar diante da eclosão da crise do petróleo que, sem dúvida, acabou por desmantelar a economia mundial, com danosos reflexos tanto aos países desenvolvidos, como principalmente, aos em desenvolvimento, não produtores de petróleo.

Desse modo, assistiu-se ao desenrolar de um período de recessão a partir de 1974, durante o qual foram quase praticamente quadruplicados os gastos nas importações do petróleo em vista das elevações de seu preço, determinadas pelos países da OPEP. Consequentemente, essa tendência altista viria alastrar-se consideravelmente, alimentando a inflação mundial.

Nesse contexto, enquanto se acumulavam os saldos em conta-corrente nos países produtores de petróleo, ocorriam crescentes saldos negativos nas contas dos demais países, pesando essa carga mais intensamente sobre o bloco em desenvolvimento.

Diante de uma conjuntura desfavorável, os países em desenvolvimento, ao mesmo tempo em que sentiam o forte impacto causado pela expansão nos gastos com importações, enfrentavam sérios obstáculos relativamente às exportações de seus produtos, face às medidas de caráter restritivo adotadas pelas nações, especialmente aquelas do mundo industrializado.

Nesse panorama, a economia brasileira seria afetada pelos efeitos decorrentes da crise internacional. Como resultado das distorções, o ano de 1974 já apresentava a economia brasileira com um déficit em conta-corrente superior a 7 bilhões de dólares, dívida essa que, para ser coberta, além de reduzir o saldo de nossas reservas (em 73 correspondiam a 6,4 bilhões de dólares), implicaria o crescimento, como bola de neve, de nossa dívida externa.

A continuidade do processo exigiu, por parte das autoridades governamentais, o reexame e adaptação da política econômica à nova realidade. Diante da necessidade de desaceleração do ritmo da economia, que até o período anterior à crise crescia a taxas espetaculares, a estratégia adotada procuraria compatibilizar, na medida do possível, os níveis de crescimento com dois fundamentais objetivos. Por um lado a contenção do processo inflacionário, e, por outro, o ajuste do Balanço de Pagamentos.

Quanto ao segundo objetivo, procurou-se incrementar ainda mais as exportações através da política cambial e, principalmente, do aperfeiçoamento e expansão do sistema de incentivos fiscais e creditícios. No tocante às importações, visando à redução de seus níveis, foram acionados instrumentos entre os quais o Depósito Compulsório. Além disso, maior ênfase foi dada ao processo de substituição de importações, através do direcionamento de investimentos a setores prioritários, para a produção de bens de capital e produtos de base.

## **EVOLUÇÃO DA POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR**

Vale lembrar que a política de industrialização através da substituição de importações não é propriamente de nossos dias, podendo inclusive descortinar-se seus primeiros sintomas no protecionismo aduaneiro erguido, no final do século XIX, na área têxtil. Mas até 1945, não houve uma sistemática racional e operacional de industrialização, e menos ainda, qualquer planejamento junto da indústria manufatureira, no sentido da exportação. A partir de 1946, porém, ensaiam-se os primeiros

esquemas protecionistas racionais, através das taxas múltiplas de câmbio, e do esforço de industrialização, mais enfático depois de 1956. A partir de 1974, pelas razões aqui analisadas, o esquema protecionista como que se reforçou e sofisticou.

Paralelamente, vemos iniciar-se, sobretudo depois de 1964, uma maior ênfase racionalizada e planejada das exportações. Dois instrumentos foram basicamente utilizados: o incentivo fiscal, e a política de minidesvalorização cambial. No que se refere à primeira ordem de medidas, adiante se fará referência crítica a sua dinâmica, sem se cuidar obviamente, de as descrever.

Quanto às minidesvalorizações, procuram compatibilizar a necessidade de fomento da exportação, através da aproximação ao câmbio real, com os problemas da importação e do endividamento externo. O gradualismo, em si mesmo, é aceito pacificamente, mas discute-se a ampliação e periodicidade das desvalorizações propriamente ditas — ou, por outras palavras, o grau de defasamento com o valor real do cruzeiro.

Os resultados que vêm sendo conseguidos nas vendas ao Exterior, em função dos instrumentos adotados na política de comercialização externa, sem dúvida contribuiram para a diversificação da pauta de exportações.

Além disso, outro ponto fundamental ligado a esse esforço de exportação diz respeito à exploração de novos mercados, criando melhores perspectivas para a venda de nossos produtos. Tal fato, que já vem ocorrendo, e que tem apresentado resultados satisfatórios, poderá vir a compensar no futuro possíveis quedas nas vendas aos mercados tradicionais, representados em razoável grau por países industrializados, nos quais vêm-se intensificando as dificuldades para colocação do produto brasileiro, especialmente no que concerne aos manufaturados.

Nesse contexto, a partir desses fatores de fomento às exportações, pode-se ter uma idéia do desempenho de nossas vendas em 1977, tomando-se como base o ano de 1976. Quanto à Comunidade Econômica Européia, obteve-se um acréscimo correspondente a 38%. Com relação à América do Norte, apesar da redução nas exportações ao Canadá, conseguiu-se ainda um crescimento da ordem de 21%. Relativamente à ALALC, a expansão atingiu a 20%. No caso do Japão, o crescimento alcançou a 18%.

Por outro lado, ainda com maior destaque, merecem citação as exportações ao bloco econômico não industrializado e caracterizado como novos mercados, onde verificaram-se os acréscimos de 850%, 28% e 36%, nas vendas à Ásia, África e Oriente Médio, respectivamente.

## A CONJUNTURA ATUAL

Este panorama nos dá uma idéia quanto à evolução na área do comércio exterior, a partir de um conjunto de medidas acumuladas nos últimos anos, visando especialmente o fomento às exportações.

Contudo, se a adoção dessas medidas implicou o abrandamento da conta de comércio, que, de um déficit de 4,7 bilhões de dólares em 1974, foi reduzido a

3,5 bilhões em 1975, 2,2 bilhões em 1976, chegando a um superávit da ordem de 140 milhões em 1977, a necessidade de se cobrir os saldos negativos em transações correntes, face aos crescentes déficits na conta de serviços, produziria como consequência a elevação da dívida externa.

Ainda com relação à política econômica aplicada no período, é importante ressaltar que, no tocante ao crescimento da economia, obtiveram-se as taxas de 9,6% em 1974, 4,2% em 1975, 8,8% em 1976 e 4,7% em 1977, sendo que estas, embora inferiores àquelas conseguidas nos anos que antecederam à crise, ainda assim foram bastante expressivas se comparadas com as taxas verificadas na grande maioria dos países.

No conjunto, é bem verdade que, se houve ao mesmo tempo a possibilidade de cobertura do déficit em conta-corrente e a manutenção da taxa de crescimento do produto em níveis razoáveis, tudo foi possível graças ao crescente endividamento externo que ao final de 1977, apresentava um nível da ordem de 31 bilhões de dólares.

Em que pese o esforço governamental, o momento econômico por que passamos ainda apresenta grandes dificuldades, não havendo perspectivas para melhores resultados, principalmente quanto à contenção do processo inflacionário e ao ajuste no Balanço de Pagamentos. Sem dúvida, não se pode esperar que o país continue a absorver capitais externos nos níveis em que vem ocorrendo, caso contrário seria levado a um grau de endividamento insuportável. E, como sabemos, o maior ou menor ingresso de capitais ficaria na dependência, basicamente, de substancial expansão das exportações, e da eventual redução do déficit na conta de serviços.

O ano de 1978, segundo estimativas preliminares, deverá apresentar uma dívida externa em torno de 40 bilhões de dólares. No que se refere à Balança Comercial, grandes são as possibilidades de que seu déficit venha a se aproximar de um bilhão de dólares. Nesse quadro, devemos levar em conta a ocorrência de determinados fatores negativos que reduzem certamente as possibilidades de satisfatório desempenho de nossas exportações, que deverão aproximar-se dos 12 bilhões de dólares. Assim, diante do excelente desempenho que vem caracterizando as exportações de manufaturados, apesar das medidas protecionistas adotadas por vários países, vislumbra-se que seu acréscimo dificilmente deve compensar a considerável queda nas exportações de produtos primários, que representam parcela significativa na pauta das exportações.

Convém ainda ressaltar que, independentemente de quaisquer alterações que possam vir a ocorrer ainda em 1978, que de certa forma já apresentam resultados mais ou menos definidos, devemos nos voltar para os próximos anos, nos quais, a atividade econômica nacional, em muito dependerá do incremento das exportações.

Todo este contexto se agrava na conjuntura das negociações do GATT, onde o Brasil lidera um vasto grupo de países em desenvolvimento. Nossa ação se destina a garantir, por um lado, tratamento justo e adequado para as nações

economicamente mais débeis, que constituem aliás maioria esmagadora; e por outro lado, impedir que as grandes potências industriais dominem a estrutura do comércio internacional, e imponham esquemas de protecionismo que só a elas interessam. Sabe-se que a estrutura orgânica do Acordo Geral facilita este tipo de assimetrias do regime, pois a multilateralidade de negociações, e a própria cláusula de nação mais favorecida, na prática política e diplomática, levam a essa situação.

Assim sendo, as reivindicações do Brasil, no que respeita ao tratamento diferenciado para as economias em desenvolvimento, à cláusula de dano para a imposição de restrições protecionistas, e sobretudo, à legitimidade dos incentivos à exportação, são reivindicações justas, e correspondem às necessidades vitais da esmagadora maioria dos países.

## INCENTIVOS À EXPORTAÇÃO

Muito se tem falado, realmente, acerca dos incentivos à exportação, agora contestados, como se sabe, no âmbito do GATT. Vale lembrar, antes de mais nada, que a crise energética teve ainda como efeito secundário, a radicalização do mercado internacional, na medida em que os déficits da conta de petróleo obrigam todos os países a um esforço redobrado na linha de exportação e a intensificação das medidas de protecionismo, e das barreiras à importação. O contraste com a década de 60, durante a qual os países industrializados, através do Sistema Geral de Preferências, criaram mecanismos de apoio e facilitação das exportações dos países em desenvolvimento é pois gritante, face à agressividade comercial das grandes potências econômicas.

Sucede porém que os países que mais reclamam contra nosso sistema de incentivos à exportação, praticam igualmente seus próprios sistemas. Essa razão moral e jurídica que nos assiste, pode admitir, como o governo aliás tem repetido, certa adaptabilidade do sistema brasileiro à nova ordem internacional definida pelo GATT, mas não a supressão pura e simples da política de incentivos à exportação. Essa, realmente, é justa e necessária, pois cabe-lhe não pequena parte de mérito, no sucesso de nossas vendas ao exterior.

De tal forma que tem sido desejo das Entidades de Comércio estender ao exportador-comerciante o regime de incentivos em análise.

Incontestavelmente, é imprescindível a união de esforços, visando ao incremento de nossas exportações. Todavia, como sabemos, tem sido vedada, ao comércio em geral, participação ativa nas exportações, uma vez que não pode beneficiar-se diretamente dos estímulos fiscais, que são conferidos à indústria e às empresas comerciais exportadoras (*trading companies*).

Nestas circunstâncias, sempre que o comerciante deseja exportar, deve vincular-se ao industrial, pois somente através deste se consubstanciam os estímulos ou os benefícios que a lei concede à exportação.

Tal vinculação cria sérios problemas ao comerciante exportador, muitas vezes porque ao industrial pode não interessar exportar, por entender que o merca-

do interno lhe é satisfatório, ou porque, em se tratando de empresa com ligações internacionais, deve obedecer à delimitação das áreas de influência, em que não pode penetrar.

Por outro lado, sucede freqüentemente que as quantidades absorvidas por determinado mercado externo não são economicamente viáveis ao industrial, por serem pequenas em relação ao processamento da exportação. Pelo contrário, o comerciante exportador, mais maleável e ágil em sua ação, pode formar lotes heterogêneos de mercadorias diversas (pacotes) e de variada origem e natureza, atingindo, assim, quantitativos de alto significado econômico, com minimização de custos.

Ora, os incentivos à exportação devem ser concedidos àquele que realmente exporta, seja empresário industrial ou comercial, médio, pequeno ou grande.

Dentro dessa linha de idéias, parece que deveria ser estabelecido um esquema que, aproveitando a sistemática atual dos estímulos à exportação, pudesse alcançar também os comerciantes em geral, com manutenção dos benefícios existentes. Não se pretenderia, portanto, a criação de novos estímulos, mas apenas a aplicação, dentro do espírito da lei, do atual sistema às empresas exportadoras em geral, com o que se obterá a diversificação e ampliação das exportações, mediante a participação também da pequena e média empresa.

Esse esquema consistiria, em resumo, em permitir que o comerciante exportador pudesse recuperar o valor que pagou a título de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), nas compras efetuadas, no mercado interno, de mercadorias que sejam efetivamente exportadas.

Em outras palavras: o comerciante exportador adquiriria a mercadoria do industrial ou do comerciante, com o pagamento do IPI e do ICM; se efetivasse a exportação, obteria a restituição dos valores desses tributos, que foram pagos quando da aquisição da mercadoria, e que constam das respectivas notas fiscais. Beneficiar-se-ia, também, com os respectivos prêmios à exportação, previstos na lei.

Aliás, tal esquema não constitui propriamente novidade, pois se ajusta perfeitamente às disposições legais ora existentes, inclusive às constantes no Decreto-lei nº 491, de 05 de março de 1969, regulamentado pelo Decreto nº 64.833, de 17 de julho de 1969.

Evidentemente, a sistemática em questão poderia ser aperfeiçoada, através das medidas que as autoridades governamentais viessem a julgar aplicáveis. Nesse sentido, pode-se esperar que a adoção deste esquema em muito poderá contribuir para o aumento de nossas exportações.

## NOVA ÓTICA NA POLÍTICA DE EXPORTAÇÃO

Assentemos pois na essencialidade e na eficácia do sistema brasileiro de incentivos à exportação. Mas essa realidade não obsta a que se considere a neces-

sária complementaridade dessa política que, além de ser extremamente vulnerável em termos internacionais, não esgota nem de longe o quadro de desenvolvimento do comércio externo nacional.

Por vezes, há a sensação de que nossos exportadores e as entidades oficiais estão mais preocupados com os incentivos à exportação do que com a exportação propriamente dita: mais preocupados com os benefícios fiscais à produção e à comercialização no exterior. Ora, o incentivo destina-se a "ajudar" ou facilitar qualquer coisa de substantivo — precisamente, a venda de produtos no exterior.

A exportação é, em si mesmo, um ato de comércio praticado num mercado externo. Esse ato de comercialização envolve uma série de componentes, uma delas o preço. E os incentivos incidem exatamente sobre a componente-preço e aí se esgotam. Claro que o barateamento do processo permite ao mesmo tempo a maior competitividade e até certa melhoria da qualidade. Mas trata-se de intervenção prévia, adjetiva do ato de exportar. Este constitui a matéria substantiva do comércio exterior. Importa, pois, uma análise pragmática de problemas de fretes, uma comparação de mercados a sensibilizar, uma redefinição do elenco de produtos adequados a cada mercado, uma análise do calendário de feiras e missões comerciais — em suma, um planejamento também voltado para atos concretos de comércio e marketing exterior.

Outro fator de extrema importância que poderia contribuir para o desafogo do Balanço de Pagamentos, é a agroindústria.

A exportação de produtos agrícolas "in natura" sofre uma série de controles, que não atingem, em sua plenitude, os produtos industrializados. Entre estes controles podem ser citados: exportações vinculadas a formação de estoques, obrigatoriedade de venda de parte da produção no mercado interno, controle rígido de qualidade, estabelecimento de quotas, etc.

A ampliação das vendas de produtos agrícolas industrializados ao exterior traria vantagens com relação a esses controles, já que a industrialização permitiria que vários deles fossem eliminados, como é o caso dos estoques, que é menos problemático do que no caso de produtos "in natura", além do controle de qualidade mais simples.

Em resumo, o estímulo às exportações de produtos agroindustriais poderia ser somado ao das exportações de produtos "in natura", o que permitiria a obtenção de resultados mais positivos nas transações com o exterior. Sem dúvida os benefícios que poderiam resultar de uma mudança de enfoque na política de exportação, com ênfase na agricultura, corresponderiam a uma maior receita líquida de divisas, que é o objetivo da atual política econômica.

## CONCLUSÃO: O MODELO EXPORTADOR

A dicotomia mercado interno/mercado externo, em rigor, tende a desaparecer: a internacionalização das relações no plano econômico, como no plano social,

como ainda, inclusive, no plano individual — comunicação instantânea, massificação do turismo — esbatem as barreiras do isolamento, e criam, no campo específico da produção e comércio, uma potencialidade exportadora automática, inerente ao simples ato de colocar o produto no mercado.

E, por outro lado, o próprio perfil da conjuntura, obriga à definição de um modelo econômico exportador. Antes de mais, não há economias fechadas: as experiências históricas recentes, todas de expressão socialista-marxista, ou socobraram num atraso que as obrigou ao relacionamento externo (Europa de Leste, URSS, mais recentemente a China), ou cairam num anacronismo estagnado (Albânia), ou conduziram ao mais sangrento dos genocídios (Camboja).

Estes são os modelos radicais. Mas a própria situação das economias ocidentais, sujeitas à crise que acima referimos, obrigou a uma reformulação profunda dos esquemas de relacionamento internacional, agora caracterizados por uma concorrência selvagem.

Os déficits de pagamentos internacionais atingiram também todo o processo de desenvolvimento econômico: um grupo reduzidíssimo de nações — concretamente, os 13 países da OPEP — apregãoando muito embora sua solidariedade para com os países do terceiro mundo, que a política econômica desmente, criaram um desequilíbrio global de gravíssimas consequências.

O caso brasileiro, como todos sabemos, assume particular gravidade, pois o processo de desenvolvimento econômico e social chegou a um ponto irreversível de progresso, mas tem ainda larga margem de melhoria a percorrer.

Não pode o país, dessa forma, travar o processo, e não pode por isso, salvo em áreas de menor importância, evitar a importação caudalosa de petróleo. Impõe-se, sem dúvida, a intensificação dos programas de pesquisa energética, de perfuração de jazidas e de apuramento tecnológico de alternativas: mas de qualquer forma não vale a pena alimentar ilusões acerca da extrema dependência em que o Brasil se encontrará, nos anos próximos, relativamente à importação maciça (e cada vez mais onerosa) do petróleo.

Dessa forma, não há como não admitir como único viável o modelo exportador da economia nacional, sob pena de acordarmos um dia sem capacidade para sequer movimentar o país. E nem se diga que tal circunstância prejudicará o mercado interno: a repercussão na produção industrial, a estabilização de preços, a transferência de tecnologia, são outras tantas vantagens para a globalidade da atividade econômica.

Interessa, isso sim, harmonizar adequadamente a economia nacional, e seus fatores integrantes, por forma a não prejudicar qualquer segmento: nesse aspecto se defendeu, acima, a maior participação do comércio no processo exportador. E designadamente, das pequenas e médias empresas comerciais, desde que, obviamente, atinjam a dimensão mínima necessária para a intervenção no mercado internacional.

Esclareça-se, para terminar, que importa também impedir a prossecução da tendência estatizante, verificada no processo de exportação nacional. Vale lembrar que o setor privado demonstrou uma exemplar capacidade de resposta, nesta área; mas não só a definição e planejamento da atividade exportadora lhe escapa por completo, como inclusive, a própria concretização começa a ser dominada por organismos públicos e empresas estatais.

Não se pretende negar ou prescindir da ação das empresas públicas junto dos mercados externos. Mas entende-se que ao Estado deve caber sobretudo a abertura dos novos mercados, assumindo a iniciativa privada, como é próprio da economia de mercado que nos rege, o encargo da concretização comercial.

Entende-se pois que ao setor privado nacional deve caber, portanto, maior participação no comércio externo do Brasil.



# QUESTÕES DE INGLÊS, MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS, GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO CONCURSO DE ADMISSÃO À ECUME — 1978

## PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

1. **PERÍODO:** 1848-1851. **LUGAR:** França.

2. **PERÍODO:** 1848-1851. **LUGAR:** França.

## PROVA DE INGLÊS

### 1<sup>º</sup> QUESTÃO (Valor: 7,0) (TRADUÇÃO)

#### WHEN TO ATTACK

The commander of larger forces weighs carefully the ability of his force to overcome enemy defenses and to cope with enemy counterstrokes. He undertakes the offensive whenever he believes his maneuver and fires will inflict disabling personnel and material losses on enemy units, neutralize major forces, or accomplish some lesser effect for a specific purpose.

The goal of some attacks is to establish control over key terrain, airlanding or water-crossing sites, ports, oilfields or other natural resources, roads, railways, or political, population, or communication centers. Capture of these features denies

them to the enemy, controls them for our own purposes, and positions our forces for future operations.

If the commander prepares his attack skillfully, the enemy will not readily know whether the attack is for a limited objective or represents the onset of a major offensive. Therefore, attacks can be a means of deception whereby the commander can tie down enemy units in defensive or blocking positions while he concentrates major forces elsewhere.

**2º QUESTÃO (Valor: 3,0)**

(COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO)

**IRAN: ASPIRING POWER**

Iran's immediate goal is to catch up with European standards. In the past few years, the country has made great strides in agriculture and industry, and, of course, the production of raw petroleum. The Federal Republic of Germany and France have installed four nuclear power plants. Deep-water ports have expanded greatly and are still growing. According to the Fifth Five-Year Plan for development, Iran's per capita income should equal that of Common Market countries within 12 years.

However, Iran still has many problems. One of the major obstacles to economic growth and transformation into a Middle East superpower is the inadequate land transportation system. Of the approximately 34 million Iranians, almost 56 percent live off the land, and only 40 percent of the Iranians over the age of 6 can read or write. Corruption influences the inflated economy.

The strategic significance of Iran continues to grow. Considering that 200 tankers daily cross the Strait of Hormuz (connecting the Persian Gulf and the Gulf of Oman), that 90 percent of all Japanese petroleum imports must take this route, that Great Britain is unable to retain control of its bastions east of the Suez, and that the United States cannot be omnipresent, the geographical importance of this country is apparent.

**ANSWER, IN PORTUGUESE, THE FOLLOWING QUESTIONS, CONCERNING TO THE FORMER TEXT:**

- 1 . What gulfs does the Strait of Hormuz connect?
- 2 . What has been done in Iran to improve the ports system?
- 3 . What is the duration of Iran's development plans?
- 4 . What bulwarks cannot Great Britain control?
- 5 . What percentage of Iranians doesn't earn the life from the land resources?
- 6 . What is Iran's immediate goal?

7. What is one of the major factors that thwarts Iran's economic growth and its transformation into a local power?
8. What is the percentage of illiterates over the age of 6 in Iran?
9. How many nuclear power plants have the Federal Republic of Germany and France installed in Iran?
10. In how many years will Iran have the Common Market per capita income?
11. What consideration, concerning to the USA, has contributed for the growing of Iran's geographical importance?
12. In which branches of activity has Iran made great progress recently?

## PROVA DE MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS

### 1<sup>o</sup> QUESTÃO (Valor: 4,0)

#### 1. SITUAÇÃO

A ação do Movimento Comunista Internacional desenvolve-se na AMÉRICA LATINA e no BRASIL segundo determinadas "linhas de atuação política".

Entre elas, podemos citar a *ortodoxa* e a *maoista*.

#### 2. PEDIDO

Compare as duas "linhas" apresentadas quanto aos seguintes aspectos:

- a. Centro irradiador de cada "linha";
- b. Tipo de organização condutora do movimento no país-alvo;
- c. Localização da ação principal (áreas rural ou urbana);
- d. Forma de luta adotada prioritariamente;
- e. Papel relativo das classes operária e camponesa.

### 2<sup>o</sup> QUESTÃO (Valor: 6,0)

#### 1. SITUAÇÃO

A deposição de SALVADOR ALLENDE, em 11 Set 73, encerrou de maneira violenta o processo iniciado com a vitória das esquerdas nas eleições presidenciais de 1970, para a implantação do socialismo no CHILE.

Esse processo adotou concepções distintas durante suas duas etapas (Mar 70 a Mar 73 e Mar 73 a Set 73).

#### 2. PEDIDO

Apresente as duas concepções políticas adotadas no processo revolucionário chileno e indique os fatores que determinaram o malogro daquele processo.

## PROVA DE GEOGRAFIA

### 1º QUESTÃO (Valor: 5,0)

Analise a atual situação energética mundial e apresente as razões que levaram o governo brasileiro a implantar o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL).

Conclua, expondo os benefícios sócio-econômicos que advirão do estabelecimento do referido programa.

### 2º QUESTÃO (Valor: 3,0)

Cite, justificando, as causas que levaram o governo brasileiro a realizar a divisão do antigo Estado de MATO GROSSO.

### 3º QUESTÃO (Valor: 2,0)

Apresente as razões que justificam o interesse do BRASIL pelo Continente Antártico.

## PROVA DE HISTÓRIA

### 1º QUESTÃO (Valor: 6,0)

Analise os fatores que condicionaram a formação do federalismo brasileiro, no período de 1530 a 1822, e conclua quanto às suas repercussões para a evolução política do BRASIL IMPÉRIO.

### 2º QUESTÃO (Valor: 4,0)

Cite as consequências imediatas da 2ª Guerra Mundial para a EUROPA e indique, também, as implicações daquele conflito para o BRASIL e para a ÁFRICA NEGRA.



# INFORMAÇÕES

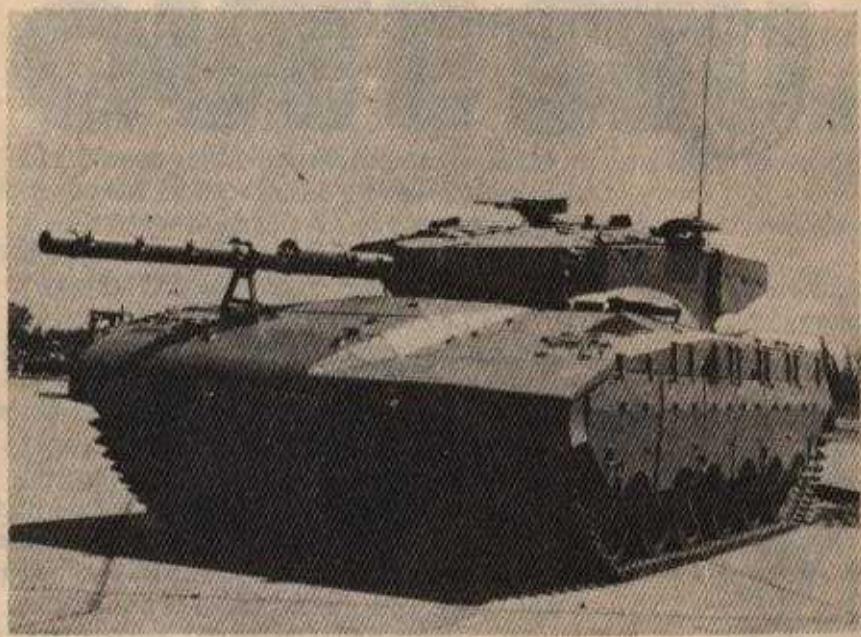
## CANHÕES DE CARGA PROPULSORA LÍQUIDA

**N**a exposição realizada pelo exército norte-americano em Washington, a General Electric proporcionou uma das poucas surpresas com sua maquete de um canhão de carga propulsora líquida.

Segundo um porta-voz da Associação do Exército norte-americano (AUSA) foram efetuados satisfatoriamente mais de 400 tiros utilizando um tubo de 25 mm, acoplado a uma culatra experimental carregada com propelsores líquidos e recorrendo a injeção direta do combustível, com o "bombreamento regenerador" do mesmo. Este método proporciona ao processo de combustão umas características de regularidade superiores às obtidas com a técnica mais sensível de carga

"a granel" (utilizada com o canhão de 75 mm, de propelsores líquidos do programa DARPA HIMAG). A possibilidade de controlar a combustão permite obter na câmara uma curva de pressão constante que dá um grande ganho de velocidade.

Tendo em conta as vantagens potenciais das cargas propulsoras líquidas sobre os cartuchos clássicos — em particular a possibilidade de modificar constantemente a potência da carga de projecção, a simplificação dos meios logísticos e as operações de carga, a superior cadência de tiro, o aumento das dotações de munição e a maior segurança — o Exército está empreendendo no arsenal de Picatinny um programa de pesquisa sobre as cargas propulsoras líquidas.



**CARRO DE COMBATE ISRAELENSE — "CHARIOT" UMA GRANDE INOVAÇÃO?**

**S**egundo um porta-voz do Ministro da Defesa, várias razões levaram Israel a desenvolver esta viatura blindada, em vez de adquiri-la de fabricantes estrangeiros: exigências operacionais singulares no Oriente Médio; as lições aprendidas nos combates anteriores de blindados; e o desenvolvimento industrial e tecnológico do país, que já alcançou níveis capazes de assegurar o empreendimento.

Não obstante nenhuma característica do Chariot tenha sido ainda divulgada, várias fontes atribuem-lhe o peso de 56 toneladas, dizem-no dotado de um canhão de 105 mm com aparelho de pontaria a laser e com capacidade para transportar 62 projéteis. O motor, montado na frente da viatura, deve ser um Teledyne Continental de 900 HP, de fabricação americana.

O jornal soviético Estrela Vermelha mencionou que o carro de combate tem uma tripulação de 4 homens e que pode transportar 10 soldados de infantaria em sua câmara traseira.

O mesmo porta-voz israelense declarou que o custo de produção do Chariot compara-se a de outros CC que estão sendo fabricados atualmente por outros países, porém será mais barato do que aqueles em desenvolvimento pelo Bloco Ocidental para uso futuro.

**Military Review**

Este carro apresenta uma grande inovação. Pelas suas características nota-se que é, ao mesmo tempo, um carro de combate e uma VBTP, realizando, no mais alto grau, a tão almejada integração infantaria-carro. Essa será, sem dúvida, também uma solução econômica, pois elimina uma viatura — a VIC (Viatura de Combate de Infantaria) e todos os problemas que lhe acompanham: suprimento, manutenção, comunicações etc. Mas taticamente será uma boa solução, apesar da integração infantaria-carro que possibilita? Quanto perdem esses elementos em flexibilidade? Até que ponto essa solução prejudicará a manobrabilidade e mobilidade da principal arma do campo de batalha, o carro de combate?

**PROTELADA SOLUÇÃO DO VCI NORTE-AMERICANO**

**A** viatura mecanizada de combate de Infantaria (MICV) também denominada IFV (Infantry Fighting Vehicle) ou, simplesmente VCI (Viatura de Combate de Infantaria) que passou a ser denominada MICV TBAT II, quando artilhada com o míssil dirigido TOW, além do canhão de 25 mm (MR-Ago 77), teve sua produção mais uma vez protelada.

Essa viatura recebeu do Tribunal de Contas norte-americano pesadas críticas, onde foi tachada de barulhenta, vagarosa, cara, vulnerável e facilmente identificável por causa da emissão de fumaça.

O Tribunal aconselhou que se procurasse aumentar a eficiência da viatura mediante modificações de custos aceitáveis ou examinar outras soluções. Seu preço (valor de 1976) era de 380.000 dólares.

O IFV seria o primeiro veículo de combate de infantaria concebido especialmente para acompanhar os carros no campo de batalha. Deveria ser posto em serviço a partir de 1981 e daria à Infantaria maior mobilidade e uma potência de fogo inigualável até agora, face a seu artilhamento.

Depois do parecer do Tribunal de Contas e 12 anos de esforços, com gastos da ordem de 93 milhões de dólares, o secretário de Defesa dos EUA informou que mandara realizar estudos a fim de chegar a uma solução menos onerosa. Uma das modificações será, sem dúvida, a manu-

tenção de um único tipo de armamento principal, o canhão ou o TOW.

**Revista International de Defense, Nº 1 e 2/78 e Military Review Ago 77**

**CARRO BLINDADO DE EXPLORAÇÃO — "JARARACA"**

**A** ENGES SA desenvolveu uma viatura blindada para substituir o "Jeep", particularmente nos Pelotões de Cavalaria Mecanizada.

As provas a que foi submetida comprovaram sua aptidão para utilização em qualquer terreno. Sua mobilidade é superior à do Jeep, desenvolvendo 30 km/h em terrenos accidentados e foi projetada para uma guarnição de 4 homens.

O "JARARACA" pode ser armado com uma metralhadora ou um canhão de 20 mm.

Todas essas características mostram que essas viaturas substituirão com vantagens o "Jeep" nas seções de exploradores.

Além do armamento antes citado, o "JARARACA" pode ser artilhado com um Can SR de 106 mm, funcionando, neste caso, muito mais como uma viatura de transporte do que como viatura de combate.

Os testes utilizados com a viatura mostraram-se bastante satisfatórios, tendo a comissão deles encarregada apontado alguns senões de fácil remoção, que uma vez corrigidos poderão dar maior comodidade à guarnição e tornar mais fácil o desembarque para o combate ou o abandono da viatura.



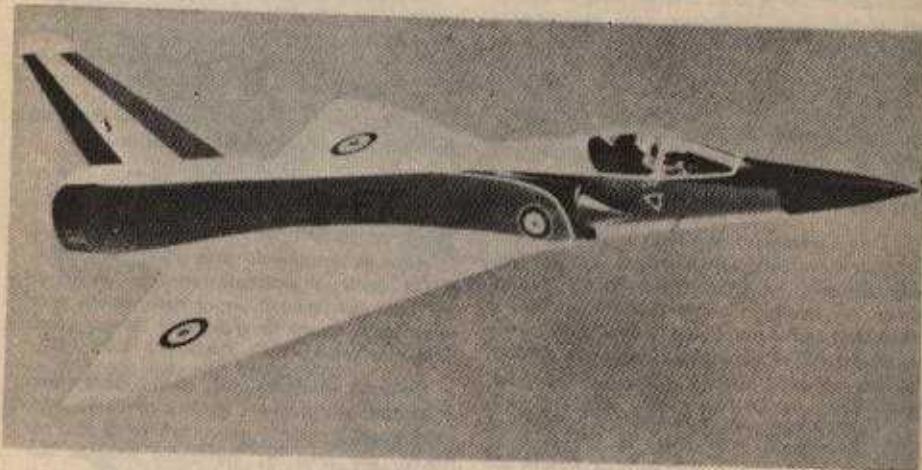
**MIRAGE 2000 — FRANÇA**

O novo interceptor Mirage 2000 foi projetado como uma versão melhorada do Mirage III e para se tornar o precursor de uma nova família de aeronaves para reconhecimento, caça, apoio terrestre e missões de treinamento. Sua vida útil está prevista para 20 anos, estando o seu primeiro voo marcado para o próximo ano e as entregas das primeiras unidades, para 1982.

O jato de duas turbinas possui as asas em delta, com uma melhor conexão aerodinâmica

entre estas e a fuselagem, resultando numa resistência menor ao vento e num bom alojamento para o tanque de combustível. O motor desta aeronave de 10 toneladas é o SNECMA M53, com uma relação peso-potência de 1 para 1. As velocidade e altitude máximas são mach 2,2 e 18.000 metros (59.055 pés), respectivamente. O Mirage 2000 será dotado de dois mísseis Matra Super 530.

*Armées d'aujourd'hui — 1977*

**SISTEMA LASER PARA A PRÁTICA DE TIRO**

A International Laser Systems, criou um novo sistema de treinamento de tiro denominado Lasertrain LT 100. Este sistema inclui uma réplica do fuzil M-16, com um emissor de laser montado no cano, um conjunto-alvo com previsões para distâncias de 25 a 300 metros e uma unidade monocromática de registo, dotada de ligações elétricas.

O sistema utiliza corrente alternada de 120 a 240 volts. O emissor dispõe de uma bateria recarregável, alojada na coroa da arma, que permite 200 disparos antes de receber nova carga. Não existe nenhum cabo ligado ao emissor que possa dificultar a pontaria.

O atirador dispara um feixe de raios laser sobre o conjunto-alvo, situado a 10 metros de distância, produzindo, ao mesmo tempo, um som



Conjunto fuzil/emissor laser

bastante audível, semelhante ao de um gatilho sendo acionado. A localização precisa dos impactos no alvo é projetada de imediato sobre a tela da unidade de registro. Um sistema de memória pode armazenar os dados de cada tiro isolado ou um grupamento de oito, possibilitando assim ao instrutor fazer correções rápidas e definidas na técnica de tiro.

*Um interruptor de seleção existente no fuzil permite a operação como arma automática ou semi-automática.*

Military Review Jan 78

#### MÍSSEIS DE 2ª GERAÇÃO EM VEÍCULOS DE RECONHECIMENTO

**F**otografias, tomadas em novembro, na Praça Vermelha, em MOSCOU, mostraram uma nova versão do veículo blindado sobre rodas, BRDM-2 (BTR-40 PB). Esta nova versão apresenta um lançador quíntuplo, montado em um suporte giratório, que parece levar mísseis antacetano guiados da segunda geração. As dimensões e a forma dos tubos de lançamento, assim como seu modo de fixação, indicam que a conceção do míssil e, por conseguinte, sua potencialidade, devem ser parecidas com as do "Milan" da "Euromissile" e que o lançamento se efetua sem retrocesso.

O BRDM-2 é um veículo blindado, semipesado, anfíbio utilizado juntamente com o PT-76, nas unidades de reconhecimento do Pacto de Varsóvia, onde substituiu o BRDM. O BRDM-2 tem um raio de ação de 750 km e desenvolve, em estrada, a velocidade de 95 km/h. Sua guarnição varia de 2 a 4 homens.

*Por estas fotografias pode-se notar um visor periscópico giratório à frente e à direita e a escotilha que permite recarregar os tubos do interior do casco. Esse veículo usa provavelmente, pelo menos 15 mísseis de reserva, ou seja o suficiente para três cargas sucessivas.*

Revista International de Defesa

#### XM-1 TERÁ CANHÃO DE ALMA LISA DE 120 mm

**E**ste ano os EUA decidiram armar seu novo carro XM-1 com o canhão Rheinmetall de alma lisa de 120 mm. A condição imposta foi que o Ministério de Defesa alemão permita que a peça e a munição sejam fabricadas nos EUA.

Durante a avaliação comparativa realizada em dezembro de 1977 no polígono de Aberdeen-Maryland se comprovou que a peça alemã era, em geral, algo superior ao canhão raiado inglês M 13 A, também de 120 mm. Este último já se mostrava bem superior ao canhão raiado norte-americano de 105 mm, em uso nos carros dos EUA.

Essa decisão, todavia, não foi ainda anunciada oficialmente, mas o retardado desta medida se prenderia apenas a problemas de custos ainda não completamente resolvidos.

Como esses canhões não poderão ficar prontos antes de 1982 é bem provável que os primeiros XM-1 sejam armados com o canhão norte-americano de 105 mm.

Revista International de Defesa Nº 1/78



## LIVROS

**A HUMANIDADE E A MÃE-TERRA**, Arnold Toynbee, tradução de Helena Maria Camacho Martins Pereira e Alzira Soares da Rocha, Zahar Editores, 1978, 774 págs.

**E**m edição da Zahar, os leitores brasileiros têm agora a oportunidade de conhecer a última obra de Arnold Toynbee. Em 774 páginas o historiador e ex-editor de estudos do Royal Institute of International Affairs de Londres, recentemente falecido, traça a saga da humanidade desde 70000 a.C. até 1973 AD. Não se limita a um relato frio da peregrinação do homem na biosfera do planeta Terra, não fura Toynbee antes de mais nada um filósofo da história. Consciente da enormidade da tarefa proposta, Toynbee busca apresentar uma visão pan-

râmica e abrangente da história da Humanidade, certo das limitações inerentes ao método narrativo que adota.

Uma característica que logo sobressai neste "Testamento Espiritual" é a fabulosa fluência do autor. Com isto, e graças ao talento do mestre, o leitor vê-se na ilusão de testemunhar fatos há muito ocorridos. Outra característica interessante reside na absoluta falta de visão etnocêntrica, o que, até certo ponto, surpreende, tratando-se de um ocidental. Na concepção do filósofo, o "habitante psicosomático da biosfera" é essencialmente um embora rico em matizes e em contradições. A mensagem do autor é de cunho pessimista. O ser humano, dotado atualmente do poder tecnológico, está em condições de aniquilar a vida através da destruição da biosfera.

**"OIKUMENÉ"** é um termo grego que se tornou de uso corrente na era helénica. Seu significado literal é o "habitado" — a parte habitada do mundo pelas chamadas sociedades "civilizadas". Ao longo dos séculos, migrando originalmente da África Oriental, o homem devassou e povou o mundo. A aceleração desta ocupação deu-se por conta dos ocidentais que, desde as descobertas até o corrente século, chegaram aos pontos terminais do Globo, ao atingirem os pólos.

Sem dúvida, isto somente foi possível pelo avanço tecnológico a que a humanidade atingiu. O próprio avanço tecnológico possibilitou alimentar massas humanas cada vez maiores, propiciando o movimento generalizado de urbanização dos povos do globo.

Podemos dizer que, técnica e economicamente, o mundo se encontra em franco processo de interdependência e interação, ou que, em outras palavras, o Oikumené está em vias de unificação tecno-económica, enquanto, politicamente, persiste a pluralidade de Estados, ciosos de suas independências. Alguma forma de governo global é agora necessária para manter a paz entre a comunidade humana e restabelecer o equilíbrio entre o Homem e a Biosfera, agora que este equilíbrio foi transtornado pela enorme intensificação da força humana, resultante da explosão tecnológica.

Para Toynbee a humanidade encontra-se ante um dilema essencial: ou a Humanidade, através de um Governo Global afasta a possibilidade de envenenamento definitivo do habitat do homem (*Oikumené*) ou o homem, suicidando-se, assassinará a Mãe-Terra.

O parágrafo final deste "testamento espiritual" soa cheio de presságios e inquietações: "Assassinará a Humanidade a Mãe-Terra ou a redimirá?"

Poderá matá-la, fazendo mau uso de seu crescente poder tecnológico. Alternativamente, poderá redimí-la, vencendo a cobiça suicida e agressiva que, em todas as criaturas vivas, inclusive o próprio homem, tem sido o preço do dom da vida, recebido da GRANDE-MÃE. É esse o enigma com o qual hoje se defronta o homem.

Ten Cel Inf QEMA  
João de Araújo Ribeiro Dantas

**O SERVIÇO SECRETO**, Reinhard Gehlen.  
Tradução de Luiz Carlos Luchetti e Luiz Corção.  
Rio, Artenova, 1972.

**O** sonho alemão de derrotar a Rússia não terminou com o resultado da II Guerra Mundial. Muitos sobreviventes da catástrofe, que passaram a ocupar postos-chave da RFA, cuidaram para que esse sonho não morresse. Por essa razão, se algum homem, além de Allen Dulles, pudesse ser responsabilizado pela Guerra Fria, este seria, certamente, o General Reinhard Gehlen. Allen Dulles, ao tempo na direção da CIA, encontrou no enigmático Gehlen um aliado com a mesma paixão pelo mistério e por golpes espetaculares. Foi por sua influência que o Congresso Americano concedia à Organização Gehlen uma verba anual de 6 milhões de dólares para que articulasse, na Europa, o serviço de espionagem da Agência, empregando milhares de agentes que nunca o haviam visto e o conheciam apenas como Herr Doktor ou Número 30.

O estilo pessoal que Gehlen inaugurou no BND sempre foi objeto de controvérsia na RFA. Mas, a confiança que o Dr. Adenauer depositava nele ainda foi causa determinante do poder abusivo de que desfrutou durante tanto tempo. A tentativa de Gehlen para derrubar, em 1962, o Ministro da Defesa, Franz-Josef Strauss, através de uma aliança com o periódico *DER SPIEGEL*, foi o primeiro abalo que, lentamente, começou a corroer sua posição privilegiada. Contudo, somente após a sua aposentadoria, em 1968, muitas vozes, antes caladas, começaram a se levantar para questionar abertamente a atuação que tivera à frente do BND. Significativamente, os maiores reparos ao seu trabalho surgiram em seu próprio país.

Entre as manifestações desfavoráveis, que impressionaram profundamente a opinião pública, destaca-se a série de reportagens publicadas por Heinz Höhne Hermann Zolling, ambos falecidos recentemente. Essa dupla de escritores, feliz combinação de jornalistas e historiadores, ao elaborarem sua penetrante análise acerca da atuação de Gehlen no BND, impuseram a si mesmos, como norma de trabalho, a isenção, apoiada em prova documental.

Gehlen, ao sentir que sua lenda iria ser desmascarada, veio a público anunciando que suas memórias, em fase de elaboração, viriam esclarecer

*todas as críticas que lhe vinham sendo dirigidas.* Höhne e Zolling, porém, anteciparam-se ao general, publicando suas reportagens em forma de livro, ao qual deram o título de *ESPIONAGEM NAZISTA*.

Mas, homens polêmicos, como Gehlen, não encontram apenas críticos, como ainda defensores entusiásticos. Numa obra amplamente divulgada, Cookridge defende o trabalho de Gehlen como um legado de glória, chegando a apelidá-lo de espião do século. Infelizmente, como o próprio autor admite, as fontes de que se valeu foram, em substância, as próprias declarações do seu biografado.

Em meio a esse clima de prós e contras, eram publicadas, afinal, as suas esperadas memórias — *O SERVIÇO SECRETO* — aqui em exame. Elas, a rigor, não passam de uma autojustificação e não acrescem muito ao que já se sabia através de suas declarações. O memorialista tenta, sem muito sucesso e, muitas vezes, sem recorrer a documentos concretos, prolongar a aura de lenda que, por décadas, envolveu seu nome.

Articuladas em 4 partes, o autor dedica a primeira à sua formação e à atuação que teve como chefe das Informações Militares da Frente Oriental, durante o período do III Reich. A segunda analisa a sua associação com a CIA, descrita por ele como acordo entre cavalheiros. A parte polêmica é a terceira, quando a Organização Gehlen se desprende da tutela americana

para formar o Bundesnachrichtendienst — BND (Serviço Federal de Informações) da RFA que, então, fora reintegrada plenamente nas suas prerrogativas de Estado autônomo. Sobre esse período incide a maioria das críticas e foi igualmente durante esse lapso que Gehlen cometeu os erros fatais de que é acusado. As explicações que dão em *O SERVIÇO SECRETO* não chegam a convencer muito.

Na parte final, ele se permite a formulação de algumas conjecturas acerca do futuro do Ocidente e se revela mau profeta. Algumas previsões suas, os acontecimentos já se encarregaram de desmentir: a China se opõe mais do que nunca à URSS e Shepelin, por ele apontado como sucessor de Brezhnev, encontra-se num ostracismo definitivo.

A despeito disso, o Gen. Gehlen certamente cumpriu uma carreira notável e suas memórias não são absolutamente desprovidas de interesse didático e histórico, mesmo porque qualquer autobiografia — e não apenas a de Gehlen — é um documento notável para registrar a verdade acerca de todos os acontecimentos e figuras que marcaram determinado período histórico, exceto os que envolveram o próprio memorialista. A biografia dos grandes homens, quando redigida pelos próprios, merece ser lida, por duas razões: verificar o que realmente foram e o que parecem ser.

COLETÂNEA nº 19

# A Dersa torna estradas mais humanas e seguras. Uma questão de princípio.

Os sistemas rodoviários sob responsabilidade da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A. podem ser igualados aos mais seguros do mundo.

Na Rodovia dos Imigrantes, por exemplo, tudo foi estudado para que tecnicamente pudesse oferecer conforto e segurança aos usuários, formando com a Via Anchieta um só sistema rodoviário.

Quando os primeiros 100 quilômetros da Via Anhangüera passaram para a sua jurisdição, a DERSA logo tratou de tornar essa estrada tão segura quanto a Imigrantes ou a Anchieta.

Recapitulou as pistas, construiu novos trevos, defensas e passarelas, equi-

pou-a com sinalização mais eficiente e implantou o Sistema de Ajuda ao Usuário (SAU), com serviços de carros-quinchão, socorro mecânico, ambulâncias e rede hospitalar de retaguarda.

A técnica usada na construção da Imigrantes e os equipamentos e serviços existentes, tanto nessa estrada como na Anchieta e Anhangüera, também estarão presentes na Rodovia dos Bandeirantes (Via Norte), que será entregue em outubro de 1978. Com a introdução de todos estes elementos de segurança, o índice de acidentes baixou, em 1977, em 37%.

Para a DERSA, humanizar as estradas é isso.

**DERSA**  
Desenvolvimento  
Rodoviário S.A.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

 Governo do Estado de São Paulo  
Desenvolvimento para Todos.

